

8º CONFERENCIA LATINOAMERICANA y CARIBEÑA de CIENCIAS SOCIALES

LAS LUCHAS POR LA IGUALDAD,
LA JUSTICIA SOCIAL Y LA DEMOCRACIA
EN UN MUNDO TURBULENTO

PRIMER FORO MUNDIAL DEL PENSAMIENTO CRÍTICO

Buenos Aires | 19 al 23 de noviembre de 2018



Resúmenes de ponencias por campo temático

36

Violencia y
seguridad ciudadana



Consejo Latinoamericano
de Ciencias Sociales
Conselho Latino-americano
de Ciências Sociais



Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - C.L.A.C.S.O.

Las luchas por la igualdad, la justicia social y la democracia en un mundo turbulento : ponencias del Primer Foro Mundial del Pensamiento Crítico. - 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires : CLACSO, 2020.

Libro digital, PDF

Archivo Digital: descarga y online

ISBN 978-987-722-580-8

1. Ciencias Sociales y Humanidades. 2. América Latina. I. Título
CDD 301

Resumen de ponencia

A COCAÍNA E O ÓPIO NA REVISTA VIDA POLICIAL

*Elena Camargo Shizuno

A COCAÍNA E O ÓPIO NA REVISTA VIDA POLICIAL

O objetivo desse trabalho é possibilitar adensar a reflexão sobre o papel e resultado analítico das pesquisas sobre determinadas substâncias psicoativas realizadas a partir de fontes criminais, policiais, midiáticas, literárias, entre outras. O que vem ampliando as pesquisas na área de discussão do tema, cujas interfaces com o mundo do crime, da polícia, do sistema de justiça criminal, do judiciário, das prisões, entre outros lugares de investigação, possibilitam compreender os fluxos, as capilaridades entre os diferentes campos de transversalidade do que socialmente condicionamos, historicamente a chamar, das drogas ilícitas.

Portanto, partir desse referencial, analisamos na revista carioca Vida Policial (1925-1928), nos diversos editoriais e matérias, os seus principais temas de combate a saber. Nesse momento os chamados casos de polícia que figuraram como exemplares para a defesa social: o jogo do bicho, a prostituição, o cativeiro, a cocaína e o álcool. Em especial em relação à cocaína, produto na época importante na publicação devido à recente criminalização do tráfico, do criminoso "vendedor de tóxicos" e do incremento do consumo ilegal. Intitulado "pó da ilusão", foi consumido em todas as classes sociais, porém destacaremos a questão do tráfico e das representações sobre o tema. A revista Vida Policial destacou-se como umas das primeiras do gênero na época. Esta mídia foi criada por figuras da elite carioca, pertencentes ao aparato do Estado, e ligadas ao Sistema de Justiça Criminal, o advogado Waldemar Pereira de Figueiredo e pelo capitão da Polícia Militar, Raul Ribeiro, que a direcionaram a um público alfabetizado que se interessava pelas temáticas, seja por sua participação em esferas ligadas ao controle social ou porquê constituem neste novo público ávido pelo sensacionalismo.

Nesse momento havia no Brasil, em especial no Rio de Janeiro, o consumo e o vício, e ao mesmo tempo, o combate ao tráfico e suas implicações com as ações policiais. Nas páginas da revista insinuou-se haver a tolerância ao comércio de cocaína cujo controle estava nas mãos de bicheiros, na cidade do Rio de Janeiro. Esse momento parece ser interessante para perceber quais foram os meios e formas utilizados para lidar com o comércio da cocaína, e do ópio, bem como suas relações com os usuários, ou mais precisamente uma representação típica do consumidor que no caso a revista, instala nos meios de comunicação nacionais.

Com evidências bem assinaladas por diversos autores a cocaína e o ópio, entre outras drogas proibidas, foram associadas a grupos étnico-raciais excluídos no processo de sua criminalização num processo que se instaura a partir dos projetos imperialistas e coloniais nos séculos XIX e XX.

Entretanto, inicialmente, gostaríamos de pontuar a questão da ameaça que representava a presença estrangeira no país. Estes grupos passam por processos de criminalização, principalmente aqueles advindos de países onde seus nacionais eram estigmatizados - seja por questões étnico-raciais, religiosas ou de cunho político. Estas

comunidades partilhavam de descritivos mentais e psicológicos negativos, ligados à perversidade, e ao mal nato, por exemplo.

Em específico, analisamos algumas das matérias sobre cocaína e ópio publicadas nesta revista, bem como buscamos compreender quais eram as formas de representação do mundo social construídas sobre a forma de criminalização e a tipificação dos criminosos presentes nessas narrativas. Sobre a cocaína havia o destaque na revista para as matérias policiais onde somente o traficante e o consumidor da rua eram a pauta, também, descritos e publicadas as suas fotos. Nos textos o discurso era o da criminalização ou/e juntos o da medicalização.

Em relação à cocaína, a publicação de fotografias de traficantes fazia-se presente nas publicações, o chamado “vendedor de tóxicos”, do “pó ilusão” vendido em todas as classes da sociedade, que cotidianamente era preso. No decorrer das publicações as matérias denunciaram inclusive o tráfico e suas espúrias ligações com outras instituições ou grupos, como o jogo do bicho, os dancings, a polícia e o judiciário.

Nesse momento o tráfico de cocaína e ópio já mobilizavam as polícias da cidade do Rio de Janeiro e São Paulo. Apreensões de vários tipos foram realizadas e noticiadas na revista. A relação entre a moral e os bons costumes, o uso, os usuários e sua tipologia e as apreensões perfaziam um rol de textos que condensavam em si associações possíveis e que representavam a sociedade do mundo do crime com os mundos da prostituição, das casas de festas, dos usos citados como paradoxal entre as altas classes e a marginalia.

Nesse sentido apostava-se em uma guerra de morte aos tipos repugnantes, que disseminam as escondidas, sem despertarem atenção das autoridades, e por tal motivo mesmo, se alastram rápida e silenciosamente. (23/03/1925, p. 17-18. N.11.)

Outras matérias versam sobre a associação entre a utilização de cocaína entre prostitutas e outras mulheres que frequentavam os chamados dancings, locais por excelência de outras práticas moralmente condenadas, seja pela indumentária utilizada, pela relação íntima que estabelecia entre os corpos e o uso de múltiplas drogas, do álcool ou da cocaína. Ao mesmo tempo redigiam textos condenatórios a uma problemática muito intensa no período chamada de escravidão branca de mulheres. Alusão a prostituição de estrangeiras brancas, mas bem como as mulheres negras, também citada como do baixo meretrício, sem distinção social.

Nos chamados “antros da cocaína” a substância era chamada de veneno, tóxico, vício da moda, tóxico maldito, pó da ilusão, le divine coco, demônio, ligada a morte e desgraça, poeira da loucura. Taxativos da referência maléfica e danosa ao corpo e alma, mas também da ambiguidade de um mundo de diversão e de mulheres de má reputação.

Nesse momento, a polícia já estava no encalço de comerciantes de cocaína nas principais cidades do país, São Paulo e Rio de Janeiro. Investigações baseadas em denúncias de vendas ilícitas, e apreensões de quantidades variáveis. As reportagens basicamente expõem a foto do acusado, se preso, a quantidade apreendida, local, nome completo e apelido do acusado, nome dos policiais ou do principal encarregado da apreensão, nome da delegacia, foto com o material apreendido. Uma noção de vício e os usos de nomes ou gírias a que se referiam no período parece ter sido utilizada tanto em São Paulo e no Rio de Janeiro.

Entre as diversas matérias publicadas sobre ópio destacamos as que versavam sobre a sua história, geopolítica, o comércio, o uso e o usuário da droga, cuja ênfase foi a

construção de um entrelaçamento de questões deterministas raciais, geográficas, do contexto imperialista de possibilidade uma intencionalidade de envenenamento dos indivíduos de outros lugares fora da China por meio do consumo do tóxico. Intituladas: Os bairros misteriosos de Pekin: o mistério do ópio, da delinquência, O opio --- a velha lenda do becco dos Ferreiros, Os vendedores da poeira da loucura. A ação da polícia contra a venda do toxico que, como o ópio asiático degrada a nossa raça, Opio e cocaína: os venenos da morte e da “ilusão”. Ação da policia, O opio. Valor, acção, extração e histórico do maior flagelo da humanidade, A mendicidade: indústria rentosa na China e no oriente.

O descritivo ambíguo de um bairro em uma cidade na China, Pekin, local onde os mistérios do ópio são “desvendados” ao leitor. Questão central para expor o vício, a exploração e a delinquência diretamente interligados com fatos que tornaram os chineses reconhecidos de tempos imemoriais. Retratos da tragédia da vida, de um cemitério, do jogo, do abismo, paraíso artificial, absurdo idílico, por onde se passa da sala de jogo, à do ópio. Destaque para o cenário da “casa de antiguidades” com detalhes da religião e arte supostamente típicos, que é o disfarce para a casa de ópio, construída como um lugar exótico, das peças que o compõem, aos personagens, das mulheres que servem chá e preparam os cachimbos, dos ricos chineses “cercados de jovens elegantes e formosas, mas de aparência triste e fadigada”. (Vida Policial, 22/08/25)

Por outro lado, em outra matéria intitulada O opio, a velha lenda do beco dos Ferreiros: esplendor e miseria do fumo encantado a ideia foi desmentir o uso e venda da droga fora do grupo de chineses moradores do lugar, localizado na cidade do Rio de Janeiro. O referido grupo é considerado pobre, composto de chineses pescadores, também fabricantes de doces de amendoim entre outros objetos e adornos. O tom usado na narrativa foi o da utilização de uma fantasia carioca, exagerada, porém, de com caracterização dos moradores como miseráveis e propensos ao vício, bem como os mistérios insondáveis de suas mentes (Vida Policial, 03/10/1925). Entretanto, a capa do número da revista que publicou essa matéria foi chamativa, usou do sensacionalismo, do encantamento da casa de ópio.

Os chineses, porém, foram considerados ausentes de compaixão por não alicerçar os mendigos de seu país, aliás viciados em grande parte, e explora-los em uma chamada indústria rendosa em todo o Oriente (Vida Policial, 20/03/1926). Assim toda uma série de representações aparecem nas matérias específicas sobre essa temática, seja na literatura.

Portanto, a medicalização e a patologização do social transformou o papel de alguns tipos sociais em delinquentes e marginais. O mundo do crime e dos criminosos foi, assim, analisado a partir de suas inter-relações com os novos – e modernos, na época – modelos explicativos do social, que tinham como viés teórico a criminologia e a antropologia criminal, de base positivista, que influenciaram o pensamento e a prática de controle social no Brasil, área fundada também pela psiquiatria, sociologia e estatística, pelo serviço de identificação, os exames periciais e a antropometria.

.....

*** Elena Camargo Shizuno**

Universidade Tecnológica Federal do Paraná UTFPR. Curitiba, Brasil

Resumen de ponencia

A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE POLICIAL: UMA ANÁLISE DO DISCURSO NO CURSO DE FORMAÇÃO DA POLÍCIA CIVIL DO CEARÁ

*Mônica De Almeida Coelho

A presente pesquisa trata-se de um trabalho etnográfico que foi realizado no curso de Formação da Polícia Civil do Ceará na Academia de Segurança Pública (AESP). Como forma de nortear o trabalho busquei responder as perguntas formuladas ao iniciar a pesquisa: De que forma o curso de formação contribui para formação identitária do policial? Qual a influência de professores que já são profissionais da segurança pública sobre essa formação identitária? Para responder essas perguntas e alcançar o objetivo da pesquisa, utilizei categorias da Análise do Discurso Crítica (interdiscursividade, ethos, modalidade, metáfora) que tem a característica de ser transdisciplinar, pois utiliza categorias da linguística e também da teoria social. Nesse trabalho foi utilizado a perspectiva de Fairclough e outros pesquisadores da Análise do Discurso Crítica (ADC). Em sua obra *Discurso e mudança social*, Fairclough (2001) traz as várias formas como o discurso é definido e trabalhado, para ele o discurso tem concepção tridimensional: texto, prática discursiva e prática social. De acordo com o livro citado Fairclough trabalha com três funções da linguagem: Identitária, relacional e ideacional. A função trabalhada nessa análise é a identitária que refere-se a como as identidades são organizadas no discurso. O discurso em sua dimensão social tem um aporte ideológico e político, quando se discursa, pode-se estar fazendo um ato político ou defendendo uma ideologia as vezes mesmo sem perceber. Agimos através do discurso e o discurso pode modificar o mundo social por isso os teóricos da ADC defendem uma relação dialética entre o discurso e a estrutura social, pois o discurso pode ser e é moldado por meio do meio social do agente e o discurso produzido por este tem impactos sobre o grupo que está inserido. Para Magalhães (2010, p. 31) “as identidades são formadas na intertextualidade e na interdiscursividade existente na prática social”. Para analisar os discursos utilizamos primeiro a intertextualidade, pois os textos são constituídos por elementos ou ideias de outros textos (Fairclough, 2001). Essa intertextualidade pode ser manifesta “é o caso que se recorre explicitamente a outros textos específicos em um texto”. Nessa intertextualidade escolhe-se o que será citado do outro texto, assim como a organização desse texto. A intertextualidade em relação a pressuposições também é importante para o trabalho, pois trata-se de “proposições que são tomadas pelo(a) produtor(a) do texto como já estabelecidas ou dadas” (Fairclough, 2001, p. 155), e como veremos na análise teremos algumas pressuposições presentes no discurso da sala de aula. Outra categoria de muita importância é a interdiscursividade ou intertextualidade constitutiva que “é uma questão de como um tipo de discurso é constituído por meio de uma combinação de elementos de ordens de discurso” (idem, p. 152). Pode-se criar por meio da interdiscursividade quadros de análise, nessa pesquisa usamos apenas estilo e discurso. Esse discurso levará a outra categoria que

pode ser trabalhada conjuntamente com a intertextualidade, a metáfora. O uso de metáforas no discurso “estruturam o modo como pensamos e o modo como agimos, e nossos sistemas de conhecimento e crença, de uma forma penetrante e fundamental”.(idem, p. 241). A escolha de metáforas no discurso é uma escolha significativa, principalmente aquelas que são naturalizadas ao ponto das pessoas não perceberem o quanto utilizam e mesmo quando percebem não consegue inutilizá-las. Se estamos falando de declarações feitas em sala de aula não há como deixar de lado a categoria modalidade, pois há uma importância em determinar se o produtor está ou não comprometido com o que diz, por meio dessa aproximação é possível perceber a influência que esse discurso terá para o receptor. Para Gadelha e Magalhães (2014, p. 119) “as escolhas da modalidade são significativas em termos de identificações, ações e relações sociais e das representações”. Por fim trabalhamos com Ethos, pois está ligado diretamente com a questão da identidade e também com a intertextualidade. É através da “projeção de ligações em determinadas direções intertextuais de preferência a outras” (Fairclough, 2001, p. 207) que percebe-se o ethos dos participantes. Não há como separar representação de identidade, pois é a partir da identidade do sujeito que ele construirá seu discurso e por meio do discurso sua identidade será formada. Magalhães (1996, p. 55) “as identidades são constituídas pela prática discursiva, ocupando determinadas posições sociais. São representadas por vozes institucionalizadas que se inscrevem no texto”. Identidade que segundo Castells (2004, p. 22) é entendida como “o processo desconstrução de significado com base em um atributo cultural, ou ainda, um conjunto de atributos culturais interrelacionados, o(s) qual(ais) prevalece(m) sobre outras fontes de significado”. Para Hall (2004) essa identidade é construída ao longo do tempo e está sempre em processo de formação por meio de processos inconscientes. Não se pode dizer, portanto, que a identidade é construída apenas por meio do discurso, é necessário perceber que o discurso está entre os processos de formação da identidade. Os textos analisados nessa pesquisa foram obtidos por meio de uma pesquisa de trabalho monográfico realizada dentro do curso de formação da polícia civil do Ceará dos meses de janeiro a maio de 2016 na Academia Estadual de Segurança Pública (AESP). Foi realizada uma etnografia que segundo Uriarte(2012, p. 5)consiste “num mergulho profundo e prolongado na vida cotidiana desses Outros que queremos apreender e compreender”. Tive acesso ao campo de pesquisa a partir da minha aprovação no concurso realizado em 2014 para o cargo de escrivã da polícia civil. Participei do curso de formação como aluna e também como pesquisadora. O curso de formação acontecia das 07:00 às 17:30 de segunda a sexta com aulas de quatro disciplinas por dia, cada disciplina com duas hora-aula. Ao todo foram ministradas 24 disciplinas, além de seminários, visitas técnicas e estágio operacional. Os professores dessas disciplinas, como dito anteriormente, são policiais da polícia militar e da polícia civil. São escolhidos por meio de seleção que acontece a partir do envio do currículo e em alguns casos por meio de troca de favores de funcionários da academia. A quantidade de alunos varia entre 35 e 40 alunos divididos de acordo com cada cargo (inspetor, escrivão e delegado) e por ordem alfabética. Os discursos que analisados foram retirados de momentos de sala de aula e por questões éticas de pesquisa os professores produtores desses discursos não serão identificados, por isso eles serão referidos como professor e uma numeração. Foram quatro meses de observação participante que renderam um grande material de trabalho(anotações, diário de campo, entrevistas). O que foi utilizado nesse trabalho foram as falas de cinco

professores em sala de aula, mais especificamente a fala que expressa o que eles pensam sobre o que é ser policial e qual o papel deste na sociedade. Como a análise buscou perceber a construção da identidade policial por meio do discurso a fala dos professores tem uma grande importância nesse processo de formação, pois eles além de serem professores também são profissionais veteranos das instituições de segurança pública do estado, tanto da polícia civil quanto da polícia militar. A opinião e ponto de vista desses profissionais possuem um peso e influência sobre aqueles que estão entrando na instituição, os alunos da AESP. Para trabalhar os discursos produzidos pelos professores do curso de formação da polícia civil foram utilizados, conforme descrito em tópico anterior, categorias de análise do discurso crítica: intertextualidade e interdiscursividade, ethos, modalidade e metáfora. Esses operadores analíticos foram escolhidos, pois se aproximam mais da ideia trabalhada na pesquisa, a construção da identidade por meio do discurso.

REFERÊNCIAS

CASTELLS, Manuel. O poder da identidade. São Paulo: Paz e Terra, 2004. Cap. 1, seção "A construção da identidade", p. 22 a 28.

FAIRCLOUGH, Norman. Discurso e mudança social. Coord. trad., rev., prefácio à ed. bras. I. Magalhães. Brasília: Ed. UNB, 2001.

GADELHA, N. ;MAGALHAES, I. Um estudo etnográfico-discursivo do parto de mulheres de baixa renda. In: Mônica Santos de Souza Melo; Cristiane Cataldi dos Santos Paes; Maria Carmen Aires Gomes. (Org.). Estudos discursivos em foco: novas perspectivas. 1ed.Viçosa, MG: UFV, 2014, v. 1, p. 100-133.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. 9. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

MAGALHÃES, Izabel. Discursos e identidades - exotismo e domínio violento. Cadernos de Linguagem e Sociedade, n. 11, v. 1, 2010.

_____. Introdução: a análise de discurso crítica. D.E.L.T.A., vol. 21(especial): 1-9, 2005.

_____. Linguagem e identidade em contextos institucionais e comunitários. Cadernos de Linguagem e Sociedade, n. 2, v. 1, 1996.

URIARTE, Urpi Montoya. O que é fazer etnografia para os antropólogos. Ponto Urbe, vol. 11, 2012.

.....

* Mônica De Almeida Coelho

Laboratório de Estudos da Violência. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Departamento de Ciências Sociais. Ctr. de Humanidades.. Universidade Federal do Ceará - LEV/UFC. Fortaleza, Brasil

Resumen de ponencia

A MEDIAÇÃO DE CONFLITOS COMO INSTRUMENTO DE PACIFICAÇÃO SOCIAL NA CIDADE DE FORTALEZA

*Michela Patricia Micheli

Ao longo da história, enfrentamos e convivemos com as mais diversificadas formas de conflitos. São conflitos de ordem mundial e local. Conflitos próximos e distantes, de ordem social, assim como de foro pessoal, que influenciam nosso modo de viver e de conduzir nossos relacionamentos. O Estado e suas instituições não conseguem cumprir o papel que foi estabelecido para ele no contrato social. Isso gera uma desarmonia social com representações no aumento da quantidade, tipos e formas de violência. Nem todos os conflitos resultarão em formas de violência, podendo servir de instrumento, de meio para expressar outras reações. Estas, quando mal trabalhadas e administradas e se não tratadas de uma forma positiva, poderão trazer consequências danosas para os envolvidos e para sociedade em geral.

Assim sendo, métodos que buscam resolver conflitos como mediação, conciliação, negociação, justiça restaurativa, ganharam corpo e espaço diante da impotência, da falta de resultados e do aumento dos conflitos violentos, oriundos das relações sociais mais permanentes, como as relações familiares.

A mediação é um método não-adversarial de resolução de conflitos, ou seja uma atividade facilitadora do diálogo, que procura olhar e o conflito não de forma negativa, identificando que os mesmos fazem parte das relações humanas, que opiniões diferentes, interesses antagônicos e pontos de vista discordantes, podem ser trabalhados de forma não-violenta, preventiva e com uma solução não apenas consensual e satisfatória para os envolvidos. A mediação de conflitos pode ser judicial, realizada sob a tutela do poder judiciário, e extrajudicial, desenvolvida a nível administrativo, comunitário ou por escritórios ou câmeras de mediação e é regida pela lei 13.140/2015.

A mediação já era praticada bem antes da lei entrar em vigor, em 2015, no âmbito judicial, mas principalmente extrajudicialmente, com as mediações comunitárias espalhadas pelo Brasil. Em Fortaleza especificamente, a trajetória da mediação remete ao ano de 1999, com a criação da primeira casa de mediação comunitária do Estado do Ceará e do Brasil, no bairro do Pirambu, em parceria com o movimento comunitário do bairro e a Ouvidoria Geral do Estado do Ceará, constituindo um marco histórico. O bairro do Pirambu foi escolhido à época, devido aos casos de conflitos e violências constantemente registrados pelos órgãos de segurança pública. Com os resultados positivos apresentados pela mediação no bairro de Pirambu, o próximo que acolheu a experiência foi o bairro de Parangaba, no ano de 2000. Depois, a mediação comunitária foi expandida para outros bairros, sempre realizada na sua maioria por mediadores voluntários da própria comunidade, com o intuito de fortalecer a cidadania através da resolução dos conflitos locais e pessoais pela própria comunidade. As Casas de Mediação Comunitária passaram, no ano de 2007, para a

responsabilidade do Ministério Público do Estado do Ceará, e hoje esse projeto é denominado Programas de Núcleos de Mediação Voluntária.

No ano de 2013 é criada Secretaria de Segurança Cidadã do Município de Fortaleza (SESEC) e subordinada a ela a Coordenadoria de Mediação de Conflitos (COMED) com a missão de implantar uma política de mediação de conflitos no ambiente escolar e na comunidade:

A Coomed tem como atribuição a implantação de uma política de mediação de conflitos, desenvolvida em duas linhas de ação: escola e comunidade, que deverá contribuir com a redução dos índices de violência e promover a cultura de paz. Na atuação escolar, existe a Mediação de Conflitos nas Escolas da Rede Pública Municipal de Ensino de Fortaleza, proporcionando, por meio do diálogo, meios pacíficos e preventivos de resolução dos conflitos escolares. Na comunidade, funciona como importante instrumento de pacificação social, fomentando o acesso dos cidadãos aos mecanismos institucionais ou alternativos de resolução de conflitos.

No ano de 2014, o primeiro núcleo de mediação é instalado na Regional VI, uma espécie de subprefeitura criada pelo município para uma melhor gestão da cidade, para acolher demandas da comunidade. Atualmente existem núcleos em pleno funcionamento em seis subprefeituras. Das demandas acolhidas, metade vem encaminhadas das delegacias e envolvem conflitos de vizinhos, família, dívida, ameaça, difamação, entre outros.

O papel do mediador que desenvolve o trabalho de mediação de conflitos supõe uma postura meticulosa, técnica e complexa. O trabalho deve ser primeiramente subjetivado pelo mediador com um perfil com inerente aptidão para o papel social que irá exercer e imprescindível aperfeiçoamento técnico constante. Realizar um trabalho exitoso nesta área supõe características aptidões pessoais como aceitação do outro, do estranho, do diferente e características técnicas como escuta ativa e imparcialidade, dentre tantas outras que são fundamentais para o que a tarefa de mediação seja eficiente e frutífera.

Os núcleos de mediação da prefeitura de fortaleza têm como objetivo a pacificação social e a orientação com viés educacional para que o conflito seja percebido não de forma negativa, mas que a partir dele, os envolvidos possam rever suas posições perante o momento de tensão, reposicionando-se de forma diferente. Assim, a ideia da disputa, do vencedor e do ganhador, pode dar vez a um posicionamento de colaboração, de cooperação através do diálogo construtivo, com críticas fundamentadas no problema e não voltadas para destruição do outro no tocante ao seu universo físico, psíquico e emocional.

.....

* Michela Patricia Micheli

Laboratório de Estudos da Violência. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Departamento de Ciências Sociais. Ctr. de Humanidades.. Universidade Federal do Ceará - LEV/UFC. Fortaleza, Brasil

Resumen de ponencia

A POLÍTICA PENITENCIÁRIA NO BRASIL NO ÚLTIMO PERÍODO: ELEMENTOS PARA UMA CARACTERIZAÇÃO.

*Christiane Russomano Freire

*Rodrigo Ghiringhelli De Azevedo

A Política Penitenciária do Governo do Rio Grande do Sul: do nada para lugar nenhum
Christiane Russomano Freire

Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo

O Governo do Estado do Rio Grande do Sul, no ano de 2017, apresentou à Assembleia Legislativa 19 projetos de lei que, em seu conjunto, compõem o que denominam Programa de Segurança Pública. Ao analisarmos os 19 projetos que compõem o chamado “Programa de Segurança Pública”, salta aos olhos o viés reducionista consubstanciado em propostas marcadas pela supremacia de políticas e programas na área da segurança pública restritos única e exclusivamente à dimensão repressiva. Nas propostas apresentadas evidencia-se a supervalorização do alargamento dos efetivos policiais e dos mecanismos de atuação mais ostensivos. Da mesma forma, não se verifica preocupação com as prementes mudanças na arquitetura institucional ou com a possibilidade de implementação de ações articuladas com os municípios e suas realidades particulares, assim como de medidas intersetoriais de cunho preventivo e repressivo que comprometam e envolvam tanto as esferas públicas e governamentais, como a sociedade civil.

Para melhor dimensionarmos o dilema que envolve a temática, importante considerarmos tanto o aumento dos índices de violência e das taxas de encarceramento no estado, como o incremento do poder das organizações criminosas, que extrapolam os muros das prisões, conferindo faceta dramática à criminalidade cotidiana vitimando de forma ainda mais contundente a população pobre. A combinação de tais fatores acabou alçando Porto Alegre ao terceiro lugar entre as capitais com maior índice de crimes violentos letais intencionais, com taxa de 64,1 por 100 mil habitantes, conforme dados publicados no ano de 2017 pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública. É nesse contexto que se inserem tanto os reiterados casos de chacinas como os homicídios com requintes de crueldade ocorridos na capital e região metropolitana nos três últimos anos.

Para responder à crise da segurança pública, o governo estadual encaminhou um pacote de projetos à Assembleia Legislativa gaúcha, no final de 2017, com ênfase na reposição dos efetivos que integram o Sistema de Segurança Pública Estadual, acompanhadas de outras bastante esparsas que vão desde a atualização da remuneração dos profissionais responsáveis pela capacitação dos servidores da segurança pública, como isenção de impostos para a iniciativa privada que destine equipamentos para órgãos de segurança, e exigência de equipamentos de segurança com vistas à prevenção das instituições bancárias. Especificamente na área penitenciária, a proposta é de criação de uma Subsecretaria de Administração

Penitenciária na estrutura estatal intermediária entre a Secretária de Segurança Pública e a Superintendência dos Serviços Penitenciários, conforme o Projeto de Lei nº 279/2017 .

A proposta apresentada, coerente com um governo que apostou no superencarceramento sem investimento no setor, deixa de investir na humanização, profissionalização e democratização da gestão penitenciária, com a criação de um órgão efetivamente autônomo, que rompa com as estruturas hierárquicas, com o ethos institucional autoritário vigente, e com simbolismos que colonizam a práxis penitenciária a partir dos tradicionais cânones das instituições policiais.

O fato de que, na maioria das unidades federativas, a gestão prisional divida espaço na estrutura estatal com as polícias faz com que os ditames repressivos e retributivos sejam absorvidos, reproduzidos e potencializados no campo penitenciário, impedindo que o conjunto dos servidores forjem uma identidade e uma cultura profissional próprias, capazes de promover mecanismos de gestão voltados para garantir os direitos dos presos. É a histórica supremacia das acepções que reduzem as políticas públicas de segurança única e exclusivamente a investimentos nas instituições policiais, que não somente subordina, mas faz com que o campo penitenciário se torne totalmente periférico nas disputas por recursos, projetos, seleção, formação e capacitação do seu corpo funcional. A criação de uma Subsecretaria não será capaz de superar nenhum dos obstáculos elencados, uma vez que não confere autonomia institucional tampouco financeira, não valoriza e não profissionaliza gestores e servidores, bem como não define um programa mínimo para superar ou minimizar o caos e a violência que marcam hoje o sistema prisional gaúcho.

O objetivo da análise aqui proposta é não somente explicitar críticas diante das propostas formuladas pelo Governo Sartori, mas enfatizar a importância de aprofundarmos o debate acerca da efetivação de políticas penitenciárias, essencialmente as que se referem a um modelo de gestão e ao conjunto dos serviços penais que devem ser assegurados. Acreditamos que a humanização do aprisionamento - ou minimamente a redução de sua natureza violenta e degradante - bem como a valorização e a profissionalização dos servidores depende de dois fatores essenciais e indissociáveis: uma política efetiva de desencarceramento e de apostas em alternativas penais e, um modelo de gestão prisional autônomo e profissional, voltado para a garantia e a promoção dos direitos dos sujeitos encarcerados.

Pretendemos aqui apresentar os pressupostos desta política, e os bloqueios para sua implementação no estado do Rio Grande do Sul.

(*) Christiane Russomano Freire é doutora em Ciências Criminais pela PUCRS, integrante do Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas de Segurança e Administração da Justiça Criminal - GPESC/PUCRS e, integrante do Laboratório de Gestão de Políticas Penais.

(**) Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo é doutor em Sociologia pela UFRGS, Professor Titular da Escola de Direito da PUCRS, Pesquisador do INCT-Ineac e Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq. É líder do GPESC.

.....

*** Christiane Russomano Freire**

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS. Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil, Brasil

*** Rodrigo Ghiringhelli De Azevedo**

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS. Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil, Brasil

Resumen de ponencia

A REFUNCIONALIZAÇÃO DA PENA DE PRISÃO NO BRASIL NEOLIBERAL: PESQUISA ACERCA DAS TRANSFORMAÇÕES DA POLITICA DE CONTROLE/SEGREGAÇÃO

*Jackson Silva Leal

O presente trabalho/pesquisa se apresenta como objeto de pesquisa do Grupo de Criminologia Crítica Latino-americana que tem sido desenvolvido enquanto temática de pesquisa principal do coordenador, constituindo-se em objeto de pesquisa do estágio de pós-doutorado e também de 5 (cinco) orientandos de mestrado e 4 (quatro) em nível de graduação.

O grupo tem buscado se ocupar da compreensão da realidade problemática da prisão no Brasil atual em uma perspectiva de entender algumas de suas transformações no período neoliberal ou de significação e importância dessa instituição no atual modelo societário brasileiro a partir de uma análise estrutural.

Nesse sentido, parte-se do marco teórico da economia política da pena, e, portanto partindo da influência do materialismo histórico, que se apresenta como referencial na obra de Rusche e Kirchheimer punição e estrutura social e também Cárcere e Fábrica de Dario Melossi e Massimo Pavarini; mas que não descuida da realidade própria latino-americana no cenário mundial e sua condição marginalidade, a partir do referencial da teoria da dependência que sobretudo contribui com a extração de mais-valia conjunta na sua forma relativa e absoluta conforme aponta Ruy Mauro Marini na obra subdesenvolvimento e revolução.

Essa pesquisa/estudo se volta então para a compreensão do que se entende por deslocamentos da problemática prisional no período neoliberal, assumindo essa dinâmica, múltiplas e diversas funções e enquanto instituição continua se apresentando como elemento fundamental da organização social, sobretudo na região de capitalismo periférico e dependente marcado pela profunda desigualdade social. Nessa medida, o marco teórico da conta da função originária da prisão voltada para a produção de mão-de-obra como produto carcerário como apontado em Melossi e Pavarini; ou ainda de uma sociedade disciplinar como aponta Foucault a partir da ideia de instituições totais; no decorrer do século XX, e todas as transformações econômicas e sociais quando a parte do mundo desenvolvido vivenciava o estado de bem-estar social o discurso de altera e avança para a ideia de ressocialização, ou seja, não só produção de mão-de-obra, mas um processo de introjeção das normas e valores sociais da sociedade moderno-burguesa sob o palio da proteção e garantias da segurança jurídica proporcionada pelas legislações de regulamentação penitenciária. Com a adoção do ideário neoliberal e da dinâmica do encarceramento em massa, passa a se falar em abandono do ideário da ressocialização, e com todos os riscos que isso apresenta como se verifica Pavarini (2009), e identifica-se a prisão como sendo o

lócus de puro e simples isolamento e segregação de determinados grupos e classes de indivíduos, não assumindo qualquer outra função não sendo simplesmente o ideário da defesa social e da eliminação de indesejáveis.

Entretanto, o presente estudo trabalha com a hipótese de que o funcionamento da prisão orientado pela dinâmica neoliberal parece ser mais astuto, não se restringindo a função única de isolamento; mas sim desempenhando múltiplas funções e formas; apresentando-se diferentemente para distintos segmentos sociais - mantendo-se como uma instituição fundamental na organização e manutenção da forma burguesa de sociedade.

A isso que se chama de refuncionalização da pena de prisão, tendo em vista que ela se complexifica ainda mais no atual período, orientada criminologicamente pelo ideário da criminologia atuarial e eficientista - uma criminologia eminentemente administrativa - cuja dinâmica é ditada pelas tecnologias de controle administração de custos e governo dos corpos, assim como pela eficiência mercadológica desse controle tornado mercadoria.

Nesse sentido a dinâmica de controle social e penal assume a múltipla face que inicialmente se visualiza dividida entre o puro e simples isolamento dos indesejáveis de um lado, e de outro o uso do trabalho prisional como forma de construção de um exército de mão-de-obra semi-escrava, precária ou nem remunerada; ou ainda o avanço do controle penal sobre segmentos sociais considerados produtivos, cujo controle não se pretende privação da liberdade, mas nem por isso ser menos controle; ou por fim, o controle especialíssimo aplicado ou direcionado sobretudo aos segmentos considerados superiores e que se apresenta como um controle brando e que serve sobretudo como amenizador da crítica da seletividade e do populismo midiático.

Por isso, parece que as formas de controle penal atualmente sugerem uma ideia de seletividade terciária, na medida em que já selecionou os bens de tutela (primária), seleciona desigualmente sobre quem recai (secundária), e terciária quando seleciona seletivamente como atuar em relação aos selecionados, se aplica o puro e simples isolamento (quando não o próprio extermínio), ou se simplesmente aplica uma medida de apaziguamento midiático; ou se mantém um cidadão produtivo no mercado de trabalho.

Para concluir, o presente trabalho que se encontra em fase inicial, busca aportar elementos para contribuir com a compreensão do controle penal no Brasil atual inserido na dinâmica de encarceramento em massa e de gestão neoliberal dos corpos.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Vera Regina Pereira. *Pelas Mãos da Criminologia: o controle penal para além da (des)ilusão*. Rio de Janeiro: Revan, 2012.

CHRISTIE, Nils. *A Indústria do Controle do Crime: a caminho dos Gulags em estilo ocidental*. Rio de Janeiro: Forense, 1998.

DE GIORGI, Alessandro. *El Gobierno de la Excedencia: postfordismo y control de la multitud*. Madrid: Traficantes de Sueños, 2006a.

_____. *Miséria Governada Através do Sistema Penal*. Rio de Janeiro: Revan/ICC, 2006b.

_____. *Tolerancia Cero: estrategias y prácticas de la sociedad de control*. Barcelona: Virus Editorial, 2005.

LEAL, Jackson Silva. *Criminologia da Libertação: a construção da criminologia crítica latino-americana como teoria crítica do controle social e a contribuição desde o Brasil*. Belo Horizonte: D'Plácido, 2017.

MELOSSI, Dario; PAVARINI, Massimo. *Cárcere e Fábrica: as origens do sistema penitenciário (séculos XVI-XIX)*. Rio de Janeiro: Revan, 2006.

MARINI, Ruy Mauro. *Subdesenvolvimento e Revolução*. Florianópolis: editora Insular, 2013.

PAVARINI, Massimo. *Castigar el Enemigo: Criminalidad, exclusion y inseguridad*. Quito: FLACSO, 2009.

RUSCHE, Georg; KIRCHHEIMER, Otto. *Punição e Estrutura Social*. Rio de Janeiro: Revan/ICC, 2004.

SIMON, Jonathan. *Poor Discipline: parole and the social control of the underclass, 1890-1900*. Chicago: Chicago Press, 1993.

_____. *Governing Through Crime: How the war on crime transformed American Democracy and Created a culture of fear*. New York: Oxford Press, 2007.

WACQUANT, Loic. *Punir os Pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos - a onda punitiva*. Rio de Janeiro: Revan/ICC, 2007.

.....

* Jackson Silva Leal

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE UNESC. CRICIUMA, Brasil

Resumen de ponencia

A VIOLÊNCIA ARMADA COTIDIANA COMO DETERMINAÇÃO SOCIAL DA SAÚDE DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES RESIDENTES DAS PERIFERIAS URBANAS DO RIO DE JANEIRO.

*Leonardo Possidonio Domingos

Este projeto de pesquisa, dissertação, está em fase inicial de desenvolvimento no programa de pós-graduação stricto-sensu da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca (FIOCRUZ) na área de concentração Sociedade, Violência e Saúde.

O interesse por esta problemática teve gênese na prática profissional deste autor, nas suas reflexões enquanto assistente social do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, e no período enquanto estudante do programa de pós-graduação lato-sensu de Direito Especial da Criança e Adolescente da Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Partimos de um ponto de partida em que o Estado brasileiro adotou e institucionalizou a constituição de direitos fundamentais do ser humano, principalmente, através da promulgação da Constituição Federal de 1988.

Isto se materializou com maior desenvoltura no período pós-ditatorial militar, trazendo consigo um aparato jurídico-assistencial-médico, ou seja, novas normativas, programas e equipamentos.

Este período marca, também, uma mudança radical nos direitos das crianças e adolescente com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal 8069/1990) e a doutrina da proteção integral, superando-se o código menorista.

Neste mesmo as periferias urbanas do Rio de Janeiro, espaço residencial de populações pauperizadas e destituídas da presença e/ou pleno funcionamento dos equipamentos de políticas públicas, tornam-se terreno constante de confrontos bélicos entre instituições de segurança pública e organizações paraestatais, caracterizando uma situação de violência armada cotidiana.

Pretendemos analisar quais os impactos que estes conflitos bélicos podem trazer (ou trouxeram) para a saúde de crianças e adolescentes residentes destas regiões. Esta propositura poderá encontrar indícios de que seu objeto de investigação, afetado pela violência bélica e institucional, traz consigo consequências temporárias e/ou permanentes para sua saúde.

Nossos objetivos são compreender a violência armada como determinação social da saúde de moradores das periferias urbanas. Verificar se a exposição cotidiana a essa violência armada (coletiva) pode acirrar a vulnerabilidade e afetar o curso de vida da criança e do adolescente, neste caso (1) no desenvolvimento nas áreas, por exemplo, da cognição, linguagem, desempenho escolar e desenvolvimento sócio emocional e (2) se há uma relação de causa e efeito, por exemplo, com doenças cardiovasculares, distúrbios nutricionais, transtornos psiquiátricos, etc

Acredita-se que este tema tem forte relevância tendo em vista o contexto sociopolítico em que toda população residente das periferias estão inseridas e, conforme nosso recorte, se as crianças e adolescentes foram mais afetadas tendo em vista que normativamente são detentores de uma proteção integral e superioridade em seus direitos

Portanto servirá de análise concreta da atuação, ausências e omissões do Estado brasileiro, em determinado espaço e tempo, no que se refere à infância e juventude. Poderá ajudar a vislumbrar as consequências que esta população sofreu e que ainda sofrerão no futuro.

Igualmente, a presente proposição teve gênese na reflexão teórica advinda da prática profissional que pretende continuar a ser uma via de mão dupla: responder a inquietação profissional e concomitantemente desenvolver uma nova práxis como servidor público do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro cujo público alvo é crianças e adolescentes

Este trabalho deverá utilizar bibliografia adequada para o tema em que possa subsidiar e orientar a pesquisa e dissertação a ser realizada. Utilizaremos acervo pessoal e bibliotecário para este fim.

Igualmente, pretendemos utilizar as normativas pertinentes e correlatas ao tema como fontes fundamentais para o desenvolvimento do trabalho. Outrossim, esta pesquisa poderá ser também descritiva posto que almejamos recorrer ao uso de análise documental sobre nosso objeto de estudo.

BIBLIOGRAFIA

DOMINGOS, Leonardo Possidonio. Práxis profissional: reflexões e desafios no serviço social. Brasília: ABEPSS, 2012.

DOMINGOS, Leonardo Possidonio. Modelo capitalista brasileiro, direitos e políticas públicas de proteção à criança e adolescente: limites e possibilidades, principais consolidações, retrocessos e desafios no período pós-ditadura militar. Rio de Janeiro: FSS/UERJ, 2016.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Impacto da violência na saúde dos brasileiros. Brasília: Ministério da Saúde, 2005.

NETTO, José Paulo. Ditadura e Serviço Social - Uma análise do serviço social no Brasil pós-64. São Paulo: Cortez Editora, 2006.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. Economia Política - uma introdução crítica. São Paulo, Cortez Editora, 2007.

PACHECO, Márcia M. D. R.; SANTOS, Heloísa V. Fatores de Risco ao desenvolvimento da criança: da visão Biomédica a visão psicossocial. Taubaté: UNINDU, 2012.

RIZZINI, Irene. RIZZINI, Irene. O século perdido - Raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil. São Paulo: Cortez Editora, 2011.

ZALUAR, A. Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

.....

*** Leonardo Possidonio Domingos**

ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA SÉRGIO AROUCA / FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ ENSP/FIOCRUZ. Rio de Janeiro, Brasil

Resumen de ponencia

ACCIÓN POLÍTICA, EMANCIPACIONES Y VIOLENCIAS EN EL POSMARXISMO. MAX WEBER, MAURICE MERLEAU-PONTY Y ETIENNE BALIBAR EN DISCUSIÓN.

*Christian Julián Fajardo Carrillo

En esta ponencia propongo poner en evidencia que la acción política, como cualquier otro tipo de acción humana, tiene una relación concreta con la violencia, o, mejor aún, con cierto tipo de violencia. Ahora bien, esta relación no es del todo clara y no está exenta de paradojas y aporías. La razón de esta dificultad consiste en que la política es una forma de acción eminentemente democrática y emancipatoria que, a pesar de que lucha en contra de formas de violencia estructural (económicas, culturales y jurídicas) no puede, en todo caso, deshacerse o dejar de desencadenar ciertas formas de violencia. Sin embargo ¿Cómo comprender la lógica de las violencias estructurales frente a las cuales se enfrenta la política? ¿Con qué tipo de medios cuenta la acción política para poner en evidencia que las sociedades producen exclusiones, idealidades y violencias? Y podemos agregar también esta pregunta crucial: ¿Cómo caracterizar los medios de la política que luchan en contra de las violencias que producen exclusiones y dominación, a sabiendas que estos medios traen consigo, a pesar de todo, cierta violencia? Para responder a estas preguntas propongo centrarme en tres horizontes conceptuales.

El primero de ellos tiene que ver con el carácter conflictivo que trae consigo la acción humana en un mundo compartido. Para desarrollar esta dimensión conflictiva de la acción, nos serviremos de la noción weberiana de “acción social” desplegada en la conferencia titulada “La política como vocación” (Politik als Beruf) y en la “Ética protestante y el espíritu del capitalismo”. Allí podremos ver que los seres humanos se sirven de medios violentos para poner en marcha sus “tipos ideales”. Anudada a esta aproximación, también haremos referencia a cómo, desde un horizonte posmarxista, Merleau-Ponty y Balibar tienen presupuestos similares a los del sociólogo alemán. En esa medida, daremos cuenta que los dos autores franceses están dispuestos a aceptar que existe cierta relación irreductible entre formas de violencia y la acción humana. Por ejemplo, para Merleau-Ponty, siguiendo el prefacio a su obra “Humanismo y terror” los seres humanos tienen la maldición de habitar una vida en plural (maléfice de la vie a plusieurs) porque para cualquier grupo de personas, así sean productores de su propio mundo, las consecuencias y resultados de sus acciones siempre serán inesperadas. Precisamente para este filósofo la perspectiva marxiana rechaza cualquier vínculo entre acción humana y no-violencia porque “al enseñar la no-violencia se consolida una violencia establecida, es decir, un sistema de producción que torna inevitables la miseria y la guerra” (Merleau-Ponty, 2010). De acuerdo con esta postura, es preciso asumir que hay cierta conflictividad social que no deja reconciliar definitivamente a la sociedad consigo misma.

Ahora bien, en un segundo momento, me detendré en la acción política. Siguiendo entonces los postulados de Weber, Merleau-Ponty y Balibar sostendremos que la política tiene como principio cierta capacidad de luchar en contra de una serie de violencias estructurales que produce la reproducción de todo sistema (económico, jurídico, social). Pondremos así en evidencia que la política es una forma de acción humana que tiene unos presupuestos y unas lógicas específicas que la diferencian de cualquier otro tipo de acción social. De acuerdo con esta advertencia sostendremos que el principio de la acción política es la emancipación. Este principio está ligado a cierta comprensión conflictiva de la democracia.

Finalmente, en la tercera parte de la ponencia me gustaría desplegar una discusión en cómo la acción política a pesar de que lucha en contra de las formas de violencia estructural, no reivindica una suerte de no-violencia. Siguiendo esta sugerencia, mostraré que la labor de una ciencia social crítica tiene un imperativo que es actual y completamente apremiante. Esta tarea consiste en realizar una "fenomenología de las violencias". Esta es sin duda una de las apuestas del pensamiento de Marx más valiosas, pues para él no habiendo una violencia general, existen, más bien tipos y formas de la violencia. A la ciencia social crítica le correspondería la labor de diferenciarlas para mostrar que existe una acción que lucha en contra de las violencias que producen exclusiones radicales, sobre-explotaciones y formas de desposesión.

.....

* Christian Julián Fajardo Carrillo

Pontificia Universidad Javeriana PUJ. Bogotá, Colombia

Resumen de ponencia

ACTORES DE VIOLENCIA, ESTIGMAS TERRITORIALES Y MEMORIAS SIN ARCHIVO, EN LOS MÁRGENES DEL ESTADO ECUATORIANO

*Juan Pablo Pinto Vaca

Este trabajo se aproxima a los asesinos por encargo y su universo social y simbólico en Chone (Manabí-Ecuador), una localidad ubicada en los márgenes geográficos, de legalidad y legibilidad estatal. En primer lugar, muestra cómo se ha construido una geografía imaginaria entorno a Chone y Manabí, a partir de la cual se ha concebido periódicamente a estas localidades como ingobernables y anómicas, susceptibles a ser pacificadas a través de la intervención policial y militar, de aquí que se hayan producido estigmas sociales y territoriales en la región y la población. La estigmatización histórica de Chone y Manabí como sociedades y territorios “ingobernables” que periódicamente deben ser “pacificados” obedece a la recurrencia de procesos locales y provinciales considerados “anómicos” por los tradicionales centros de decisión política: 1) la insubordinación con la que fue adscrita la diferencia étnica durante el régimen colonial; 2) los permanentes levantamientos para que se abolieran los tributos durante el régimen colonial y poscolonial; 3) los conflictos por ser, junto a Quito, Guayaquil y Cuenca, uno de los núcleos políticos económicos durante el proceso formativo de la República; 4) el liberalismo radical (1880-1920) que tuvo como epicentro a Chone y Manabí; 5) los grupos de campesinos armados conocidos como “montoneras”, que fueron las fuerzas de choque del liberalismo radical; 6) el surgimiento de Los Tauras (1940-1970), que eran grupos de caciques locales que junto a sus jornaleros armados operaron en la zona para sostener su dominio territorial y económico; 7) los múltiples bandidos con cierto aire mítico y épico que surgieron en la zona (como “El Justiciero” o “Don Macario Briones”); 8) Las bandas delictivas que desde allí se expandieron a nivel nacional, como el grupo Los Quesero y el grupo Los Choneros a partir del año 2000, el cual acumuló tanto poder que incluso amenazó a Rafael Correa, el entonces presidente de Ecuador.

En segundo lugar, este trabajo analiza la presencia histórica de asesinos por encargo en dicha región y muestra cómo estos actores de violencia se articularon en distintas coyunturas a grupos de poder locales que en su momento regularon las relaciones sociales en la zona, lo que evidencia que el Estado no es esa entidad monolítica presente del mismo modo en el territorio y que en los márgenes del Estado pueden emerger grupos fácticos que lo sustituyen o a quienes se les delega funciones que le corresponden al Estado (una suerte de “estados por delegación”). Estos procesos, no obstante, obligan a adoptar cierta cautela, ya que no se inscriben en la noción ideológica de los “Estados fallidos” ni se circunscriben solo a los “sures globales”. Aquí se propone que estos procesos deben ser pensados no como una anomalía o excepción, sino como una regla.

En tercer lugar, este trabajo muestra que las aproximaciones disciplinarias hacia al asesinato por delegación en América Latina y en Ecuador se han centrado en su vertiente moderna: el sicariato. No obstante, propone que en determinados contextos esta práctica es antigua. En Ecuador, por ejemplo, el sicariato se tipificó como delito en 2014, sin embargo, en Manabí y Chone el asesinato por encargo muestra cierta densidad histórica. De aquí que se analizarán las rupturas y continuidades de las racionalidades y regímenes de sentido a partir de los cuales los asesinos por encargo han justificado su actividad criminal; y además, se mostrará que estos elementos se han reconfigurado cuando se oscila desde los asesinos por encargo “tradicionales” (“enganchados”, “destajeros” y “tronqueros”) hacia los “modernos” (sicarios).

En cuarto lugar, muestra cómo estos actores y procesos en torno a la muerte no han tenido cabida en la historia letrada oficial local y provincial, pues forman parte de un mundo no escrito que solo ha podido mantenerse vivo a través de una memoria oral que se abre de forma exclusiva en redes de sociabilidad afectiva. A su vez, este trabajo muestra que las memorias sin archivo en torno a la violencia y sus actores se han trasladado de un régimen oral a un régimen visual, sin que ello suponga un proceso de sustitución o reemplazo, ya que habitantes de la zona han producido, desde 1994 hasta la actualidad, varias películas populares que han narrado dichas experiencias y han traducido visualmente imaginarios locales. De esta forma, las memorias subterráneas individuales y colectivas se han rearticulado en filmes como *Avaricia* (2000) *Barahúnda en la Montaña* (2003), *Sicarios Manabitas* (2004), *Tráfico y secuestro al Presidente* (2008) y *Ángel de los sicarios* (2012).

Para concluir, en quinto lugar, se mostrará que estas cinematografías populares, a pesar de codificar procesos de alta complejidad a nivel local y de sacar a la luz lo que la cultura letrada ha dejado en la sombra, no son captadas ni entendidas en su especificidad, porque al circular por otros regímenes de sentido, impregnados por miradas clasistas y racistas, son reducidas a simples espectáculos de sangre, muerte y violencia, que refuerzan los estigmas territoriales trazados históricamente sobre la región.

Esta investigación de corte antropológico se basa en: 1) historias de vida de asesinos por encargo; 2) entrevistas a actores que de forma directa o indirecta conocieron de sus actividades; 3) revisión hemerográfica de diarios locales y nacionales contemporáneos; 4) trabajo en archivos y fondos documentales locales; 5) análisis de películas populares que se han producido en la localidad desde 1994; 6) etnografía situada en las zonas de estudio

.....

*** Juan Pablo Pinto Vaca**

División de Ciencias Sociales y Humanidades. Universidad Autónoma Metropolitana - Unidad Xochimilco - DCSH/UAM-X. Xochimilco, México

Resumen de ponencia

ALGORITMIZAÇÃO DO COTIDIANO: IMPACTOS SOCIAIS DE ALGORITMOS COMPLEXOS DE AVALIAÇÃO DE RISCO NO SISTEMA DE JUSTIÇA AMERICANO

*Iara Passos

Cada vez mais se utilizam métodos computacionais de automação presentes nas mais diversas esferas da sociedade. De modo que algoritmos têm estado cada vez mais presentes no cotidiano, sendo perceptível uma algoritmização de processos e práticas. Esses algoritmos pretendem automatizar e otimizar processos: nas relações entre indivíduos, meios de comunicação, empresas privadas, organizações não-governamentais, instituições governamentais, entre outros - e todas as possíveis combinações entre esses grupos.

Desde 2002, algoritmos têm sido utilizados por sistemas de justiça das jurisdições de estados dos EUA - em 2013 haviam mais de 60 algoritmos sendo utilizados nos diversos sistemas correcionais dos EUA para calcular reincidência geral (crimes não específicos) em infratores adultos (maiores de 18 anos). Esses algoritmos, conhecidos como algoritmos de avaliação de risco, pretendem diminuir os índices de reincidência, estimando quais infratores têm maior risco de cometer uma futura infração e, assim, demandarem uma maior necessidade de intervenção. O score final gerado por esses algoritmos é calculado com base em alguns fatores de risco como, por exemplo, saúde mental, comportamento, vizinhança que frequenta, empregabilidade, histórico familiar, uso de substâncias ilícitas, etc. Porém, quase nenhum algoritmo utilizado adiciona ao cálculo final os fatores de prevenção - aqueles que diminuiriam a probabilidade de infração - assim como não consideram fatores de níveis macro.

Métodos de avaliação de risco já eram amplamente utilizados pelo sistema de justiça desde o início do século XX, mas de forma não estruturada - já que, em sua maioria, não havia uma lista de verificação ou protocolo para completar a avaliação de risco. Nos anos 1970, após diversas pesquisas terem identificado fatores que aumentariam o risco de reincidência, há um avanço nessas técnicas de avaliação de risco, mas são baseadas principalmente em variáveis estáticas (sexo, idade e antecedentes criminais). Posteriormente, definida como a terceira geração de avaliação de risco, é adicionado fatores dinâmicos - comportamento e uso de substâncias - aos fatores estáticos, o que atribui um fator de mudança e permite identificar possibilidade de tratamento para os indivíduos. Por fim, a atual geração de ferramentas de avaliação de risco adicionam técnicas e algoritmos complexos no cálculo dos fatores de risco.

Além do mais, os fatores considerados no cálculo dos escores finais desses algoritmos são fundamentados em vieses já há muito estabelecidos - e criticados - no sistema de justiça e prisional, pois focam em características de apenas um tipo de infrator - em sua maioria negros e moradores de bairros pobres. Dessa forma, excluem, por exemplo, criminosos sexuais, que, em sua maioria, possuem um padrão diferente dos infratores considerados de alto risco por esses algoritmos. Uma outra questão

importante é que não há uma transparência de como é realizado o cálculo do escore, não sendo possível ao infrator contestar o escore imputado - as empresas são privadas e detém a patente do software, não sendo possível ter acesso ao código.

É imprescindível o debate sobre essas tecnologias e o impacto que inferem nas diversas esferas da sociedade pois, apesar de estarem sendo utilizados no cenário do sistema de justiça dos Estados Unidos, é saliente que esses métodos e técnicas logo podem ser exportados e implementados nos países da América Latina, impactando o cenário do sistema de justiça e prisional desses países.

Esse trabalho pretende discutir os impactos sociais desses algoritmos de avaliação de risco no sistema de justiça criminal dos EUA. Como metodologia será utilizado análise documental de leis e relatórios dos algoritmos de avaliação de risco atualmente presentes no sistema de justiça dos EUA, revisão bibliográfica referente a utilização de algoritmos nas diversas esferas do cotidiano. Também pretende-se analisar o debate que vem se realizando na mídia referente a algoritmização dos processos e práticas do cotidiano.

.....

*** Iara Passos**

Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Rio Grande do Sul - PPS/UFRGS. Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil

Resumen de ponencia

APEGO Y TRASTORNOS MENTALES

*Marbell Martínez Quiroga

Apego y trastornos mentales

1. Análisis del apego desde Herman, Rygaard y Ogden
2. Cifras y comentarios sobre violencia intrafamiliar, infantil y abuso sexual en Colombia
3. Contención y sensibilidad materna (Bion, Winnicott, Ainsworth)

Se desarrolla un análisis sobre vínculo primario como fenómeno relacional que funda las bases para el desarrollo físico y psicológico del menor. En este sentido, se observan algunas posibles consecuencias para la vida futura del mismo, si este vínculo primario no responde como es lo esperado. Es claro, que es difícil encontrar en una diada madre-hijo, un apego seguro, pero se habla de por lo menos, vínculos primarios más o menos adaptativos, que permitan al niño y a la madre desarrollarse física y psicológicamente de manera sana, con bienestar y ser funcionales socialmente. Este análisis se hace desde el punto de vista de psicólogos clínicos que han trabajado durante varios años con población víctima de abusos a sus derechos, adultos y niños. También se hace un análisis de la importancia de la cuestión para Colombia y finalmente, se propone el tema de la sensibilidad materna como potenciador del vínculo primario.

Varios autores de la psicología clínica y social como Bowlby y Bion coinciden en que el establecimiento de un vínculo seguro y de confianza entre madre e hijo, favorece el desarrollo de una personalidad sana, permite la adquisición de herramientas de regulación emocional y habilidades interpersonales. Al mismo tiempo, se afirma que en tanto el vínculo primario esté basado en la negligencia, la violencia y la ambivalencia, el menor desarrollará patrones alterados de conducta que le van a dificultar desenvolverse socialmente, autorregularse y habrá más probabilidades de desarrollar trastornos mentales (Ogden, Minton y Pain, 2009; Herman, 1992; Rygaard, 2008).

Judith Herman (1992), habla sobre cómo los niños que crecen en un ambiente de abuso crónico, de absoluto control y dominación, terror y contradicción, desarrollan apegos patológicos a quienes los abusan y los descuidan, apegos que se esfuerzan por mantener. Deben aprender a adaptarse para sobrevivir, generalmente usando defensas disociativas, desarrollando una identidad fragmentada y regulando de manera patológica los estados emocionales. Estas estrategias generalmente se prolongan hasta la vida adulta, lo que aumenta las dificultades para funcionar socialmente de manera adecuada y mantiene el sufrimiento emocional, que en muchos casos se manifiesta a través de enfermedades físicas o trastornos mentales en

la vida adulta.

Rygaard (2008), desarrolla un análisis de las causas y modo de intervención del Trastorno de Apego Reactivo que se manifiesta como la capacidad limitada para responder de forma adecuada tanto social como emocionalmente. La mayoría de los niños que desarrollan este trastorno, han sido desprovistos de atención, cuidados parentales y contacto en los primeros años de vida. El autor considera que ellos no son antisociales como la mayoría los califica, sino que son presociales, es decir, tienen ausencia de comprensión social. Los adultos que desarrollaron TAR cuando eran niños, suelen manifestar trastornos de personalidad, conducta antisocial, depresión, automutilación, enfermedades autoinmunes, etc. Cuando son adolescentes manifiestan los mismos síntomas que cuando eran niños, es como una nueva crisis. Su propuesta terapéutica la describe como “un conjunto de herramientas destinadas a proporcionar una base segura para el niño”.

Según Ogden, Minton y Pain (2009), las alteraciones tempranas en el apego, generan efectos duraderos en disminución de la modulación de la activación fisiológica, el afrontamiento al estrés y en el desarrollo de relaciones sanas. La capacidad de regulación es la base sobre la que se desarrolla el sentido funcional de la propia identidad. Es la madre la que regula el estado de activación del niño manteniéndolo en un estado óptimo. Dependiendo de la estructura del apego, los niños se pueden orientar más a la autorregulación o a la regulación relacional.

Pareciera que situaciones con estas características fueran extrañas o “casos aislados”, pero en la práctica clínica, muchos profesionales encuentran que es muy común. Además, según el informe de Medicina Legal (2017) en Colombia, en 2016 se conocieron 26.473 eventos de violencia ocurridos en el contexto familiar, sin incluir la violencia de pareja. De estos, el 38,08 % de las víctimas fueron niños, niñas y adolescentes. De ese porcentaje de NNA víctimas, el 90% de los agresores son parientes de los menores y de estos parientes, el 58% están representados por la madre y el padre. Esto, sin tener en cuenta la cantidad de abusos que no se denuncian, especialmente los de las zonas rurales. En la zona rural Colombiana, donde la educación y servicios de salud son limitados, muchos padres continúan practicando la crianza con violencia, naturalizándola hasta el punto en que se presentan abusos sexuales contra hijas, sobrinas y nietas, sin que nadie haga algo al respecto, empezando por las autoridades competentes quienes se excusan frecuentemente diciendo “eso pasa todo el tiempo”.

Teniendo en cuenta que el vínculo de apego es esencial en la formación de la personalidad y la adquisición de mecanismos de afrontamiento, es necesario hablar sobre la contención y la sensibilidad materna como indicadores de vínculo de apego seguro. También es clave reconocer que estos fenómenos son atravesados por el contexto cultural en el que se encuentre la madre que los practique. Tan solo en Colombia, con la multiplicidad de comunidades, tradiciones, etnias y la riqueza de prácticas al momento de la crianza, varía mucho de una región a otra. Esto es importante tenerlo en cuenta a la hora de intervenir en una población para saber cuáles de esas prácticas se pueden retomar y aprovechar y cuáles es necesario intentar

cambiar.

En relación con la promoción de prácticas de crianza y establecimiento de vínculos primarios menos dañinos, se tienen en cuenta conceptos como: contención emocional: la capacidad de los padres o adultos responsables para facilitar y propiciar el desarrollo emocional de sus hijos, tolerando la expresión de afectos y angustia (Luzzi, 2009), la contención materna de Bion que alude a la regulación de la satisfacción y la frustración que la madre debe manejar en el menor, Winnicott con el término madre suficientemente buena, pues ella debe ser el sostén del niño no solo físico sino mayormente emocional. Sensibilidad materna, que es la habilidad de la madre para darse cuenta, interpretar y responder adecuadamente a las señales del infante (Ainsworth, Blehar, Waters & Wall, 1978, citados en Salinas-Quiroz y Posada, 2015). Y finalmente, desde el estudio de las prácticas de crianza, Aguirre (2013) pone de relieve el control y el apoyo que se deben prestar al menor desde el nacimiento hasta la adolescencia.

Referencias

Aguirre D., E. (2013). Relación entre crianza, temperamento y comportamiento prosocial en padres de familia de niños de 5º y 6º grado de la educación básica, pertenecientes a seis estratos socioeconómicos de Bogotá D. C. (Tesis de doctorado). Universidad de Manizales, Manizales.

Herman, J. (2004). Trauma y recuperación: Cómo superar las consecuencias de la violencia. Madrid, Espasa-Calpe.

Instituto Nacional de Medicina Legal y Ciencias Forenses. (2017). Informe de Indicadores de Gestión. Segundo Trimestre de 2017. Recuperado de: <http://www.medicinalegal.gov.co/documents/20143/182023/informe+segundo+trimestre+de+2017.pdf/dd170588-236c-37aa-c032-b57e9ecdee45>

Luzzi, A. (2009) Estudio de la capacidad de contención emocional de padres o adultos responsables incluidos en grupos de orientación. Memorias del Primer Congreso Internacional de Investigación y Práctica Profesional en Psicología y Quinto Encuentro de Investigadores en Psicología del MERCOSUR. T I, 71-73. Facultad de Psicología, UBA

Ogden P; Minton, K; Pain, C. (2006). El trauma y el cuerpo: Un modelo sensorio motriz de psicoterapia. Bilbao: Desclée de Brouwer.

Rygaard N. P. (2008). El niño abandonado: guía para el tratamiento de los trastornos del apego, Barcelona, Gedisa.

Salinas-Quiroz, F. & Posada, G. (2015). MBQS: Método de evaluación para intervenciones en apego dirigidas a primera infancia. Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud, 13 (2), pp. 1051-1063.

.....

*** Marbell Martínez Quiroga**

Instituto de Estudios Políticos y Relaciones Internacionales. Universidad Nacional de Colombia - IEPRI/UNAL. Bogotá, D.C., Colombia

Resumen de ponencia

APUNTES PARA PENSAR LA AUTORIDAD DE LAS MUJERES POLICÍAS DE LA PROVINCIA DE CÓRDOBA

*Florescia Rodríguez

La presente ponencia aborda algunas reflexiones sobre el ejercicio de la autoridad en el proceso de profesionalización de las mujeres Policías de Córdoba. Es necesario aclarar que se enmarca en un proyecto doctoral de reciente iniciación. En este se pretende comprender las prácticas y sentidos que circulan en la institución policial, especialmente aquellos presentes en las relaciones de subordinación y autoridad en la profesionalización de las mujeres integrantes de la fuerza. Por ello se inscribe en la corriente de estudios de policía que busca “reflexionar sobre las condiciones que producen sus modos de hacer y de pensar” (Frederic y otros, 2014:22).

Desde esta posición que pretende comprender prácticas y sentidos situados, Sirimarco (2009) se aleja del estudio de la moral o la ética para acentuar la encarnación corporal de la producción del “sujeto policial”. Ella plantea un ideal que no sólo es un sujeto institucional, sino que también se forja como un sujeto masculino. El cuerpo individual se subordina al cuerpo político-social que va delineando y avalando cierta forma de ser y actuar dentro de la agencia policial. Se presta desmesurada atención a la apariencia de masculinidad, importando así las marcas que testimonian la virilidad. Es más, la masculinidad se constituye como la condición de actuación del sujeto policial, significando cualidades que se consideran inherentes a dicha labor. Pero esto no implica aludir unívocamente a los varones, ya que al retomar la definición de Segato entiende que “los géneros no son más que el registro en el cual nos instalamos al ingresar en una escena, donde masculino y femenino son posiciones relativas, más o menos establemente representadas por las anatomías de hombres y mujeres en la vida social en cuanto signos de esa diferencia estructurada. Pero no necesariamente” (Sirimarco, 2004). En consecuencia, el género no es una entidad empíricamente observable, sino un registro desde el cual insertarse en la trama de relaciones. Las mujeres policías, socializadas en los valores de la institución, tenderían a posicionarse a partir de un discurso y una actitud que incorpore el imperativo de la virilidad (activo, prepotente, desafiante) y copie el lenguaje masculino para generar autoridad.

Garrida Zucal agrega que esos “gestos, modismos, usos del cuerpo que remiten a lo masculino ensamblan al policía ideal. Este ideal, representante de la viril masculinidad, del arriesgado trabajo en la búsqueda de peligrosos malvivientes, del uso de la fuerza, es escenificado hasta por aquellos que no encajan en ese molde” (2013:484). Tener un cuerpo varón parece presuponer la capacidad de ser policía, mientras que el de la mujer carecería de las condiciones necesarias. Las policías deben demostrar su idoneidad para el cargo y en esas acciones radicaría su desfeminización. Las tareas policiales, especialmente las operativas, parecen no poder coexistir en un cuerpo de mujer, que institucionalmente está asociado con lo femenino, lo civil y lo pasivo. Lo policial, de carácter ideal, es entonces inherentemente masculino. Sin embargo,

investigaciones más recientes (Calandrón,2014; Garriga Zucal,2013) plantean que no sucede esta pretendida desfeminización y masculinización de las prácticas de las mujeres.

En concreto, Calandrón (2012) plantea una postura teórica que habilita pensar otras estrategias que las mujeres adoptan para obtener autoridad entre sus pares policías. Para esto retoma a Cornwall y Lindisfarne quienes discutieron el sentido unívoco de la masculinidad, mostrando diferentes modos en que aparece y opera en la socialización. Así, la autora se aleja de la noción normativa del género, en pos de un concepto que incluya identidades cambiantes, múltiples y contradictorias. La complejidad de la masculinidad también se encuentra dentro del espectro de lo que se puede afirmar como feminidad. Por ende, aquellos rasgos o atributos que se consideran femeninos en un espacio social, pueden no serlo en otro. De esta manera, es válido considerar que esos rasgos o modos que serían leídos como “masculinos” son, en realidad, parte de la profesión policial y de las prácticas que ella conlleva. Calandrón estudia el “uso estratégico de rasgos-particulares en cada caso considerados bienes femeninos válidos para agenciarse y conseguir estabilidad profesional o ascenso económico a través de las relaciones” (2012:97). Esta heteroafectividad puede presentarse de diversas maneras: en la relación entre pares, algunas reconocieron que los varones las trataban como la hermana menor a la que debían proteger; como superior, los subordinados podían considerarla como una madre que cuida de ellos; y también desde la retórica del cuidado, algunas mujeres replican un lugar doméstico dentro del espacio laboral al encargarse de las tareas relacionadas a la comida y la limpieza. Asimismo, la sexualidad y la erotización del cuerpo de la mujer implica un uso de la feminidad que tiene consecuencias en el espacio laboral. Este recurso es válido para ambos géneros. Calandrón (2014) sostiene que la sexualidad no es una cuestión privada, ya que las conductas sexuales están asociadas a valoraciones morales que exceden lo exclusivamente sexual. Se configura una nueva escala de autoridad en donde convergen elementos formales como la jerarquía con estas valoraciones morales. Además, es necesario considerar que la división del trabajo propia de la organización policial genera principios de diferenciación entre los miembros de la fuerza que impactan en el ejercicio de autoridad. Es más, no hay un único sujeto policial, sino que las experiencias registradas dan cuenta de una heterogeneidad. No hay una sola manera de ser policía y los destinos en los que se asientan las trayectorias laborales van moldeando los principios de identificación. Una primera gran diferenciación es la de tareas administrativas o de seguridad. Esta división del trabajo se asocia a roles de género, “especialmente en los modos de definir normativamente las características de cada actividad” (Garriga Zucal,2013:485). Así, se observa una feminización de las tareas administrativas y, paralelamente, una masculinización del trabajo “de calle” u operativo. Esto sucede sin importar el género de quien realice esa actividad. El sujeto policial ideal hace referencia a un tipo de masculinidad específica, vinculada al patrullaje, los allanamientos, los tiroteos y otras prácticas policiales de gran peligrosidad. Supone tener capacidades corporales suficientes para hacer frente al riesgo que asumen. Es un rol activo en contraposición del pasivo e intelectual que está asociado a lo administrativo. Esta distinción de activo/pasivo se sustenta en una distinción de género que opera en el ámbito de las representaciones.

La institución policial requiere de ambas caras del hacer policial, tanto lo operativo como lo administrativo. Al interior se jerarquiza el personal al diferenciarlo entre

cuerpo de seguridad, profesional y técnico (Ley 9728). En la jerga policial se denominan “azules” y “blancos”, haciendo referencia al color del uniforme o la chaquetilla médica. Asimismo, opera una segunda diferenciación hacia dentro de los “azules” entre quienes efectivamente se dedican al trabajo “de calle” y quienes hacen tareas administrativas, ya sea en la comisaría o en otro destino. Algo similar sucede con las profesionales, reconocidas como administrativas, aun cuando pueden formar parte de operativos, por ejemplo psicólogas trabajando en las negociaciones de rehenes. El estatus normativo no asegura su identificación como de seguridad o no. Entonces, las posiciones en la organización van a moldear y dar lugar a determinadas maneras de autoridad y obediencia, por lo que será necesario prestar atención a esta dimensión. No solo se caracteriza por lo genérico sino que el recorrido de cada agente abonará a su experiencia y forma de relacionarse.

En el primer acercamiento al campo, aparecen emergentes para pensar esta profesionalización de las policías en relación a su género. Las diferentes entrevistas parecen sostener las dos posturas teóricas. Por un lado, una “azul” reconoce que optó por “ser un varoncito más” para ser exitosa profesionalmente dentro de la patrulla. Ella no solo dejó de “sentirse” mujer, sino que también no permitió que otros la valoraran como femenina. Esta estrategia le permitió no constituirse como objeto de deseo sexual de sus compañeros varones, con el objetivo, quizás, de evitar la desvalorización que lo femenino significa en un espacio operativo. Pero por el otro, también se encontraron relatos donde la feminidad fue la herramienta para su éxito profesional. Tal es el caso de una Oficial que, al llegar como nueva jefa de comisaría, sus subordinados no querían acatar sus órdenes. Para convencerlos dijo que sería una jefa diferente, más “femenina” por no gritar o insultarlos. Les pediría “por favor” en cada orden, pero si no cumplían serían castigados. Así, guarda cierta forma de decoro y su feminidad.

Sin embargo, es una feminidad que elimina todo indicio de debilidad, la cual puede o no estar, pero nunca debe ser demostrada. La fortaleza se logra en esa distancia con el varón y en la superación de las adversidades. Esta fuerza no es reconocida como una masculinización sino como una cuestión de carácter más vinculada a un hacer policial profesional. Asimismo, algo similar aparece en los casos de supuesta masculinización; ya que, a pesar de reconocer que suprimen rasgos femeninos, las mismas agentes la caracterizan como “neutralidad” genérica.

Finalmente, a partir de estos emergentes, se observa que el modo de ejercicio de la autoridad está atravesado por muchos elementos donde el género es uno más. Asimismo, la condición de mujer no es vivida de la misma manera por todas y no se reduce a una opción dicotómica de masculinización o no. Queda seguir preguntándose por estas otras vivencias de las policías que quedan en el medio y permiten entender sus prácticas.

.....

* Florencia Rodriguez

Instituto Académico Pedagógico de Ciencias Sociales. Universidad Nacional de Villa María - IAPCS/UNVM. Villa María, Argentina

Resumen de ponencia

AQUI O RAIOS SEMPRE CAI NO MESMO LUGAR: PERCEPÇÕES DA COMUNIDADE DO LAGAMAR EM FORTALEZA-CE SOBRE AS PRÁTICAS DE SUSPEIÇÃO E ABORDAGEM DA RONDA DE AÇÕES INTENSIVAS E OSTENSIVAS (RAIO)

*Marcus Giovani Ribeiro Moreira

Esta pesquisa teve como objetivo o conhecimento das percepções da comunidade do Lagamar em Fortaleza-CE sobre as práticas de suspeição e abordagem da Ronda de Ações Intensivas e Ostensivas (RAIO) na sua relação com a legalidade e os Direitos Humanos. Das narrativas dos moradores, decorrentes de entrevistas com eles realizadas, a perspectiva qualitativa do presente estudo propiciou o desenho do suspeito abordado pelo RAIO enquanto (auto)percepção daquela comunidade. Desenho, que socialmente elaborado, interfere na formação da fundada suspeita, balizadora na seleção da pessoa suspeita a ser abordada e na qualidade da abordagem realizada pelo agente de Segurança Pública. Nesse sentido, a partir da comunidade do Lagamar, a retomada do modelo ostensivo, bélico e militarizado, simbolizado pelo RAIO, em detrimento ao modelo de polícia de aproximação, emerge como novo paradigma da Política de Segurança Pública adotada no Estado do Ceará.

As transformações urbanas na cidade de Fortaleza, desde sua fundação aos dias atuais culminam com 1/3 de sua população, ou seja, cerca de 800 mil pessoas, vivendo em 660 favelas e 94 áreas de risco, com baixa renda e sem a prestação a contento dos serviços essenciais básicos (OLIVEIRA, 2003). Ocupa a 467ª posição quanto ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), em relação às outras cidades do Brasil, mesmo sendo a primeira do Estado do Ceará. De acordo com o Instituto de Pesquisa e estratégia econômica do Ceará - IPECE (2016), conforme o censo de 2010, cerca de 133.992 pessoas, em termos percentuais 5,46% de sua população, vivem em condições de extrema pobreza.

Cortado pelo Riacho Tauape e pelo rio Cocó, o Lagamar, é uma peça desse mosaico de desigualdades que é a cidade de Fortaleza. Os constantes alagamentos, ocasionados pelo transbordamento do riacho Tauape e do Rio Cocó, fez com que a ocupação do Lagamar ganhasse notoriedade na imprensa por suas condições de habitabilidade precária. Nos anos 1970, a cidade passou a crescer em direção à região leste, com a construção de uma Universidade privada, a Universidade de Fortaleza (Unifor), e do shopping Iguatemi. Isto exigiu do poder público um maior esforço para integrar a região leste ao centro, através da construção de avenidas e ruas que interligassem essas áreas. No decorrer dos anos de 1970 e 1980, a tônica do Lagamar era uma tensão constante entre a comunidade e o Governo do Estado, consistindo nas inúmeras tentativas deste em retirar os moradores que resistiam com ajuda da sociedade civil, através das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), movimento ligado à

igreja católica.

O Lagamar constitui-se em uma espécie de incômodo ou de empecilho para a “modernização” da cidade, pois a partir da luta de seus moradores contra a sua remoção, sob o pretexto de construção de ruas e avenidas que interligassem os bairros de classe média e alta (que cresciam na área leste da cidade) às áreas centrais do município, o bairro se consolidou. A proximidade geográfica, com os bairros de classe média e alta, além de ser passagem para o Aeroporto Internacional Pinto Martins, acentua mais ainda a interferência do Lagamar no restante da cidade, sobretudo na “Fortaleza dos ricos”, e vice-versa.

Essas relações entre as diversas “cidades” dentro de uma metrópole, ou entre os diversos territórios dentro de uma cidade nem sempre são harmônicas. A desigualdade, entre territórios e, por conseguinte, entre sua população, tornam mais evidentes as relações de poder e os conflitos, que na maioria das vezes, encontravam-se em estado de latência. É necessário, portanto, a administração dessa desigualdade entre territórios e entre populações, que são potencialmente incubadoras de “desordens sociais”. Essa ordem urbana dualizada guarda relação intrínseca com a dinâmica de Fortaleza. De um lado uma cidade turística, sem problemas de ordem sócio - urbanística, onde todos têm acesso aos direitos e por isso estão dentro dessa ordem. De outro, um território violento, onde o acesso a direitos de seus habitantes é restrito. Um lugar cravejado de problemas sócio - urbanísticos. Um “lugar - fora - do - lugar”, estigmatizado constantemente.

A partir da dualidade, mau/bom, tranquilo/perigoso, cria-se o estigma. E é a partir dos estigmas, que se tem a legitimação para suspeitar e ter medo do perigoso, do violento, do mau. Esse processo de estigmatização, ou subjetivação do estigma, traz como causa/consequência a segregação, a qual acaba se naturalizando e refletindo nas relações dos grupos sociais com o espaço urbano.

A Ronda de Ações Intensivas e Ostensiva - RAIO foi criada em 2004, com cerca de 60 homens, como uma polícia diferenciada dentro da própria polícia, com intenso treinamento operacional e tático, além de uma disciplina rígida, tendo como “marca” fundamental a utilização de motocicletas no patrulhamento e o uso de armamento pesado.

O uso da carabina demonstra o grande potencial ostensivo dessa polícia em detrimento das outras. As abordagens são realizadas com quatro policiais em três motocicletas, sendo que um desses policiais é o garupeiro portando a carabina responsável por apontar a arma para o abordado. A lógica repressiva, adstrita à própria Polícia Militar parece ser amplificada na atuação do RAIO. A possibilidade de negociação e de administração de conflitos é praticamente nula, dando espaço a uma lógica estritamente operacional, baseando-se em uma espessa hierarquia que acaba por ser um corpo estranho na concepção, pelo menos do ponto de vista formal, da atividade policial relativa ao Estado democrático de direito.

Em se tratando do RAIO, enquanto emblema do modelo bélico militarizado da Política de Segurança Pública cearense, o mesmo ganha simpatia e legitimidade da sociedade, enquanto uma “polícia de resultados”, ou uma polícia que “resolve” rápida e cirurgicamente os conflitos sociais, identificando o criminoso e debelando qualquer atitude criminosa.

Nos dias atuais, a política de policiamento comunitário proposta pelo Programa “Ronda do Quarteirão” foi fagocitada pelo modelo tradicional, ostensivo, bélico e

militarizado, estandardizado pelo RAIO. A maciça propaganda de exaltação do RAIO, o aumento exponencial de seu efetivo (em 2004 eram 60 policiais e hoje são aproximadamente 1500), a sua interiorização e a revogação, por parte do poder público estadual da política de policiamento comunitário, através da oficialização da extinção do programa “Ronda do Quarteirão” indicam a tônica (hiper)militar, (hiper)ostensiva e da política de segurança pública implementada no Estado do Ceará e de modo mais intenso na sua capital, Fortaleza.

Postos lado a lado, o RAIO- Batalhão de elite da Polícia Militar do Ceará, enquanto estereótipo da polícia (hiper)militarizada e da eficiência em suas operações e a comunidade do Lagamar - população estigmatizada pela pobreza e pela violência - presume a existência de impressões mútuas, (re)produtoras de estigmas e estereótipos, os quais podem estabelecer a tônica de suas relações, as quais foram abordadas nesta pesquisa.

.....

*** Marcus Giovani Ribeiro Moreira**

Laboratório de Estudos da Violência. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Departamento de Ciências Sociais. Ctr. de Humanidades.. Universidade Federal do Ceará - LEV/UFC. Fortaleza, Brasil

Resumen de ponencia

ARTE PARA LA PREVENCIÓN SOCIAL DE LA VIOLENCIA, POR UNA CULTURA DE PAZ.

*Carmen Chinas Salazar

El debate público y académico respecto a la mejor manera de detener el incremento a los índices delictivos y los problemas sociales que se generan es abundante, con enfoques contrapuestos; como el reactivo y punitivo ante la delincuencia frente a propuestas preventivas que se enfocan a prevención social, situacional y comunitaria. Desde las diversas academias de la Licenciatura en Seguridad Ciudadana, de la Universidad de Guadalajara, se ha expresado la preocupación de que el enfoque de seguridad ciudadana llegue a permear en las políticas públicas; es decir, que para aproximarse a una solución de los problemas sociales de violencia y delincuencia se consideren las causas que los originan atendiendo los factores de riesgo que los generan, donde la prevención social es una manera adecuada de enfocar la prevención del delito.

A nivel institucional se han diseñado diversos enfoques y programas. En 2014 se aprobó el Programa Nacional de Prevención Social de la Violencia y la Delincuencia, mientras que en Jalisco, en mayo de 2017, se presentó el Programa Estatal de Prevención Social de la Violencia con Participación Ciudadana. Partiendo de diagnósticos, en ambos programas se identifican factores de riesgo y se formulan estrategias y acciones enfocadas en atender las causas que generan inseguridad. El desarrollo de programas de arte orientados a fomentar una cultura de paz y prevención social de la violencia está considerado dentro de las estrategias y líneas de acción del Programa Nacional de Prevención Social de la Violencia y la Delincuencia (DOF 2014), y en función de ello se han realizado distintos proyectos institucionales en el país. A la par, activistas, artistas voluntarios y líderes de comunidades han promovido -aunque de forma independiente y muchas veces autofinanciada- la idea del uso del arte como recurso para estimular la mejor convivencia humana. Con esta idea, de enero a junio de 2017, un grupo de profesores y estudiantes de la Universidad de Guadalajara, realizamos un proyecto piloto interdisciplinar denominado Arte y Cultura de paz con estudiantes de entre 12 y 14 años, en una escuela secundaria de la colonia Constitución de 1917, en Zapopan, Jalisco. En los talleres de "Arte y Cultura de Paz", experiencia de campo del proyecto de investigación de Arte para la prevención social de la violencia se trabajó con niños para facilitarles otra manera de ver el mundo a partir de construir una forma de relacionarse sin violencia.

Si bien este trabajo es un programa piloto, las experiencias de colaboración interdisciplinar y multidisciplinar al integrar un equipo con profesores de seguridad ciudadana, sociología, artes visuales y con el apoyo de un psicólogo, permite abordar desde diferentes dimensiones una problemática difícil de resolver, ¿cómo hacemos para que las nuevas generaciones encuentren una mirada positiva a un mundo que

ofrece inseguridad en sus colonias, incertidumbre en el ingreso familiar al pertenecer a familias de escasos recursos, dudas en su porvenir pues no hay garantías de una vida de bienestar y calidad como la que todo ser humano aspira a tener?.

¿Cómo hacemos para que los niños comprendan que la violencia no es normal? Que existen otras maneras de relacionarnos en sociedad y familia, qué para los problemas existen soluciones y que éstas pueden ser más sencillas de encontrar si desarrollamos trabajo colaborativo, si todos aportamos ideas desde nuestras experiencias.

La cultura de paz, en la mirada de UNESCO ofrece una manera de atender la problemática de la violencia y las relaciones que se tejen entre las personas, es una idea que acompaña el bienestar, igualdad y desarrollo como manera de construir la paz social.

Los talleres representaron ese esfuerzo, de acercarnos a la cultura de paz a través de ejercicios lúdicos que permitieran a los niños la comprensión de los conceptos de manera gradual y natural, hasta hacerlos propios.

El proyecto piloto, que se propuso interdisciplinar (sociología, seguridad ciudadana, arte, psicología), fue enfocado a generar un proceso de construcción de Cultura de paz e integración en sentido amplio, social y colaborativo, mediante estrategias de intervención sociocultural; donde el artista, como sujeto colectivo, se convierte en un actor implicado y la obra artística adopta la problemática vinculada a la condición social, proyectándose en una proposición vivencial de la realidad inmediata para ensayar otras formas de relación con el contexto bajo los principios de la cooperación y convivencia pacífica.

En el ejercicio realizado mediante talleres de arte, los niños participantes 1) hicieron consciencia del entorno social que propicia la violencia; 2) elaboraron un diagnóstico a partir de sus experiencias de los principales problemas que ven en su comunidad y familia; 3) identificaron un problema o conflicto social en el que pudieran contribuir a su solución; y, 4) en base a sus habilidades personales y del trabajo colaborativo, construyeron una obra artística propositiva.

Así, los niños crearon cuatro microhistorias que abordan problemáticas sociales, familiares y personales proponiendo soluciones basadas en los valores de cultura de paz, respeto, dialogo, inclusión, tolerancia, trabajo comunitario, pertenencia, identidad. Todo ello mediado por el arte.

Con el desarrollo de las actividades del taller, los participantes hacen aprensión de valores, actitudes y comportamientos opuestos a la violencia y a favor de la prevención de los conflictos, reflexionando en sus causas. Así mismo, se estimula el desarrollo de una consciencia crítica-constructiva para la proposición de soluciones a los problemas encontrados, meditados a través de la participación colaborativa, el diálogo y la negociación entre las personas, buscando el consenso con estricto respeto a los derechos de los demás.

.....

*** Carmen Chinas Salazar**

Universidad de Guadalajara. Sistema de Universidad Virtual SUV / UDG. Guadalajara, México

Resumen de ponencia

ASPECTOS DA SOCIEDADE DE RISCO APLICADOS AOS PROBLEMAS DA COMUNIDADE DO BAIRRO ÂNCORA, EM RIO DAS OSTRAS/RJ

*Clayson Marlei Figueiredo

Um dos principais efeitos do progresso tecnológico é a submissão das pessoas e do meio ambiente às ameaças. Desastres podem ser oriundos deste cenário, onde ameaças como a pobreza em massa, a concentração de riqueza, o crescimento do nacionalismo, do fundamentalismo religioso e das crises econômicas, por exemplo, pode resultar em guerras e catástrofes ecológicas e tecnológicas. Ao contrário do que se pensava na sociedade moderna, a geração de novos conhecimentos e de desenvolvimento não trouxe um maior controle dos riscos. No conceito da sociedade de risco, as ameaças sociais, políticas, econômicas e individuais estão escapando dos mecanismos existentes para manter a proteção da população.

Dentro da sociedade de risco, o indivíduo torna-se um ser reflexivo, que se deparando com suas próprias ações e omissões, passa a refletir e criticar racionalmente sobre si, a respeito dos efeitos das ações no passado, sobre as situações atuais e a possibilidade de ameaças futuras. O cenário de reconceituação das interações entre sociedade, ciência e tecnologia, onde a atenção aos riscos prepondera sobre os pretensos benefícios, resulta na tomada de consciência por parte do público, com a finalidade do aparecimento de mecanismos para minimizar os efeitos de viver num estado de incerteza. Os estudos sobre percepção de risco têm evoluído para auxiliar as análises elaboradas em vários campos do conhecimento, levando-se em conta que com os contextos reflexivos constituídos pelos impactos da perspectiva do risco, novos padrões cognitivos se formam, orientando as tomadas de decisões, desde as mais amplas no âmbito institucional às mais cotidianas na vida das pessoas.

A percepção de risco é um fenômeno que se processa com a concorrência da autopercepção que por sua vez está integrada a um determinado contexto coletivo que abrange a perspectiva comportamental, associada também aos fatores pessoais relacionados à capacidade da formulação cognitiva, aos aspectos afetivos e biológicos e as possibilidades de leitura e de interação com o ambiente externo. Neste moderno cenário social de análise de risco, existe o confronto produzido pelos estudos tradicionais e as teorias que questionam o paradigma do ator racional, colocando em evidência horizontes mais amplos de debate no campo institucional, além de elementos individuais de cunho psíquico.

Ao se perceberem como parte de uma sociedade e se tornarem conscientes de que evoluem juntamente com o progresso desta, as pessoas compreenderão que suas vidas não estão inevitavelmente preestabelecidas pela lógica às vezes cruel do desenvolvimento, mesmo estando expostas e condicionadas ao aumento do uso da tecnologia em seu convívio.

A sociedade de risco suscita a necessidade de um rearranjo da política que não

propagaria conspirações, ou crises, mas uma modificação da própria sociedade moderna. As instituições políticas como parlamentos, partidos, sindicatos coexistirão com práticas políticas cotidianas, caracterizadas por uma individualização dos conflitos e interesses. Tal individualização não seria sinônimo de isolamento ou solidão, mas processos em que os cidadãos produziram suas próprias demandas. A subpolítica é considerada como subsistemas políticos compostos por grupos profissionais e ocupacionais. Estes agentes colaborarão como sujeitos coletivos e sociais, assim como individualmente. A subpolítica é uma maneira alternativa e complementar de rearranjar o sistema político, através do compartilhamento do poder com coletivos e indivíduos diversos.

Localizada a 170 quilômetros da capital Rio de Janeiro, Rio das Ostras era um município com boa qualidade de vida, apesar de possuir pouca infraestrutura, segundo a opinião da maioria de seus cidadãos que somavam cerca de 20 mil habitantes no início da década de 90. Com belas paisagens de praias e montanhas, e perto de outras cidades turísticas, tornou-se o destino escolhido por vários visitantes.

Situada na região do estado onde atualmente se encontra a maior parte das indústrias petrolíferas instaladas no país, a partir desta mesma década a cidade passou a receber arrecadações de royalties e impostos, que em 2008 elevaram o município ao 4º PIB per capita do estado e 22º do Brasil, o que deveria resultar em um padrão de vida para os habitantes comparável aos países desenvolvidos. Mas a cidade experimentou um crescimento populacional descomunal, tendo uma estimativa atual de 140 mil habitantes, que sem os devidos investimentos dos poderes públicos, veio infelizmente acompanhado por inúmeros problemas.

O Brasil experimentou crescimento econômico na primeira década, mas está mergulhado em uma crise originada principalmente pela corrupção de agentes públicos por grandes empreiteiras e na má aplicação de recursos. Investimentos insuficientes em infra-estrutura, altos impostos, desemprego elevado e déficit nas contas públicas impedem que o país recupere a saúde de sua economia. O estado do Rio de Janeiro passa por uma crise ainda mais grave, com atraso de salário dos servidores e intervenção das forças armadas. Em um cenário ainda mais delicado está Rio das Ostras, devido também à crise na indústria petrolífera.

O Bairro Âncora, o mais populoso de Rio das Ostras, tem cerca de 40 mil habitantes, situados em sua maioria nas classes de menor poder aquisitivo e sofrem drasticamente com o descaso das instituições públicas. O município agiu com negligência quando aprovou o loteamento e não controlou sua ocupação irregular. Isto porque, grande parte do Âncora está localizada na área de inundação do Rio Jundiá, principal afluente do Rio das Ostras, que em épocas de chuvas intensas, atinge grandes áreas do bairro. Muitas casas na âncora estão localizadas em áreas suscetíveis a deslizamentos de terra, causados pela escavações sem controle, pelo descarte de lixo e pela ausência de dispositivos adequados de drenagem e dos efluentes sanitários, que afeta a estabilidade do solo. Outro componente que eleva muito a ameaça de deslizamento de massas é o lixo jogado nos terrenos e nas encostas.

A maioria das casas do bairro não possui rede de água, de esgoto, de drenagem e pavimentação. Ingestão, aspiração e contato com água contaminada levam a uma série de doenças causadas por organismos patogênicos. O Rio Jundiá é o principal afluente do Rio das Ostras, que atravessa grande parte da cidade e deságua em praias freqüentadas por centenas de milhares de pessoas todos os anos. O sistema de saúde

do município costuma estar saturado, principalmente durante o verão. No entanto, os maiores desastres que ocorrem no bairro são humanos, de natureza social. A omissão dos governos em relação à falta de infra-estrutura e políticas públicas no Âncora empurra para o bairro uma parcela mais vulnerável da população, que não tem condições financeiras para habitar outras regiões. A estagnação econômica e social, o agravamento da desigualdade socioeconômica, o aumento do custo de vida e da especulação financeira, o clima de insegurança coletiva e o descrédito nas elites políticas agravam as convulsões sociais, aumentando drasticamente a criminalidade. O assalto a mão armada a estabelecimentos, residências, veículos e pedestres aumentou assustadoramente, muitas vezes com vítimas fatais. Devido a grande vulnerabilidade social o consumo de drogas explode nas comunidades e na região. Com isso, o tráfico se consolidou na Âncora massivamente, atraindo a atenção de uma das maiores facções do país. Muito mais do que desastres de origem natural ou tecnológica, as tragédias humanas de origem natural matam dezenas de pessoas por ano no Bairro Âncora, além de causar danos físicos e mentais aos moradores. A sociedade assustada protesta contra a escalada do crime e da violência, enquanto tenta encontrar alternativas solidárias que preencham a lacuna deixada pelo Estado. Iniciativas individuais são tomadas para sensibilizar os cidadãos. As associações são uma maneira de reduzir a vulnerabilidade e aumentar a resiliência de uma comunidade. Elas têm o objetivo de promover a socialização dos indivíduos, promovendo reprodução, integração e transformação social, fomentando a identidade cultural e alavancando o desenvolvimento econômico. Corais, igrejas e cooperativas formam um tipo de associação conhecida como capital social. No Âncora, existem mais de cem igrejas que desempenham um papel fundamental na socialização dos habitantes. A associação de moradores também é extremamente importante, pois representa um local onde a comunidade pode levar suas demandas, bem como outras atividades. Os movimentos sociais têm a capacidade de alterar a realidade social, no plano cultural, no sentido de lutar contra as relações de poder e dominação, questionando, renomeando e redesenhando entendimentos sobre uma determinada realidade social. A Associação de Capoeira e Cultura Raízes de Bamba tem como objetivo promover a retirada das crianças da ociosidade, trabalhando com pessoas carentes, dando-lhes a oportunidade de praticar esportes e cultura artística. Outro exemplo de associação que desempenha um papel fundamental é o "Movimente-se Bairro Âncora". Este movimento social visa criar e desenvolver atividades socioculturais para impactar e promover o desenvolvimento dos moradores do bairro, formando alianças com a iniciativa pública e privada, com o objetivo de impactar e trazer mudanças e melhorias para todos os Âncora. Além de desenvolver atividades culturais das mais diversas, promove reuniões frequentes com os moradores que buscando identificar suas demandas, tentando alcançá-las através de campanhas solidárias e com órgãos públicos. Percebendo tais benefícios, a Coordenadoria de Defesa Civil concebeu o projeto de um prédio onde todas essas associações pudessem desenvolver suas atividades e reuniões, bem como a troca de experiências, além de receber cursos de qualificação profissional e inclusão digital e também um Núcleo Comunitário de Defesa Civil, uma das formas mais eficazes de reduzir a vulnerabilidade.

.....

*** Clayson Marlei Figueiredo**

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE UFF. NITERÓI/RJ, Bolivia

Resumen de ponencia

ASPECTOS PROPOSITIVOS PARA LA CONSTRUCCIÓN DE PAZ EN LOS TERRITORIOS Y LAS COMUNIDADES DEL DEPARTAMENTO DEL VALLE DEL CAUCA, COLOMBIA.

*Carlos Wladimir Gómez Cárdenas

La implementación de las políticas públicas para la Paz implica abordar los actuales desafíos de nuestra Colombia de cara al escenario de posacuerdo tras el diálogo y la búsqueda de una salida negociada al conflicto social, político y armado que vivimos desde hace más de 50 años. El escenario de construcción de paz exige la participación de actores más allá de los gobiernos y las administraciones públicas. La puesta en marcha de los cursos de acción público tendientes a la construcción de Paz precisa de la interacción de diversos actores de naturaleza estatal y no estatal.

En este contexto, la ponencia busca presentar resultados de una investigación adelantada desde la Universidad del Valle donde se sistematizaron cuatro experiencias exitosas en materia de Construcción de Paz en las comunidades y los territorios del departamento del Valle del Cauca, Colombia. Las experiencias de iniciativas gubernamentales, sociales, empresariales y eclesiásticas fueron comparadas con base a su enfoque, alcance, objetivos, metas, metodología, recursos y resultados en la disminución de las violencias de alto impacto. Dicho diálogo entre experiencias evidencia aprendizajes colectivos necesarios para la puesta en marcha de las políticas públicas para la Paz.

Los criterios para la selección de las experiencias exitosas estudiadas correspondieron al enfoque, los objetivos, las metas, la metodología, los recursos, el alcance, la población vinculada y los resultados de las mismas tendientes a la disminución de la violencia directa de alto impacto social en el departamento del Valle del Cauca durante la última década. La investigación privilegió 5 experiencias de un estudio de más de 37 adelantadas en el Valle del Cauca en los últimos 10 años. Las experiencias sistematizadas fueron: Vicaria de la Arquidiócesis de Cali (Cali) como actor eclesiástico; Fundación Cartón de Colombia (Calima Darien y Yumbo) como actor empresarial; Comando de los Sueños (Sevilla) como actor no gubernamental; y la experiencia del Municipio de Versalles como actor gubernamental.

Las diferentes experiencias estudiadas aportan elementos a la construcción de paz en los territorios y las comunidades del departamento del Valle del Cauca. Sin embargo los resultados en la transformación de los conflictos de estas experiencias pueden llegar a ser valorados a pequeña escala en un nivel micro social. A pesar de las alianzas establecidas con otros actores más allá del territorio y las comunidades del departamento, las experiencias no han logrado trascender de sus micro ámbitos sociales. Esta situación dificulta el avance de la construcción de paz no solo en

términos empíricos, sino también como campo de investigación.

Los enfoques de trabajo de cada una de las experiencias a pesar de estar orientados hacia lo individual, lo social, lo cultural o lo económico, se relacionan y comparten el paradigma de la no violencia y la transformación de los conflictos. Las organizaciones que lideran las experiencias, desconocen las potencialidades de estos dos paradigmas e incluso desconocen la presencia del paradigma en su ámbito de acción. Las experiencias a pesar de estar orientadas hacia dichos ámbitos variados y diversos, existe una fuerte orientación hacia los asuntos económicos ligados al emprendimiento de tipo productivo como eje promotor de derechos y articulador de la construcción de paz en los territorios y las comunidades.

Cada una de las experiencias presenta resultados positivos en materia de construcción de paz adelantados desde diversos ámbitos de la acción pública tales como el gubernamental, el no gubernamental, el social, el empresarial y el eclesiástico. Cada una de estas iniciativas presenta elementos valiosos para el aprendizaje de las otras. Sin embargo en ninguno de los casos se logra evidenciar un concurso de todos y cada uno de los actores en materia de construcción de paz. El diálogo e intercambio de experiencias de estos sectores en una suerte de “gobierno de la paz” se hace necesario para la construcción de paz en los territorios y las comunidades del departamento del Valle del Cauca.

Los recursos destinados a la puesta en marcha de las diferentes experiencias no determinan el logro de sus objetivos. Buena parte de los resultados, avances o éxitos se vinculan con factores simbólicos tales como la asociatividad, la solidaridad, la cooperación, la participación, la coordinación y la confianza de los beneficiarios y los líderes dentro de cada una de las experiencias sistematizadas.

Las representaciones o ideas de la paz en cada una de las experiencias son muy diversas y variadas. Se evidencia una coincidencia entre las representaciones de los líderes o gestores de las experiencias y sus beneficiarios. A pesar de la pluralidad de ideas de paz, las diferentes experiencias las relacionan con las conceptualizaciones de paz en tanto cese de las violencias y goce efectivo de derechos.

Finalmente habría que resaltar la semejanza en las metodologías de trabajo de las experiencias. La construcción de paz en los diversos territorios y las comunidades del departamento, se aborda indistintamente de que el actor, sea gubernamental o no gubernamental, social, empresarial o eclesiástico, las metodologías de trabajo para el desarrollo de sus planes, programa o proyectos, se soportan en el constructivismo, son participativas y vinculan estrategias de la Educación Popular. Trabajar con un mismo método de trabajo es un elemento favorable para el necesario diálogo entre actores de diversa naturaleza cuyo propósito se comparte igualmente hacia la construcción de paz en los territorios y las comunidades del departamento del Valle del Cauca.

.....

*** Carlos Wladimir Gómez Cárdenas**

Universidad del Valle - UNIVALLE. Cali, Colombia

Resumen de ponencia

ASSISTÊNCIA SOCIAL NA CONSTITUIÇÃO DE 1988 COMO DIREITO SOCIAL E POLÍTICA PÚBLICA: CIDADANIA E EFETIVAÇÃO DE DIREITOS - UMA EXPERIÊNCIA FORMATIVA.

*Ana Paula Polacchini De Oliveira

A proposta pretende promover o debate do direito à assistência social e dos direitos socioassistenciais no Brasil a partir da experiência de acompanhamento da sua construção e implantação, bem como tendo em vista projeto de extensão acadêmica desenvolvido e executado no município de Catanduva, estado de São Paulo.

A comunicação no evento pretende: Promover uma análise interdisciplinar dos direitos socioassistenciais no Brasil ante o contexto de retrocesso; Abordar os direitos socioassistenciais como desafio teórico e estratégico para a formação em direito e a ampliação dos modos de atuação do jurista ante o contexto brasileiro; e Expor e analisar os resultados do projeto de extensão executado desde 2012 no município de Catanduva, estado de São Paulo.

O direito à assistência social recebe proteção constitucional no Brasil desde 1988 e se insere no âmbito da seguridade social. É direito social regulamentado pela Lei Orgânica da Assistência Social (lei 8.742/93). A Política Nacional de Assistência Social (PNAS RES 145/2004) viabilizou sua aplicação. A lei 12.435/11 fortaleceu a PNAS ao converter o SUAS (Sistema Único de Assistência Social) em lei. Trata-se da efetivação de um direito que procura promover igualdade e cidadania de pessoas, famílias e comunidades vulneráveis e em situação de risco social. O SUAS no Brasil é política de Estado e integra a Seguridade Social. A política prevê a garantia de proteção social, vigilância socioassistencial e defesa de direitos, para promover o atendimento das necessidades básicas da população brasileira em um sistema descentralizado, co-financiado e participativo. Dentre os segmentos da assistência social estão a proteção social, à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice. E, ainda, garantir a integração ao mercado de trabalho e o amparo à pessoa com deficiência, além de oferecer benefício. O SUAS se estrutura em um conjunto de serviços, programas, projetos e ações desenvolvidos de forma integrada entre a União, Estados-membros e municípios. Esta estrutura envolve ações de iniciativa pública e privada, com gestão da União, Estados e Municípios, por via do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA) e das Secretarias Estaduais e Municipais de Assistência. Esses órgãos articulam e monitoram serviços, programas, projetos e ações, além de benefícios repassados à população. Todas estas atividades consideram o trabalho com famílias e também segmentos específicos tais quais: crianças e adolescentes, idosos, pessoas com deficiência ou em situação de violência, população em situação de rua, droga-dependência, entre outras minorias. O financiamento do SUAS cabe aos Fundos de Assistência Social (criados nas três esferas e com recursos de todos os níveis. A

deliberação sobre a utilização dos recursos dos fundos e sobre o funcionamento do SUAS cabe aos Conselhos de Direitos (também criados nas três esferas da federação). Esses conselhos, compostos por membros do poder público e da sociedade civil, são permanentes e deliberativos. As decisões dos conselhos definem a política de Assistência, com base na legislação em vigor. Os serviços socioassistenciais no município são referenciados pelos CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) e CREAS (Centro de Referência Especializada de Assistência Social). Esses centros pertencem ao município e são equipamentos frequentados pelos usuários da Assistência. Muitos serviços são por eles executados e outros mais pelas entidades sem fins econômicos.

A legislação e regulamentação do SUAS é de difícil compreensão dos chamados trabalhadores sociais e dos profissionais do direito. No primeiro caso, a dificuldade se dá em razão dos aspectos técnicos do direito. No segundo caso, pela ausência de preparação dos operadores do direito. Atualmente, a legislação tem priorizado a consolidação do SUAS, a caracterização das entidades de assistência social e a organização dos serviços. Na atualidade, a formação jurídica tem por pressuposto o ensino de concepções técnicas e definições previamente constituídas. Estas concepções e definições são formuladas pela doutrina e incorporadas pela legislação. Os direitos socioassistenciais foram objetivamente debatidos no Brasil em 2005 durante a V Conferência Nacional de Assistência Social, instância deliberativa sobre a política nacional de assistência social. Trata-se de uma designação de direito proposta por trabalhadores sociais que evidenciam o papel atual do Estado em viabilizar o acesso à direitos por intermédio do direito à assistência social, garantia prevista na legislação positiva. Esses direitos socioassistenciais podem ser conceituados como direitos de acesso igualitário e democrático às ações do Estado que venham a promover a autonomia do indivíduo e de suas famílias.

A formulação dos direitos socioassistenciais depende da noção de direito à assistência social e da sua compreensão. Trata-se, inclusive de uma mudança de paradigmas, tanto por parte de juristas, quanto a ser difundido junto ao senso comum manipulado. Estabelecer o debate sobre o direito à assistência social, sobre o SUAS ao longo da formação jurídica é caminho necessário para permitir o acesso à justiça. Trata-se de uma experiência mantida com o passado, nele identificando “os germes de uma outra história, capaz de levar em consideração os sofrimentos acumulados e de dar uma nova face às experiências frustradas” (GAGNEBIN, In BENJAMIN, 2012, p. 8).

Os direitos socioassistenciais, expressos ou não no texto constitucional, não instituem uma ordem utópica, transcendental ou divina a ser assimilada pelo povo, inerte que estaria em sua condição desigual, tampouco determinam uma relação de conformação da vida humana ao texto previsto na lei. Concomitante a este processo, os movimentos sociais constroem e desconstruem os direitos socioassistenciais e neste mostrar-se e ocultar-se revelam a sua autenticidade, mas se velam na inautenticidade dos princípios que servem de fundo, limitando o desenrolar da história, ou da retórica jurídica tradicional que os dá a forma ou a intenção da forma positivada literal e/ou impositiva. Esse panorama, em constante modificação motivou a propositura de projeto de extensão no ano de 2012, no curso de direito do Centro Universitário Padre Albino, no município de Catanduva, Estado de São Paulo, e foi se transformando em novas propostas para considerar as demandas do setor e as contribuições que o curso de direito pode oferecer e também o constante intercâmbio de saberes entre

academia e comunidade. Naquele ano as ações se voltaram para a compreensão da dinâmica que envolve a implementação do SUAS e para a aproximação do Conselho Municipal de Assistência Social, com a discussão sobre a legislação aplicável. Naquela ocasião o grupo percebeu a necessidade de ampliação do projeto. Em 2013, o projeto aproximou-se do COMAS e passou a acompanhar as reuniões mensais por ele realizadas. Nesse sentido Estudo da rede de atendimento socioassistencial do município de Catanduva e visita às instituições. O grupo aplicou, ainda, questionários aos alunos do curso de direito da Unifipa (1o ao 5o ano). O questionário foi elaborado após estudo sistematizado, pelos alunos do projeto, do direito à assistência social. O questionário foi aplicado anualmente aos alunos do primeiro e do quinto ano do curso, para avaliar a percepção e a compreensão dos estudantes sobre o direito à assistência social. Duas turmas responderam o questionário quando no primeiro e posteriormente quando estavam no quinto ano, fornecendo elementos para a avaliação do componente curricular do curso. Em 2014 o grupo analisou os resultados dos questionários aplicados e constatou o desconhecimento, por parte dos estudantes de direito, do SUAS e da legislação a ele aplicável. Ainda em 2014, o projeto manteve o acompanhamento das reuniões do COMAS. Em razão da complexidade do atendimento do SUAS, o grupo também voltou suas ações à um segmento atendido, a população em situação de rua do município. Os integrantes, tanto têm procurado compreender arcabouço teórico e técnico de análise do fenômeno “população em situação de rua” como a sua realidade. As ações de extensão têm se voltado ao acompanhamento da implantação do Centro Pop no município de Catanduva. Em 2015 o grupo participou ativamente das conferências de direitos e em 2016 de campanhas de divulgação dos direitos socioassistenciais. A proposta desenvolvida nos cinco anos anteriores considerou a questão social e se propôs, então, conhecer o fenômeno da assistência social e se aproximar da efetivação desse direito, contribuindo tanto para a formação do jurista quanto do técnico trabalhador do SUAS e seu usuário. Em 2017 o grupo deu continuidade às ações anteriores, delimitando-as ante o universo anteriormente levantado. Considerou a reconceitualização da assistência social que supera a concepção de assistencialismo, de proteção social limitada a garantia de uma renda mínima. O trabalho desenvolvido pelo grupo tem se dado a partir de reuniões para discussão e análise de textos, programação das atividades, configuração, análise de resultados. O grupo promoveu a sistematização dos direitos socioassistenciais e dos serviços no município de Catanduva ante à legislação aplicável, promoveu visitas aos equipamentos da assistência social do município (CRAS e CREAS), Conselho Municipal de Assistência Social e às entidades de assistência social do município. O grupo ainda se preparou e promoveu palestras previamente agendadas nos CRAS, CREAS e entidades e organizações de assistência social sobre os direitos sociais e sobre a natureza das entidades de assistência social e a sua configuração. Acompanhou, ainda, as atividades do Centro Pop (atendimento à população em situação de rua do município) e participou ativamente das conferências municipais de direitos.

.....

*** Ana Paula Polacchini De Oliveira**

centro universitário padre albino unifica. Catanduva, Brasil

Resumen de ponencia

AVATARES DE LA FAMILIA DE GUSTAVO JIMÉNEZ JIMÉNEZ, LÍDER POLÍTICO LIBERAL COLOMBIANO, EN LA COYUNTURA DE SU ASESINATO 1946- 1949

*Olga Yanet Acuña Rodríguez

En Colombia entre 1946 y 1949 se vivió un periodo de violencia bipartidista liberal-conservadora, en una coyuntura que se conoce en la historiografía colombiana como la Gran violencia. En ese contexto emerge un caudillo político de tendencia liberal que logró capturar la atención de los sectores populares, nos referimos a Jorge Eliécer Gaitán, quien con su oratoria y programa social, logró cautivar a campesinos, artesanos, mujeres, trabajadores y en general a los sectores populares; convirtiéndose en un prominente candidato presidencial que movía y dinamizaba a las masas. Sin embargo, las dinámicas políticas de Colombia para la época generaron una fuerte polarización, persecución y exterminio del adversario.

Así, el líder político que con su oratoria, se había convertido en la esperanza de un pueblo, fue asesinado el 9 de abril de 1948. Este hecho incrementó la ola de violencia tanto en las ciudades como en el área rural (Gonzalo Sánchez). El desconcierto, la incertidumbre se apoderaron del escenario político colombiano y mientras los líderes políticos regionales como Gustavo Jiménez Jiménez intentaban dar continuidad al programa de Gaitán y mantener activa tanto la memoria como las ideas; las tendencias políticas desde el conservatismo se radicalizaban.

Así, la ola de persecución la vivieron las familias que fueron víctimas de intimidaciones, boleteos, saqueos, incendios, persecución, destierro, entre otros; y que debieron en ocasiones internarse en el monte, en las cuevas o huir para proteger su vida y las de sus familiares.

El Congreso Colombiano no fue ajeno a los hechos de violencia, las discusiones y persecuciones fueron frecuentes, principalmente contra miembros del liberalismo, particularmente seguidores de Gaitán. así las polémicas se hicieron cada vez más fuertes, hasta culminar en una balacera como ocurrió el 8 de septiembre de 1949, cuando fue asesinado en el parlamento, el Representante boyacense, Gustavo Jiménez Jiménez, líder del Gaitanismo en Boyacá. Los hechos se gestaron alrededor de un debate en el Congreso, a propósito de una reforma política, donde las agresiones superaron las palabras hasta hacer uso de las armas para acallar o intimidar al adversario.

Este hecho nos motiva a analizar cómo vivió la familia de Gustavo Jiménez Jiménez la pugna interpartidista y cómo la conocida “balacera en el congreso”, en concordancia con los hechos del 8 de septiembre de 1949, transformó el escenario familiar, pues mientras sus padres y hermanos vivían el duelo, la sociedad boyacense arraigaba el odio contra su enemigo político porque sentían que a otro de sus líderes políticos le habían cegado la vida.

Tomamos este caso concreto para reconocer cómo las familias colombianas, víctimas

de hechos violentos, han vivido el conflicto en diversos momentos, resaltando su papel como víctimas, en algunos casos; y como victimarios en otros; lo que nos permite comprender escenarios políticos y sociales, la construcción del enemigo político, los procesos de reparación y reconciliación, la permanencia de odios o la forma como se han construido escenarios de paz.

El texto está adscrito a una investigación sobre "memorias de familias en tiempos de guerra", que nos permite tomar un estudio de caso para comprender y caracterizar fenómenos de la violencia colombiana situados en contextos donde convergen: la cotidianidad, las manifestaciones violentas y otros procesos que pretenden reconocer las luchas por el poder y reivindicar las fricciones o la tolerancia.

Por otra parte, con este estudio también se busca comprender cómo las familias, que en ocasiones pertenecían a tendencias políticas diversas, como el caso de la familia de Gustavo Jiménez Jiménez, donde su pudo apreciar vínculos también con la oposición más radical, la tendencia conservadora de Laureano Gómez, y con el liberalismo interactuaron, como familia, tal vez superando la polarización partidista para establecer formas de interacción al interior de la familia para superar o afianzar el conflicto.

.....

*** Olga Yanet Acuña Rodríguez**

UNIVERSIDAD PEDAGÓGICA Y TECNOLÓGICA DE COLOMBIA UPTC. TUNJA, Colombia

Resumen de ponencia

BIOMETRÍA, NUEVAS TECNOLOGÍA Y NUEVAS LÓGICAS DE CONTROL

*Alina Rios

El trabajo que aquí presentamos se desarrolla en el marco de una investigación más amplia que aborda el empleo de nuevas tecnologías como una de las dimensiones implicadas en la reconfigura gobierno de la seguridad en los últimos años.

El desarrollo de técnicas orientadas a la mensuración de los cuerpos con el objeto de su individuación alcanzó cierta sistematización hacia fines del siglo XIX con las técnicas de “bertillonage” y la dactiloscopia. Desde entonces las prácticas de identificación han sufrido importantes mutaciones tecnológicas. En los últimos años se ha incorporado en su gestión el uso de las tecnologías de la información y las comunicaciones, introduciéndose elementos de individuación electrónica de las personas. Aquí estudiamos los desarrollos actuales de la biometría en América Latina, intentando responder la pregunta acerca de si las innovaciones técnicas sólo han supuesto una intensificación cuantitativa de los registros biométricos de las poblaciones objeto de control o si, por el contrario, pueden reconocerse cambios cualitativos respecto de las lógicas del control. En última instancia se trata de pensar de qué modo estas transformaciones se asocian a una recodificación de la violencia estatal.

El trabajo muestra que el desarrollo de sistemas automatizados de reconocimiento de huellas dactilares (tecnologías AFIS, por sus siglas en inglés) ha sido una innovación significativa, que es analizada en relación a tres órdenes de prácticas.

En primer lugar, en relación a su introducción en los procesos de control en el ámbito civil y comercial. Se desarrollan aplicaciones para controlar el acceso físico a instalaciones y para controlar el acceso a equipos y redes (sustituyendo o complementando la posesión de claves de acceso); para validar identidad en transacciones de comercio electrónico, y para controlar el acceso a servicios financieros, sólo por enumerar algunas. Hoy existen numerosas compañías comerciales abocadas al desarrollo de las mismas, que ofrecen sus servicios a empresas, a organizaciones civiles e, incluso, a agencias gubernamentales.

En segundo lugar, respecto de las prácticas policiales. En base a la tecnología AFIS se han desarrollado unos dispositivos (según la compañía que los desarrolla cambia el nombre comercial: Morho touch o RapID), que cuentan con un lector de huellas dactilares que permite cotejar la huella con una base de datos precargada en el aparato. Las policías cargan las fichas decadactilares de los individuos con restricciones o impedimentos legales vigentes (como por ejemplo órdenes de captura). Estas bases de cotejo pueden ampliarse en dos sentidos: incorporando los datos históricos, es decir, los antecedentes penales (aunque no impliquen restricciones vigentes); incorporando las huellas latentes, es decir, los rastros recolectados en las escenas de hechos delictivos que son materia de investigación criminal.

La funcionalidad de este aparato y sus usos depende mucho de su capacidad de

almacenaje de datos pero también de la capacidad administrativa de generar las bases de datos. Es en función de esta última que de hecho, no se generaliza su uso con fines de investigación criminal. El uso que se generaliza progresivamente es con fines de identificar individuos requeridos por la justicia. El uso de este aparato se acopla a la “táctica de la sospecha” (Sozzo, 1998) que tradicionalmente caracteriza al accionar policial e, incluso, le insufla un hálito de racionalidad tecno científica: el “olfato policial” (Galvani, 2007) encuentra un medio de contrastación inmediata.

En tercer lugar, en relación a los controles migratorios. Un proceso de “securitización de las migraciones” (Bigo, 1998) viene teniendo lugar por lo menos desde las últimas décadas del siglo XX: desarrollo de controles migratorios fundados en una perspectiva securitaria. Desde la emisión de pasaportes de lectura mecánica, pasando por la implementación de registros de datos biométricos para la entrada y salida del país, hasta la emisión de pasaportes con chip electrónico, son innovaciones que van siendo introducidas en la mayoría de los países de la región latinoamericana.

Consideraremos dos implicancias insoslayables. En primer lugar, el cambio que significa en la lógica de la gestión de fronteras. En segundo lugar, la finalidad securitaria ha estado asociada a la promoción del registro masivo de los datos biométricos de las poblaciones.

Para los latinoamericanos es una obligación revisar críticamente las tesis de Rose sobre la securitización de la identidad y su carácter no totalitario. Si bien es cierta la dispersión de los controles, cada vez se hace más patente el riesgo de lo que Rose podía pensar como “proyectos” o “ideas” en el año 2000 (Rose, 2000). En países como Argentina, Venezuela, Colombia, la existencia de bases de datos biométricos de la población general y con alcance nacional es un hecho.

SIBIOS es el Sistema Federal de Identificación Biométrica para la Seguridad de la República Argentina creado en 2011. Es un registro de identificación biométrica centralizado, con cobertura nacional, que permite realizar “referencias cruzadas” de información con datos biométricos y otros datos inicialmente recogidos por el Registro Nacional de las Personas (RENAPER), fundamentalmente la inscripción patronímica (nombre y apellido) y Documento Nacional de Identidad. Bajo SIBIOS se unifican una serie de bases de datos reunidas por distintas agencias gubernamentales: el Registro Nacional de las Personas, la Dirección Nacional de Migraciones, la Policía Federal Argentina y todas las policías provinciales que se adhieran al Sistema (que cargaran las “fichas policiales” como contrapartida de su adhesión). El sistema permite a sus usuarios realizar consultas “en tiempo real” y según la normativa vigente puede adherir como usuario cualquier dependencia gubernamental de cualquiera de los poderes y niveles de gobierno. No media ninguna especificación acerca de las razones que justifiquen por parte de las dependencias gubernamentales que suscriban la adhesión, la necesidad de disponer de los datos de identificación biométrica asociado a los patronímicos de prácticamente el total de la población argentina. La norma no diferencia tampoco distintos niveles de accesibilidad a los datos por parte de las distintas agencias, ni establece las condiciones técnicas de accesibilidad a los datos. En definitiva, SIBIOS es un sistema que centraliza la información biométrica digitalizada de los argentinos y de las personas que ingresan al país (huellas digitales y rostros), y la pone a disposición de las fuerzas de seguridad de todo el país y de cuanta agencia gubernamental lo requiera.

Esta generalización del registro biométrico y de las posibilidades de acceso nos pone

frente a otro orden de problemas. En primer, los efectos que puede tener la falta de protocolos que regulen y condicionen quién, cuándo, cómo y porqué puede consultar esta enorme base de datos. Pero también de la falta de sistematización y registro de las consultas que se realizan efectivamente. Queda al descubierto también un vacío absoluto en cuanto a la previsión de controles ciudadanos respecto de los usos de estas bases de datos.

Además, en tanto permite a todas las fuerzas policiales introducir registros en la base de datos y realizar consultas, sea para corroborar la identidad de una persona, sea para contrastar rastros levantados de la escena de un hecho con la totalidad de la base mediante un sistema automatizado (AFIS), nos preguntamos, en relación a las prácticas asociadas a la investigación criminal: ¿qué cambia con la posibilidad de cotejar masivamente huellas digitales? ¿Cambian o no los principios que organizan la investigación?

Evidentemente no es un Sistema que esté siendo utilizado en toda su capacidad y con sus alcances, sin embargo, es preciso una reflexión crítica que permita vislumbrar las implicancias que potencialmente conlleva en términos de control.

Bigo, D. (1998). Sécurité et immigration. *Cultures & Conflits*, 31-32, 237.

<https://doi.org/10.4000/conflits.537>

Galvani, M. (2007). La marca de la gorra: un análisis de la Policía Federal. (J. Nun, Ed.), Claves para todos (1ra ed.). Buenos Aires: Capital Intelectual.

Rose, N. (2000). Government and Control. *British Journal of Criminology*, 40(2), 321-339. <https://doi.org/10.1093/bjc/40.2.321>

Sozzo, M. (1998). ¿Hacia la superación de la táctica de la sospecha? Notas sobre Prevención del Delito e Institución Policial. En H. Fruhling (Ed.), *Control Democrático en el Mantenimiento de la Seguridad Interior*. Santiago de Chile: CED.

.....

* Alina Rios

Instituto de Investigaciones Gino Germani. Facultad de Ciencias Sociales. Universidad de Buenos Aires - IIGG/UBA. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina

Resumen de ponencia

CASO FAVELA NOVA BRASÍLIA E O NECESSÁRIO DEBATE SOBRE AS INSTITUIÇÕES POLICIAIS NO BRASIL

*Daniela Dora Eilberg

*Laura Gigante Albuquerque

*Luiza Corrêa De Magalhães Dutra

Os debates acerca das instituições de segurança pública na América Latina começam a tomar novos rumos nos últimos anos, seja pela queda de governos de esquerda e ascensão de governos de direita, seja pelas escolhas de repressão dos governos a partir do uso da força do aparelho policial. Em se tratando de Brasil, um período de transição para a chegada em uma dita democracia marca o andar histórico da interação entre sociedade civil e as instituições policiais, objetivando sempre uma aproximação na busca por direitos civis e sociais.

As maneiras de como melhor organizar e formar agentes policiais, no intuito de uma maior efetividade dessas instituições de segurança pública, vêm marcando os debates sobre a atuação policial tanto no meio acadêmico, quanto nas diversas instituições governamentais. Em relação às instituições policiais, no contexto brasileiro, nota-se o aumento de “modos de segurança” que exploram uma forma de melhor resposta à criminalidade ao incrementar o uso da força por parte das polícias e ao expandir as prerrogativas policiais de detenção e registro de cidadãos. Desse modo, o uso da força por parte da polícia militar brasileira caracteriza-se por extrapolar os limites de legitimidade e legalidade, bem como por direcionar-se preferencialmente para determinados grupos sociais, utilizando-se de uma possível legitimação social para a implementação de violências bastante desumanas como práticas institucionais cotidianas.

Dados do 11º Anuário de Segurança Pública demonstram que o Brasil teve 7 pessoas assassinadas por hora em 2016, totalizando em 61.283 mortes violentas intencionais, maior número já registrado em nosso país. Além disso, 4.222 pessoas foram mortas em decorrência de intervenções de policiais civis e militares, no ano de 2016, e entre os anos de 2009 e 2016, 21.892 pessoas perderam suas vidas em ações policiais. Em relação ao perfil dessas pessoas, 99,3% são homens, 81,8% têm idade entre 12 e 29 anos, e 76,2% são negros. Ou seja, parece evidente para que grupos sociais a força dos agentes de segurança pública é destinada.

Em relação à busca pelo reconhecimento dos abusos de violência por parte de instituições que deveriam promover a segurança, a Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH), importante vetor do Sistema Interamericano de Direitos Humanos (SIDH), é apresentada como uma opção para denúncias de violações de direitos humanos cometidas, que interpreta e aplica a Convenção Americana de Direitos Humanos aos Estados-partes do diploma internacional que reconheceram a competência desse Tribunal.

No âmbito da violência institucional envolvendo as polícias, a violência no SIDH

aparece com um recorte social e racial. A Corte IDH identificou a adoção de um padrão de violência reproduzido pelos agentes estatais - ou não estatais, porém balizados pelos Estado - e direcionado a uma parcela específica da população. Em 2009, no Caso Sebastião Camargo Filho, o Brasil foi responsabilizado pela atuação violenta nas desocupações realizadas pelas milícias privadas de fazendeiros, uma violência que contava com a convivência das forças policiais e das autoridades estatais. Mais especificamente, com o Caso Wallace de Almeida, a Comissão Interamericana responsabilizou internacionalmente o Estado brasileiro devido ao padrão de violência direcionado especificamente aos jovens negros das favelas do Rio de Janeiro, uma vez que a execução extrajudicial de Wallace representava um padrão sistemático da atuação racista da polícia no estado carioca.

Mais recentemente, em maio de 2015, o Brasil foi denunciado à Corte IDH por mais um caso de violência policial, depois de 15 anos de trâmite do caso na Comissão Interamericana de Direitos Humanos. A denúncia diz respeito aos fatos ocorridos nos anos de 1994 e 1995, na comunidade Nova Brasília, no Rio de Janeiro, onde ocorreram duas chacinas que resultaram em morte de jovens e casos de tortura envolvendo práticas de violência sexual. Os policiais responsáveis, até o ano de 2016, não haviam sido julgados ou condenados por qualquer um dos atos. No dia 16 de fevereiro de 2017, o Estado brasileiro foi condenado pela primeira vez por matéria de violência policial. Ainda que os fatos dissessem respeito à data anterior da competência judicial da Corte reconhecida pelo Estado, o Brasil foi condenado em razão da falta de uma condução eficaz da investigação do ocorrido, com a consequente punição dos responsáveis. Além da devida investigação com a participação das vítimas dos delitos ou seus familiares, a sentença da Corte determina que o Estado também deve retirar as expressões “resistência” e “oposição” dos registros de homicídio, assim como eliminar o registro de autos de resistência como prática.

Em suma, a violência policial constitui-se no Brasil como uma realidade patológica social e os casos levados ao SIDH são apenas reflexo da constatação de um padrão sistemático, de longa data, caracterizado pela atuação hostil da polícia, lançada a certos grupos sociais. O Sistema Interamericano se apresenta como um mecanismo simbólico de fortalecimento das instituições democráticas, que vem a contribuir com o diálogo com as autoridades estatais na busca pela mitigação desse tipo de violência. Dessa forma, o presente trabalho tem como objetivo estudar o fenômeno da violência policial no Brasil a partir do Caso Favela Nova Brasília levado à Corte IDH, considerando se tratar de um dos mais graves problemas de direitos humanos da nossa sociedade. O conceito de violência policial ora utilizado abrange todos os mecanismos e formas de violação à integridade física e psíquica que podem ser empregados por agentes policiais que extrapolam o denominado uso legítimo da força. Para desenvolver o estudo, será realizada pesquisa teórica acerca do fenômeno da violência e, mais especificamente, da violência policial, enquanto violação de direitos humanos pelo Estado. Ainda, a pesquisa conta com um estudo de caso, a partir do Caso Favela Nova Brasília, a fim de se verificar a importância do Sistema Interamericano de Direitos Humanos e os principais mecanismos de denúncia da violência policial no plano regional de proteção a direitos humanos.

.....

*** Daniela Dora Eilberg**

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS. Porto Alegre, Brasil

*** Laura Gigante Albuquerque**

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS. Porto Alegre, Brasil

*** Luiza Corrêa De Magalhães Dutra**

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS. Porto Alegre, Brasil

Resumen de ponencia

CHACINAS EM SÃO PAULO - NOTAS SOBRE A CHACINA DO PAVILHÃO 9 E A HISTORICIDADE DA PRÁTICA DE HOMICÍDIOS MÚLTIPLOS NA CIDADE NAS ÚLTIMAS DÉCADAS.

*Camila De Lima Vedovello

O presente trabalho versa sobre pesquisa de doutorado em andamento, onde empreendemos uma análise sociológica de uma chacina ocorrida na cidade de São Paulo em 18 de abril de 2015, resultando em oito integrantes da torcida organizada Pavilhão 9 mortos dentro da quadra da torcida, localizada na Avenida dos Remédios, zona oeste.

O Pavilhão 9 é uma torcida organizada do Sport Club Corinthians Paulista e que se articulou a partir de trabalhos voluntários realizados dentro da Casa de Detenção de São Paulo. Essa torcida foi fundada em 09 de setembro de 1990 por torcedores do time de futebol Corinthians Paulista foi batizada como Pavilhão 9 em homenagem a um time de futebol existente dentro do então também Pavilhão 9, raio de presos, da Casa de Detenção de São Paulo, parte integrante do Complexo Penitenciário do Carandiru.

Em 02 de outubro de 1992, o Carandiru foi palco de um grande massacre, onde 111 presos foram executados por um efetivo policial que foi enviado ao presídio para interromper uma rebelião. Além do uso de arma de fogo, os presos foram violentados por cachorros treinados, perfurados com facas e os sobreviventes, nus, foram obrigados a carregar os corpos dos presos mortos.

A Torcida Pavilhão 9, portanto, surge de um grupo de torcedores corinthianos, fora dos muros da prisão, que estabelecem uma relação com torcedores do Corinthians que estão dentro dos muros da prisão antes do massacre do presídio. Temos, portanto, essa torcida na relação intra e extra muros prisionais, vivenciado, em 1992, um massacre que vitimou detentos que tinham uma relação com a torcida e, em 2015, uma chacina que vitimou alguns dos próprios torcedores dentro da sede da Pavilhão 9. Conforme dados contidos na denúncia oferecida pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, ao Juiz de Direito do 5º Tribunal do Júri da Capital, em 02 de junho de 2015, sobre os suspeitos da Chacina da Torcida Pavilhão 9, no dia da chacina, 18 de abril de 2015, ocorria dentro da sede da torcida organizada, um churrasco comemorativo de um campeonato interno de futebol. Já por volta das 22h30m, quando a maioria dos torcedores haviam se retirado da quadra, três homens armados adentraram a quadra da torcida, rendendo as pessoas que ainda se encontravam lá. Consta ainda que esses três homens determinaram que os torcedores se ajoelhassem e colocassem as mãos na cabeça. Em um momento de distração desses três homens, alguns torcedores conseguiram fugir da quadra e, no momento seguinte, ouviram-se disparos e os oito torcedores que não conseguiram fugir foram executados no local.

Os oito integrantes da torcida que foram assassinados dentro dessa quadra, tinham idades entre 19 e 38 anos, sendo que a média de idade era de 26 anos e 8 meses. Desse modo, os integrantes que foram chacinados estão dentro das estatísticas da faixa etária mais vitimada por homicídios no Brasil, segundo o Mapa da Violência 2016. O então Secretário Estadual de Segurança do estado de São Paulo, Alexandre de Moraes, disse à época que não havia indícios da participação de Policiais Militares na chacina. Um mês após a chacina, entretanto, um policial e um ex-policial militar foram presos por suspeita de terem participado da chacina.

Ao pensarmos em chacinas, uma série de eventos com muitas disparidades entre si nos vem à mente e, ao relatar sobre essas práticas, onde aparecem uma série de conflitos distintos, encerrando como ligação - a partir de relatórios policiais - a ideia de mortes múltiplas (mais de duas pessoas mortas no mesmo local) e, escapando à uma normatização tanto jurídica, quanto como conceito.

A prática de chacinas em São Paulo está ligada às mudanças sociais que ocorrem nos territórios nas últimas décadas. Assim, como expõe Costa (1998, p. 25 -27) a partir do final dos anos 60, durante a Ditadura Civil Militar, o Esquadrão da Morte, um grupo de extermínio organizado a partir de agentes estatais de segurança, se estabelece em São Paulo e passa a atuar em conjunto com o Estado na execução de suspeitos e bandidos. No entanto, a Polícia Militar de São Paulo, como um todo, manteve-se afastada do Esquadrão da Morte paulista durante suas ações e será através das Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar (ROTA), que a polícia paulista assumiria o papel de limpeza social através do extermínio, com a missão de limpar a sociedade.

Embora o Esquadrão da Morte e a ROTA tenham atuado na prática homicida, vemos emergir durante os anos 80, nos bairros periféricos, novos sujeitos que terão essa prática como uma forma de controle dos territórios. Assim, como nos coloca Paes Manso (2012, p. 158) alguns habitantes desses territórios irão atuar como justiceiros, assassinando quem é considerado bandido ou vagabundo, tendo como mote do justicamento a defesa dos trabalhadores.

Esses justiceiros terão o apoio ou serão estimulados por policiais, mas além disso, alguns policiais também se tornarão justiceiros locais e, em alguns casos policiais e justiceiros entrarão em conflito por domínio dos territórios. Ao final dos anos 80, os justiceiros começarão a praticar chacinas. O número crescente de justiceiros, assim como o número crescente de homicídios e de chacinas fará com que a polícia se retraia no apoio a esses sujeitos e comecem a prendê-los entre o final dos anos 80 e meados dos 90. (PAES MANSO, 2012, p 161-179)

Nos anos 90, em que pese a saída de muitos justiceiros de cena, ainda existirá, como expõe Hirata (2018, p. 25) uma trinca, formada por pés de pato (nome dado aos justiceiros), policiais e comerciantes locais que irão atuar nos homicídios dos chamados bandidos ou vagabundos que perturbavam a ordem do território. Já Paes Manso (2012, p. 191) traça a década de 90 como um momento onde há uma popularização dos homicídios em São Paulo, sendo que os jovens da periferia se envolvem nos assassinatos e chacinas enquanto autores e vítimas.

Segundo o Banco de Dados da Imprensa sobre as Graves Violações de Direitos Humanos, do NEV/USP, entre 1980 e 1999, foram registradas pelos jornais de grande circulação nacional, cerca de 212 chacinas na cidade de São Paulo. As chacinas foram durante os anos 90 aumentando progressivamente até chegarem ao seu pico em 1998, com um total de 56 chacinas somente na capital, adentrando os anos 2000, chegando

a 57 chacinas em São Paulo nesse ano, mas diminuindo progressivamente ao longo dessa década, chegando ao número de 6 chacinas na capital em 2008.

Algumas teses colocam que a emergência do Primeiro Comando da Capital (PCC) e sua hegemonia não só nos presídios, mas também nas periferias, foi um dos motivos responsáveis pela queda dos homicídios ao longo da década de 2000 (Feltran, 2008; Hirata, 2010; Dias, 2011). Segundo Dias (2011, p. 171) uma mega-rebelião ocorrida em 2001, onde muitos presídios paulistas foram tomados pelos detentos foi o cume do processo de expansão do PCC, que era até então, quase silencioso.

Mas, para além das taxas de homicídios e também de chacinas terem diminuído ao longo dos últimos anos, mudaram também os agentes que praticam as chacinas. Se em determinado momento os justiceiros, impulsionados pelas polícias eram quem as praticavam, passando posteriormente para grupos de jovens da periferia, nos últimos anos, ao que parece, as práticas de chacinas têm estado nas mãos de agentes públicos de segurança, que formam grupos de extermínio, tendo sua historicidade calcada nos Esquadrões da Morte. Sobre isso, Almeida (2007) descreve que as práticas de chacinas, revelam presença de policiais, normalmente disfarçados, envolvidos enquanto agentes e com ações realizadas em locais públicos. Nunes Dias (2017) em entrevista para o jornal Folha de São Paulo, explana que em boa parte das chacinas há indícios ou suspeitas de participação de agentes públicos de segurança.

Tendo como hipótese de que as chacinas estão sendo práticas geridas por agentes estatais de segurança, estamos levantando o número de chacinas ocorridas, entre 1980 e 2018, sendo que já temos dados até o ano de 2008 para observarmos as mudanças ocorridas nas mortes múltiplas e além disso estamos empreendendo um estudo de caso sobre a Chacina do Pavilhão 9, no intento de entender os meandros que articulam as chacinas nesse momento.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Angela Mendes de. Estado Autoritário e Violência Institucional. Disponível em: http://www.ovp-sp.org/debate_teorico/debate_amendes_almeida.pdf. Acesso em: 10/09/2014.

BANCO DE DADOS DA IMPRENSA SOBRE AS GRAVES VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS. Núcleo de Estudos da Violência- NEV. Universidade de São Paulo, USP. COSTA, Márcia Regina da. Rio de Janeiro e São Paulo nos anos 60: a constituição do Esquadrão da Morte. In: XXII Encontro Anual da ANPOCS, 1998, Caxambú-MG. Anais do XXII Encontro Anual da ANPOCS. Caxambú - MG, 1998.

FELTRAN, Gabriel de Santis. Fronteiras de Tensão. Um estudo sobre política e violência nas periferias de São Paulo. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). UNICAMP. 2008.

HIRATA, Daniel Veloso. Sobreviver na adversidade: entre o mercado e a vida. 367 p. Tese (Doutorado em Sociologia) - Departamento de Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

_____. Ouvir as pessoas implicadas na vida das periferias é imprescindível. In: IHU - Online. Revista do Instituto Humanitas Unisinos. N° 518. Ano XVIII. 26/03/2018.

Disponível em: <http://www.ihuonline.unisinos.br/edicao/518>

MINISTÉRIO Público do Estado de São Paulo. Ao Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito do 5º Tribunal do Júri da Capital. I.P n° 382/15. 02/06/2015.

NUNES DIAS, Camila. Da pulverização ao monopólio da violência: expansão e consolidação do Primeiro Comando da Capital (PCC) no sistema carcerário paulista.

Tese (Doutorado em Sociologia) Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.
PAES MANSO, Bruno. Crescimento e Queda dos Homicídios em SP entre 1960 e 2010 -
Uma análise dos mecanismos da escolha homicida e das carreiras no crime. Tese
(Doutorado em Ciências Políticas). USP. 2012.

.....

* Camila De Lima Vedovello

*Instituto de Filosofia e Ciências Humanas . Pós-Graduação de Filosofia e Ciências Humanas . Universidade Estadual de
Campinas - IFCH/UNICAMP. Campinas-SP, Brasil*

Resumen de ponencia

COLETIVOS CRIMINAIS EM PORTO ALEGRE E EM SÃO PAULO: UMA ANÁLISE COMPARATIVA SOB O ESPECTRO DA TEORIA DA ESTRUTURAÇÃO

*Larissa Urruth

*Marcelli Cipriani

A partir do final da década de 70, um novo fenômeno começava a surgir no interior dos presídios brasileiros, denotando o início de transformações mais amplas que viriam a ser percebidas no sistema penitenciário do país, bem como nas dinâmicas assumidas em suas redes criminais, na distribuição da violência pelo tecido social e na constituição de sociabilidades em periferias urbanas. As formas de viver a criminalidade que, desde então, passaram a se formular - sob processos de rupturas e continuidades - vêm sendo agregadas sob o guarda-chuva do termo “facções criminais”.

Do aparecimento do Comando Vermelho em 1979, no estado do Rio de Janeiro, foram inúmeros os coletivos criminais que se articularam entre o eixo rua-prisão - lugares que, com a vigência de uma política de drogas marcadamente seletiva não só do ponto de vista de classe e raça, mas também territorial, passaram a ter fronteiras cada vez mais dissolvidas. Dessa feita, nas últimas décadas, uma multiplicidade de grupos surgiu ou foi criada nas diferentes unidades federativas, participando da organização do mercado de substâncias entorpecentes e pautando, entre si, uma gama de alianças e de conflitos por posições de poder e influência.

O Primeiro Comando da Capital (PCC) - principal agrupamento criminal brasileiro - surgiu em 1993 e, progressivamente até o momento contemporâneo, foi estabelecendo o monopólio da violência no estado de São Paulo. Já no Rio Grande do Sul, a Falange Gaúcha emergiu em 1987 no município de Porto Alegre, sendo dissipada na década de 90 e transformada em outro grupo, Os Manos, que segue como o mais influente no contexto local. Diferentemente do cenário paulistano, na capital sul-rio-grandense há um cenário de pulverização da força, que consiste, em especial, na disputa polarizada entre dois grupos - os Bala na Cara e os Antibala - convivendo lado a lado com a articulação estratégica, nesse imbróglio, d^{os} Os Manos.

O objetivo desse trabalho é desempenhar uma análise comparativa entre a trajetória das “facções” em ambos os locais, pensando-as como sujeitos coletivos dotados de historicidade e demarcados, por um lado, através da atuação nos mercados do tráfico e, por outro, na presença em determinados territórios. Para tanto, lança-se mão de cortes histórico-geográficos entre os grupos, a fim de se pensar os períodos em que suas transformações e permanências se deram. Assim, suas dinâmicas são apuradas mediante fases marcadas por instabilidades e estabilidades, relacionadas com seu posicionamento no tempo-espço.

Para esse trabalho, alicerça-se nas contribuições giddensianas, em especial quanto à teoria da estruturação, cuja pretensão se dá em sentido de romper com o divisor

conceitual entre sujeito e objeto social. O aparente dualismo entre ação e estrutura é visto, pelo autor, como uma dualidade, articulando a dimensão da integração social e da integração sistêmica. Entende-se, assim, que através da reprodução durável de “recursos” e de “regras” de forma prolongada no “tempo-espaço”, os diferentes grupos foram se “estruturando”.

Adquirindo “propriedades estruturais” obtiveram - de maneira diferencial e assimétrica - a influência tanto de “práticas intencionais” (como a criação ativa e orientada dos grupos, a elaboração minuciosa de atentados, greves e uma multiplicidade de formas de ação) como de outras “consequências não intencionais”. Nesse sentido, pode-se refletir sobre como os coletivos instituídos em ambas as localidades interagem com outras “estruturas” dentro do mesmo “sistema social” - reconfigurando as tendências políticas estatais e vice-versa - e sobre como as “práticas sociais” dos agentes impactaram sua solidez ou fragilidade na reprodução ao longo do espaço-tempo.

Portanto, utiliza-se desse corpus teórico-metodológico como espécie de coluna vertebral para uma análise comparativa entre o cenário próprio aos coletivos criminais em Porto Alegre e São Paulo - lançando-se mão, quanto ao primeiro contexto, de trabalho de campo acumulado desde o ano de 2016 no município e, no segundo, da bibliografia especializada sobre o tema.

Com isso, pretende-se engatilhar os diferentes conceitos disponíveis a fim de que eles auxiliem na ordenação desses grupos como um objeto de estudo. Paralelamente, que as diacronias e sincronias apuradas, recortadas sob a dimensão do tempo-espaço quanto à reprodução de práticas sociais, via dualidade da estrutura, possa sugerir elementos para pensar o fenômeno como conjunto.

.....

*** Larissa Urruth**

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do SUL - PUCRS. Porto Alegre, Brasil

*** Marcelli Cipriani**

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do SUL - PUCRS. Porto Alegre, Brasil

Resumen de ponencia

CONFIGURACIÓN HISTÓRICO-TERRITORIAL DE LA VIOLENCIA URBANA EN BOGOTÁ Y RIO DE JANEIRO: LECTURAS A PARTIR DE UN ESTUDIO COMPARATIVO DE CASOS DE CONFLICTO TERRITORIAL

*Elis Borde

Desde los años 1980 y en el contexto neoliberal de polarización urbana, la violencia se ha instalado como un elemento cotidiano de la vida urbana latinoamericana y ha determinado las posibilidades y las formas de vida en las grandes urbes. Las principales víctimas son hombres menores de 30 años de edad, habitantes no-blancos de barrios marginalizados, cuyos cuerpos conjugan las opresiones y acumulan las inequidades y se vuelven lugar de inscripción de la conflictividad urbana históricamente y territorialmente configurada a nivel global, nacional y sub-nacional.

Se presentan resultados de un estudio comparativo de casos de conflicto territorial en Rio de

Janeiro y Bogotá que busca contribuir a la comprensión situada de la configuración histórico-

territorial de la violencia en ambas ciudades y explorar lo que entendemos como una "determinación social de la violencia urbana en ciudades latinoamericanas", reconociendo las diferentes expresiones de conflictividades, predominantemente violentas, relacionadas con economías y agendas globales como el narcotráfico, la "guerra contra las drogas" y el "desarrollo urbano" a nivel sub-nacional, sus singularidades y continuidades. Particularmente indaga en las dinámicas de re- /des-ordenamiento del espacio urbano en el marco de la consolidación de la ciudad neoliberal en el Sur global y sus implicaciones para la configuración de modos de vida que se construyen en función de la imposición de un orden territorial y territorialidades funcionales a la acumulación legal e ilegal de capital globalizado en nuestras ciudades, que tienden a reforzar violencia y muerte.

La investigación se plantea como un estudio comparativo de casos de conflicto territorial en Rio de Janeiro y Bogotá, reconociendo la productividad analítica de los conflictos para comprender los modos, temporalidades y escalas en los que se (re)produce la violencia. Asimismo, se reconoce el conflicto como locus privilegiado de expresión de alternativas, de resistencias y de las posibilidades-otras de ciudad y territorio por lo que se pone énfasis en identificar y caracterizar los procesos que posibilitan resistencia y (re-)existencia ante el cierre sistemático de espacios de vida en Bogotá y Rio de Janeiro.

Se adopta una perspectiva teórico-conceptual libremente inspirada en la Medicina Social y Salud Colectiva Latinoamericana y en la Geografía Crítica del Sur, que es relacional, contextual y procesual y reconoce los "modos de vida" y la triada

"territorio-territorialidad-territorialización" como principales ejes de análisis, buscando hacer conciencia de las sociabilidades, materialidades, subjetividades y relaciones que (re-) producen o anulan violencia en determinados grupos sociales y territorios, de que la lesión y la muerte no aparece en cuerpos de individuos sino se manifiesta en colectivos y "sujetos socio-históricos que enferman", son agredidos y muertos en determinados territorios y, finalmente, dar cuenta de la sobreposición de determinados tipos de territorio y territorialidades por la apropiación simbólica y material, muchas veces violenta, de tierra y territorio. Asimismo, la investigación parte de una perspectiva comparativa, que invita a pensar las particularidades que adquiere la configuración de la violencia urbana según contexto, coyuntura y lugar.

Los resultados de la investigación refuerzan la necesidad de distanciarse de abordajes individualizadores de la violencia (urbana) que se enfocan en supuestas características intrínsecas o aberraciones individuales de "monstruos" "irracionales" o "anormales". Asimismo, problematizan una comprensión de las ciudades latinoamericanas como intrínsecamente problemáticas, proponiendo una "desnaturalización" del (des)ordenamiento territorial de las ciudades y analizando su configuración a lo largo del tiempo. En este sentido reconocemos la ciudad no simplemente como escenario de la violencia urbana, que correspondería a una comprensión del espacio como contenedor. Por el contrario, insistimos en la necesidad de reconocer la producción y reproducción de la violencia urbana en relación con la producción del espacio urbano, y más específicamente, con las dinámicas de re-/des-configuración del ordenamiento territorial y social de las ciudades en su contexto nacional e internacional. Proponemos concebir la ciudad latinoamericana como producto de las transformaciones en los modos de producción y acumulación así como de otros procesos constitutivos y constituyentes de la formación social de las sociedades latinoamericanas, por ejemplo, su lugar en la división internacional de trabajo, su historia como colonia y su presente de colonialidad y neocolonización. Así, buscamos reconocer procesos y actores que se imprimen en el espacio urbano a través de diversas formas de territorialización, muchas veces violentas y, necesariamente, mediadas por relaciones de poder. Por ejemplo, el narcotráfico transnacional, que no es un fenómeno natural de "la ciudad" latinoamericana.

La "determinación social de la violencia urbana" que exploramos en esta investigación implica una comprensión situada, relacional y procesual de la violencia, reconociendo a la muerte violenta y a la violencia urbana como expresiones de la conflictividad social que ha caracterizado la consolidación y sigue caracterizando la reproducción del régimen de producción y acumulación capitalista en la región. Las víctimas expresan esta conflictividad y, por lo tanto, llevan las marcas de los patrones de explotación y poder en las intersecciones de clase, género y raza, histórica y territorialmente configurada. Esta comprensión no constituye un mero ejercicio académico de aproximación a mayores niveles de complejidad, sino se propone como herramienta de identificación, caracterización y denuncia de los procesos que imponen muerte y promueven malestar en las ciudades latinoamericanas, pero también como herramienta de identificación y articulación de procesos promotores de la vida, de resistencia y (re)existencia.

.....

*** Elis Borde**

Universidad Nacional de Colombia UNAL. Bogotá, Colombia

Resumen de ponencia

CONFLICTOS ARMADOS EN MÉXICO Y PRÁCTICAS RESTAURATIVAS COMO PROPUESTA DE CONSTRUCCIÓN DE PAZ

*Ivonne Balderas Gutiérrez

*Maria De Jesús Pasallo Zepeda

Pensar en la posibilidad de una sociedad que puede andar sin miedo, se ha vuelto hoy día una utopía, pero como dice Eduardo Galeano citando a Fernando Birri “Por mucho que yo camine, nunca la alcanzaré. ¿Para qué sirve la utopía? Para eso sirve: para caminar”. Y mientras podamos caminar, podemos ser y hacer un mundo mejor. Bajo esa idea es que surge el presente trabajo, con el objetivo de generar reflexión y alternativas, para ser y hacer mejor, y seguir caminando. La intención es proponer la teoría restaurativa desde sus prácticas como herramientas en la construcción de paz en escenarios de conflictos armados. Cabe mencionar que este trabajo no es producto de una investigación finalizada, pues es un trabajo en proceso, hasta el momento es una propuesta teórica, pero que invoca a la práctica a todo aquel que la lea y la escuche. En este sentido se busca proponer prácticas que abonen en la restauración del tejido social de algunas comunidades mexicanas atravesadas por conflictos armados. Cabe mencionar que estas prácticas son una herramienta hasta el momento poco explorada en situaciones de conflictos armados. De ese modo esta iniciativa se suma a un esfuerzo por generar medidas de prevención y actuación. Medidas vistas como un proceso continuo y permanente.

En relación a los conflictos armados en México, hasta el momento se reconocen dos tipos: -ambos internos-, el primero consiste en el enfrentamiento entre las fuerzas del Estado, contra los grupos de delincuencia organizada, relacionados al narcotráfico. Y el segundo, en el enfrentamiento de los mismos carteles entre sí. La mezcla de estos enfrentamientos han sido denominados por varias normas internacionales como un auténtico conflicto armado, pues cumple con todos los componente para que pueda ser nombrado así.

Los resultados del surgimiento, evolución y permanencia de este tipo de conflictos en México, son desoladores. Fenómenos complejos y alarmantes como los constantes enfrentamientos por grupos armados en espacios públicos y privados, homicidios, feminicidios, desapariciones, grandes migraciones por asilo político y desplazamiento forzado, presos, robos, secuestros, violaciones, huérfanos, madres viudas, etc., por nombrar algunos. Incluso algunas localidades de México se han denominado como una zona de alto riesgo para vivir, llamada por los expertos como zona minada. En números, México está dentro de los 10 países más violentos del mundo, siendo el tercer país en el mundo con mayor número de víctimas mortales a causa de conflictos armados. Agregando que esta situación ha venido modificado la identidad cultural,

incorporando formas de hacer y entender el mundo, la hiper valorización de la agresividad, del poder económico, la legitimización y reproducción de la violencia como manera viable de conducirse, la justificación de la justicia privada. Mismo que conduce a una completa destrucción de lo físico, de lo humano, de la moral y de lo cultural. Causando muchas de la veces la negación de las necesidades básica, de los derechos humanos y en algunos caso la aniquilación de estructuras que dan significado a la vida social y cultural.

De ese modo, y pensando bajo la lógica de la reconstrucción de las comunidades atravesadas por conflictos de este tipo, pensamos que debe ser visto como un trabajo que se tiene que realizar no sólo en los planos físico, económico, cultural y político, sino además en el plano psicosocial. Las prácticas restaurativas implican un camino viable para el trabajo conjunto desde la población civil. Al tener dentro de sus finalidades la resolución no violenta de conflictos, dotando de herramientas y habilidades en la incorporan de valores esenciales para la cultura democrática como participación, diálogo, igualdad, justicia social, respeto a la diversidad y los derechos humanos. Cabe señalar que las prácticas restaurativas, surgen a partir de la justicia restaurativa, que es considerada una nueva línea de pensamiento sobre la justicia penal. Hoy en día la justicia restaurativa es un enfoque inclusivo y colaborativo basado en los valores de inclusión, pertenencia, solidaridad y escucha activa que prevé la participación en las situaciones de conflictos y violencias con el fin de restauración de las relaciones sociales.

Es así como las prácticas restaurativas vienen deconstruyendo esa cultura de violencia y promoviendo la cultura de paz. Con el objetivo de desarrollar una comunidad y manejar el conflicto y las tensiones reparando el daño y forjando relaciones. Trabajando bajo dos dimensiones, uno proactivo que teje relaciones y desarrolla una comunidad y, otro reactivo que repara el daño y restaurar las relaciones. De ese modo, las prácticas restaurativas parten del principio que las relaciones pueden ser restauradas basadas en los valores de inclusión, pertenencia, solidaridad y escucha activa. Además, implica a la comunidad y promueve las relaciones personales, crear un sentido de seguridad y refuerza los vínculos de la comunidad. Bajo este enfoque, se da prioridad al tratamiento de las necesidades humanas de los participantes y a la capacitación de estos para comunicar sus pensamientos y sentimientos. El objetivo es crear comprensión de las causas y efectos del comportamiento en los demás y fomentar la responsabilidad de forma positiva. Por medio de estas prácticas se conduce a un potencial de ofrecer una oportunidad a la comunidad para articular sus valores y expectativas. Con ello, se puede contribuir al bienestar y a la reducción actos de violencia futuros. Algunas prácticas restaurativas que se han desarrollado históricamente son: Círculos restaurativos que contribuyeron a la instauración de prácticas dialógicas, tutorías, Lenguaje y comunicación asertiva, Reconocimiento de las emociones y resolución de conflictos y sentido de pertenencia.

La propuesta gira en torno a la capacitación de líderes, representantes de instituciones o personas claves de las comunidades afectadas, como pueden ser profesores, directivos de escuela, padres de familia, sacerdotes, que al tener cierta incidencias en los colectivos de la comunidad, puedan replicar estas prácticas capacitando a más

grupos y supervisando el desarrollo de las mismas. Se considera viable, puesto que no se necesitan muchos recursos para capacitar, aplicar y replicar en prácticas restaurativas. La capacitación de estos lleva un proceso, mismo que consta de cuatro etapas, generalmente este proceso se efectúa en un tipo taller con sujetos claves. A continuación describiremos a grandes rasgos las cuatro etapas:

1. La ventana de la disciplina social: donde se plantean los cuatro tipos de disciplina que existen en las grupos, instituciones, etc., se dialoga sobre la disciplina punitiva, permisiva, restaurativa y como estos a su vez van conformando nuestro ser.
2. Proceso justo: donde se plantea que los individuos tienen mayor tendencias a confiar y cooperar libremente con sistemas justos. Este momento se trabaja a partir de tres fundamentos: participación, explicación y claridad de la expectativas. Algunas de la ventajas de esta etapa son la promoción de confianza y compromiso, la cooperación voluntariedad, el desempeño, así como compartir con los otros expectativas, experiencias y procesos de creatividad.
3. La construcción de capital social: Se busca dar a las personas herramientas restaurativas que les permitan mostrarse como sujetos de cambio e iniciadores de una cultura de paz. En esta etapa los participantes se capacitan en:
 - ☐ Declaraciones afectivas, donde se aprende y enseña a comunicarte con el otro responsabilizándote de los que se siente sin agredir al otro.
 - ☐ Preguntas afectivas: Son preguntas que se hacen sin buscar un culpable, organizando oraciones en el discurso que tienen que ver con habilidades de comunicación en la resolución de conflictos.
 - ☐ Círculos espontaneas: Cumplen con el rol de tejer lazos para posteriormente generar vínculos afectivos y de comunidad, generar confianza. Estos darán pauta para realizar círculos de paz. Pueden hacerse círculos espontáneos tantos como sean necesarios.
4. Círculos formales: Donde se busca la consolidación, promoción y el posicionamiento de los participantes como constructores de paz, se hace un seguimiento de casos, se evalúa la intervención de las prácticas restaurativas y se intenta replicar las prácticas en otros contextos.

A manera de conclusión estoy convencida que el enfoque de las prácticas restaurativas como un medio y un fin posibilita la comunidad, activando las relaciones personales, solucionando conflictos de manera no violenta, permite que los actores principales sean escuchados por primera vez, donde sus voces, silenciadas por largo tiempo, cobren fuerza y sentido. Al ser escuchados se brinda la oportunidad que el fenómeno de la violencia cobre visibilidad, puesto que, por mucho tiempo, se ha mantenido bajo los telones al ser una situación delicada, abonando al desconocimiento y, por ende, a la falta de entendimiento y propuestas. Esta propuesta se presenta como un esfuerzo por construir escenarios pacíficos donde se pueda andar y desarrollarse de manera segura. Además garantiza seguridad y pertenencia en los grupos, así como potencializa valores como el respeto, compromiso y libertad, abonando en la construcción de paz en comunidades atravesadas por conflictos armados.

.....

*** Ivonne Balderas Gutiérrez**

Benemérita Universidad Autónoma de Puebla- BUAP. Puebla, México

*** Maria De Jesús Pasallo Zepeda**

Benemérita Universidad Autónoma de Puebla- BUAP. Puebla, México

Resumen de ponencia

CONTINUIDADES Y TENDENCIAS EN LAS REDES FORMADAS POR LOS FUNCIONARIOS TOMADORES DE DECISIONES DE LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA FEDERAL, PARA LA RECUPERACIÓN DE LA SEGURIDAD PÚBLICA EN MÉXICO.

*Janeth Gomez

CONTINUIDADES Y TENDENCIAS EN LAS REDES FORMADAS POR LOS FUNCIONARIOS TOMADORES DE DECISIONES DE LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA FEDERAL, PARA LA RECUPERACIÓN DE LA SEGURIDAD PÚBLICA EN MÉXICO

En México la inseguridad aún no encuentra la estrategia publi-administrativa cuyo contenido pueda ofrecer a la población la recuperación de la seguridad. Una de las estrategias con mayor impacto ha sido la presencia de las fuerzas armadas en las calles, es decir, su apoyo, colaboración y en no pocas ocasiones la sustitución de las instituciones de policía en lugares donde la inseguridad ha sobrepasado la potestad del Estado.

Por ello el objetivo de la presente investigación es explicar las continuidades, tendencias, cambios y /o rupturas dentro de los organismos encargados de la toma de decisiones de seguridad pública a la hora de generar la estrategia que se tomara como eje central del gobierno en turno, para ello es necesario de manera particular para el desarrollo de la investigación, conocer las redes de funcionarios formadas por las principales instituciones del país encargadas de formular las estrategias para la recuperación de la seguridad pública :

Comisión Nacional de Seguridad

Secretaria de Gobernación

Secretaria de la Defensa Nacional

Secretaria de Marina

Comisión de Seguridad del congreso de la unión (Diputados y senadores)

Si bien es cierto que hay por lo menos una decena más de instituciones encargadas de la seguridad pública en el país, estas se irán incorporando de acuerdo a las redes que se vayan encontrando.

Una de las razones del incremento de la inseguridad en el país es el aumento del narcotráfico en el país, producto de la demanda y ofertas de sustancias psicoactivas y la globalización de los mercados para estos productos. Además del cambio de la lógica presidencialista que se tuvo por lo menos hasta el año 2000, lugar donde tuvo origen la alternancia y que como lo explica Luis Astorga, la distribuiconne el poder en varias facciones, la imposibilidad de un ejecutivo de proteger o mantener en orden a los grupos de narcotraficantes fue decisivo para el desborde de las organizaciones criminales y su expansión por todo el país e inclusive de manera internacional.

Estudios sobre el fenómeno de la inseguridad en el país se han hecho desde diferentes

aristas; derechos humanos, sociología, politología, economía, derecho, medicina, etc. Este trabajo pretende abordar el tema partir de la ciencia de la Administración pública, que en ultima instancia es la encargada de analizar el gobierno en acción (decisiones de gobierno) y los resultados obtenidos considerando las políticas tomadas como decisiones y llevadas a la práctica como estrategias de Estado.

Uno de obstáculos a la investigación es la barrera difusa entre el combate al narcotráfico propiamente dicho, y la inseguridad pública, que si puede ser parte del mismo o no, no puede verse de manera clara la línea divisoria de dos fenómenos aparentemente correlacionados de manera casi indiferenciada.

Lo que se pretende con esta ponencia es mostrar los avances sobre la investigación y el desarrollo de las redes de funcionarios tomadores de decisiones en materia de seguridad pública y su impacto para la implementación de las estrategias.

la investigación se desarrolla con un enfoque de gerencia pública basado en el servicio al cliente y en la toma de decisiones basado en la eficiencia y eficacia de las instituciones encargadas de la seguridad pública en el país. se trabaja de manera conjunta con teoría de redes como metodología y herramienta para la elaboración del nodo "estrategias de seguridad pública" donde los actores van generando vínculos desde sus puesto de autoridad.

el trabajo que se presenta es el estado de la cuestión y un mapa generan internacional para explicar que México no es la excepción por tener a sus fuerzas armadas en las calles, por el contrario, latino-américa se encuentra prácticamente en la misma tendencia solo sin contar a Estados Unidos, Canadá y Chile.

así mismo se explican otros casos en el mundo como Francia, España y Alemania que tienen la misma tendencia con la salvedad que sus razones son de carácter terrorista y no por el crimen organizado.

.....

* Janeth Gomez

Facultad de Ciencias Políticas y Sociales. Universidad Nacional Autónoma de México - FCPyS/UNAM. México D.F., México

Resumen de ponencia

CRIME, MASCULINIDADES E GÊNERO: UM OLHAR SOBRE O SISTEMA PENITENCIÁRIO EM MATO GROSSO DO SUL (BRASIL)

*Alyme Reynaud D'Avila

*Daniel Attianesi De Lima

*Raphael De Almeida Silva

O presente trabalho trata de uma investigação em curso em diferentes Estabelecimentos Penitenciários na cidade de Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Brasil, e suas diferentes potencialidades. O Brasil, segundo informações obtidas do Departamento Penitenciário Nacional - DEPEN, atualmente tem a terceira maior população prisional do mundo, tendo superado a Rússia que ocupava o terceiro lugar anteriormente, com um número de presos superior a 700.000 pessoas, estando atrás apenas dos E.U.A. e da China. Desde o fim do período da Ditadura Civil-Militar, o Brasil vem, de forma recorrente - especialmente desde o episódio conhecido como “Massacre do Carandiru”, sendo denunciado por diversas organizações de Direitos Humanos, pelas precárias condições de encarceramento existentes no país, maus-tratos à população prisional, mortes/massacres nos presídios e afins. Há cerca de três décadas, o Brasil adotou uma série de políticas na administração da Segurança Pública. Elas reforçaram e aumentaram a quantidade de pessoas encarceradas no país; houve a adoção de uma política de policiamento ostensiva; o estabelecimento de metas de apreensão em departamento policiais; aprovação da Lei de Drogas de 2006; a criminalização da população negra e pobre. Tudo isso vem mostrando como a quantidade de pessoas encarceradas no país é, em verdade, resultado de escolhas políticas e de uma política de Estado que vêm sendo criticadas por especialistas. Dessa forma, discutir a prisão no Brasil e outros temas que tenham o Sistema Penitenciário como pano de fundo, é fundamental em um país que marcha cada vez mais rápido para o aumento da sua população prisional.

Considerando isso, Mato Grosso do Sul possui a maior taxa de encarceramento do Brasil, com 646,7 pessoas encarceradas para cada grupo de 100 mil habitantes. Além disso, é o estado com a décima maior população prisional do país, com 18.688 pessoas encarceradas, para 7.731 vagas, segundo dados de 2016 (DEPEN). Mato Grosso do Sul é um estado brasileiro que faz fronteira com a Bolívia e o Paraguai. Dessa forma, o estado tem papel central na análise do encarceramento brasileiro por fazer parte da chamada de “Rota Caipira” do tráfico (de drogas e de armas) que segue para os outros estados do Brasil, como São Paulo e Rio de Janeiro. Afim de uma maior proximidade com o campo da pesquisa, aprofundaremos em três Estabelecimentos Penais da cidade de Campo Grande - MS, a saber: o Estabelecimento Penal Feminino “Irmã Irma Zorzi”, o Instituto Penal de Campo Grande e o Estabelecimento Penal “Jair Ferreira de Carvalho”.

O Estabelecimento Penal “Jair Ferreira de Carvalho” - EPJFC - é um estabelecimento

penal de segurança máxima, destinado aos presos do sexo masculino. O EPJFC é uma dentre outras unidades penais de Campo Grande e do Brasil que operam acima de sua capacidade, porém, uma de suas especificidades é o fato de ser o estabelecimento destinado a presos relacionados ao, assim chamado, crime organizado. Nessa unidade, estão integrantes do Primeiro Comando da Capital - PCC. Por isso, entre outros fatores, essa é uma unidade penal “malvista” por agentes penitenciários e outras pessoas, por a entenderem como um lugar “puramente cruel e mau”. Dessa forma, nosso trabalho nessa unidade se deu em uma tentativa de compreender a estrutura do encarceramento em Mato Grosso do Sul e a relação com a existência do crime organizado nas prisões do estado.

O Instituto Penal de Campo Grande - IPCG, por sua vez, é reconhecido como um estabelecimento prisional de excelência em Mato Grosso do Sul, podendo ser evidenciado desde o próprio nome da unidade, que é higienizado, o que percebemos também ser raro ouvir os sinônimos cadeia, prisão ou presídio para se referir ao IPCG. Apesar dessa questão, para os recém-chegados não importa essa valoração, pois claramente eles têm a sensação de estar presos. O IPCG faz parte dos 48 estabelecimentos penais do estado de Mato Grosso do Sul, que administrados pela Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário (AGEPEN) com uma população atual de 1.376 detentos dos aproximadamente 18.000 detentos do estado. Isso se equivale a quase 9% de toda a população prisional do estado em apenas um estabelecimento. Não surpreende que apesar de sua “excelência”, o IPCG se encontra superlotado, a população prisional é 275% superior às 400 vagas. Nesse estabelecimento, optamos por nos aprofundar nas discussões acerca do entendimento generificado dos homens e suas masculinidades ali presentes. Assim, buscamos nessa unidade penal entender a construção da identidade de gênero do homem “criminoso” e causador da violência, tendo como centro da análise os discursos dos detentos sobre a relação entre masculinidades e violência no Instituto Penal de Campo Grande. Por fim, adentramos em nossa pesquisa no estudo da maior unidade prisional feminina do estado, o Estabelecimento Penal Feminino “Irmã Irma Zorzi”, de Campo Grande. O Feminino - como é conhecido este estabelecimento - abriga mulheres condenadas em regime fechado. Ele consta em nossa análise devido ao nosso interesse em compreender o Sistema Penitenciário também a partir da perspectiva das mulheres, que são agentes penitenciárias e trabalham em um Estabelecimento Penal Feminino. Pensando sobre o encarceramento de mulheres, nas últimas duas décadas um enorme crescimento no número de mulheres encarceradas, tanto em Mato Grosso do Sul, quanto no Brasil, especialmente após a aprovação da Lei de Drogas do ano de 2006, conforme mencionado acima. Assim, nessa unidade prisional, analisamos questões de gênero que envolvem as mulheres agentes penitenciárias no interior do Estabelecimento Penal Feminino, outrora conhecidas, através do imaginário social que circunda a instituição. Essa pesquisa se mostra relevante em vista da escassez de informação face o tema específico, bem como em razão da crise geral do Sistema Penitenciário a partir de sua concepção punitiva e, portanto, desumanizadora. Outro elemento que buscamos problematizar é o imaginário criado pelos estudos da criminologia, que tradicionalmente ignoraram a população feminina, inclusive no que diz respeito às agentes penitenciárias, contribuindo sobremaneira para sua invisibilidade, desumanizando as mulheres agentes penitenciárias reiteradas vezes. Dessa forma, essa análise se voltará para as questões que aproximam crime e gênero,

tendo como pano de fundo o Sistema Penitenciário, a partir das três instituições mencionadas acima. Para a realização da pesquisa, utilizamos uma metodologia diversificada a fim de obter melhores resultados, a saber: revisão bibliográfica, observação participante, conversas informais e entrevistas semiestruturadas junto à população prisional e as/os agentes penitenciários dos estabelecimentos prisionais pesquisados. A partir disso, entendemos que teremos melhores condições para compreender as dinâmicas das relações de poder que articulam crime e gênero no Sistema Penitenciário de Mato Grosso do Sul. Por fim, como resultados da investigação, teremos a produção de análises que poderão sinalizar novos olhares sobre esse campo de pesquisa, bem como indicar possibilidades de novos campos para trabalhos na seara das Ciências Sociais em Mato Grosso do Sul, além de contribuir - a partir da produção de conhecimento - com subsídios que podem ser necessários para a formulação de políticas públicas no horizonte do Sistema Penitenciário.

.....

*** Aylme Reynaud D'Avila**

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS. Campo Grande-MS, Brasil

*** Daniel Attianesi De Lima**

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS. Campo Grande, Brasil

*** Raphael De Almeida Silva**

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS. Campo Grande, Brasil

Resumen de ponencia

CRIMINOLOGÍA MEDIÁTICA, PÁNICO MORAL Y POPULISMO PENAL. ANÁLISIS DEL IMPACTO DE LAS POLÍTICAS DE MANO DURA EN LA SEGURIDAD CIUDADANA EN PARAGUAY

Instituto de Estudios Comparados en Ciencias Penales y Sociales - INECIP-Paraguay (Paraguay)

*Juan Alberto Martens Molas

Alentada por una criminología mediática sin precedentes, basada en la divulgación de media verdades, así como la difusión de delitos y delincuentes estereotipados, presentados como una amenaza para la seguridad pública, la política de mano dura, la pérdida de garantías procesales, y el aumento a más del 100% de la población penitenciaria, entre 2006 y 2017, marcó la política de seguridad de Paraguay de los últimos años. De esta manera, se modificaron varios artículos de los Códigos Penal y Procesal Penal, obligando a la aplicación de prisión preventiva en los hechos punibles dolosos contra la vida y la integridad física, y a personas enjuiciadas en otros procesos similares; se aumentaron los marcos penales de varios delitos, convirtiéndolos en crimen, entre ellos la violencia doméstica; y se crearon nuevos tipos penales (feminicidio, maltrato animal); así mismo, se militarizó la política de seguridad interna, a través del Decreto N° 103, de 24 de agosto de 2013, por el cual se autoriza la participación de fuerzas militares en la Fuerza de Tarea Conjuntas (FTC), creada para combatir a grupos armados al margen de la ley, entre ellos, el Ejército del Pueblo Paraguayo (EPP), el Primer Comando Capital (PCC), y el Comando Vermelho (CV), que operan principalmente en el noreste de la Región Oriental, entre los Departamentos de Concepción, San Pedro y Amambay. En tanto, la percepción de inseguridad, el miedo al delito y la creencia del aumento de la delincuencia afecta cada vez más a la población, pasando del 65%, en 2012 a más del 90%, en 2017, convirtiéndose Paraguay, de esta manera, en uno de los países con mayor índice de miedo al delito en la región, incluso más que aquellos cuyas tasas de homicidios violentos son dos o incluso tres veces mayores. Sin embargo, en Paraguay las tasas de homicidios dolosos se redujeron a menos de 10 por cada 100 mil habitantes y los delitos contra la propiedad se mantuvieron estables o en leve ascenso, sólo en algunas regiones, como los departamentos Central y Asunción. El índice de delitos violentos ha venido descendiendo de tal manera, que Paraguay se ubica entre los países con menores proporciones muy por debajo de Brasil (30,3), y Venezuela (89), y cercana a Uruguay (8,1), Argentina (5,6) y Chile (3,5). A su vez, los datos de delincuencia de la Policía Nacional recogidos y analizados desde 2010 a 2017, y los resultados de la Encuesta Nacional de Victimización 2017 muestran, por un lado, que el nivel de victimización a nivel nacional es del 36%, y el índice de sub registro del 69%, siendo el robo en

viviendas y la extorsión los delitos más reportados; en tanto que la confianza en las instituciones del sector justicia (fiscalía, policía, jueces y tribunales), ronda apenas el 50%, y que la televisión es el medio por el cual el 91,4% de paraguayos y paraguayas se informan sobre temas relacionados a la delincuencia, haciéndolo casi todos los días o todos los días, un 93,4%; y por otro lado, que las decisiones político criminales tomadas sin tener en cuenta mediciones empíricas no contribuyen al fortalecimiento de la seguridad ciudadana, ni disminuyen el pánico moral. Es decir, a pesar de castigar cada vez más conductas, y de manera más dura, encerrando a más personas en prisión, el temor ciudadano no disminuyó, ni siquiera la comisión de los delitos contra la propiedad por lo que es imperioso avanzar hacia políticas de seguridad sustentadas en evidencias científicas, con enfoque de seguridad humana e integral, superando el paradigma reduccionista, que protege mayormente la propiedad; que tienda, por tanto, a la reducción de los niveles de desigualdad y exclusión social, promoviendo políticas integrativas, de ocupación de espacios públicos, centradas en las necesidades de seguridad de cada grupo social y de las distintas regiones del país; y por sobre todo, baje los niveles de ansiedad ciudadana derivadas de miedo al delito que impiden el disfrute de derechos ciudadanos y provocan erogaciones económicas para la satisfacción de una necesidad básica y derecho humano fundamental que debe ser garantizado por el estado.

.....

*** Juan Alberto Martens Molas**

Instituto de Estudios Comparados en Ciencias Penales y Sociales - INECIP-Paraguay. Asunción, Paraguay

Resumen de ponencia

DE LA SUCURSAL DEL CIELO AL TEATRO DE LA VIOLENCIA : UN ESTUDIO DE LAS DINÁMICAS DE LA VIOLENCIA EN LA CIUDAD CALI.

*Lina Marcela Figueroa Pelaez

*Tatiana Andrea Rosero Gonzalez

Las ciudades que han atravesado por un proceso de crecimiento descontrolado, se han convertido en escenarios propicios para la confluencia de diversas problemáticas sociales, culturales, políticas y económicas. Gran parte de ciudades en latinoamérica han atravesado por este tipo de problemáticas. A lo largo de su historia, Colombia ha presenciado diversos escenarios de violencia en todo el territorio nacional, dicho fenómeno se ve reflejado en la gran cantidad de atentados contra la vida de los ciudadanos; elementos como el desproporcionado crecimiento de las ciudades, el desempleo, la falta de oportunidades, la formación de cinturones de miseria, la baja institucionalidad, la migración de habitantes a las grandes ciudades como consecuencia del conflicto armado, son algunos factores que han contribuido a la agudización de la violencia en los principales centros urbanos del país.

De modo que, los diversos fenómenos sociales mencionados anteriormente traen consigo una relación entre urbanización y violencia que originan una desintegración de los valores de la ciudadanía, trayendo como consecuencia comportamientos violentos que se ven reflejados en la alza desproporcionada de la tasa de homicidios en las ciudades más importantes de Colombia. De acuerdo a investigaciones recientes, la década de los noventa presenciaron gran cantidad muertes violentas, que produjeron gran parte de los homicidios y crearon condiciones de desorden y bloqueo de las autoridades públicas. No obstante, el panorama de la violencia en algunas ciudades del país no es desalentador, dado que en los últimos años en ciudades como Bogotá y Medellín han disminuido las cifras de homicidios significativamente, posicionándose como referentes a nivel internacional y nacional por la integralidad de sus políticas en temas de seguridad y convivencia ciudadana.

En contraste, Cali no ha logrado evidenciar tal reducción, por el contrario, se ha posicionado como una de las ciudades más violentas del país; entre los factores que pueden explicar esta resistencia a la disminución de homicidios, se puede nombrar la diversidad de pandillas nutridas por redes del narcotráfico, la existencia de grupos armados ilegales, su cercanía a ciudades como Palmira y Buenaventura identificadas como zonas con dinámicas complejas en torno a la violencia, problemas sociales y de convivencia, los cuales no han sido combatidos y prevenidos de la mejor manera por los respectivos gobiernos locales, quienes afrontan problemas de liderazgo político además de dificultades presupuestales para atender la seguridad.

De acuerdo a lo anterior, la presente ponencia tiene como objetivo explicar ¿por qué la violencia en ciudades como Bogotá y Medellín desde los noventas han alcanzado una disminución significativa en los homicidios y en Cali por el contrario no? Para ello se pretende identificar los principales factores sociales e institucionales que han limitado esta reducción, en un ejercicio comparado con las experiencias de Bogotá y Medellín, ciudades que han logrado posicionarse como casos emblemáticos en la reducción de la violencia, para luego identificar por que en Cali no se ha podido lograr resultados semejantes para finalmente a manera de conclusión exponer una serie de retos y recomendaciones. Para el desarrollo del análisis se busca tener en cuenta aspectos relevantes como; identificar las dinámicas de violencia que se presentan en la ciudad, aspectos que se encuentran asociados con el territorio y las distintas expresiones regionales que se exhiben como elementos relevantes que permite un diagnóstico integral los cuales comprenden de manera adecuada la complejidad de la violencia que se vive en la ciudad de Cali; además de determinar los diferentes esfuerzos institucionales que ha realizado las autoridades locales en temas de seguridad y convivencia como los mismos ciudadanos los cuales cumplen una papel fundamental en salvaguardar la seguridad propia y de la comunidad en general.

.....

*** Lina Marcela Figueroa Pelaez**

Universidad del Valle- (Univalle). Santiago de Cali, Colombia

*** Tatiana Andrea Rosero Gonzalez**

Universidad del Valle- (Univalle). Santiago de Cali, Colombia

Resumen de ponencia

DESMITIFICANDO LA SEGURIDAD CIUDADANA: EL PARADIGMA DE ORDEN SOCIAL SEGURITARIO EN EL PERÚ. ESPECIAL MENCIÓN A LA PROTESTA SOCIAL DEL MAGISTERIO PERUANO

*Lynda Josefina Fernández Olivas

¿Cuál es la racionalidad de las estrategias de seguridad ciudadana en el Perú? ¿Qué diferencia práctica tienen con el discurso de seguridad pública? ¿Qué grupos vulnerables resultan afectados con las medidas proclamadas por el Estado peruano bajo el discurso de seguridad ciudadana?

Nuestra investigación identifica que el problema al que nos enfrentamos con estas interrogantes, parte de los planteamientos de seguridad ciudadana empleados por el Estado peruano para justificar su represión: el reemplazo de la seguridad pública por la seguridad ciudadana en nuestro país, después del gobierno Fujimorista, obedece a criterios que sobrepasan la integración de la ciudadanía dentro de las políticas públicas de seguridad y la defensa de los derechos fundamentales. Y lo peor es que su actuación, justifica y legitima la represión contra la protesta social.

¿Por qué decimos esto? Antes de responder nuestra pregunta, vemos a bien definir estas variantes de seguridad. La seguridad pública es una política de defensa que utiliza el Estado para asegurar el orden interno frente a la violencia política, social o económica en la que se encuentre, es creado para justificar la represión contra todo enemigo del pacto social mediante el sistema de justicia penal y policial. Por su parte, la seguridad ciudadana plantea integrar a la sociedad dentro del debate para la creación de políticas públicas criminales, sea como actor principal o complementario. Teniendo como condición básica la satisfacción de las necesidades de la sociedad y la salvaguarda de los derechos humanos. El primer planteamiento fue materializado en el Perú en la década de los 80' para aplacar todo germen terrorista perteneciente al grupo Sendero Luminoso. En estas últimas décadas, la seguridad pública ha sido abandonada en nuestro país, según dicen, por su contenido altamente represivo. Por este motivo es que mediante la Ley N° 27933, Ley del Sistema Nacional de Seguridad Ciudadana, se incorpora la seguridad ciudadana en la agenda política, modelo que fue adoptado para combatir la delincuencia común y la de cuello blanco.

Como lo hemos manifestado, la principal dificultad se encuentra en la actuación real del Estado peruano para defender la seguridad, la cual pretende legitimarse bajo el discurso de seguridad ciudadana. Esto debido a tres razones fundamentales:

1. La metodología que siguen los planes de seguridad ciudadana carece de objetividad al justificarse, muchas veces, en la seguridad subjetiva y el riesgo que sienten los individuos.
2. El empleo de políticas de estado de emergencia y la persecución policial con violencia que se aplican sobre los grupos más vulnerables que protestan contra los

proyectos de minería tras-nacional, las leyes que pretenden privatizar los servicios básicos que brinda el Estado o las reformas económicas que trasgreden los principios de la relación laboral. Tratándolos como enemigos del sistema y volviéndolos criminales.

3. Construcción de proyectos de ley con contenido penal, donde se elaboran delitos en base a las conductas que se desenvuelven en una protesta social.

4. Empleo de estrategias de etiquetamiento y mediatización, al llamar terroristas a los protestantes para justificar sus acciones de “seguridad”. Estas estrategias pretenden determinar quiénes son y cómo actúan para trasgredir el orden interno.

Aquí se manifiesta el poco reconocimiento hacia la libertad del individuo, con discursos que solo pretende preservar el estado de cosas actual. Es por eso que reprimen más a determinados grupos que no pueden ser controlados por los poderes sociales. Por tanto, consideramos que el discurso de seguridad ciudadana es una fachada que emplea el neoliberalismo tardío para legitimar su propia seguridad, la seguridad pública como criterio de orden interno.

Para poder comprender esto, nuestra investigación es realizada sobre un hecho que se dio en el país a mediados del 2017: la protesta social del magisterio peruano, quienes tras una larga jornada de lucha en la capital, fueron reducidos sin llegar a un consenso con el Ejecutivo. Es necesario recalcar que este conflicto representa solo uno de los tantos latentes en el Perú; sin embargo, las estrategias de seguridad son bastante parecidas.

Para poder comprender lo planteado hemos elaborado el siguiente esquema:

1. Entre el discurso de seguridad pública y seguridad ciudadana
2. Orden interno y libertad: La seguridad y el riesgo como construcción social
3. Riesgo y seguridad subjetiva
4. La protesta social del magisterio peruano
- 4.1. Principales estrategias de seguridad contra la protesta social magisterial
 - a) Metodología de los proyectos de seguridad contra la protesta magisterial
 - b) La “senderización” como criterio criminal
 - c) Estado de emergencia y poder de policía
5. La seguridad ciudadana como paradigma de orden social securitario en el Perú

.....

* Lynda Josefina Fernández Olivas

Universidad Nacional Mayor de San Marcos UNMSM. Lima, Perú

Resumen de ponencia

DINÂMICAS DE PRODUÇÃO DA MORTE VIOLENTA NO NORDESTE DO BRASIL: UM ESTUDO QUALITATIVO

*Ana Paula Portella

Esse artigo analisa as dinâmicas de produção de homicídios nos 11 municípios com as mais altas taxas desse crime nos estados de Pernambuco, Alagoas e Paraíba. Em 2014, estes estados da região Nordeste concentraram 7.068 casos de homicídios, e as cidades estudadas - Arapiraca, Cabo de Santo Agostinho, Campina Grande, Caruaru, João Pessoa, Jaboatão, Maceió, Olinda, Paulista, Recife e Santa Rita - responderam juntas por 2.995 crimes violentos letais intencionais no referido ano. Dada a proximidade geográfica entre os estados e suas capitais, que são as que guardam menor distância entre as capitais do Brasil, as motivações para a prática destes crimes tendem a apresentar alguma similaridade, sobretudo no contexto urbano. Todas as cidades possuem mais de 100.000 habitantes, mas as dinâmicas locais permitem apontar para a existência de situações mais específicas influenciadas por fatores locais. A busca de explicações para as motivações dos homicídios deve contribuir para o desenho e elaboração de políticas públicas para a redução deste tipo de crime. Motivações ligadas ao tráfico de drogas, crimes de proximidade, por motivo fútil, vingança e violência doméstica são algumas possibilidades dentro de um universo muito mais amplo. Procurou-se com essa pesquisa realizar uma análise das percepções de atores sociais e de agentes públicos área de Justiça, Segurança Pública e Saúde, tomando como ponto de partida as questões apontadas pelo projeto nacional da Senasp Pensando a Segurança Pública - Edição Especial Homicídios, sobre as possíveis causas da violência no território, perfis de vítimas e autores do homicídio, motivações do crime e respostas do Estado frente ao problema.

O estudo também objetiva complementar o Diagnóstico dos Homicídios no Brasil (2015) com informações qualitativas que ampliem a compreensão sobre os contextos municipais identificados pela pesquisa quantitativa. Assim, a perspectiva teórico-conceitual adotada dialoga com aquela que orientou a realização do diagnóstico, cujo foco esteve na compreensão dos fatores macrossociais que se articulam para a produção do homicídio no Brasil. A sociologia do crime oferece um instrumental teórico importante para elucidar as dinâmicas sociais que dão origem às mortes produzidas nos contextos da criminalidade violenta, mas, é pouco plausível que uma única teoria ou paradigma teórico seja capaz de explicar a heterogeneidade das formas desse objeto de estudo (LEVI e MAGUIRE, 2002).

Os objetivos específicos do estudo foram os seguintes:

- a) Identificar causas e fatores de risco concernentes aos homicídios e a seus autores e vítimas;
- b) Compreender detalhes, motivações e dinâmicas culturais específicas que produzem os homicídios no nível local;
- c) Descrever e analisar as percepções de diferentes atores sociais sobre pessoas

envolvidas nos homicídios, motivações para os mesmos e respostas dadas pelo Sistema de Segurança Pública e Justiça Criminal.

Assim, pretendeu-se identificar de que modo diferentes atores sociais compreendem o fenômeno do homicídio em seu território, mapeando-se os principais fatores de risco no nível local, com foco sobre os grupos populacionais mais vulneráveis, como jovens negros e pobres. As respostas dadas pelo Estado (nos níveis federal, estadual e municipal) também foram foco do estudo, sobretudo no que se refere à eficácia percebida pelos atores locais para a resolução do problema. O universo de pesquisa foi composto por atores sociais que, por razões profissionais, comunitárias ou familiares, mantém ou mantiveram algum grau de proximidade com situações de homicídio. Assim, tratou-se de estudo qualitativo, no qual foram entrevistadas 126 pessoas: agentes públicos da área de segurança e saúde, familiares e amigos de vítimas e autores de homicídio e sobreviventes de tentativas de homicídio.

Os fatores determinantes da violência nos territórios pesquisados enraízam-se na conjugação entre as desigualdades socioeconômicas no plano do estado e município e a ausência de políticas governamentais capazes de enfrentá-las, que levam a precariedade e a desorganização social às comunidades periféricas dos municípios estudados. Esse contexto social precário, ao qual o Estado não se apresenta nem mesmo como protagonista de políticas de segurança, tem favorecido a atuação de gangues e do tráfico de drogas, constituindo, assim, um cenário propício para conflitos com desfecho letal.

Assim, conflitos associados às disputas entre gangues, traficantes e usuários de drogas, crimes de mando expressos pela pistolagem e por grupos de extermínio, a violência interpessoal e os crimes patrimoniais foram identificados como os principais contextos de ocorrência de homicídios. Em menor medida, identificou-se a violência doméstica e a homofobia. Homens jovens, negros e pobres, com baixa escolaridade, sem ocupação definida e residentes em áreas precárias constituem a maior parte das vítimas e autores de homicídios nessas localidades e os principais motivos imediatos para a morte ligam-se à cobrança de dívidas por parte de traficantes, a disputas territoriais relacionadas a pontos de venda de drogas, à queima de arquivo por testemunho ou delação de crimes. No caso das mulheres e da população LGBT, os motivos associam-se à dominação masculina nas relações amorosas e familiares e à homofobia ou transfobia.

De acordo com os entrevistados, as respostas do Estado - nos três níveis de governo - são insuficientes, fragmentadas, precárias e, por isso, ineficientes. Iniciativas isoladas, especialmente por parte do Governo Federal, foram bem avaliadas quanto aos seus objetivos específicos e imediatos - como a capacitação de policiais e a oferta de equipamentos para as secretarias de segurança pública. Mas foi consenso o reconhecimento dos limites dessas ações para produzir efeitos sobre a redução da violência letal, uma vez que precisam estar inseridas em uma política global de segurança, que inclua componentes preventivos e repressivos e que seja sustentável no longo prazo. Em Alagoas e Pernambuco, também há o reconhecimento dos bons resultados obtidos pelas políticas estaduais de segurança, que, nos últimos anos, lograram reduzir as taxas de homicídio e melhorar a sensação de segurança por parte da população. Nos três estados, porém, já se verifica a piora nos índices e o retorno da insegurança, ainda que os entrevistados não tenham indicado as mudanças nas políticas que teriam levado a esses resultados indesejáveis. Essa visão desalentadora

não se limita, evidentemente, ao campo da segurança pública, mas se aplica com igual veemência à ausência de políticas sociais e inclusivas nas áreas críticas investigadas. É na confluência dessas duas grandes “ausências” que grassa a criminalidade e o uso da violência para a resolução de conflitos de diferentes tipos, elevando imensamente a insegurança e o risco de homicídio para as pessoas que vivem nas áreas críticas e produzindo efeitos negativos em todo o município.

.....

* Ana Paula Portella

Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade Federal de Pernambuco - PPGS/UFPE. Recife-PE, Brasil

Resumen de ponencia

EL CONFLICTO ARMADO EN COLOMBIA Y SU IMPACTO EN LA FAMILIA

*Claudia Liliana Monroy Hernández

Los últimos años de la década del 90 muestran un dramático aumento en las cifras de hechos victimizantes ocasionados por actores armados en Colombia. La consolidación de los grupos paramilitares, sumada al accionar de carteles de narcotráfico y guerrillas, dejaron en medio del fuego cruzado a miles de familias que padecieron amenazas, secuestros, reclutamiento forzado, entre otros hechos que -en muchos casos-, las obligaron a abandonar su territorio y desplazarse a las ciudades capitales.

Con este panorama, el presidente Andrés Pastrana impulsó en 1999 las negociaciones de paz con las Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (FARC), que para entonces eran la guerrilla más grande del país. Para los diálogos se desmilitarizó una zona del tamaño de Suiza, pero luego de tres años las partes se levantaron de la mesa sin lograr ningún acuerdo. Durante y después de las negociaciones, las FARC incrementaron su pie de fuerza de forma sustancial, contribuyendo así a la escalada de violencia en el territorio nacional.

De acuerdo con el Registro Único de Víctimas (RUV), entre 1997 y 2008 se presentaron los mayores índices de violencia como consecuencia del conflicto armado en Colombia. Si bien la situación de orden público ha generado graves consecuencias en la esfera política y económica del país, no se puede perder de vista su impacto en el campo social y en la configuración y desarrollo de las familias, especialmente las que han habitado en contextos de violencia.

Esta ponencia pretende indagar en el rol y afectaciones de la familia colombiana en el conflicto armado interno entre 1997 y 2016, un periodo en el que se pueden ubicar hechos de amplia relevancia tanto en la consolidación como en el declive de la tensión entre los grupos armados, paramilitares y la fuerza pública.

Esta investigación, que se desprende del proyecto Vicisitudes de familias en tiempos de Guerra, inscrita dentro de la historia social y política. Parte de un estudio historiográfico que permite caracterizar los tipos y escenarios de la violencia y del conflicto, y usa como metodología de investigación cualitativa las Historias de vida, caracterizada por el entendimiento de un fenómeno social, desde la visión del actor, en este caso de una familia que estuvo inmersa en dichos escenarios, dando la posibilidad de hacer una reseña del conflicto armado que permita evidenciar el impacto y las secuelas que puede dejar la guerra en la familia colombiana, una familia como muchas que han sido víctima de los diferentes grupos armados que se disputan el poder en este país.

Entre los más de 87706.660 víctimas que registra el RUV están los miembros de la familia Galindo Barreto, quienes vivieron y padecieron como víctimas del paramilitarismo, la guerrilla y el mismo Estado, afectando sus derechos fundamentales y viéndose obligados por distintas circunstancias del conflicto a soportar el desplazamiento, reclutamiento forzado, la persecución, el abandono y la muerte, como principales consecuencias que ha dejado no solo para esta familia, sino para miles de Colombianos en las últimas décadas del siglo XX y primeras del siglo XXI.

Hacia 1998, los habitantes de la Macarena recibieron una noticia: su municipio, al igual que La Uribe, Mesetas, Buena Vista y San Vicente del Caguán, pasarían a formar parte de la Zona de Distensión. En el casco urbano de La Macarena vivían Ciro, su esposa Margarita, y sus hijos Elkin y Esneider, que para ese entonces tenían 13 y 9 años. A principios del 99 los guerrilleros comenzaron a ocupar la Zona y a tomar el control; allí estaba el "Mono Jojoy" y el "Negro Acacio", los cuales despertaron mucha admiración entre los niños y jóvenes que hacían fila para pedirles autógrafos, entre ellos Elkin quien hacía su ingreso a las FARC, como muchos otros niños para quienes la guerrilla era toda una novedad.

Los menores que se integraban a las filas de la guerrilla tenían tres posibles destinos para recibir instrucción militar: la Escuela de Entrenamiento de la columna Teófilo Forero, la Escuela de Mando Isaías Pardo, o la Escuela Nacional Hernando Gómez Acosta, estratégicamente ubicadas en cercanías a los municipios que pertenecían a la zona de despeje.

Los Galindo Barreto, que no pudieron impedir que su hijo de apenas 13 años se marchara, tuvieron que aguardar un año para volver a verlo. El mismo tiempo en que el panorama del proceso de paz mostraba un inminente fracaso. Elkin tuvo que regresar a las filas de las FARC, y en el 2002 Pastrana dio por terminadas las negociaciones y llegó la disolución de la Zona de Distensión, momento en el que Elkin escapó de la Guerrilla para encontrarse con su familia y salir desplazados hacia Villavicencio cuando ingresó al programa de reinserción del gobierno, suministrando información sobre la guerrilla y cayendo en manos de grupos de autodefensa, del Bloque Centauros de las AUC, por causa del mismo Estado. Solo pasaron dos meses para que la familia Galindo Barreto recibiera la noticia de la muerte de su hijo.

Ante ese panorama, Los tres miembros de la familia Galindo Barreto fueron a parar a un albergue en Bogotá donde Margarita cayó en una profunda depresión que la llevó a la muerte y Esneider el hijo menor de Ciro con apenas 16 años terminó siendo reclutado por un grupo Paramilitar del que pudo escapar para empezar una larga lucha con su padre hacia el proceso de la reparación en el marco del proceso de paz con el gobierno del presidente Juan Manuel Santos.

La historia de la familia Galindo Barreto es la historia del conflicto armado en Colombia, representa el papel que ha jugado la familia en medio de una guerra librada entre guerrillas, paramilitares y Estado

.....

*** Claudia Liliana Monroy Hernández**

Universidad Pedagógica y Tecnológica de Colombia UPTC. Tunja, Colombia

Resumen de ponencia

EL ESTADO DE EXCEPCIÓN EN MÉXICO Y LA PROPENSIÓN A SU INSTITUCIONALIZACIÓN EN LATINOAMÉRICA

*Juan Antonio Mújica García

En los últimos años el fenómeno de la violencia en México se ha exacerbado de manera tal que, solamente en el año 2017, se documentaron los mayores índices de homicidios dolosos de los que se tenga registro en la historia del México contemporáneo. Con casi un cuarto de millón de víctimas que fenecieron a manos de sus victimarios homicidas, aunadas a las más de treinta mil personas desaparecidas, más miles de familias desplazadas, forzadas a la migración interna o al exilio, las políticas en materia de seguridad pública que se han venido implementando en México desde diciembre del año 2006 arrojan una singular conclusión: si bien la vida humana se encuentra salvaguardada por la ley, impunemente se le puede dar muerte. También, cabe destacar que en la integración de los datos que corresponden a las estadísticas oficiales de la violencia, la participación de la sociedad civil ha sido pieza clave, ya que mediante la conformación de organizaciones para la acción colectiva se ha conseguido visibilizar tanto a los victimarios de la violencia homicida como a las víctimas desaparecidas y los lugares en donde estas yacían. No obstante, parecería ser que la respuesta estatal ante la participación ciudadana ha sido la criminalización de la protesta social y la omisión de investigar judicialmente los homicidios y agresiones contra periodistas y defensores de derechos civiles. Así, este modo de actuar del poder soberano, hace patente, por una parte, la paulatina transformación del Estado Constitucional en un Estado de Excepción y, por otro lado, coloca en el umbral de indistinción los históricamente signados límites entre un gobierno democrático y un gobierno totalitario. Situado entre el derecho público y el hecho político, el Estado de Excepción es la forma legal de aquello que no puede tener forma de ley. El Estado de excepción no corresponde puramente a un hecho político porque este se produce de la suspensión del derecho y, no obstante, por ello mismo tampoco es derecho. El Estado de excepción constituye un punto de desequilibrio a partir del cual el orden y el caos, lo normal y lo anormal, lo interior y lo exterior se indeterminan. El Estado de excepción es una zona de anomia en el que la distinción entre lo público y lo privado es desactivada. A pesar de que no siempre se cuenta con una declaración técnica de este, el Estado de excepción se ha impuesto tanto en México como en algunos países latinoamericanos, particularmente, Brasil y Honduras. La militarización de Rio de Janeiro respaldada por el presidente brasileño no electo popularmente, Michel Temer, aunado a la reelección inconstitucional del actual presidente de Honduras, Juan Orlando Hernández, más la militarización de la vida social en México desde finales del año 2006, muestran la transición por medio de la cual el Estado de Excepción se ha convertido en la regla. En los últimos 20 años una serie de cambios políticos transformaron cualitativamente la vida de algunos pueblos latinoamericanos. Los gobiernos de Venezuela, Brasil, Bolivia, Ecuador y Uruguay presididos por Hugo

Chávez, Inácio Lula da Silva, Evo Morales, Rafael Correa y José Mujica, respectivamente, ejemplifican proyectos políticos donde la vida humana y el bienestar social pasaron a ocupar la centralidad. No obstante, ante el temor de la proliferación de proyectos políticos que gobiernen en función del bienestar social y no en función del capital, el gobierno norteamericano (tanto con Barack Obama como con Donald Trump) ha optado por respaldar a gobernantes que han accedido al poder mediante cuestionados triunfos electorales o mediante golpes de estado simulados bajo la figura del impeachment (como en el caso de Honduras, Paraguay y Brasil). Ante el actual encumbramiento de nuevos autoritarismos políticos en América latina (Argentina, Brasil, Honduras y México), más la judicialización de la política, se puede aserir que este modo de gobernar de los soberanos latinoamericanos facilita la emergencia de Estados de Excepción, los cuales han iniciado un nuevo episodio en la lucha entre el Estado y el no-Estado, es decir, entre el Estado y la vida humana.

.....

*** Juan Antonio Mujica García**

Benemérita Universidad Autónoma de Puebla - BUAP. Puebla, México

Resumen de ponencia

ESTADO DE EXCEPCIÓN Y LAS REPÚBLICAS POLICIALES

*Jessica Enith Fajardo Carrillo

Introducción

Los Estados Oligárquicos entran en conflicto con la sociedad democrática, perdiendo su capacidad de previsión al no atender lo que ella demanda. Sin escenarios de debate político, el Estado cierra la agenda pública y ante este inminente conflicto, reglamentan el estado de excepción, con el fin de imponer un control policial y romper los límites del uso de la violencia.

Para examinar esta situación, en el texto se conceptualizará el Estado Republicano y la sociedad democrática con Jacques Rancière (2012). Luego se tratarán las nociones de incapacidad de previsión de los gobiernos y el Estado de Excepción, trabajadas por Mario Daniel Serrafiero (2013). En un tercer momento, se retomarán los conceptos de razón de Estado con Friedrich Meinecke (1997) y la reglamentación del uso de la violencia a partir de Walter Benjamin (2009) y Giorgio Agamben (2001). Todo esto con el fin de analizar el Estado de excepción en las repúblicas administradas por oligarquías.

Reflexiones previas:

La impotencia del Estado se traduce en la incapacidad de previsión al acaparar la agenda pública, provocando situaciones de disputa con la sociedad democrática. Esto genera que los Estados declaren crisis de gobernabilidad, al verse sumergidos en las demandas de la sociedad democrática y en un orden jurídico que contempla los derechos y garantías que ésta ya ha conquistado. Siguiendo los principios del Republicanismo, los Estados reclaman ocuparse de la agenda pública, arguyendo la imposibilidad de subvertir las formas tradicionales de administración: los gobernantes no pueden ser gobernados por una sociedad (considerada ilimitada e incapaz). Es en ese momento cuando se decide suspender el orden jurídico bajo el Estado de excepción, un momento que es reglamentado y donde desaparecen los límites entre violencia y derecho. La policía se convierte en el derecho y se abalanza sobre todo aquel que se atreva a subvertir las formas tradicionales de gobierno. Para Agamben (2001), el soberano (quien decreta la excepción) está en el mismo plano de su verdugo, pues en situaciones de excepción, se despliegan operaciones de policía (metódicas y mortíferas). Por esa razón se crean abstracciones de adversarios o amenazas, que son juzgados como criminales.

El pensamiento político ha construido una racionalidad que naturaliza la excepción, argumentando que la naturaleza del Estado lo llevará a servirse de cualquier medio para mantener el poder. De esta manera, el poder que impera en las denominadas exceptocracias no está limitado por el orden jurídico. Giorgio Agamben (2001) revisa el papel de la policía en los Estados de Excepción; contrario a lo que la tradición política

afirma, el autor señala que la policía deja de cumplir un rol meramente administrativo en la ejecución del derecho, y remarca que es el momento cuando se muestra al desnudo, pues, en situaciones de excepción la frontera entre violencia y derecho se desdibuja, y encuentra su síntesis en el soberano: “Según la antigua costumbre romana, nadie, por ninguna razón, podía interponerse entre el cónsul dotado de imperium y el licor más cercano, portador del hacha sacrificial (con la que se lleva a cabo la ejecución de la sentencia de pena capital)” (Agamben, 2001, p 90). El soberano es quien marca el punto de distinción entre violencia y derecho, dejando a la policía en un Estado de excepción, y su obrar encuentra justificación en la seguridad y el orden público.

Walter Benjamin (2009) señala un punto que alimenta este examen, más allá de la Excepción; advierte que la violencia no solo está presente en los momentos excepcionales de necesaria crueldad, también se encuentra presente, siempre que esté reglamentada en el orden jurídico. Las operaciones policiales ilimitadas, son cristalizadas en el Estado de Excepción, como un impulso arcaico legislador que modifica el orden jurídico. Esta es una cristalización necesaria, ya que, en momentos de excepción cualquiera puede ser el criminal: “De lo que no se dan cuenta los jefes de Estado, que han lanzado con tanta diligencia a la criminalización del enemigo, es de que esta misma criminalización puede volverse en cualquier momento contra ellos” (Agamben, 2001, p. 92). Para preservarse a sí mismos, el Soberano reglamenta la violencia y cristaliza un nuevo orden jurídico. Es en este momento cuando emergen las Repúblicas policiales que mantendrán con una violencia ilimitada el gobierno y el manejo de la agenda pública, momento cuando la violencia pasa de ser una experiencia excepcional a ser una medida legal.

Referencias:

- Agamben, G. (2001). Medios sin fin. Valencia, España: Pre-textos.
- Benjamin, W. (2009). Para una crítica de la violencia. En W. Benjamin, Conceptos de filosofía de la historia. Buenos Aires, Argentina: Terramar.
- Meinecke, F. (1985). La esencia de la razón de estado. En: La idea de la razón de Estado en la edad moderna. Madrid, España: CEPC
- Rancière, J. (2012). El odio a la Democracia. Buenos Aires, Argentina: Nómadas.
- Serrafero, M.D. (2013). Política y excepción. Buenos Aires, Argentina: Academia Nacional de Ciencias Morales y Políticas.

.....

* Jessica Enith Fajardo Carrillo

Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, Argentina. Programa Argentina - FLACSO . Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina

Resumen de ponencia

ESTADO, FORÇAS ARMADAS E NARCOTRÁFICO: A GRAMÁTICA POLÍTICA DA SEGURANÇA INTERNA NO MÉXICO

*Davyd Souza

Este trabalho é parte de uma pesquisa mais ampla que ora vem sendo desenvolvida no Curso de Doutorado em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - PPGS/UFRGS. O presente estudo se propõe a investigar a participação do Poder Militar na questão da segurança interna no México, mais precisamente o emprego das forças armadas no combate ao narcotráfico e à criminalidade organizada. Tomamos como ponto de partida e reflexão a aprovação da Ley de Seguridad Interna do México e seu reflexo na sustentação e legitimação política e jurídica da atuação das forças armadas no papel de polícia. Neste sentido, é fundamental considerarmos a constituição de uma nova ordem social latino-americana, pós-Guerra Fria, em que as forças armadas assumem novas “missões”, dentre elas o combate ao crime organizado e ao terrorismo (Castro Silva, 2004). A emergência de uma nova ordem social nas américas impôs uma revisão da concepção de segurança na região, reorientando a atuação das forças armadas para o enfrentamento das “novas ameaças” surgidas no contexto do neoliberalismo e da globalização econômica. Esta nova ordem social é marcada por uma conflitualidade social bastante diversa, incluindo aí o conflito político e armado entre o Estado e o crime organizado, especialmente aquele associado ao narcotráfico. Com o alargamento do conceito de segurança, a definição tradicional de segurança ocidental tende a ir além da orientação externa. Ayoob (1995) propõe uma definição política centrada na própria formação do Estado. Para este autor, “[...] segurança e insegurança é definida em relação às vulnerabilidades - tanto internas como externas - que ameaçam ou têm o potencial de derrubar ou enfraquecer as estruturas estatais - sejam territoriais, sejam institucionais - e os regimes de governo” (p. 9). Esta concepção de segurança privilegia a dimensão política inerente à própria formação do Estado, isto é, à própria concentração de poder político por parte deste agente. A revisão da concepção de segurança com foco não apenas nas “ameaças” externas, mas também internas, cujas consequências são de grandes significados para o poder estatal, revela a reivindicação deste agente político quanto ao monopólio do uso da força física legítima, seja efetiva ou potencial, dentro dos limites de um determinado território (Weber, 2014). A perspectiva da segurança interna coloca em relevo não apenas a proteção dos indivíduos, mas também das instituições, dos poderes constitucionais, trazendo à tona a soberania do poder do Estado e sua luta política pela imposição de uma dada ordem social e forma de dominação que concorre com aquela imposta pela criminalidade organizada, como é o caso do narcotráfico, cujas dimensões transfronteiriças atravessam os Estados nacionais, corroborando para a constituição de uma ordem social, política e econômica profundamente fraturada. Partimos, portanto, do estudo desta nova ordem social latino-americana a fim de

compreendermos a emergência deste conflito político entre o Estado e o crime organizado. Nesta investigação, interessa-nos refletir sobre aquilo que chamamos de gramática política da segurança interna, compreendida como um conjunto de prescrições e regras que determinam o uso das forças armadas e das demais forças de segurança do Estado no combate à criminalidade organizada e ao narcotráfico. A investigação se detém sobre o conjunto destas regras, prescrições e fundamentações, cuja natureza política, ideológica e jurídica, representa a base de legitimação do emprego da força, isto é, da violência efetiva ou potencial do Estado. Daí a necessidade de uma análise sociológica da Ley de Seguridad Interna do México em cuja gramática reside as pretensões de poder e dominação do Estado, bem como sua orientação maior para a organização da ordem política pretensamente legítima. A gramática política da segurança é fundamentalmente uma gramática do poder e da dominação do Estado, pois a política de segurança constitui uma atividade decisiva e central para a política e para a governamentalidade do conjunto da população dentro de determinado território (Foucault, 2005). Trata-se de um mecanismo de controle social e de exercício de poder e dominação apoiado na ordem jurídica. Neste contexto, a pesquisa parte da seguinte questão-problema: quais as condições, os elementos fundantes, as regras, as prescrições, os dispositivos, as táticas e estratégias, que regulam e legitimam o emprego das forças armadas e o uso da violência efetiva ou potencial no combate ao narcotráfico e à criminalidade organizada no México? Neste sentido, qual o papel da Ley de Seguridad Interna no México na definição do emprego das forças armadas e na delimitação das fronteiras da violência estatal, isto é, dos limites de sua aplicação, alcance, objetivo e intensidade? Em que condições e circunstâncias as fronteiras da violência estatal e do crime organizado se interpenetram? Quais as consequências disto? Finalmente, poderíamos indagar: quais as implicações da Ley de Seguridad Interna e do emprego das forças armadas para a preservação do regime político no México?

.....

* Davyd Souza

Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Rio Grande do Sul - PPS/UFRGS. Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil

Resumen de ponencia

EXPERIENCIAS DE COOPERATIVISMO DE EX DETENIDOS/AS. UNA MIRADA DESDE LA COMUNICACIÓN

*Malena García

El presente trabajo desarrollará la experiencia de la cooperativa de ex detenidos “Las Termitas”, interrogándola desde la perspectiva de la comunicación, de los conflictos que se articulan en la trama cultural y las resistencias que moviliza. Se verá que esta experiencia forma parte de distintas estrategias y procesos organizativos que motorizan los/as liberados/as con el fin de habilitar su propia inclusión social; lo que permitirá analizar algunos aspectos del tránsito de la cárcel hacia la calle.

El recorrido del análisis propuesto tendrá tres partes: en primer lugar, una breve caracterización de la salida en libertad, entendiéndola como una de las claves para pensar la cárcel más allá del territorio carcelario. En segundo lugar, se verá qué organismos estatales se desempeñan en la función de acompañamiento de los/as liberados/as y qué precedentes existen como experiencias de cooperativismo de ex detenidos/as (ubicando las cooperativas de liberados como trabajos de la economía popular). Por último, analizaré el caso puntual de la cooperativa de carpintería “Las Termitas”, del barrio platense de Los Hornos.

Pensaremos la cárcel no como el “el último orejón del tarro” sino como “un eslabón más de una larga cadena a través de la cual se perfilan y modelan trayectorias vulnerables que incapacitan a las personas referenciadas como productores de riesgo, para hacer valer sus derechos” (Rodríguez Alzueta y Viegas Barriga, 2015: 8). Es decir que para comprender la cárcel y los efectos de la prisionalización, debemos pensarla más allá del territorio carcelario, como parte de un círculo de políticas de disciplinamiento selectivas que incluyen la estigmatización de los sectores populares (en particular, de la juventud), los cacheos policiales, los institutos de menores, las detenciones en comisarías, la privación de la libertad en cárceles, los traslados arbitrarios entre diferentes unidades penales. Y una vez en libertad, el regreso a un contexto de vulneración de derechos, con el agravante de los antecedentes penales, cuyos efectos caducan diez años después de cumplida la condena (Art. 51 del Código Penal). Así, las experiencias de los/as liberados/as se enmarcan en trayectorias de vida vulneradas, que a su vez se inscriben en una trama simbólica, puesto que las representaciones sociales que la sociedad construye sobre los jóvenes de los sectores populares configuran estigmas de peligrosidad, enemigos sociales, otredad; discursos sobre los cuales se asienta la selectividad penal.

La ley 10.430 de la Provincia de Buenos Aires dispone de un estatuto para la Administración Pública en donde plantea como condición para el ingreso no tener un proceso penal pendiente o haber sido condenado por hecho doloso (art. 3, inciso b). En el año 2011, la ley 14.301 estableció una proporción no inferior al 2% de la totalidad del personal del Estado provincial, sus organismos descentralizados y empresas

estatales para personas que hayan cumplido más de cinco años de privación de libertad y cumplan con los criterios establecidos por la ley 10.430. Considerando que en las cárceles priman las condenas relativamente cortas ²el 10% de los/as detenidos/as tuvo una condena de hasta tres años, y el 35% de tres a seis años (SNEEP, 2015)³, los/as liberados/as en condiciones de acceder a la administración se reducen a casi la mitad de la población carcelaria. Además, esta ley contempla las salvedades que se establecen en las reglamentaciones estatales, por lo que deja algunos grises para contratar a liberados/as.

Por otra parte, el seguimiento de los/as ex detenidos/as se lleva adelante mediante el Patronato de Liberados (Secretaría de Derechos Humanos de la Provincia de Buenos Aires). El organismo cuenta con distintos programas de asistencia y tratamiento, entre los cuales se destaca el Programa Pospenitenciario de Inclusión Social (POSPE) para liberados “tutelados”. Algunos elementos que dificultan el acceso a este programa son la falta de información sobre la forma de incorporación, dificultades en la tramitación requerida, los requisitos para solicitar el programa (por ejemplo, conseguir presupuestos) y el tiempo transcurrido entre la solicitud y la adjudicación del subsidio. Por otra parte, los recursos con los que cuenta el patronato para la financiación de sus programas sociales representan una capacidad de cobertura de sólo el 8% de la población a la que supervisa (Pocai, 2014: 109).

La cárcel implica la (re)producción de identidades y trayectorias sobrevulneradas: los problemas laborales previos se ven acentuados, derivando en que la salida más potable para los/as liberados sea a través de la economía informal. Esto posibilita variadas experiencias organizativas que, si bien presentan importantes dificultades, constituyen una demostración de la capacidad de agencia y resistencias en el momento de reposicionamiento en la trama comunitaria.

La Confederación de Trabajadores de la Economía Popular (CTEP) comenzó a tratar la problemática de los/as ex detenidos/as recientemente, a través de la creación de la Secretaría de Ex Detenidos y Familiares (SEDyF). A partir de su vinculación con dicha secretaría, la cooperativa “Las Termitas” y otras cooperativas definieron integrar la CTEP.

Emilio Pérsico (2014: 31) define la economía popular como “el conjunto de actividades laborales que el pueblo se inventó para sobrevivir afuera del mercado formal” e incluye entre sus características el mínimo capital constante, la tecnología obsoleta, la baja productividad, la informalidad en el intercambio y las condiciones precarias. En este marco ⁴el de los/as trabajadores/as excluidos/as del mercado formal⁵ se podría ubicar el asociativismo de liberados/as.

“Las Termitas” es una cooperativa de carpintería que surgió a principios del año 2017 impulsada por la organización en cárceles Atrapamuros. Actualmente funciona con cinco integrantes y posee un taller ubicado en el barrio de Los Hornos, La Plata; donde trabajan con herramientas que proveyó el Patronato de Liberados y sostienen su trabajo en base a la articulación con la CTEP. Las decisiones que involucran a la cooperativa son tomadas en asambleas semanales y las remuneraciones mensuales son equitativas. La definición de conformar una cooperativa se tomó por los principios del cooperativismo (equidad, condiciones dignas de trabajo, entre otras) así como la exención de determinados impuestos como el Impuesto a las ganancias e Ingresos Brutos.

A fines de 2016, la CTEP consiguió la aprobación de la Ley de Emergencia Pública, que

establece la prórroga hasta el 31 de diciembre de 2019 de la emergencia social. La ley tiene por objeto garantizar alimentación adecuada, vivienda digna, educación, vestuario y cobertura médica entre otras garantías otorgadas a los trabajadores formales en el artículo 14 bis de la Constitución Nacional para los/as trabajadores/as de la economía popular.

Para esto se creó el Consejo de la Economía Popular y el Salario Social Complementario (SSC): una ayuda económica de \$4.030 mensuales (equivalentes al 50% del Salario Mínimo Vital y Móvil). Así, la CTEP apunta a la regularización progresiva de los trabajos informales a través de políticas públicas que reconozcan a las cooperativas como actores estratégicos para la inclusión social de los sectores populares.

Nuestra identidad de liberados: resignificación de un estigma

Analizaremos el testimonio de Marcelo Magallanes, fundador de la cooperativa y militante de Atrapamuros, para acercarnos a las estrategias que construyen los/as liberados/as con el fin de habilitar su inclusión social y la de otros/as que pasaron por su misma situación. En palabras de Marcelo: “Nosotros no ocultamos nuestra identidad de liberados, al contrario: decimos que estuvimos presos y tuvimos que inventar nuestro propio trabajo para poder vivir porque hay una ausencia de políticas del Estado para nuestra inserción laboral y educativa”. Así, las cooperativas de liberados implican una resignificación de la condición de ex detenido/a, identificándose ya no sólo con una forma de producción (el cooperativismo) sino con la experiencia de haber pasado por la cárcel. En este sentido, la inclusión de otros/as liberados/as, así como la decisión de referenciarse como ex detenido/a, no pueden disociarse de las condiciones contextuales en las cuales se inscriben: aparecen como disputa ante la asociación generalizada de esos individuos con determinadas prácticas delictivas, ancladas en una sociedad donde la inseguridad ocupa un lugar central en la percepción de los problemas nacionales; ya que las representaciones del delito están estrechamente vinculadas con su representación en los medios, los cuales impactan en la agenda de preocupaciones, orientan las acciones públicas y contribuyen a las sensibilidades de la época (Kessler, 2012: 24).

¿Qué sucede cuando las personas que salen de las cárceles de la provincia de Buenos Aires buscan reposicionarse en la trama social comunitaria? ¿Qué relación existe entre las experiencias organizativas de liberados/as y la inclusión social?

A partir de estas preguntas, veremos cómo se desarrollan estas apuestas colectivas para crear posibilidades laborales por fuera del círculo de la violencia y el delito. Así, el relato de las trayectorias de vida de las personas ex detenidas que componen las cooperativas será nuestro recorte, mediante el cual intentaremos abordar, a partir de una problematización de las estructuras opresivas carcelarias, una discusión sobre las relaciones de poder, y por ende, del orden social en su conjunto.

.....

*** Malena García**

Facultad de Periodismo y Comunicación Social. Universidad Nacional de La Plata - FPyCS/UNLP. La Plata, Argentina

Resumen de ponencia

FACTORES QUE INFLUYEN PARA EL SUB REGISTRO DE LA VIOLENCIA DE GÉNERO. ANÁLISIS A PARTIR DEL CASO DE PILAR.

*Ricardo David Veloso Toledo

Este artículo trata la problemática del sub registro de la violencia de género en el Departamento de Ñeembucú entre 2016 y 2018. Una de las violencias basadas en género más extendidas y visibles de nuestro país es la violencia doméstica (CSJ, 2017), sin embargo, como apuntan los estudios especializados, la invisibilidad es una de sus características, ya que existe aún un amplio margen de sub registro (Rodríguez, 2014), a pesar de los esfuerzos del Estado “de medir para controlar la violencia” y a quienes la perpetraron, es apremiante ajustar los procedimientos de captura de información para que sean más eficientes, sistemáticos y sensibles a la violencia que se comete contra las mujeres (García-Otero & Ibarra-Mello, 2017). En Paraguay, la primera encuesta sobre violencia intrafamiliar no recogió información sobre la cantidad de denuncias realizadas, ni los motivos que motivan a su realización o no, aunque se documenta que es la Policía Nacional la institución que más intervenciones realiza (Ministerio de la Mujer, 2014). El abordaje se justifica en la elevada tasa de la cifra oculta de este fenómeno. El objetivo de la investigación es describir los factores que impiden el registro de este tipo de hecho. Esta tarea fue concebida mediante revisión bibliográfica, y el análisis documental, a partir de datos objetivos de la Policía Nacional, el Ministerio Público y el Hospital Regional de Ñeembucú. Existe ingente producción teórica sobre distintos aspectos de la violencia de género, empleándose métodos cualitativos como cuantitativos (Álvarez & Jurgeson, 2005). Sin embargo, son escasos los que se han ocupado de documentar los factores que inciden en la cifra oculta de este crimen, ya que implica una particular relación entre víctima y victimario, condicionante para la denuncia de un hecho (Torrente, 2001).

De esta manera, en esta investigación se emplea en un primer momento una metodología cuantitativa para la recolección y análisis de las denuncias de violencia de género obrantes en todo el sistema judicial y policial de Pilar, en donde se determina la dinámica particular de este hecho.

En un segundo momento, se aplica una metodología cualitativa para la documentación de las percepciones y dificultades de víctimas y operadores del sistema policial, judicial, fiscal y de salud público en el registro de la violencia de género. De esta manera, construir instrumentos específicos para cada uno de los sectores de estudio: víctimas, operadores de justicia, y operadores del sistema de salud. Las estrategias cualitativas que emplearon fueron: la entrevista estructura y la observación participante.

Para las entrevistas a actores e informantes claves en esta investigación, fueron utilizados algunas temáticas aplicadas en la Primera Encuesta de Victimización y Autoinculpación de Pilar, un trabajo realizado en el 2012 por investigadores de la

Universidad Nacional de Pilar cuyo objetivo fue la contribuir en la comprensión del comportamiento fenomenológico de la región. (Martens, y otros, 2012)

Posteriormente, se validaron los datos recogidos con expertos en la temática, que fueron identificados y contactados a través de la Red de Mujeres del Sur, que cuenta con un plan de intervención a nivel local y regional. Se adoptó un enfoque cualitativo, de tipo descriptivo y de corte transversal, la técnica de recolección aplicada fue la entrevista a actores e informantes claves. Los resultados indican que el sub registro responde a la falta de confianza en las instituciones, las autoridades y la relación de dependencia entre víctima-victimario. Esto demuestra las estimaciones del Ministerio de la Mujer (2014) del bajo porcentaje de registro de los delitos de violencia de género y así mismo lo mencionado por la (CSJ, 2017) estaría dado por la característica sociocultural de dominación y sometimiento de las mujeres por parte de los hombres, preceptos sustentados ideológicamente en el androcentrismo que legitiman prácticas de violencia contra la mujer, basadas en los roles atribuidos como “naturales” y “biológicos” (CSJ, 2017). Así mismo, hay que ver a este fenómeno como problema social y no como un asunto individual (Valdez-Santiago & Ruiz-Rodríguez, 2009), y un problema a resolver para garantizar una vida sin violencia a la población (Plan Nacional Paraguay 2030), para posteriormente fomentar políticas públicas que busquen soluciones a mediano y largo plazo con el propósito de erradicar el fenómeno del sub registro de los delitos y principalmente el de la Violencia de Genero.

.....

*** Ricardo David Veloso Toledo**

Facultad de Ciencias, Tecnologías y Artes. -Universidad Nacional de Pilar - FCTA. PILAR, Ñeembucú ., Paraguay

Resumen de ponencia

GLOBALIZAÇÃO E MOBILIDADE HUMANA NAS AMÉRICAS: REFLETINDO SOBRE MULHERES LATINO-AMERICANAS PRESAS NO BRASIL

*Debora Fernandes Pereira Machado

A experiência de sentir-se diferente perante outras pessoas não está reservada somente a quem vem de outros países. Não tenho nacionalidade diferente da brasileira, mas a eleição da estrangeiridade também se dá pelo reconhecimento da estrangeira em mim mesma (KRISTEVA, 1994).

“Estrangeiro pode ser tanto o Outro inimigo - que pode ser imigrante, árabe, nordestino, negro ou judeu, dependendo da cultura e da época - quanto aquele que fascina por ter sobrevivido à separação. [...] diante do estrangeiro o sujeito nunca permanece indiferente, até porque é como se tivesse de fazer existir fora de si algo que lhe é interior” (KOLTAL, 2000, p. 17)

Reflexões que me fizeram aproximar do objeto de estudo tendo como motivações iniciais as histórias de mulheres que migram, deixam para trás sua família e seu país em busca de uma outra vida e que em algum momento se deparam com as grades de uma prisão.

Adotando a perspectiva de Davis (2003), a prisão, que está sendo afetada pela globalização, nos permite pensar sobre as intersecções entre punição, gênero e mobilidade dentro e além das fronteiras dos Estados-nação. E para refletir sobre essas questões o objeto de pesquisa desta pesquisa são mulheres estrangeiras presas no Brasil, com enfoque particular em mulheres latino-americanas.

Este recorte é relevante em razão das elevadas taxas de encarceramento feminina. O relatório do Departamento Penitenciário Nacional, divulgado em 2015, aponta para o fato de que a população de mulheres cresceu 567% entre 2000 e 2014, enquanto a média de crescimento masculino, no mesmo período, foi de 220% (DEPEN, 2015c). Olhando para o grupo de pessoas estrangeiras privadas de liberdade, o mesmo relatório informa que 53% delas são de origem americana. A estimativa é de que cinco em cada dez estrangeiros presos no Brasil (mulheres e homens) vieram da América Latina. Os países com maior número de presos são a Nigéria, seguido do Paraguai e da Bolívia (DEPEN, 2015b).

Diante deste contexto, iniciei em 2016 um trabalho de campo com mulheres latino-americanas na Penitenciária Feminina do Distrito Federal. O grupo é minoritário dentro do sistema penitenciário brasileiro, mas possui características singulares. Rosário é boliviana. Saiu de seu país e foi “tentar a vida” na Espanha. Trabalhava como empregada doméstica e mandava dinheiro para sua família, em especial para sua filha que estava na Bolívia com os avós. No entanto, uma situação grave acometeu sua filha, e diante da emergência e necessidade de bancar os custos médicos, o transporte de drogas se tornou um recurso, mas foi detida no aeroporto em Brasília.

Gloria é paraguaia e também foi presa por tráfico internacional de drogas. Semelhante

à história anterior, trabalhava como empregada doméstica “ayudando mi marido”. Sua primeira experiência migratória tinha a Itália como destino final. No entanto, ela e o companheiro foram pegos.

Além do fato de ter encontrado um perfil de mulheres congruente com as estatísticas (DEPEN, 2015b), chama a atenção a experiência migratória, a procura de um trabalho que lhes permita o envio de remessas para os países de origem, e ainda, contextos de violência e desigualdade que influenciaram sua experiência de migração, a forma de relacionamento com a família, quiçá, na situação de prisão a qual se encontram.

De fato, a literatura sobre migração e globalização tem indicado que os processos migratórios de mulheres que saem de seus países para trabalharem como cuidadoras, trabalhadoras domésticas ou prostitutas, geralmente (mas não necessariamente) em países desenvolvidos, são consequências de uma complexa rede de relações decorrentes de contextos socioeconômicos e culturais tanto nos países de origem como dos países receptores (LISBOA, 2007; ASSIS, 2007; ASSIS; KOSMINSKY, 2007; PISCITELLI, 2008; DUTRA, 2013).

De acordo com Lisboa (2007), a característica desse fluxo migratório ligado ao trabalho doméstico e ao mercado informal é sua associação com a economia global, pois este tipo de economia desenvolveu uma infraestrutura que facilita o deslocamento através das fronteiras, mas que promove benefícios aos países desenvolvidos à custa de condições desvantajosas para uma significativa parcela da população.

Evidencia-se como resultado desses fluxos migratórios uma das faces perversas da globalização: um novo tipo de economia, parcialmente desterritorializada, que atravessa fronteiras conectando múltiplos pontos do globo, numa espécie de rede submersa, informal e ilegal, originando desregulamentação e precarização das relações de trabalho. (LISBOA, 2007, p. 807)

O debate, no entanto, tem se articulado em torno das contradições entre globalização e o fluxo migratório de mulheres com foco na posição que ocupam no mercado de trabalho (ASSIS; KOSMINSKY, 2007). Assunto que tangencia esta pesquisa. Todavia, me interessa por pensar as relações entre globalização, fluxo migratório de mulheres e sistema prisional. Ou seja, refletir sobre os efeitos da intensificação do processo de globalização em uma instituição total como o presídio, tendo como foco as mulheres latino-americanas.

Para tornar claro, o problema de pesquisa consiste em investigar a relação entre encarceramento, status migratório e gênero no contexto da globalização a partir da experiência de mulheres latino-americanas presas no Brasil, já que a América Latina apresenta contexto de destaque nesse processo de expulsão de mão-de-obra feminina ligada a atividades ilegais devido à falta de perspectiva de trabalho e sustento em seus respectivos países.

Parto da premissa de que a globalização possui uma dupla face: relativiza o sentido das fronteiras ao se revelar como processo de crescente interconexão global, e ao mesmo tempo, acirra os conflitos de reconhecimento da alteridade que, conforme proponho investigar, também se expressa no encarceramento de mulheres latino-americanas.

Diante disso, elaboro as seguintes hipóteses:

i. As instituições prisionais permanecem marcadas pela perspectiva do Estado-nação, e por isso, carece de ações articuladas com outros atores transnacionais para negociar respostas a problemas que afetam mais de um Estado, como o encarceramento de mulheres latino-americanas em países exteriores. Ou seja, falta de instituições

efetivamente capazes de empreender uma governança global.

ii. E ainda, é por meio da ausência de ações que combatam o encarceramento de mulheres latino-americanas que as não nacionais se fazem estrangeiras no interior da prisão, influenciando no acesso a direitos, assim como nas situações de privilégio ou de exclusão dentro e além das fronteiras da prisão e dos Estados-nação.

A característica desse trabalho, portanto, será a construção de uma discussão sobre os impactos da globalização no sistema prisional a partir do contexto latino-americano, considerando os marcadores de gênero e migração. Diante de tal esforço compreensivo, pergunto: qual o impacto da globalização no sistema prisional? Como as experiências de mulheres situadas no interior do espaço da prisão se conectam com o contexto geopolítico e socioeconômico latino-americano?

Perguntas norteadoras que proponho trabalhar por meio de pesquisa bibliográfica e análise de entrevistas com mulheres latino-americanas presas em Brasília. Deste modo pretendo corresponder ao objetivo central deste trabalho: compreender a relação entre encarceramento, status migratório e gênero no contexto da globalização a partir da experiência de mulheres latino-americanas presas no Brasil.

Por meio desta metodologia de trabalho, tenho refletido que a feminização da população presa por tráfico internacional de drogas tem sido uma estratégia que criminaliza não só condutas, mas que atinge seletivamente determinados grupos, favorecendo a construção de um processo de criminalização influenciado por marcadores de gênero, classe social, raça, etnia e status migratório.

Além do mais, considero que as narrativas das mulheres latino-americanas presas em Brasília estão inseridas e relacionadas ao contexto de globalização, pois ao mesmo tempo em que se elaboram marcos jurídicos para regulamentar e criar condições de direitos iguais entre migrantes e brasileiros, esses mesmos dispositivos podem operar como instrumentos socialmente estruturados e legitimados de separação do outro.

Nesse sentido, as barreiras físicas, jurídicas e sociais que atingem as mulheres latino-americanas aqui estudadas, reforçam imagens favorecedoras a sua criminalização. O que, na prática, trata de uma nova forma de discriminação com uma velha estrutura de hierarquia e dominação baseada na desigualdade de gênero, raça, classe social e condição migratória (CASTRO-GÓMEZ; GROSFUGUEL, 2007).

.....

*** Debora Fernandes Pereira Machado**

ELA - Departamento de Estudos Latino-Americanos. Universidade de Brasília - ELA. Brasília, Brasil

Resumen de ponencia

INCIDÊNCIAS E INCIDENTES: UMA ANÁLISE DAS COBERTURAS DAS MORTES DE POLICIAIS E MORADORES DE FAVELAS

*Pedro Pereira

Este trabalho é resultado da tese “Narrativas de lei e ordem: uma análise da cobertura de O Globo sobre as Unidades de Polícia Pacificadora”, concluída em março de 2017. Ele tem como objetivo analisar comparativamente a cobertura jornalística das mortes de policiais militares e moradores de favelas cariocas, e as suas consequências nas políticas elaboradas pelo Estado brasileiro. Os casos analisados são o do capitão Uanderson da Silva, comandante da UPP Nova Brasília, em setembro de 2014, e o do menino Eduardo de Jesus, de 10 anos, em abril de 2015. Utilizando os conceitos de “incidências” e “incidentes” (COMAROFF E COMAROFF, 2006), é possível colocar em relevo diferentes situações, apontar como elas são reportadas e ainda de que forma este discurso repercute na elaboração, construção e consolidação de políticas públicas governamentais.

Para contextualizar temporalmente este trabalho, recordemos que, a partir de novembro de 2008, teve início o que veio a ser chamado de “Política de Pacificação” das favelas da cidade do Rio de Janeiro. Até a conclusão deste trabalho, 38 territórios haviam sido ocupados por agentes da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, reunidos em Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs). O objetivo das UPPs era pôr fim ao poderio bélico de grupos armados de comerciantes varejistas de entorpecentes, que resulta em confrontos entre essas quadrilhas e entre essas e policiais militares. De modo a executar eficientemente esta política e não esbarrar em conhecidos obstáculos, como a corrupção e o corporativismo policiais, optou-se pela utilização de recrutas, recém-graduados no curso de formação da Polícia Militar. Isto, em tese, reduziria as possibilidades de trocas de “mercadorias políticas” (MISSE, 2002), ou seja, a negociação entre policiais e comerciantes varejistas, na qual a prerrogativa estatal do uso da força é privatizada, de modo a permitir a obtenção de vantagens ilícitas. Outro objetivo esperado com o emprego de jovens policiais era a mudança das formas de abordagem, buscando uma aproximação entre os agentes da lei e os moradores, reduzindo assim os casos de abusos de autoridade, achaques, intimidações e toda sorte de violações de direitos e liberdades. Em suma, tentou-se uma transformação no “ethos policial”, aquilo que “perpassa a atividade estritamente profissional, atingindo, em grande medida, todas as esferas de relacionamento social, nas quais o policial está inserido” (MISSE, Daniel Ganem, 2014, 693).

As UPPs surgem no contexto da preparação da cidade do Rio de Janeiro para a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016. No final de 2008, Eduardo Paes fora eleito como prefeito da capital fluminense com a promessa de acabar com a desordem urbana. Como medida, Paes propôs a construção de muros nas favelas e a criação da Secretaria de Ordem Pública (Seop), responsável pelo que passou a ser conhecido

como Choque de Ordem. É neste contexto que a Secretaria Estadual de Segurança Pública ocupa, no final de novembro de 2008, o prédio onde funcionava uma creche no Morro Santa Marta, em Botafogo, zona sul da cidade. Estava instalada a primeira das 38 UPPs. No dia seguinte, o jornal O Globo anunciava: “Dona Marta livre dos bandidos” (WERNECK, DAMASCENO & AUTRAN, 2008, p. 12).

Inicialmente, as ocupações resultaram na diminuição dos índices de violência nas favelas ocupadas e na consequente aprovação desses moradores e da maior parte da população da cidade. Ademais, essas comunidades acabaram se transformando em um atrativo turístico, devido à sua posição geográfica privilegiada. Inúmeros empreendimentos comerciais foram criados, de modo a atender moradores e visitantes. Em pouco tempo, contudo, os efeitos adversos passaram a ser sentidos: desde o aumento do custo de vida, em decorrência da valorização dos imóveis, até a ausência dos prometidos investimentos sociais e serviços públicos. No entanto, o retorno da rotina de tiroteios entre policiais e grupos armados de comerciantes varejistas, poucos anos após o início das ocupações, e a truculência policial foram determinantes para que as UPPs caíssem em descrédito, menos de uma década após o seu surgimento. Casos como os assassinatos do pedreiro Amarildo de Souza, na favela da Rocinha, em julho de 2013; do dançarino Douglas Rafael da Silva, na favela do Pavão-Pavãozinho, em abril de 2014; e do menino Eduardo de Jesus, no Complexo do Alemão, em abril de 2015 - cuja cobertura analisaremos neste trabalho - foram os mais conhecidos, mas não os únicos. O secretário estadual de Segurança Pública, José Mariano Beltrame, deixaria o cargo em outubro de 2016, um mês após o término dos Jogos Paralímpicos, realizados na cidade. Em fevereiro daquele ano, O Globo já prenunciava a falta de investimentos na Política de Pacificação: “Aos colaboradores diretos, Beltrame confidenciou que não tem como investir nada na ampliação do projeto, que conta com 38 unidades e está estagnado desde 2014” (ARAÚJO, 2016). As mortes do capitão Uanderson Manoel da Silva, comandante da UPP Nova Brasília, em setembro de 2014, e do menino Eduardo, em abril de 2015, acontecem em um momento em que os confrontos armados voltam a se tornar frequentes nas favelas supostamente “pacificadas”. Ambas têm como cenário o Complexo do Alemão, conjunto de 15 favelas localizado na região da Leopoldina, zona norte da cidade, considerado pela Secretaria de Segurança Pública como “um ponto crítico do comércio intensivo de drogas” (UPP ALEMÃO, 2017). Em novembro de 2010, uma megaoperação reuniu 2,7 mil agentes da Polícia Militar, Polícia Civil, Forças Armadas e da Força Nacional e teve ampla cobertura jornalística, com expressões que remetiam a uma guerra: “PM avança para ocupar o bunker do tráfico na Penha” (2010), “O Dia D da guerra contra o tráfico” (2010), “A senhora liberdade abriu as asas sobre nós” (2010), “Os guerreiros do Alemão” (2010), diziam as manchetes do suplemento criado por O Globo na ocasião. Desta operação surgiram as quatro UPPs instaladas naquele complexo, inauguradas entre abril e maio de 2012: Nova Brasília, Fazendinha, Adeus e Baiana, e Alemão.

A importância em analisar qualitativamente a cobertura das mortes de Uanderson e Eduardo está em buscar compreender de que forma se constroem os discursos que legitimam as políticas na área da Segurança Pública e suas possíveis consequências. Se as UPPs podem estar vivendo hoje o seu ocaso - ainda que não se declare oficialmente - o estado do Rio de Janeiro vive sob intervenção militar, com a ocupação de favelas e outras regiões da cidade por tropas do Exército. O discurso que fundamenta medidas

como esta é o mesmo que contribuiu quando da implantação das UPPs: a imposição da lei e da ordem. Nesta construção discursiva, o medo é incentivado, a necessidade da segurança é ressaltada e a “pacificação” das favelas é apresentada como solução à “onda de violência” que supostamente assola a cidade. Esta “pacificação”, contudo, é justificativa para constantes violações de direitos e liberdades, torturas e mortes de moradores. Se hoje há revistas abusivas, achaques, intimidações e assassinatos, amanhã viveremos em um território livre daqueles que nos causam dor, parece dizer a narrativa pacificadora. Em “Narrativas de lei e ordem: uma análise da cobertura de O Globo sobre as Unidades de Polícia Pacificadora” (PEREIRA, 2017), constatou-se que cerca de 60% das reportagens sobre as UPPs, publicadas por este jornal entre 2008 e 2016, reivindicam a imposição de mais rigor no combate ao crime e à violência. Além disso, aproximadamente 80% das matérias admitem a utilização da violência policial como um “efeito colateral” de uma virtual “pacificação”. Ao mesmo tempo, há o apagamento das narrativas que denunciam os abusos cometidos pelos agentes da lei (17,8%) e que buscam explicar o crime e a violência através da estrutura social (2,2%). Neste contexto, as narrativas sobre as mortes de Uanderson e Eduardo se reúnem às do jovem Eduardo Felipe Santos, de 17 anos, morto por policiais militares no Morro da Providência, em setembro de 2015, e àquelas que relatam a ocorrência de arrastões na orla da cidade. Enquanto, de um lado estão episódios narrados como “incidentes”, casos isolados, acidentes de percurso, do outro estão aqueles reportados como “incidências”, episódios corriqueiros, frequentes, cotidianos. Tais representações legitimam ações de Segurança Pública por parte dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, que impactam diretamente na vida dos cidadãos, em especial, moradores favelas e periferias.

Referências

- ARAÚJO, Vera. Segurança no fio da navalha. Cortes podem afetar serviço 190, novas UPPs e até o policiamento. Cofre vazio. O Globo, Rio de Janeiro, p. 7, 22 fev. 2016. Editoria Rio.
- COMAROFF, Jean; COMAROFF, John. Figuring crime: quantifacts and the production of the un/real. *Public Culture*, n. 18, p. 209-246, 2006.
- MISSE, Daniel Ganem. Cinco anos de UPPs: um breve balanço. Dilemas: Revista de Estudos de Conflitos e Controle Social, Rio de Janeiro, v. 7, n. 3, p. 675-700, jul./ago./set. 2014.
- MISSE, Michel. O Rio como um bazar: a conversão da ilegalidade em mercadoria política. *Insight Inteligência*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, p. 12-16, 2002.
- PEREIRA, Pedro Barreto. Narrativas de lei e ordem. Uma análise da cobertura de O Globo sobre as Unidades de Polícia Pacificadora. 2017. 307 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) - Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.
- UPP ALEMÃO. In: UPP. Unidade de Polícia Pacificadora. Site. 2017. Disponível em: . Último acesso em: 26 fev. 2018.
- WERNECK, A.; DAMASCENO, N.; AUTRAN, P. Dona Marta livre dos bandidos. Após quase duas semanas de ocupação pela PM, todas as “bocas de fumo” estão fechadas. O Globo, Rio de Janeiro, p. 12, 3 dez. 2008. Editoria Rio.

.....

*** Pedro Pereira**

Universidade Federal do Rio de Janeiro UFRJ. RIO DE JANEIRO, Brasil

Resumen de ponencia

INSTITUCIÓN POLICIVA: ENTRE RECONSTRUCCIÓN Y REPRESIÓN

*Alejandro Bustos

*Diego Sanchez Lopez

*Emily Vanesa Cañón Salazar

Los tiempos de “paz” para Colombia aún no han superado la veintena de meses. Desde el anuncio e inicio de las conversaciones a mediados del 2012 hasta su fallida refrendación en el plebiscito del 2 de octubre de 2016, han sido muchos los impases que ha debido pasar el proceso hasta su firma definitiva en el Teatro Colón en noviembre de 2016 y, ahora mucho más, en la actual fase de implementación que sigue presentando múltiples inconsistencias.

En este contexto, relevante tanto para la historia del país como la de la región, por ser una de las sociedades en el mundo con un conflicto social de más de 60 años, ha sido sumamente significativa la desmovilización y paulatina re-integración a la sociedad civil de la que fuese la guerrilla más antigua del mundo, las FARC EP. Un hecho que permitió cesar cifras de víctimas que se contaron por millones (entre muertos, desplazados, y otros vejámenes) y que, por fin, parece dar alternativas a las dinámicas de construcción social fuera de la violencia estructural que pareciera ser característica de la historia de Colombia.

A la par de que ocurría este importante suceso pero ajeno al mismo, cursó en el Congreso del país (máximo ente legislativo del mismo) un proyecto de ley que pretendía reformular el Código Nacional de Policía y Convivencia.

A la fecha ha transcurrido poco más de un año de haberse implementado el Nuevo Código, Ley 1801 de 2016, que entró en vigencia el 30 de enero del año 2017 y que fue propuesta y aceptada como la nueva normativa que regirá el comportamiento de todos los ciudadanos en el territorio nacional y que busca plantearse como el principio de convivencia de la sociedad misma.

Y aunque los dos hechos parecen tener una relación únicamente formal, al evidenciarlos, uno como integrador de la vida civil y el otro regulador de la misma se puede hablar de la articulación, o no, de ambos sucesos para la construcción de esas alternativas a las dinámicas de construcción social.

Este trabajo de investigación se sitúa en la tensión generada entre las dos líneas de acontecimientos, proceso de paz y nueva normativa, que han sido retratadas someramente hasta aquí y que, dadas las manifestaciones desde diversos sectores sociales de inconformidad frente a aspectos del espíritu y de la normativa del Código de Policía actual (El Espectador, 2018), han despertado en nosotros una serie de inquietudes que hemos considerado pertinentes analizar al enfrentarnos con la aparente dicotomía en términos del tipo de sociedad que se pretende construir y el papel del Estado como mediador de las relaciones sociales.

Así, delimitamos el área problemática que pretendemos abordar a través del siguiente

interrogante: Considerando el actual proceso de transición que atraviesa la sociedad colombiana tras la firma de los acuerdos de paz, ¿cómo el Nuevo Código de Policía y Convivencia contribuye a la integración y cohesión social requerida por dicho proceso? Sin duda, este trabajo reconoce que “[l]a Policía es una institución muy expuesta a su entorno y, por ello, en cambio constante; esta cambia en la medida en que lo hacen los problemas de seguridad, los conflictos sociales, la situación económica y otros factores de su entorno inmediato” (Martín y Torrente, p.115). Además, estas modificaciones se tornan necesarias para la institución de policía en términos de actualizar y atender las demandas que se realizan desde la población que es cada vez más compleja.

En este proceso de mutación se da una primera aproximación explicativa a la proposición del Nuevo Código de Policía y que, como afirma Jiménez(2017) para el caso de la Policía colombiana, “debe recuperar su esencia civil distanciándose de las formas militares que se vio en la necesidad de asumir por causa del conflicto interno, el cual, condicionado por las políticas represivas del concepto de la seguridad nacional, terminó desviando la atención sobre la seguridad ciudadana”(p.2).

Se podría decir que, la exposición de motivos y el articulado de la Ley, se establece en tal línea, ya que la convivencia aparece como su fin primordial, este se entiende como: “la interacción pacífica, respetuosa, dinámica y armónica entre las personas y con el medio ambiente en el marco del ordenamiento jurídico”, la cual se apoya, a su vez, en las categorías de seguridad, tranquilidad, medio ambiente y moralidad.

Sin embargo, la proposición de estas categorías que hacen las veces de principios de comportamiento social en un lenguaje sumamente general, objetivo y, en apariencia, imparcial ha suscitado una serie de críticas en cuanto a que en el día a día se presentan aplicaciones normativas inéditas que no corresponden a las formas de vida y las prácticas sociales.

Siendo la revisión de prensa, el articulado del código, su exposición de motivos y la realización de entrevistas con ciertos representantes, tanto de la institucionalidad como de las agrupaciones que se han visto afectadas, el acercamiento empírico bajo el cual se propone dar soporte a esta indagación que pretende revelar y explicar las contradicciones que exhibe la propuesta de este andamiaje normativo en el contexto de tránsito al que anteriormente se ha hecho mención.

Esto se refuerza fundamentalmente porque, a pesar del carácter de “guía pedagógica” preventiva que le ha dado la institución, se evidencian aspectos que destacan con un fuerte halo de coerción: De una parte, lo atinente a la tipificación de un número alto de conductas en campos sociales que antes no se habían visto (tales como el medio ambiente, en el servicio de transporte, en el derecho de reunión, la propiedad y la privacidad, entre otros) y que, aunque justificados bajo el argumento de la actualización normativa ante los cambios sociales, se presenta rígido en términos de requerimientos burocráticos y restringe una gran cantidad de espacios, públicos y hasta privados, y usos sociales que riñen con las dinámicas culturales que tienen ciertos sectores o agrupaciones sociales. Por la otra, la medida correctiva de las multas económicas como la punta de lanza de la socialización y aplicación de los nuevos parámetros de conducta para persuadir a la ciudadanía de no actuar mal o inadecuadamente. Ambas entradas poniendo en un segundo plano las problemáticas estructurales como la pobreza, la desigualdad y la informalidad.

De esta manera, el análisis se ha centrado en problematizar las implicaciones en las realidades sociales que se proponen en el Nuevo Código de forma explícita o implícita,

así como la implementación de este conjunto normativo en una época que, a nuestra consideración, debería propender por manejos institucionales diferentes al modelo tradicional de penalización económica y/o de restricción de libertades que continúa en el espíritu de este Código de Policía.

Así, proponemos tres ejes de aproximación analítica, a saber: la cultura ciudadana, la formalización y la propiedad. En estos confluyen varias de las conductas tipificadas que han devenido en prejuicios y perjuicios contra ciertos sectores de la sociedad.

Ejemplificando lo anterior se torna relevante el caso de los trabajadores informales de ventas en la calle que, siendo un fenómeno socio-económico de larga data sin solución efectiva de parte de ningún gobierno y que hace parte del 47% de la capa trabajadora del país, es duramente perseguido bajo los motivos de policía como la ocupación del espacio público o la carencia de registros sanitarios sobre los productos que comercializan. Entonces, la actividad de policía persigue y trata de “corregir” conductas que aparentemente afectan la convivencia pero que obvian las necesidades de subsistencia del sector poblacional que se gana la vida de esta manera.

En este sentido, los ejes propuestos pretenden dar cuenta de, por una lado, cómo una parte del conjunto de conductas tipificadas como contrarias a la convivencia y apuntalada en sus categorías subsidiarias portan una tentativa instauración de un orden moral que bajo las lógicas de la prescripción y la prevención elude las afectaciones sobre sectores de la sociedad que pueden catalogarse como culturalmente populares, laboralmente informales y, en muchas ocasiones, sin un lugar social en el cual puedan expresar o desarrollar sus actividades.

Mientras que, por el otro, parecen olvidar que muchos de los grupos sociales que históricamente han sido relegados y excluidos por las consecuencias directas o indirectas del conflicto interno se encuentran en estos sectores que no reciben del Estado nuevas alternativas de inclusión sino, más bien, rígidas medidas de comportamiento que ponen en tela de juicio los intentos de reconocimiento, aceptación y solución de problemas sociales en la nueva época de paz.

Sugerimos, entonces, que esta tendencia a la hiper-corrección de actividades sociales mediante la actividad policial encubre un nuevo proyecto de modelo social que tratamos de develar desde las técnicas y tácticas de gobierno desde una perspectiva foucaultiana(2006), y que las inconformidades y resistencias sociales son expresión de la disputa hegemónica por los significantes vacíos que nos plantea Laclau(2006).

Referencias

El Espectador.(2018,enero 31).¿Para qué ha servido el nuevo Código de Policía?

Recuperado 10 de abril de 2018, a partir de

<https://www.elspectador.com/noticias/politica/para-que-ha-servido-el-nuevo-codigo-de-policia-articulo-736407>

Martín, M. & Torrente, D. (2016). La reforma de la Policía en Europa: Desafíos, debates y alternativas. *Desafíos*, 28(1).

Landau, M. (2006). Laclau, Foucault, Rancière: entre la política y la policía. *Argumentos* (México, DF), 19(52).

Policía Nacional de Colombia.(2017,febrero 7). El Código de Policía, un aporte a la paz de los colombianos. Recuperado 10 de abril de 2018, de

<https://policia.gov.co/noticia/el-c%C3%B3digo-de-polic%C3%ADa-un-aporte-la-paz-de-los-colombianos-0>

Vega, R. (2017). La Policía Nacional en el posconflicto. Revista Opera,(20).
Código Nacional de Policía y Convivencia. Ley No. 1801 29 julio de 2016.

.....

*** Alejandro Bustos**

Departamento de Ciencias Políticas DCP/UNAL. Bogotá, Colombia

*** Diego Sanchez Lopez**

Facultad de Ciencias Humanas FCH/UNAL. Bogotá, Colombia

*** Emily Vanesa Cañón Salazar**

Facultad de Ciencias Humanas FCH/UNAL. Bogotá, Colombia

Resumen de ponencia

LA "IZQUIERDA" EN EL LIÉVANO: EL CAMPO POLICIAL DURANTE EL GOBIERNO PROGRESISTA DE GUSTAVO PETRO EN BOGOTÁ D.C.

*Edwin Castro Romero

El ascenso de gobiernos progresistas en la región al comenzar el siglo XXI marcó un punto de inflexión en el análisis político, económico y social de América Latina. Resultado de procesos como la crisis del consenso neoliberal y la potenciación de diferentes movimientos populares (Svampa, 2010), los denominados gobiernos progresistas o de centro izquierda se enfrentaron al desafío de superar las tasas de pobreza, la exclusión y el desempleo profundizadas por las políticas económicas adoptadas al comenzar la década de los ochenta. Sin embargo, uno de los mayores desafíos fueron también los crecientes problemas de criminalidad y violencia registrados en los países de la región que enfrentaron a los nuevos gobiernos ante un escenario en el que los discursos de mano dura, militarización, punitivismo, privatización y “managerialismo” propios de los programas liberales y conservadores habían sido dominantes en las políticas de seguridad empleadas hasta el momento. En este sentido, los proyectos de los gobiernos progresistas debieron poner en práctica estrategias alternativas a la de los programas políticos hegemónicos de tal manera que, si el delito y la violencia eran producto de la exclusión, la desigualdad y la falta de poder de los más pobres, las estrategias que se escogieran para enfrentarlo debían dirigirse a incidir en tales factores (Antillano, 2012).

Sin embargo, estas estrategias alternativas enfrentaban a los gobiernos progresistas con las instituciones policiales de cada país de la región, pues en ellas se ponían en juego la definición de la función policial y el rol en las actividades para controlar la violencia y el crimen. De esta manera, los gobiernos de izquierda se encontraron frente a instituciones autoritarias, verticales e incluso militaristas, que han comprendido su labor bajo las actividades más “duras” o represivas, rechazando o cuestionando cualquier otra iniciativa que las alejara de ellas. En este sentido, Sozzo (2012) advertía que uno de los mayores retos de la izquierda en las políticas públicas de seguridad ciudadana era implementar un proceso de reforma radical a los organismos de policía y a las instituciones del sistema penal, que permitiera alejarlas del pasado autoritario marcado por la influencia de las políticas de la nueva derecha.

Por lo anterior, resulta necesario estudiar la forma en que se concibió la función policial bajo un contexto político como el que se desarrolló en América Latina marcado por el ascenso de los gobiernos progresistas locales, provinciales o nacionales, realizando una aproximación que permita describir y analizar las tensiones producidas entre los gobiernos locales y las instituciones policiales por la definición de lo policial en las estrategias de seguridad adoptadas por cada uno de estos gobiernos. Así entonces, el problema que se aborda en esta indagación se refiere a las relaciones que se establecieron entre el gobierno local de Bogotá con la institución policial de la

ciudad durante los años 2012 - 2016, en la definición de la función y la participación de esta institución en las estrategias de seguridad implementadas en el gobierno de Gustavo Petro.

El objetivo de esta indagación fue caracterizar las relaciones que se conformaron entre la institución policial y el gobierno local de Bogotá en la definición de su función en las políticas, acciones o intervenciones que en materia de seguridad ciudadana fueron formuladas durante el periodo 2012-2016, para lo cual se realizó un análisis de fuentes históricas -archivos de prensa y documentos institucionales- al igual que entrevistas a diferentes grupos de personas que conformaron tanto el gobierno local como la institución policial durante el periodo delimitado. Se realizó entonces un estudio de tipo descriptivo y explicativo que permitió comprender las representaciones que sobre la labor policial se pusieron en disputa durante el periodo el gobierno progresista de Gustavo Petro en Bogotá.

Referencias

- Antillano, A. (2012). La izquierda y la seguridad: discursos y estrategias de seguridad ciudadana durante el gobierno bolivariano. En: J. Zavaleta Betancourt (Coord.), La inseguridad y la seguridad ciudadana en América Latina (pp. 179-204). Buenos Aires: CLACSO. Recuperado de:
<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20121123043123/Lainseguridadylaseguridadciudadana.pdf>
- Sozzo, M. (2012). Los retos de la izquierda en las políticas públicas de seguridad ciudadana. Caracas: UNES.
- Svampa, M. (2010). Movimientos Sociales, matrices socio-políticas y nuevos escenarios en América Latina. Universitätsbibliothek Kassel.

.....

* Edwin Castro Romero

Departamento de Ciencia Política. Facultad de Derecho, Ciencias Políticas y Sociales. Universidad Nacional de Colombia - DCP/UNAL. Bogotá, D.C., Colombia

Resumen de ponencia

LA (APARENTE) PREVENCIÓN DEL DELITO MEDIANTE LA SEGREGACIÓN ESPACIAL

*Carla Monroy Ojeda

El Área Metropolitana de Monterrey (AMM), al igual que otras grandes urbes, está presentando un proceso de urbanización en donde los fraccionamientos cerrados están teniendo un gran desarrollo. Estas se han posicionado dentro del mercado debido a sus características de ser espacios públicos protegidos y separados del caos citadino, principalmente de la criminalidad.

En México, y sin ser excepción el AMM, el auge de estos desarrollos se dio cuando los problemas de inseguridad se incrementaron; en el 2011, el AMM se encuentra dentro de los 10 municipios en los que más aumentaron las ejecuciones. Presentó un incremento del 165% con respecto del 2010 y en tercero a nivel nacional, y dentro de la escala de los municipio más violentos se encontraba en el 5to lugar con 471 ejecuciones (por cada 100mil habitantes). En este sentido se genera una mutación de aquellas colonias que habían sido diseñadas como abiertas, hacia una nueva modalidad de fraccionamiento cerrado. Esta nueva forma de organización y de redistribución espacial, es resultado del contexto industrial neoliberal, de la polarización social que tiende a organizarse en patrones radiales (Narvaez, 2006). La tendencia del desarrollo urbano, básicamente a partir de los años 90, es construir complejos habitacionales de acceso restringido y la integración de funciones urbanas de cada vez mayor rango (Janoschka, 2002). Por lo tanto, la lógica de “cierre” de colonias, sigue un aparente discurso de seguridad pero que más allá busca esa inclusión a la nueva forma de desarrollo urbano, aunado a ello, los barrios cerrados y la acción de cerrar, responden realmente a intereses de empresas inmobiliarias y a una reducción de la capacidad del Estado de ingerir y gestionar el control urbano (Monroy, en prensa). Además de ello, las acciones de reacción y represión han cobrado un rol preponderante como respuesta a la seguridad en lugar de la prevención situacional del crimen (Valenzuela, 2012, p.3).

La prevención situacional o administrativa centra sus acciones en la disminución de las oportunidades para que el delito se presente; se enfoca en la acción delictiva y no en el delincuente y las soluciones que se brindan son muy prácticas y operativas. En otras palabras, la prevención situacional se refiere al manejo de los espacios públicos, a la imagen urbana, a la implementación de medidas como circuitos cerrados de televisión, cercas, vigilantes, etc., por mencionar algunos. Esta postura cobra mucha fuerza ya que no se detiene a cuestionar el orden existente, ni las causas por las que alguna persona delinque, sino sólo propone acciones físicas para que no exista la oportunidad del delito. Y en este sentido es que, se han priorizado estas acciones de restricción a la movilidad urbana y social, dándole mayor importancia a la prevención situacional sobre otro tipo de propuestas.

Así es que la nueva lógica indica que mediante bardas, rejas, casetas, plumas y

guardias de seguridad, la criminalidad se mantiene fuera del hogar. Además, esta nueva distribución agrupa a los ciudadanos de acuerdo a su condición económica, social y cultural, lo que visibiliza la exclusión de la organización urbana y social (Monroy, en prensa). Y de manera lamentable, los delitos no presentan necesariamente un descenso en su actividad, más aún, la criminalidad en términos generales, se mantuvo en índices altos, y además se presentaron otro tipo de problemas, como por ejemplo, en aquellas colonias donde originalmente era fraccionamiento abierto, tenían que realizar una importante y constante labor de convencimiento vecinal, para que el proyecto (de cerrar la colonia) se diera, e inclusive, se mantuviera.

Los fraccionamientos cerrados no sólo no reducen la criminalidad local, sino que también van contribuyendo al mantenimiento de la sociedad de riesgo, a la exclusión, la identificación entre la sociedad, si bien no desaparece, se ve reducida a su máxima expresión, y a la imposibilidad de plantear diferentes formas de prevención del delito. Por lo tanto, el presente trabajo se basa en estudios teóricos y documentales acerca de la violencia en el área mencionada, y cómo se sigue presentando una vez que los mecanismos de prevención (segregación espacial) han sido implementados, aunado a diferentes vicisitudes derivados de tal segregación.

.....

* Carla Monroy Ojeda

UNIVERSIDAD DE CIENCIAS DE LA SEGURIDAD UCS. SANTA CATARINA, México

Resumen de ponencia

LA DESESTATALIZACIÓN DEL NARCOTRÁFICO: HACIA UNA SEGURIDAD EFECTIVA EN AMÉRICA LATINA. EL CASO MEXICANO

*Arsinoé Orihuela Ochoa

Los estudios que atienden la relación Estado-narcotráfico tienen una proclividad a problematizar esa conexión con base en un conjunto de referentes conceptuales raramente objetados en la academia: e.g. “acaparamiento mafioso del Estado”; “captura del Estado”; “cooptación del Estado”; “captura instrumental de instituciones”; “captura criminal del Estado”; “reconfiguración cooptada del Estado”; “Estado débil o fallido”; “Estado rebasado” etc. Esta problematización, tributaria de tradiciones liberal-funcionalistas, aunque registra la confluencia de actores institucionales en los dominios del narcotráfico, tiene limitaciones inmanentes: a saber, desliza (subterráneamente) la idea (pre-científica) de que el narcotráfico es un “agente externo” que las fuerzas del Estado, (por impotencia o debilidad) no consiguen domeñar o contener. Algunos autores, si bien apenas embrionariamente, atribuyen esta “limitación” conceptual a obstáculos epistemológicos y/o ayunos teóricos largamente incubados en las ciencias sociales.

Básicamente, prevalece la idea de que este fenómeno delincencial es exógeno a la unidad estatal, o que se trata tan sólo de una distorsión institucional y/o prevaricaciones individuales que involucra a unos pocos funcionarios corruptos. También, persiste la creencia fetichizada de que el narcotráfico en la política es fruto de una “profunda disfuncionalidad del Estado”, en la que ciertos intereses ilícitos de actores públicos o delictivos “capturan” las instituciones estratégicas con el objeto de obstruir un presunto funcionamiento “normal” de las estructuras formales de Estado. Pero la historia no contada del narcotráfico, señaladamente el caso mexicano, y los antecedentes globales de la “lucha contra las drogas”, sugieren otra cosa.

Es posible señalar que en el México posrevolucionario, y acaso hasta nuestra época, la tendencia prevaleciente ha sido el ensamblaje de circuitos institucionales con intereses delictivos.

Casi por regla, las corporaciones de seguridad han estado dirigidas por civiles o militares sobre cuyas personas recaen sospechas de colusión (algunas probadas) con la delincuencia organizada, particularmente el narcotráfico.

Al respecto, el profesor español Carlos Resa Nestares sostiene: “la especificidad fundamental del crimen organizado en México es que se origina, sostiene y nutre desde las estructuras del Estado, en particular aquellas que teóricamente existen para combatir, precisamente, a la delincuencia” (Diego Enrique Osorno en La guerra de los

zetas, 2014).

Que el relato del “acaparamiento mafioso del Estado” o “Captura del Estado” o “Estado víctima de la delincuencia” (por “debilidad” o “incompetencia”) siga imperando en los discursos académicos, periodísticos o gubernamentales, es sintomático de la incipiente presencia de otras lecturas e interpretaciones, y de un clásico problema en las ciencias sociales: el de la definición de “Estado”, y el de la relación legalidad-ilegalismos.

El yerro que a menudo recorre las investigaciones sobre narcotráfico, es el de la separación analítica de la institucionalidad-legalidad, por un lado, y la criminalidad-ilegalidad, por otro. Empero, el problema es acaso más tóxico cuando el análisis admite el “entretejimiento” de estas dos “instancias” o universo de actores, pero acude -para dirimir el ilusorio antagonismo- a una victimización del Estado: es el tránsito de un Leviatán “ortodoxo” que debe rendir cuentas (el “mal necesario” hobbesiano), a un Leviatán “dócil” o “rebasado” que está libre de la carga de la rendición. La teoría dirime el conflicto político que entraña el Leviatán no por la fuerza de la razón, sino por el recurso de un subterfugio. Recurso que, cabe notar, es teóricamente desacertado, y políticamente inadmisibile. Porque allí radica un peligro político oneroso: a saber, la posibilidad del Estado de impulsar agendas sin el imperativo de la rendición de cuentas. El Leviatán languidece por decreto, pero sin penas que purgar; y la propaganda política registra en la esquila: “Estado fallido” (failed state).

Decir que el Estado es un “rehén” del narcotráfico es desconocer que el Estado interviene de manera decisiva en la acción-expansión del narcotráfico, tal como sugiere la evidencia que este trabajo intenta recoger; o que la sola participación-intervención del Estado significa, a priori o exprofeso, un retroceso de las formas ilegales de hacer negocios o política (Norberto Emmerich en Teoría política del narcotráfico, 2015), que es una tesis que no resiste un análisis científico.

Con base en los planteamientos antes referidos, se analiza la dimensión estatal del narcotráfico, acudiendo -lejos de los modelos habituales de delincuencia organizada- a una problematización que sitúa la criminalidad en el orden de las continuidades, no de las rupturas anti-institucionales, como sugieren la mayoría de los estudios, y cuyo principio vital, por consiguiente, no radica en el perfil de ciertos grupos o individuos corruptos o en agendas extrainstitucionales o extraestatales, sino en las razones de Estado, en los entramados materiales e inmateriales de un orden político. Para tal efecto, se adopta la noción de “narcotráfico” como un actor político que comporta una función organizadora en el campo de la criminalidad, y que es parte del Estado organizado en la política. Este trabajo acude al caso mexicano. El propósito es registrar el alcance del ensamblaje de las dos instancias institucionalidad-criminalidad, y también, y acaso más científicamente, la significación “real” del narcotráfico en la funcionalidad del Estado Mexicano, con particular atención en los matices que introduce la singularidad del caso a estudiar.

Paradójicamente, la posibilidad de alcanzar un modelo de seguridad efectivo y/o

sustentable en América Latina estriba en el reconocimiento del narcotráfico como un problema fundamentalmente político y no de seguridad. En este tenor, la presente disertación suscribe una discusión que cobró centralidad en las ciencias sociales: el debate teórico acerca de qué es el narcotráfico. Es decir, interésanos problematizar teóricamente el objeto; liberar el concepto de las celdas de la macrocategoría de la “seguridad”, que es la fuente de reproducción de discursos que legitiman guerras tan dañinas para la región. No es posible ignorar que, en la actualidad, y tras declarar múltiples guerras contra las redes de tráfico de la droga, y derrochar miles de millones de dólares para desterrar a ese “enemigo”, el narcotráfico se convirtió en una de las cinco primeras fuentes de acumulación de capital en el mundo, y la primera fuente de ingresos en México.

Es urgente impensar el narcotráfico, y contribuir con un análisis científico a la revalorización de ese problema, que hasta ahora ha sido pobremente zanjado.

.....

*** Arsinoé Orihuela Ochoa**

Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, Argentina. Programa Argentina - FLACSO . Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina

Resumen de ponencia

LA EXPERIENCIA DE LA SINDICALIZACIÓN POLICIAL EN URUGUAY (2009-2018)

*Galar Santiago

*Mariana Lorenz

*Sabrina Calandrón

El derecho a la sindicalización policial es obstaculizado por el poder político en la mayoría de los países de América Latina aduciendo la matriz militarizada de las fuerzas de seguridad, el temor a la politización de los colectivos de trabajadores y la consideración de la seguridad como un servicio público esencial. Frente a este panorama generalizado, aunque restringidos en lo concerniente al derecho a huelga, los/as agentes de la Policía de Uruguay, en tanto es reconocida su condición de trabajadores/as estatales, disponen desde 2009 de derechos sindicales.

La inseguridad, en consonancia con el crecimiento de la preocupación pública por el tema registrado en las últimas décadas en el resto del continente, se constituye en la actualidad como un tema candente en Uruguay. En este contexto, el populismo penal “desde arriba” ganó terreno en el Uruguay de los últimos 15 años. La mayor inversión en seguridad y la priorización política del tema no han supuesto a los gobiernos de izquierda en el poder desde 2005 resultados innovadores que mitiguen los núcleos principales de la criminalidad y que, al mismo tiempo, frenen la orientación punitiva/policialista de las representaciones sociales sobre la inseguridad. Sin embargo, la legalización y reglamentación de la sindicalización policial, desde nuestro punto de vista, constituye una innovación, avanza en un terreno poco explorado en el resto de los países de América Latina, una novedad que cruza el campo de las políticas de seguridad pero también el de los derechos laborales, la ciudadanía y la democracia. Uruguay cuenta con más de 30 mil funcionarios policiales, lo que supone un efectivo cada 114 habitantes, una de las tasas más altas del mundo. Si se consideran solo los funcionarios que cumplen tareas consideradas “estrictamente policiales” –prevención, control, investigación– son alrededor de 22 mil, 1 cada 155 habitantes, una tasa más alta que el promedio europeo y latinoamericano. Los/as policías de Uruguay, organizados en una sola fuerza dividida territorial y funcionalmente, pueden sindicalizarse legalmente desde el año 2009, cuando esta disposición fue incorporada a la Ley Orgánica policial. En la actualidad conviven un conjunto de organizaciones gremiales de diferentes tamaños, alcances territoriales y alianzas con otros grupos y centrales sindicales. Algunos de estos colectivos, además, son previos a la legalización de la sindicalización. El objetivo del presente trabajo es reconstruir la experiencia de la sindicalización en Uruguay a partir de una serie de dimensiones emergentes en el trabajo de campo que permiten avanzar en este ejercicio. Entre estas dimensiones destacamos la caracterización del proceso político que habilitó el derecho sindical, la reconstrucción de los actores colectivos que en la actualidad conforman el escenario sindical policial así como sus principales tensiones y confluencias, y los reclamos de

estos colectivos movilizados en el espacio público en demanda de derechos. Las demandas más frecuentes que suelen esgrimir tienen que ver con: las condiciones de trabajo y vida de los funcionarios policiales (viviendas dignas, uniformes y elementos de trabajo en general, etc.), la regulación de los servicios adicionales, mayor margen de acción para el uso de la fuerza y las armas y la búsqueda de estrategias para reducir la violencia ejercida contra los miembros de las fuerzas de seguridad. Entre los repertorios de acción colectiva, y debido a que tienen vedado el derecho a huelga, encontramos que los funcionarios apelan a diversas estrategias como encender las sirenas de los móviles o realizar piquetes en terminales de transporte público. A partir de este objetivo entre los años 2017 y 2018 realizamos entrevistas en profundidad orientadas biográficamente con referentes y delegados/as sindicales de diversos colectivos gremiales asentados en la ciudad de Montevideo, capital de Uruguay. Además reconstruimos a partir del registro de prensa gráfica nacional los principales eventos y debates que incluyen la participación pública de los gremios policiales en los últimos tres años. Finalmente, reconstruimos el andamiaje jurídico-político que permite al tiempo que es resultante de esta experiencia pública. Proponemos por esta vía contribuir al conocimiento formalizado, riguroso y especializado sobre el campo de la seguridad, en particular en lo atinente a instituciones de indiscutible centralidad como lo son las fuerzas policiales. En este sentido, en consonancia con otras líneas de investigación con las cuales dialogamos, entendemos la necesidad de complejizar el análisis de las policías concibiendo a sus agentes, antes que como seres extraños o ininteligibles, como actores participantes de la sociedad de la cual forman parte.

.....

*** Galar Santiago**

Instituto de Investigación en Humanidades y Ciencias Sociales - IdIHCS -UNLP - CONICET. La Plata, Argentina

*** Mariana Lorenz**

Instituto de Investigación en Humanidades y Ciencias Sociales - IdIHCS -UNLP - CONICET. La Plata, Argentina

*** Sabrina Calandrón**

Instituto de Investigación en Humanidades y Ciencias Sociales - IdIHCS -UNLP - CONICET. La Plata, Argentina

Resumen de ponencia

LA IRRUPCIÓN DEL “GATILLO FÁCIL”. LA MASACRE DE INGENIERO BUDGE EN LOS DISCURSOS DE CLARÍN Y CRÓNICA (1987)

*Maria Paula Gago

El presente trabajo se enmarca en un proyecto de investigación más amplio, cuyo propósito es el de analizar los modos de construcción de la noticia policial durante el período 1983-1989. Y su objetivo es muy acotado: estudiar la cobertura que realizaron los diarios Crónica y Clarín sobre el caso policial conocido como la “masacre de Ingeniero Budge”. La hipótesis que lo orienta sostiene que el caso de la masacre de Ingeniero Budge produjo un viraje en los núcleos argumentativos desarrollados por los medios de comunicación puesto que habilitó el despliegue de argumentos que cuestionaron la actuación de la policía, por primera vez, después de la dictadura. Sin embargo, a pesar de lo dicho, los modos argumentativos favorables a la vigilancia estricta y al control social absoluto, propios de la época dictatorial (1976-1983), continuaron vigentes en el discurso de los medios de prensa estudiados, aunque con variaciones que el trabajo intentará precisar.

Un repaso por los diarios de la época nos permite rastrear que la cuestión del delito en los principales medios nacionales no era prioritaria ni tampoco se construía en torno al eje securitario, tal como sí se aprecia en el discurso de la prensa desde la década de los noventa en adelante. Sin embargo, durante el período alfonsinista se advierten, a grandes rasgos, tres tipos de noticias policiales (Kessler, 2010): 1. aquellas cuyos protagonistas eran policías, militares y ex servicios de inteligencia; en otros términos, la “mano de obra” desocupada, algunos todavía en actividad que se dedicaban al delito común: entre otros, el secuestro extorsivo. 2. Hay un segundo grupo de relatos policiales que se referían a delitos que, aunque no eran protagonizados por fuerzas de la dictadura, los involucraba de manera indirecta. 3. Finalmente, aquellas noticias referidas a casos que causaron gran conmoción como, por ejemplo, el de la doctora Giubileo, sobre los que no se pudieron confirmar las sospechas que los vinculaban con la dictadura.

Todos estos delitos compartían el mismo origen: eran cometidos o involucraban a actores, algunos en servicio, que otrora habían formado parte de la maquinaria represiva desplegada entre 1976-1983 y que funcionaban como una herencia de la dictadura que operaba aún en la democracia (Kessler, 2010).

Partimos de la convicción de que el delito es un instrumento crítico e histórico (y por eso cambiante) que articula identidades sobre las víctimas, los victimarios, que tematiza sobre el rol del Estado, la institución policial y la justicia (Ludmer, 1999). En este sentido, sostenemos que la noticia policial es implícita o explícitamente una noticia política (Saítta, 1998; Martini, 2009), desde la cual se exige orden y control social (Garland, 2005). De acuerdo a lo expuesto, proponemos analizar -utilizando herramientas provenientes del análisis crítico del discurso- los núcleos argumentativos

desarrollados en dos medios gráficos de circulación nacional, en relación al delito, tomando como caso de análisis el asesinato, cometido por la policía bonaerense, de tres jóvenes en Ingeniero Budge (1987).

En este trabajo proponemos analizar el comportamiento enunciativo de dos medios de prensa gráficos -Clarín y Crónica- por su circulación nacional y su ámbito de influencia y además porque nos permiten comparar continuidades y variaciones en los núcleos argumentativos desarrollados en el discurso de la prensa de referencia y la prensa amarilla.

Consideramos que los medios seleccionados consolidan y difunden los imaginarios sociales. Es decir, las representaciones globales de la vida social, de sus agentes, de sus instancias y autoridades; los mitos políticos, los modelos formadores de mentalidades y de comportamientos, los símbolos, entre otros aspectos (Baczko, 1999).

Ahora bien, más allá de sus objetivos “puramente” periodísticos, la prensa cumple roles que se vinculan con su acción, capaz de afectar al proceso de toma de decisiones en el sistema político (Borrat, 1989).

.....

*** Maria Paula Gago**

Instituto de Investigaciones Gino Germani. Facultad de Ciencias Sociales. Universidad de Buenos Aires - IIGG/UBA. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina

Resumen de ponencia

LA VINCULACIÓN DE LA POLICÍA CON LA CIUDADANÍA EN EL MODELO DEL MANDO ÚNICO Y COORDINADO: LA SEGURIDAD CIUDADANA Y LA PROXIMIDAD SOCIAL EN NEZAHUALCÓYOTL Y ECATEPEC, ESTADO DE MÉXICO

*Nancy Angélica Canjura Luna

La inseguridad pública en México representa actualmente uno de los retos más importantes para los gobiernos en sus tres ámbitos, además que ha llegado a niveles insostenibles para la sociedad y los sectores que la conforman.

El 2017 se convirtió en uno de los años con mayor incidencia delictiva, mientras que el mes de octubre de ese año es reconocido como el más violento de los últimos 20 años, ante el incremento en la incidencia de “delitos de alto impacto”, estos son el homicidio, secuestro, extorsión, robo con violencia y robo de vehículos, con sus respectivas variaciones según su definición en el Programa Nacional de Seguridad Pública y observatorios ciudadanos o el propio Sistema Nacional de Seguridad Pública en México.

Ante el panorama no solo estadístico per se, sino la percepción de la ciudadanía en torno a la inseguridad, fenómeno que ha ido a la alza desde 2009 a la fecha, se ha buscado la implementación de diversas estrategias para su combate, mismas que se encuentran ligadas a la definición de un modelo policial como base de la misma.

El modelo policial responde a una forma de organización jerárquica, administrativa y operativa de los cuerpos policiacos; en este caso se analizan dos en específico: el mando único, impulsado como la política de seguridad del gobierno federal, y el mando coordinado, que es impulsado desde algunos sectores de la política mexicana y que ha sido implementado en algunas localidades gobernadas por partidos distintos al del ejecutivo federal.

Este trabajo analizará los resultados obtenidos por la implementación del esquema de proximidad social en los municipios de Nezahualcóyotl y Ecatepec, Estado de México (Ecatepec como exponente del mando único y Nezahualcóyotl del mando coordinado), a través de la estadística relacionada con indicadores de incidencia delictiva y por el otro la percepción de la ciudadanía, a través de los números proporcionados por la Encuesta de Seguridad Pública Urbana que realiza el Instituto Nacional de Estadística y Geografía (Inegi).

Lo anterior en el contexto de la aseveración de que la seguridad en general se compone de dos elementos: el riesgo real y la “sensación” de certeza, es decir la

seguridad subjetiva, misma que también está relacionada con la confianza en las instituciones, vínculo ineludible para poder transitar del paradigma de la seguridad pública a la seguridad ciudadana.

Asimismo, con dicha comparación se pretende responder a una incógnita a modo de hipótesis: ¿La proximidad social ha ayudado a la disminución de la incidencia delictiva a nivel local? ¿Impacta de forma positiva en la percepción de la seguridad?

La seguridad ciudadana es el proceso de establecer, fortalecer y proteger el orden civil democrático, eliminando las amenazas de violencia en la población y permitiendo una coexistencia segura y pacífica. Se le considera un bien público e implica la salvaguarda eficaz de los derechos humanos inherentes a la persona, especialmente el derecho a la vida, la integridad personal, la inviolabilidad del domicilio y la libertad de movimiento (PNUD, 2017).

Es un paradigma de acción gubernamental y ciudadana para hacer frente a los problemas de la delincuencia común, cuya característica principal es una perspectiva antropocéntrica, es decir que ubica al ciudadano en el centro de las políticas de seguridad y adopta una visión transversal de derechos humanos e involucra activamente a la ciudadanía en la búsqueda de soluciones para ejercer el derecho inalienable a la misma, así como a las instituciones para que lo garanticen (Salgado, 2010).

En ese tenor, la participación ciudadana es su principal característica, es una propuesta que incorpora a la comunidad afectada por la delincuencia convocándola a organizarse para aportar la información y establecer los sistemas de alerta sobre las conductas sospechosas y delictuales que conozca, en colaboración directa con las unidades de policía que atienden directamente y constantemente a las comunidades, conocidas como policías de proximidad.

Esta propuesta se propone movilizar tanto los recursos comunitarios como los institucionales para mejorar la prevención situacional o circunstancial de los delitos, así como para mejorar la eficacia en el logro de metas y eficiencia en el uso de los recursos para el control delictivo.

Por lo tanto, la seguridad ciudadana es contraria al paradigma de seguridad pública que se caracteriza por su visión “estadocéntrica” de la política de seguridad, además que se define a través de la trilogía seguridad- justicia- cárcel, en donde las instituciones son las principales afectadas por la violencia, donde los ciudadanos únicamente son un elemento del orden público (Carrión, 2005).

La política de participación ciudadana en el esquema de la seguridad propone que la policía en su tarea de prevención del delito, por medio de la búsqueda de información en las comunidades afectadas por la acción delictual, procure mejorar las relaciones y establezca coordinaciones con esas comunidades de tal manera que éstas coparticipen en la prevención del delito. El mutuo conocimiento entre los responsables locales de la acción policial y los vecinos es considerado un capital social para prevenir el delito.

Estas concepciones y acciones de convocatoria policial a las comunidades también son denominadas como “proximidad social” y ésta a su vez es materializada a través de la policía de proximidad, cuyas modalidades de seguridad compartida y seguridad vecinal se concreta con la base del policía vecinal, en general a través de la división del territorio objetivo en cuadrantes que permitan una acción más ágil, una atención más pronta a la ciudadanía y un tejido de confianza al partir de la premisa de que los elementos policiales serán conocidos por su comunidad; un ejemplo de ello es el esquema implementado en Chile a través del “carabinero de la cuadra”, con la finalidad de mejorar la confianza mutua entre la institución policial y los pobladores.

En general, la visión de la seguridad ciudadana ha sido utilizada para reformar las políticas de seguridad en América Latina (a partir de 1980) y Europa con la finalidad de avanzar hacia la democratización y la intervención de la ciudadanía, por lo que uno de sus factores de implementación es la proximidad social de los elementos policíacos.

El paradigma de seguridad ciudadana ha servido entonces para encaminar la política de seguridad a un nivel de comunicación entre las instituciones y la ciudadanía para un mejor enfoque preventivo, recuperación de espacios y sobre todo de la confianza en las policías, como elemento clave en la implementación de las políticas de seguridad, a través de la proximidad social.

En México, en el contexto de un incremento de la violencia, los índices delictivos y la desconfianza de la ciudadanía derivado de prácticas de corrupción y abuso de autoridad, se han registrado reformas que tienden a incluir a la ciudadanía en la toma de decisiones y evaluación de políticas de seguridad, sobre todo en el ámbito municipal.

Por otra parte es menester retomar lo planteado en la introducción de este texto referente al modelo policial que es la base de la política pública de seguridad en México, toda vez que plantea la ruta a seguir para la integración de mandos, el ejercicio de recursos y la toma de decisiones en esa materia, por lo que además de plantear el esquema conceptual de la seguridad ciudadana se debe acotar el modelo policial en el que se enmarcarán las experiencias analizadas.

El mando único es una propuesta del gobierno federal (2010 y 2016) para la unificación de las policías municipales y estatales para garantizar la unidad de mando. Es decir, un solo cuerpo policial por entidad federativa con un mando único, cuyo significado es el tránsito de la descentralización a la centralización policial. Grosso modo se refiere a la integración de cuerpos policiales estatales, cuyo mando esté ligado al gobierno estatal y no así a los municipales.

El mando coordinado, para los fines de esta investigación es aquel que plantea el fortalecimiento institucional de las policías municipales, en atención al artículo 21 de la Constitución Política de los Estados Unidos Mexicanos:

“Es una función a cargo de la Federación, el Distrito Federal, los Estados y los

Municipios, que comprende la prevención de los delitos; la investigación y persecución para hacerla efectiva, así como la sanción de las infracciones administrativas, en los términos de la ley, en las respectivas competencias que esta Constitución. [2] Las instituciones de seguridad pública serán de carácter civil, disciplinado y profesional.

En ese sentido, el municipio asume su responsabilidad en materia de seguridad, sin soslayar las problemáticas que los rebasan institucionalmente, por lo que se coordinan con las fuerzas estatales y federales para la atención de objetivos específicos, como el crimen organizado o el narcotráfico, sin permitir la injerencia total de la entidad o la federación en la organización, capacitación, administración y control de los elementos municipales (Moloeznik, 2014).

.....

*** Nancy Angélica Canjura Luna**

Facultad de Ciencias Políticas y Sociales. Universidad Nacional Autónoma de México - FCPyS/UNAM. México D.F., México

Resumen de ponencia

LA VIOLENCIA HOMICIDA EN BRASIL

*José Carlos Hernández Gutiérrez

En 2016 se registró en Brasil una tasa de homicidios de 29,7, lo que supuso un incremento de un 4% en relación al año 2015. Sin embargo, estas cifras promedio pueden desdibujar una realidad que a veces no se tiene en cuenta: mientras Sergipe, el estado más violento, arrojó una tasa de homicidios en 2016 de 64, São Paulo fue el estado menos violento con una tasa de homicidios de 11 (Fórum Brasileiro de Seguranca Pública, 2017).

En este sentido, el objetivo principal de la investigación es analizar la situación de la violencia homicida en Brasil durante el año 2016 en cada uno de sus estados. Se marca como objetivo específico conocer en qué medida las variables desigualdad, narcotráfico e impunidad judicial influyen en la tasa de homicidios.

La pregunta que guía la investigación es la siguiente: ¿por qué se presentan grandes diferencias en las tasas de homicidios entre estados dentro de Brasil? La hipótesis es que la presencia del narcotráfico en determinados estados, la desigualdad y los niveles de impunidad contribuyen a explicar las diferencias en las tasas de homicidios.

El trabajo, excluyendo la introducción, se estructura en cuatro apartados. En el primero se presentará el marco teórico referente a las causas del fenómeno de la violencia. Se tratarán tanto las causas de la violencia homicida en general, como las de los cárteles de la droga en particular. Y es que la violencia ejercida por los cárteles requiere un tratamiento distinto, pues ésta puede considerarse como un instrumento que "le(s) sirve para defender sus 'negocios', para intimidar y controlar territorio y para hegemonizar rutas y plazas frente a otros grupos criminales" (Villalobos, 2010: 7).

En el segundo epígrafe se explicará la metodología.

Concretamente, se detallarán las fuentes utilizadas para la elaboración de la investigación, se definirán las variables y se presentará el método utilizado para su medición. Con respecto a este último aspecto, para conocer la relación que existe entre estas variables y la tasa de homicidios se llevará a cabo un análisis multivariante HJ-Biplot "que permite representar simultáneamente variables y Estados en un espacio de dimensión reducida" (Barahona y Rivas, 2010: 16)

Aunque hay autores que afirman que la desigualdad y la pobreza no son las variables más idóneas para explicar las causas de la violencia (Solís Delgadillo y Cerna Villagra, 2014), también podemos encontrar a otros que defienden la existencia de una relación causa - efecto entre la pertenencia a ciertos grupos sociales y la violencia (Pulgar Reguero, 1996). Así, aunque en el marco teórico se incluirá el debate entre ambas posturas, en la investigación no se seguirá la corriente que defiende que la pobreza sí ayuda a explicar la violencia.

Por otro lado, en la variable narcotráfico se examinará tanto el número de muertes atribuidas a los grupos delincuenciales que lo practican como el número de cárteles y/o células existentes en cada estado, pues hay quienes argumentan que la existencia de diversas organizaciones criminales enemigas en un mismo territorio hace que

aumenten los niveles de violencia (Pereyra, 2012).

Por cuanto a la variable impunidad judicial, ésta se incluirá en el trabajo porque se defiende el argumento de que unos altos niveles de impunidad se encuentran detrás del incremento de la tasa de homicidios (Dávila-Cervantes y Pardo Montaña, 2013). Y es que, si la comisión de un delito queda impune, se está enviando el mensaje de que "delinquir sale gratis".

En otro orden de ideas, en un tercer acápite se realizará el análisis de los resultados y en el cuarto apartado se expondrán las conclusiones.

Referencias:

- Barahona E. y Rivas, C. (2010). Explorando las implicaciones de la "epidemia del crimen" en México. Paper- borrador presentado en el Colegio de México el 9 de noviembre de 2010 en el marco del Seminario "Los procesos de democratización en los Estados de México".
- Dávila-Cervantes, C. A, y Pardo Montaña, A.M. (2013). Análisis de la tendencia de la mortalidad por homicidios en México entre 2000 y 2010. *Revista Gerencia y Políticas de Salud*, 12(24), 163-183.
- Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2017). *Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2017*.
- Pereyra, G. (2012). México: violencia criminal y "guerra contra el narcotráfico". *Revista Mexicana de Sociología*, 74(3), 429-460.
- Pulgar Reguero, J. (1995). Las raíces y las causas de la violencia. Tabanque: *Revista Pedagógica*, (10), 62-70.
- Solís Delgadillo, J. M., y Cerna Villagra, S. P. (2014). Inseguridad y violencia en América Latina: una mirada crítica a sus causas estructurales. *Anuari del Conflict Social*, (4), 456-509.
- Villalobos, J. (2010). La guerra de México. *Revista Nexos*.

.....

* José Carlos Hernández Gutiérrez

Instituto de Iberoamérica - IB. Salamanca, España

Resumen de ponencia

LAS (FORMULACIONES DE) POLÍTICAS DE SEGURIDAD EN EL SIGLO XXI EN LA PROVINCIA DEL NEUQUÉN (1999-2015)

*María Dolores Sancho

Tanto en el mundo anglosajón como en Europa, en la década de los ochenta y en consonancia con la implementación del neoliberalismo, emergió un “nuevo” paradigma en torno a las estrategias de control del delito y sus consecuencias, basado en la prevención más allá de la pena. Dentro de las mismas se destacan las estrategias de prevención situacional-ambiental, de prevención social y de prevención comunitaria. El demostrado fracaso de la política penal junto con la emergencia de la racionalidad política neoliberal y el incremento de la “inseguridad” objetiva y subjetiva llevaron a que este nuevo paradigma se “globalizará” e irrumpiera en la Argentina durante la década del noventa.

En términos de David Garland, los Estados modernos se encuentran frente a un nuevo dilema respecto de las políticas de seguridad originado en la normalización de elevadas tasas de delito y en las limitaciones reconocidas de la justicia penal estatal. Esto ha llevado a que el Estado actué de manera esquizofrénica, oscilando entre dos posturas que parece contrapuestas: por un lado, aparecen discursos que reconocen los límites del Estado para el control del delito y asumen que la criminalidad no es algo que pueda controlar por sí mismo, abriendo entonces el juego a estrategias adaptativas de carácter heterogéneo y convocando a nuevos actores e instituciones a participar y responsabilizarse; y por otro lado, como asumir esta limitación pone en jaque el mito del Estado soberano, surgen estrategias de negación con el objetivo de reafirmarlo, que derivan, en muchos casos, en el surgimiento de una especie de populismo punitivo.

En el caso de la provincia del Neuquén, los primeros rasgos de esta nueva forma de abordar el “problema” de la inseguridad surgen a fines de la década de los noventa con la creación de la policía comunitaria, de las redes barriales de seguridad ciudadana y un programa de prevención social basado en la “resiliencia”. En términos concretos, el presente trabajo se centrará en las políticas de seguridad frente al delito, específicamente en las políticas de prevención del delito más allá de la pena, implementadas en la Provincia del Neuquén, particularmente en la ciudad capital. Temporalmente, este estudio se concentrará en las estrategias desarrolladas entre 1999 y 2015 ya que durante este período el ejecutivo provincial estuvo a cargo de dos mandatarios pertenecientes al mismo partido político (Movimiento Popular Neuquino) pero de sectores intrapartidarios distintos: Jorge Omar Sobisch (1999-2003 y 2003-2007) y Jorge Augusto Sapag (2007-2015). En estos períodos se implementaron -o se intentaron implementar- distintos planes de seguridad centrados en la prevención situacional-ambiental, la prevención comunitaria y, en menor medida, en la prevención social. Lo que llama la atención es que en ambos casos, el primer mandato

de cada uno de estos funcionarios estuvo centrado en técnicas de prevención comunitaria y en la participación ciudadana, mientras que en el segundo, el énfasis estuvo puesto en la prevención situacional-ambiental, especialmente a través del patrullaje policial, y en el endurecimiento penal. A través de este trabajo intentaremos indagar en los motivos políticos que ayudan a explicar esos vaivenes. A modo de hipótesis, podemos decir que los mismos se explican por las necesidades planteadas por las distintas coyunturas políticas y por la politización y electoralización del problema de la inseguridad, que implica que las medidas referidas al control del crimen comienzan a dirimirse en el contexto de la contienda electoral, surgiendo la necesidad de encontrar medidas efectivas y populares que calmen la ansiedad de los electores.

Por último, el enfoque metodológico adoptado es cualitativo, y combina técnicas de investigación documental sobre los registros ligados a la formulación de los programas y los informes de gestión elaborados por los equipos implementadores; sobre noticias periodísticas referidas a las estrategias de prevención del delito implementadas en la provincia durante los años de análisis; y sobre los discursos legislativos impartidos por los gobernadores en el inicio de sesiones legislativas, con entrevistas en profundidad a los funcionarios y técnicos vinculados a su gestión.

.....

*** María Dolores Sancho**

Departamento de Ciencias Políticas y Sociales. Facultad de Derecho y Ciencias Sociales. Universidad Nacional del Comahue - DCPS/UNCOMA. General Roca, Río Negro, Argentina

Resumen de ponencia

LAS POLÍTICAS DE SEGURIDAD EN CÓRDOBA POST CRISIS 2013. APUNTES PARA NUEVOS DEBATES.

*Pedro Oscar Sorbera

La siguiente ponencia se inscribe en el campo de estudio sobre violencias y políticas de seguridad ciudadana. Presenta un caso de estudio subnacional, la Provincia de Córdoba (Argentina), y reúne los esfuerzos de investigación en el marco del proyecto de beca doctoral titulado: Las políticas de seguridad de la Provincia de Córdoba: problematización de la (in)seguridad, racionalidad política gubernamental y modos de policiamiento (2011-2017).

Las Ciencias Sociales y el pensamiento crítico latinoamericano y argentino, han desarrollado el debate sobre la temática en torno al término (in)seguridad, reflejando una imbricación constitutiva entre el par seguridad/inseguridad, lo que implica la imposibilidad de un desanclaje absoluto entre estos significantes (Galvani et. al., 2010). El campo académico, se ha preocupado por una amplitud de temas, pero predominan los estudios sobre el uso de la fuerza y la violencia policial en función de las múltiples denuncias de organismos de derechos humanos sobre casos de gatillo fácil y afectación de libertades individuales, abusos de autoridad, entre otros (Sozzo, 2002; Frederic, 2008). Por otra parte, han recibido especial atención las reformas policiales y penales (Estévez, 2000; Font, 2007; Saín, 2002 y 2008), como la investigación sobre las estrategias de prevención del delito, en el marco de un corrimiento del enfoque de seguridad pública a la seguridad ciudadana (Sozzo, 1999 y 2008; Saín 2002 y 2008; Dammert, 2009; Selmini, 2009). En Córdoba, los antecedentes académicos, describen un doble proceso, de (re) militarización policial y de policialización de la política de seguridad. El primer proceso, que señala la (re) militarización, aparece como resultado de disputas intra-burocráticas que se resolvieron favorablemente hacia los sectores policiales militarizados (Hathazy, 2013). A su vez esto implicó en Córdoba, un tránsito desde un incipiente paradigma de Seguridad Ciudadana que los gobiernos radicales a mediados de los años 90 promovieron en la provincia, hacia un paradigma de Seguridad Pública anclado en la institución policial, durante los gobiernos peronistas sucedidos desde 1998 (Hathazy, 2014). El segundo proceso, que explica la policialización de las políticas de seguridad, muestra cómo de un intento de reforma de la política de seguridad en el año 2003 y sucesivas contrarreformas posteriores, derivó en una modernización conservadora de la institución policial, profundizando el modelo tradicional policial, cuyo hito sería la llegada de un Jefe de Policía al cargo máximo del Ministerio de Seguridad en el año 2011 (Carbajo, 2015; Plaza Schaefer y Morales 2013).

Teniendo como base estos antecedentes, este trabajo parte de la crisis del sistema de seguridad cordobés, a raíz del caso denominado “narcoescándalo” y del auto-acuartelamiento policial sucedidos entre Septiembre y Diciembre del año 2013. Ambos sucesos marcaron una profunda crisis de la política de seguridad de la alianza

gobernante Unión por Córdoba. Los cuestionamientos atravesaron tanto al gobierno de la seguridad, con renunciadas de ministros y secretarios de gestión, como a la institución policial que cambió sus cúpulas con frecuencia. A su vez, las jornadas violentas del 3 y 4 de Diciembre de 2013 evidenciaron un estado de fragmentación y descomposición social alarmantes.

A partir de esta problematización, la ponencia tiene como objetivos: analizar las respuestas del gobierno provincial para superar esa crisis. Además, describir la reestructuración de la política de seguridad y la institución policial entre el año 2014-2015. Y por último, plantear los recientes debates que se ciernen en Córdoba, desde finales del año 2015, al asumir una nueva gestión de Unión por Córdoba con medidas y reformas adoptadas tanto a nivel legislativo como en la gestión de la seguridad. En este sentido, se presentan algunos indicadores como el cambio del Código de Faltas de la Provincia, por un Código de Convivencia Ciudadana, la creación de la Policía Barrial (policía de proximidad) en el marco de un Plan de Prevención del delito y la modificación de la Ley de Seguridad Pública N° 9235. Dichas novedades, abren interrogantes pertinentes sobre la posibilidad del cambio institucional, las continuidades y rupturas en materia de seguridad ciudadana, y los procesos de reformas policiales. Al respecto, se propone un posible camino de investigación para el análisis e interpretación de estos problemas.

.....

* Pedro Oscar Sorbera

Instituto Académico Pedagógico de Ciencias Sociales. Universidad Nacional de Villa María - IAPCS/UNVM. Villa María, Argentina

Resumen de ponencia

LOS RIESGOS DE SER JOVEN

*Mariamne Crippa Méndez

La universidad, como señala Farah (2008) supuestamente se encarga de la tarea de renovación y cambio, fundamentados académicamente en una interpretación cultural de la realidad. Cumple así un compromiso y una función relacionados con su pertenencia a una colectividad que, al mismo tiempo, constituye. Para ello, resulta imprescindible recurrir a prácticas de autorreflexión plural y responsable.

Actualmente México es conocido por sus altos índices de violencia generalizada e impunidad; en lo que refiere a los jóvenes (de 10 a 29 años) el total de muertes por homicidios entre el 2000 y 2010 representó un 38.2% del total en ese periodo (Banco Mundial, 2010). Estas cifras se dispararon durante el sexenio de Felipe Calderón, quien declaró la guerra al narcotráfico. El año 2017 fue el más violento de las últimas dos décadas, y, según datos de la Secretaría de Gobernación, 29,168 de las víctimas de estos homicidios fueron jóvenes, de esta forma México se ha posicionado como uno de los países más letales para ser joven (Álvarez, 2015).

Estas cifras son impactantes, sin embargo, cabe considerar otras consecuencias de este clima de violencia, posiblemente menos evidentes, pero igualmente brutales, relacionadas principalmente con las violencias simbólicas. ¿Qué pasa con esas violencias que, en comparación con la crueldad de ciertas prácticas, pasan desapercibidas? ¿Con aquellas modalidades que por conocidas y repetidas se naturalizan y, además, se silencian?

Si retomamos lo señalado por Freud (1900 [1889]/1992) en La interpretación de los sueños cuando asegura que todo acto es pleno de sentido, es posible considerar que ciertos indicios, aparentemente aislados, en realidad entrañan significados latentes dignos de ser develados. Asimismo, dada la complejidad de todos los fenómenos relativos al ser humano (ya sea en su singularidad o en su pluralidad), es necesario partir del presupuesto de la sobredeterminación; es decir, en todo fenómeno influyen diversos factores en diferente medida.

Enfatizando el papel fundamental de las instituciones en la confección y transmisión de la realidad, es indiscutible que, en un país como México, y dadas las situaciones de violencias que se viven, es comprensible que haya ciertas consecuencias en la vida cotidiana. Un ejemplo de ello, es un evento que representa la culminación de una serie de violencias (cada vez más primitivas y explícitas) entre alumnos y, de forma muy discreta, de los directivos de una pequeña universidad privada del sureste del país.

El hecho: después de varios semestres estudiando en un ambiente muy tenso,

persecutorio y violento (detonado por la unión de todos los grupos, con el fin de exigir el cumplimiento de sus derechos como estudiantes y su visibilización más allá de un número de matrícula con cierto valor económico, seguida por la intervención coercitiva de las autoridades universitarias y el fragmento de cualquier intento de grupalidad), dos alumnos comienzan a pelear a golpes a la mitad de una clase, bajo el pretexto de un desacuerdo en una actividad grupal, posteriormente, el mismo grupo reflexiona lo sucedido e interpreta ese hecho a la luz de la situación institucional.

En el presente trabajo se analiza dicha situación de violencia, haciendo una lectura historizada (es decir, tomando en cuenta ciertos antecedentes de la situación que coadyuvaron a que el hecho que se estudia se fraguara en las latencias) y contextualizada.

Este análisis permite encontrar algunas articulaciones entre la estructura organizativa y las estrategias de los propietarios de dicha institución, con una situación socio-histórica de violencia y con una situación de maltrato generalizado a los jóvenes con la mediación de una de las instituciones sociales que, supuestamente, debería brindar cierta protección, pero que, en realidad, producen y reproducen injusticias y violencias que excluyen, desigualan y oprimen (Farah, 2008).

.....

* Mariamne Crippa Méndez
Universidad Anáhuac UAX. Xalapa, México

Resumen de ponencia

MICROSOCIOLOGÍA DE LA CORRUPCIÓN: EL CASO DE LOS MICROEMPRESARIOS EN LA CIUDAD DE MÉXICO

*Edgar Daniel Manchinelly Mota

Introducción

A continuación se exponen los resultados del análisis microsociológico de una serie de experiencias de corrupción a pequeña escala en microempresarios de clase media de la Ciudad de México. Esto se llevó a cabo a partir de un modelo analítico dramático que resaltó las desigualdades sociales de dicho fenómeno entre los ciudadanos -con desiguales recursos sociales- y la autoridad gubernamental -ya sea un policía o un funcionario-. Esto con el fin de mostrar que no todos los individuos experimentan la corrupción de igual forma, y que más bien depende de la posición de la persona en la estructura social según los recursos sociales que posea -recursos educativos y económicos principalmente-, lugar desde donde se expresa el ser social. De manera que “la presentación de la persona en la vida cotidiana” está determinada por el lugar social que ocupa, el cual provee de una serie de repertorios de actuación privilegiados para las posiciones encumbradas y, en cambio, dota de repertorios de actuación precarios para las posiciones empobrecidas. Las personas se enfrentan en espacios urbanos e institucionales a la autoridad gubernamental, quien es otro sujeto moldeado por la posición que ocupa en la estructura social. Así, las actuaciones de las personas varían acorde a sus arraigos sociales, en donde hay dramatizaciones más efectivas ante la autoridad que otras porque muestran símbolos que dan reconocimiento y respeto al que los porta. En cambio hay otras personas cuyas dramatizaciones que están atenuadas a la voluntad de la autoridad, habida cuenta de su debilidad simbólica, a razón de que fueron cuerpos moldeados por una posición precaria en la estructura social. Por lo tanto, hay “humillados y ofendidos” como resultado de las relaciones intersubjetivas que ocurren durante el acto de corrupción a pequeña escala.

Se parte de que en las experiencias de corrupción a pequeña escala por lo menos intervienen, por un lado, la autoridad gubernamental, ya sea un funcionario o un policía y, por otro, un ciudadano. Ello implica que este trabajo consideró que este tipo de corrupción es una interacción social en el que se realizan estrategias dramáticas, a partir del manejo racional y prerreflexivo de ciertos recursos sociales apreciados como valiosos o desvalorados. En consecuencia, el acto de corrupción es un acto simbólico en la medida en que acontece en una realidad social jerarquizada, que tiene sentido para sus actores, quienes se implican en un juego social por el reconocimiento. Y es que al realizar discursos y posturas corporales en un encuentro más o menos conflictivo y con momentos de tensión, estos actores expresan mutuamente significados socialmente contruidos que muestran las divisiones del mundo social. Asimismo, se privilegió el punto de vista subjetivo de los microempresarios con el que se abordó el acto de corrupción como interacción social. De manera que se revelan

experiencias sociales como intercambios simbólicos de palabras y posturas corporales a partir de la experiencia subjetiva de los entrevistados. Debido a la dinámica de la experiencia de la corrupción se optó por la perspectiva del individualismo metodológico, ya que es una comprensión interpretativa de la experiencia subjetiva referida por el individuo (Weber, 1922). No se entrevistó al servidor público como el otro participante de la interacción contada por el ciudadano por cuestiones prácticas referentes al ahorro del tiempo y de esfuerzo, y por la misma dinámica invisible y sutil que impone el contexto de la corrupción en los servidores públicos.

Por lo tanto, se muestra el análisis de los relatos de 16 individuos pertenecientes a la ocupación de microempresarios de clase media, cuyos negocios se encuentran en la delegación Benito Juárez en la Ciudad de México, en el que algunos están en posiciones más privilegiadas que otros, exhibiendo de esta forma que hay diferencias sociales al interior de este grupo. Estos individuos son dueños de negocios como restaurantes, cafés, abarrotes, papelerías con servicio de internet, clínicas dentistas y pollerías, entre otras microempresas. Tienen diversos niveles educativos que van desde la primaria hasta los estudios de posgrado, no obstante la mayoría de los entrevistados tienen nivel licenciatura. Además gran parte reside en el estrato socio-espacial medio alto, aunque también hay quienes residen en el estrato socio-espacial medio bajo. Fueron 9 hombres y 7 mujeres casi todos adultos o adultos mayores. Los detalles sociodemográficos se encuentran en el Cuadro 1 en el Anexo.

Primero, se muestra el diseño teórico-metodológico de tipo cualitativo con el que se construyó un marco analítico plausible, con el que se interpretaron las experiencias relatadas de corrupción. Después, se indica el resumen de los resultados según el modelo analítico planteado, que finaliza en la construcción de una serie de tipologías que sintetizan las experiencias de corrupción. Al final se señalan los comentarios finales.

.....

* Edgar Daniel Manchinelly Mota

Centro de Estudios Demográficos, Urbanos y Ambientales. El Colegio de México - CEDUA/COLMEX. México, México

Resumen de ponencia

MIDIENDO EL DESEMPEÑO POLICIAL EN DEMOCRACIA

*María Eugenia Bonilla Ovallos

Desde sus orígenes la policía se ha constituido como una institución necesaria, relevante y funcional para la conservación del Estado y, por ende, su desempeño se ha vinculado estrechamente con el régimen político y con la forma en que se ha obtenido, ejercido y mantenido el poder a lo largo del tiempo. Sin embargo, pese su papel protagónico es evidente el número limitado de estudios que existen sobre el tema en comparación con los que se han adelantado sobre otras instituciones políticas como los partidos, las asambleas legislativas, entre otras, lo cual hace pertinente y valioso enfocar esfuerzos en adelantar investigaciones sobre policía y régimen político, sobre todo porque es evidente que en el escenario político actual la democracia convive con diversos grados de autoritarismo y abuso policial y, en términos generales, en muchos Estados es cuestionable el nivel de empoderamiento de los ideales democráticos en el desempeño de sus cuerpos de seguridad (Cruz, 2010).

De allí que el objetivo de esta ponencia se oriente a plantear un modelo de medición del desempeño policial en un régimen democrático, el Índice de Desempeño Policial Democrático (IDPD), que le permita a los países monitorear el reforzamiento, la afirmación y el robustecimiento de los principios elementales de la democracia dentro de sus cuerpos policiales y establecer su grado de coherencia y funcionalidad para la consolidación del régimen. Dicho propósito, si bien es pertinente en la medida en que abre caminos para la observación de una de las instituciones del Estado menos estudiada (Bayley, 1985; Badiola, 2011; Tudela, 2011), no es para nada sencillo, puesto que pretende contribuir con elementos que de facto apuntan a un asunto de elevada complejidad, la construcción de fuerzas policiales democráticas, incorporando dimensiones y proponiendo indicadores de medición tanto de los resultados de la labor policial, como de las características propias que ésta posee.

El Índice de Desempeño Policial Democrático (IDPD), se encuentra constituido por tres dimensiones: efectividad policial, legitimidad policial y legalidad policial. La primera dimensión efectividad policial, se centra en la calidad de la respuesta que el cuerpo policial ofrece a las demandas ciudadanas en torno a la seguridad y la convivencia, lo cual está estrechamente relacionado con su misión institucional, la cual radica en garantizar a la sociedad donde opera condiciones de paz ciudadana previniendo, conteniendo y combatiendo la criminalidad y la violencia en sus diversas manifestaciones.

La segunda dimensión del desempeño policial democrático, legalidad policial, evalúa la forma en que las prácticas policiales se ajustan o no a los lineamientos de deontología policial y si las acciones de los miembros de la institución se desarrollan en función del respeto o la trasgresión de los códigos de conducta y disciplina internos y externos, el cumplimiento de la constitución y la ley, el respeto por la dignidad de las personas y la protección de los derechos humanos. Los indicadores utilizados para medir esta dimensión están relacionados con los procesos de corrupción y vinculación de policías

con el delito y las contravenciones, así como las faltas disciplinarias simples o agravadas en los que estos puedan incurrir.

La tercera dimensión del desempeño policial democrático es la legitimidad policial, la cual evalúa los niveles de confianza, credibilidad y respeto que los ciudadanos declaran tener en la policía. Los indicadores planteados para medir esta dimensión están relacionados con la percepción de los miembros de la sociedad en la que el cuerpo de seguridad opera, de allí que las encuestas de percepción ciudadana sean la fuente principal de información para conocer tal fin, principalmente aquellas preguntas que indagan sobre la calidad del servicio que el cuerpo de seguridad presta, la confianza que los ciudadanos depositan en la policía, el trato que reciben de su parte y la sensación de seguridad o (inseguridad) que le genera la institución.

El IDPD se diseña como una propuesta de medición que agrega las diversas dimensiones del desempeño policial y la multiplicidad de indicadores que pueden ser útiles para su operacionalización. En este sentido, la amplia información que implica analizar el desempeño policial hace necesario buscar una metodología integradora que pueda ser utilizada por los entes de control para realizar un adecuado seguimiento y evaluación del desempeño de su cuerpo de seguridad y determinar su grado de funcionalidad para la consolidación del régimen, estableciéndose como un indicador compuesto que recoge información de tres dimensiones concretas: efectividad policial, legalidad policial y legitimidad policial.

La ponencia se encuentra estructurado en tres partes. En primer lugar, plantea reflexiones sobre las características que debe presentar el desempeño de un cuerpo policial coherente y funcional para la consolidación democrática. En segundo lugar, define las dimensiones y los indicadores que deben tenerse en cuenta para medir el desempeño de una institución policial que opere en escenarios democráticos, planteando criterios de clasificación para cada uno de ellos y proponiendo la construcción de un subíndice para cada dimensión. En tercer lugar, presenta el Índice de Desempeño Policial Democrático (IDPD) como un mecanismo de monitoreo de los niveles de desempeño policial en el marco de un régimen democrático.

.....

*** María Eugenia Bonilla Ovallos**

Instituto de Estudios Políticos. Universidad Autónoma de Bucaramanga - IEP. Bucaramanga, Colombia

Resumen de ponencia

MILITARIZAÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL: AÇÕES DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS DO CONSELHO PROFISSIONAL DE SERVIÇO SOCIAL-RJ.

*Fernanda Kilduff

Este artigo debate a violação de Direitos Humanos e a militarização da Segurança Pública no Brasil. Apresenta as ações realizadas pela Comissão de Direitos Humanos do Conselho Regional de Serviço Social durante o ano de 2017, com base na análise da conjuntura econômica, política e social do Estado do Rio de Janeiro.

O debate em torno dos direitos humanos no Brasil começou a ser mais abrangente e sistemático somente nos anos de 1980 no contexto da redemocratização e efervescência dos movimentos sociais. Foi a partir da Constituição de 1988 que tem entre seus fundamentos a prevalência dos direitos humanos que o Brasil passou a ratificar tratados, convenções e pactos internacionais.

É a partir de meados da década de 1990 com o advento da nova constituinte que se intensificará a instalação de organizações de direitos humanos, comissões (em especial no poder legislativo) e comissões de direitos humanos em conselhos profissionais, sobretudo para recebimento de denúncias de violação e apresentação de casos graves às autoridades, à mídia e a organismos internacionais, sobretudo através de assessorias jurídicas.

No âmbito do serviço social, o debate em relação à temática dos direitos humanos se constitui como um marco a partir do Código de Ética do assistente social de 1993 e amplia-se a partir dos anos 2000. O atual Código de Ética (CFESS, 1993) acompanha a síntese de um processo de reconceituação crítica do serviço social brasileiro e a construção de seu projeto ético-político, e, neste sentido, os direitos humanos estão situados no campo dos princípios fundamentais: “defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo”.

Ruiz (2013) observa que a defesa dos direitos humanos apresentada no código em vigência apresenta profunda conexão com os demais valores expressos no documento, isto é, numa perspectiva mais abrangente e libertadora que as amarras das concepções liberais que gozam de hegemonia em nossa sociabilidade.

Se os direitos humanos que o código de ética de assistentes sociais brasileiros defende propugnam uma sociedade igualitária e libertária, não estamos falando de direitos concebidos em perspectiva liberal. Nossas referências são as necessidades humanas que, por razões históricas e conjunturais, inúmeras vezes não são satisfeitas no modo de produção vigente. (RUIZ, 2013, p.35)

No Brasil, o processo de criminalização da questão social manifesta-se de diversas modalidades: implantação de técnicas de controle e repressão à classe trabalhadora

socialmente restrita às favelas e periferias das grandes cidades; incremento das políticas de genocídio racial e de confinamento espacial (SOARES, 2005; 2006). Esses processos encontram-se legitimados pelo aumento dos anseios da população de maior rigor e severidade nas formas de punição através do sistema penal, alimentados em especial pela reprodução do clamor de grandes grupos corporativos midiáticos (BAUMAN, 1998).

Apesar da violência de Estado contra as classes subalternas não ser um fenômeno novo, a implementação da programática neoliberal no Brasil, iniciada na década de 1990, trouxe, no seu bojo, a hipertrofia do sistema penal, necessário para responder às crescentes manifestações da questão social.

O vertiginoso aumento da população carcerária no Brasil é expressão desse movimento. Em 1995 - momento que se inicia a contrarreforma do Estado - segundo Adorno (2002, p.340) o número de presos, era 148.760. Após mais de vinte anos, em 2017, segundo o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (INFOPEN, 2016) Brasil deixou de ser o quarto país para tornar-se o terceiro país do mundo com maior população penitenciária com mais de 700 mil pessoas privadas de liberdade. Todavia, cabe observar que este aumento do encarceramento, não significou redução nos índices de criminalidade, sendo necessário (re) pensar a prisão como instrumento de política pública nos fins formalmente declarados que justificam sua existência e permanência histórica.

Observa-se uma reorientação das políticas penais a partir do conceito denominado “eficientismo penal”, vale dizer, apelar ao endurecimento penal e dar “maiores liberdades” (que significa fazer sua intervenção sem precisar respeitar os direitos humanos) ao agir policial e das Forças Armadas, pois essas medidas, são vistas pela maioria da população, como garantias de um combate eficaz do crime (BOMBINI, 2008, p. 34).

A existência de um apelo sistemático à promulgação de leis mais punitivas, às detenções e o grande encarceramento como expressões das respostas privilegiadas pelo Estado para conter e administrar (em forma criminalizadora) as crescentes, e cada vez mais complexas, manifestações da questão social. Destaca-se, do mesmo modo, que as problemáticas vivenciadas por um segmento cada vez maior da classe trabalhadora, estão inexoravelmente ligadas às consequências das políticas neoliberais: desemprego estrutural generalizado, crescimento da pobreza e da miséria pelo sucateamento das políticas sociais como saúde, educação e moradia entre outras. No Rio de Janeiro, a população que habita a favela, vive cotidianamente a militarização da vida social, com ações policiais cada vez mais arbitrárias e truculentas, sendo os vendedores varejistas de drogas alvos principais da criminalização. Segundo Orlando Zaccone (2015, p. 82), temos hoje uma política de extermínio dos “inimigos” da cidade, formulada a partir de um discurso de “guerra às drogas”. Apesar de ausência de guerras civis declaradas, no Brasil, e principalmente no Rio de Janeiro, esse discurso bélico, garante legitimidade para ter o Exército e a Polícia Militar nas favelas, com uso de arsenal bélico e com a possibilidade certa de matar sem condenação.

O cenário atual carioca dispõe de presídios superlotados, aumentos do denominados auto de resistência, genocídio da juventude negra, investimento em segurança individual e coletiva privada, parcerias público-privada no policiamento de rua, inserção das Forças Armadas em centros urbanos, favelas sitiadas, mortes coletivas e violentas no sistema penitenciário e na favela, epidemia de tuberculose nas unidades

prisionais, mortes policiais e alterações legislativas para tipificação de ações como crimes. E é nesse contexto que a mídia veicula insistentemente, a “crise” na Segurança Pública do Rio de Janeiro motivando a intervenção militar do Estado.

E foi assim que em julho de 2017, o governo ilegítimo do Michel Temer autoriza o uso das Forças Armadas na Segurança Pública do Rio de Janeiro, com base no art. 142, da Constituição Federal, implementando o Decreto de Garantia da Lei e da Ordem (GLO). Com isso, os militares podem permanecer nas ruas e atuar em toda região metropolitana. Cabe observar não ser esta a primeira vez que existe uma intervenção das Forças Armadas na região. Identifica-se intervenções militares em eventos tais como: Rio+20, Jornada Mundial da Juventude, nos Jogos Olímpicos, na Copa do mundo e nos processos de ocupação para a implantação da Unidades de Polícia Pacificadora, desde 2008.

No tocante às ações do CRESS/RJ é inequívoca a ação histórica na defesa dos direitos humanos nas décadas de 1990 e 2000 sobretudo nas ações em defesa dos direitos das pessoas em situação de rua e na denuncia de violências praticadas no sistema prisional.

Em 2017, a Comissão de Direitos Humanos, convidou interlocutores de movimentos sociais; intelectuais, estudantes e profissionais para socializar suas reflexões, no intuito de situar e compreender o histórico papel das forças repressivas do Estado para garantir a produção e reprodução das relações sociais capitalistas. O objetivo foi oferecer espaços de análise de conjuntura, dar visibilidade à realidade de violação de direitos vivida pela classe trabalhadora nas favelas cariocas e também denunciar o racismo estrutural e a violência sistemática institucional nos espaços de privação de liberdade buscando problematizar e qualificar o exercício profissional, socializando e pensando estratégias profissionais conforme orientação do Projeto Ético-Político do Serviço Social.

Nesta direção a Comissão de Direitos Humanos realizou três eventos:

1) Roda de conversa Serviço Social e as alternativas ao superencarceramento com o objetivo de refletir sobre a tortura e a piora das condições de detenção pelo aumento do número de pessoas privadas de liberdade e da taxa de superlotação com fortes impactos no processo de trabalho das Assistentes Sociais do Sistema Prisional e Socioeducativo. Neste sentido, constata-se ausência de estratégias profissionais para denunciar graves situações de violação aos direitos humanos.

2) Roda de conversa Violência de Estado e Militarização da vida, logo após o decreto federal que autorizava o uso das Forças Armadas na cidade. Nesta oportunidade representantes do Movimentos de Favelas analisaram a entrada da Polícia Militar e do Exército na Comunidade de Jacarezinho, que em nome do "combate ao tráfico" mais uma vez, atropelaram todos os direitos dos moradores: entrada violenta nas moradias sem mandatos de busca e apreensão, suspensão do direitos de circular livremente pelo território solicitando a cada momento o Registro de Identidade, assassinatos, ameaças aos militantes que moram na favela que denunciam a violência policial, fechamento das escolas e os postos de saúde entre outros serviços essenciais à população.

3) Seminário Sistema Penal e Serviço Social. Desafios e alternativas frente à violação de direitos humanos nos presídios. Foi debatido a origem histórica da prisão para "produzir" sujeitos úteis às necessidades do nascente capitalismo e sobre a função atual do cárcere para garantir a contenção de trabalhadores considerados "sobrantes"

ou "supérfluos" ao capital.

Estas reflexões nos permitem constatar que o poder punitivo do Estado não atinge - nem nunca atingiu - a toda a sociedade indiscriminadamente. Pelo contrário, a violência sempre foi exercida sobre os setores da classe trabalhadora que - real ou potencialmente

.....

* Fernanda Kilduff

Escuela de Servicio Social. Universidad Federal de Rio de Janeiro UFRJ. Rio de Janeiro, Brasil

Resumen de ponencia

NEOLIBERALISMO Y UNIVERSIDAD. UNA LECTURA DE LAS TRANSFORMACIONES Y LA VIOLENCIA.

*José Giavedoni

*Melisa Campana

*Pablo Manfredi

La preocupación de la presente ponencia se inscribe en la situación crítica que está atravesando la Universidad Pública en Argentina a raíz de las políticas implementadas por el gobierno de la Alianza Cambiemos. La relación de dicha alianza con la Universidad Nacional ha pasado en un breve lapso de dos años de una serie de promesas de mejoras a una arremetida contra la educación pública: si bien durante la campaña presidencial de 2015, el actual presidente se comprometía a duplicar el presupuesto en ciencia y técnica, y a defender las condiciones de trabajo y los salarios de los docentes universitarios, desde el triunfo de la Alianza Cambiemos en el Poder Ejecutivo, las acciones no han hecho más que contraponerse a las promesas. Ejemplos paradigmáticos en este campo son la negativa a abrir la paritaria nacional docente que queda violentamente forcluida, el fuerte recorte del presupuesto universitario, el retaceo del giro de las partidas en 2016 y su discrecional reparto en 2017, el consentimiento al ingreso de las fuerzas de seguridad en las Universidades y al MinCyT, la detención de estudiantes o la drástica reducción de la cantidad de investigadores que ingresan a CONICET. Consideramos que no se trata en ningún caso de accidentes, hechos aislados, o eventuales exabruptos en el uso de la fuerza represiva; se trata, más bien, de una pretensión, instalada en el corazón de los gobiernos neoliberales de Argentina y de la región, de transformar la Universidad Pública según el canon del mercado.

En América Latina la derecha se posiciona en contra de su pérdida de privilegios políticos y sociales, por lo que a partir de 2009 comenzó a redefinir su estrategia para recuperar el control en la región. En este sentido, asistimos a una embestida neoliberal a través de gobiernos que se han impuesto en distintos países a través de golpes de Estado, golpes institucionales o elecciones. Las diferentes formas a partir de las cuales acceden al poder del Estado no impiden ver el elemento común que guardan entre ellos: la recomposición del poder de clase, puesto en duda o relativizado en el ciclo de gobiernos progresistas de la última década.

En Argentina, en dos años de gobierno macrista, se llevaron a cabo un conjunto de acciones y políticas que distan de enmarcarse en un gobierno democrático. Basta con mencionar el encarcelamiento de Milagro Sala y una veintena de referentes políticos de la oposición, la represión a maestras/os, el amedrentamiento a las/os trabajadoras en el MinCyT y el INTI, la desaparición y muerte de Santiago Maldonado, el asesinato de Rafael Nahuel, Facundo Ferreira, Pablo Kukoc, entre tantos otros. A este marco represivo se suman los miles de despidos del Estado y del ámbito privado, la limitación a las paritarias, la precarización por reformas previsionales y laborales. Esta

enumeración de algunos de los hechos de los últimos dos años basta para señalar como represora, violenta y desaparecedora a la Alianza Cambiemos, que presenta con fachada democrática un virtual estado de excepción.

El plan del macrismo para la Universidad está en sintonía con el resto de sus políticas: impugnar el derecho humano a la educación superior y profundizar la mercantilización y el negocio de los grupos concentrados. La Universidad Pública argentina resistió a los intentos de arancelamiento que quisieron imponer los gobiernos neoliberales y los organismos internacionales durante los años 90 (BM, BID, FMI). Esta situación se articuló con la aplicación de políticas públicas entre 2003 y 2015 que fomentaron el acceso a la Universidad, años en los que se logró un importante aumento del presupuesto, la creación de numerosas Universidades en todo el país, nuevas becas como PNB, PNBB, el plan PROGRESAR, la creación de residencias y comedores universitarios, la apertura de becas doctorales otorgadas por el CONICET, etc. En 2015, antes de que asumiera Macri como presidente, se sancionó la Ley 27.204 como una forma de resguardar la gratuidad de los estudios de grado. No obstante, la ofensiva que enfrentamos actualmente por parte del imperialismo, y del macrismo en la Argentina, propone procesos de mercantilización diversos, que no necesariamente implican la privatización pero que sí fomentan el arancelamiento de la educación superior.

La situación actual en la Universidad y en el sistema científico-tecnológico es de ahogo presupuestario y vaciamiento de los organismos descentralizados de Ciencia y Técnica. Esta situación, en lo inmediato impacta sobre la producción de ciencia y tecnología y cercena, a largo plazo, el pensamiento crítico y la producción cultural, suprimiendo derechos a las/os trabajadoras/es de la Universidad y la ciencia. Así lo expresó el jefe de gabinete, Marcos Peña, en diciembre de 2016: “En la Argentina se piensa que ser crítico es ser inteligente, pero nosotros creemos que ser entusiasta y optimista es ser inteligente, y que el pensamiento crítico llevado al extremo, le ha hecho mucho daño a la Argentina”.

La lógica mercantil repercutirá tanto en los contenidos de las asignaturas dictadas en la Universidad como en los ingresos a la misma, que serán determinados por la capacidad adquisitiva, es decir, a considerar el acceso como un privilegio más que como un derecho. Es importante reconocer esta caracterización puesto que, por un lado, proviene de una concepción meritocrática de la educación superior y de un paradigma del capital humano tendiente a acrecentar las diferencias sociales. Por otro lado, quienes suscriben a este punto de vista y acceden a la Universidad se aferran de tal modo su “privilegio” que abandonan el derecho a cuestionar las condiciones de trabajo y las de cursado. Por otro lado, no serán las necesidades sociales las que fijen las pautas de los contenidos sino las exigencias empresariales, las cuales determinarán las normas de lo útil y lo inútil y, como consecuencia, lo que debe estudiarse. En este sentido, se observa una pretensión de des-epistemologizar la educación; esto significa que ya no adquirimos conocimiento, sino que adquirimos competencias, en la medida que el mercado impone nuevas pautas de competitividad que no pueden ser abordadas con el antiguo sistema de calificaciones. La educación por competencias pretende presentarse como una pedagogía de última generación capaz de salvar al sistema capitalista de su crisis y a las nuevas generaciones del desempleo.

Es notable, por otra parte, una tendencia a considerar el acceso a las Universidades como un privilegio más que como un derecho. Es importante reconocer esta

caracterización puesto que, por un lado, proviene de una concepción meritocrática de la educación superior y de un paradigma del capital humano tendiente a acrecentar las diferencias sociales. Por otro lado, quienes suscriben a este punto de vista y acceden a la Universidad se aferran de tal modo su “privilegio” que abandonan el derecho a cuestionar las condiciones de trabajo y las de cursado.

Desde la década de 1990 aumentó la injerencia de las empresas trasnacionales en el financiamiento de la Universidad, lo cual implica un impacto directo en los temas y problemas de investigación de ciertas áreas específicas. Entendemos que la producción de ciencia y tecnología es un problema de poder. En este sentido, la definición está amarrada al presupuesto, al Estado, a enfoques de producción generales, pero también a las corporaciones científicas internacionales y a las grandes empresas. De esta forma, cuando se disputa la producción de ciencia y tecnología se está disputando su sentido general y su sentido específico (para qué y sobre todo para quién). Las derechas pro-imperialistas de nuestro continente instalan la “necesidad” de producir ciencia y técnica pero como herramientas neutrales, para que la masa internacional de científicos y tecnólogos desarrollemos productos que luego son apropiados por las grandes empresas para aumentar la productividad y la competencia.

Al cuadro de ahogo presupuestario se le suma la reiterada violación a la autonomía a través del ingreso de las fuerzas de seguridad dentro de los predios universitarios. Durante los últimos dos años, a medida que el gobierno de la Alianza Cambiemos intensificó su estrategia represiva, comenzaron a sucederse episodios en los que las fuerzas de seguridad ingresaban a recintos universitarios. Baste mencionar el ingreso de la policía a la UNR, UNMDP, UNS, UNCo y la detención de estudiantes dentro del predio de la UNJu. Estos casos configuran un claro incumplimiento de la Constitución y constituyen un pilar represivo esencial dentro de la estrategia de gobierno neoliberal de Cambiemos, orientado a amedrentar y disuadir cualquier signo de protesta social. Como hemos dicho, las transformaciones que encara el neoliberalismo, encarnado en la alianza de gobierno Cambiemos, en nuestra sociedad no apuntan sólo a reformas de carácter económico, se trata de una reestructuración sociocultural. En otras palabras, pretenden fundar un nuevo sujeto caracterizado por un comportamiento empresarial y competitivo. En esta misma clave, la transformación que se pretende llevar adelante en la Universidad apunta a borrar su impronta emancipadora y ponerla al servicio de las necesidades empresariales. Para ello, es esencial el uso de la violencia Estatal, asesina y desaparecedora, puesto que sin el terror que ella siembra no podrían naturalizarse los cambios.

.....

*** José Giavedoni**

Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas - CONICET. Facultad de Ciencia Política y Relaciones Internacionales - FCPOLIT (UNR). Rosario, Argentina

*** Melisa Campana**

Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas - CONICET. Facultad de Ciencia Política y Relaciones

Internacionales - FCPOLIT (UNR). Facultad de Trabajo Social - FTS (UNER). Rosario, Argentina

*** Pablo Manfredi**

Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas - CONICET. Facultad de Ciencia Política y Relaciones Internacionales - FCPOLIT (UNR). Facultad de Trabajo Social - FTS (UNER). Rosario, Argentina

Resumen de ponencia

NEOLIBERALISMO Y VIOLENCIAS DE ESTADO. DE LA DOCTRINA DE LA SEGURIDAD NACIONAL AL PARADIGMA DE LA SEGURIDAD HUMANA

*Ana Laura Pinto

*Florencia Agustina Brizuela

*Lucía Vinuesa

La presente ponencia, se propone compartir los avances del proyecto de extensión universitaria “Abordaje integral de la violencia institucional y su especificidad”, desarrollado por la Universidad Nacional de Rosario (UNR), y, asimismo, plantear un conjunto de consideraciones y desplazamientos conceptuales y de enfoque que, a lo largo del proyecto, ha suscitado la reflexividad sobre la práctica misma y la problematización de nuestro presente.

El proyecto nace en el año 2016, como un esfuerzo colectivo que involucra a tres Facultades de la UNR (Ciencia Política y RR.II., Derecho y Psicología) y a cuatro organizaciones sociales radicadas en diferentes barrios de la ciudad. En dichos barrios, los casos de abuso, así como el ejercicio crudo de violencia ilegítima por parte de las fuerzas de seguridad se manifiestan con una recurrencia inadmisible. En base a esta constatación, nos propusimos abordar la problemática de la violencia institucional, a través de tres objetivos específicos e interrelacionados que apuntan a construir información cualitativa y cuantitativa de acceso público; fortalecer las posibilidades de intervención de las organizaciones sociales al respecto y; por último, contribuir a su problematización social. Para ello, se diseñó (y se encuentra en vías de implementación) un software que permite recabar hechos de violencia institucional, siendo administrado por los voluntarios del proyecto y las organizaciones sociales involucradas.

Por otra parte, se realizaron talleres de formación con niños, niñas y adolescentes tanto en ámbitos escolares como barriales. Finalmente, el proyecto implicó el desarrollo de jornadas e iniciativas culturales dirigidas a dar mayor visibilidad a la problemática y fomentar la sensibilización social.

Ahora bien, en cuanto a la precisión conceptual que amerita esta problemática, comprendemos a la violencia institucional como un universo heterogéneo de prácticas de violación de derechos por parte de diversos actores pertenecientes al ámbito penal (funcionarios de las fuerzas de seguridad, fuerzas armadas, servicios penitenciarios, operadores judiciales). Prácticas que implican acciones individuales y colectivas, organizadas y espontáneas, en espacios cerrados y abiertos, y que abarcan desde situaciones de detención “por averiguación de antecedentes” hasta manifestaciones extremas como el asesinato (el llamado “gatillo fácil”) y la tortura física y psicológica. Por tanto, en la violencia institucional confluyen no sólo las violencias altamente lesivas y con elevado grado de espectacularidad, sino también violencias cotidianas, sistemáticas y fuertemente naturalizadas que, si bien pueden ser menos

espectaculares, se encuentran estrechamente vinculadas con aquellas sirviendo de base a la estructuración de relaciones sociales de poder con peculiares efectos subjetivos (Montero, 2011).

Así, mientras generalmente se tiende a pensar que la transgresión normativa suscita la reacción penal, el proyecto se posiciona desde la perspectiva de que es empírica y políticamente más rico problematizar los modos por los cuales las formas punitivas de gobierno de lo social (Campana 2012; Giavedoni, 2012) inducen, orientan, favorecen procesos de criminalización de algunos grupos sociales.

Como decíamos, el proyecto nace a inicios de 2016, en un contexto nacional y regional, completamente diferente al actual, lo cual creemos debe conducirnos necesariamente a interrogar la especificidad que asume la cuestión de la violencia institucional en el contexto más general en el que se inscribe. Pues, en el último tiempo, hemos asistido en el país, por trazar sólo algunos de los hitos más preocupantes, a la muerte y desaparición del manifestante Santiago Maldonado, así como al asesinato del joven mapuche Rafael Nahuel, ambos en hechos de represión de la protesta social por parte de la Gendarmería y Prefectura, respectivamente. Asimismo, debemos mencionar el asesinato del joven Juan Pablo Kukok por parte del policía Luis Chocobar, la legitimación desde las máximas esferas del Estado del accionar ilegal de las fuerzas de seguridad, el anuncio desde el gobierno nacional de sus pretensiones de erigir una “nueva Doctrina” en materia de seguridad que desconoce los protocolos internacionales de uso de la fuerza, el asesinato de un menor de edad por la policía tucumana, la dilación en el inicio de juicios de lesa humanidad, y la concesión generalizada a genocidas del beneficio de la prisión domiciliaria (sumado a la falta de control en el cumplimiento de la misma). Ello en un contexto sudamericano signado por un nuevo ciclo de avance de gobiernos conservadores, como es el caso de Mauricio Macri en Argentina y Sebastián Piñera en Chile, el golpe mediático y legislativo en Brasil que llevó a Michel Temer a la presidencia y el golpe judicial que derivó en el reciente encarcelamiento del ex presidente y principal candidato para las próximas elecciones brasileñas, Luis Ignacio Lula Da Silva.

Este escrito nace de la incomodidad con nuestro presente y de allí la pretensión, ambiciosa por cierto, de inscribir nuestro trabajo en línea con esa tarea, ese gesto filosófico-político que Michel Foucault (1991) denominara ontología del presente: “una actitud (2) en la que la crítica de lo que somos es, simultáneamente, un análisis histórico de los límites que nos son impuestos y un experimento de la posibilidad de rebasar esos mismos límites”. De allí que, aspiramos a formular una forma precisa de interrogación que nos permita problematizar los modos de pensar-nos y de no pensar-nos, de modo de -a través de ese gesto interrogativo- dar actualidad a nuestro presente (Sacchi, 2015).

A partir de lo expuesto, nos resulta imperioso reflexionar sobre el alcance y los límites de la noción de violencia institucional. Para ello, la ponencia se estructura en tres momentos. Nos proponemos en primer lugar, “problematizar” el concepto mismo de violencia institucional en el sentido foucaultiano del término, inscribiendo en términos conceptuales e históricos las condiciones de su emergencia y despliegue como campo de pensamiento e intervención en la Argentina de las últimas décadas. De este modo, se nos impone reconstruir la serie de acontecimientos que han permitido su difusión hegemónica en detrimento de otros conceptos, como el de represión estatal, preguntarnos qué otros saberes, recortes temporales, interpretaciones históricas y

actores ponen éstos en juego. Por lo tanto, se trata, en primer término, de recomponer y reparar en los límites de lo que la violencia institucional ha vuelto pensable y qué deja por fuera.

En un segundo momento, desplazamos la mirada hacia ese conjunto de prácticas sistemáticas violatorias de derechos por parte de los actores del ámbito penal para reflexionar respecto a qué rol(es) juegan en el marco de nuestro presente. Ello nos exige, por un lado, adentrarnos en el debate respecto a qué entendemos por neoliberalismo, no como una esencia a develar sino como un proceso histórico abierto, mutable y de larga duración (Sacchi, 2016). Ello supone correr la mirada del neoliberalismo como sinónimo del Consenso de Washington o como un conjunto de políticas de Estado, para pensarlo, en cambio, como una particular forma de gobierno de las poblaciones (Foucault, 2009, 2008), correspondiente a la fase actual del capitalismo, que se despliega por medio del impulso de las libertades y que no sólo se opera a nivel macro-político sino también capilar, penetrando los territorios y los cuerpos, con peculiares efectos subjetivos.

Sostenemos así que, la violencia institucional/represión estatal opera como uno de los eslabones primordiales de la configuración y reproducción de la “cuestión de la inseguridad”, como particular forma de problematización social de una serie de conflictividades ligadas a los efectos sociales de las políticas neoliberales. Sin dudas, el neoliberalismo desplaza la “cuestión social” para presentarla como “cuestión de inseguridad”.

Por otro lado, arrojar claves de lectura respecto del rol de la violencia institucional/represión estatal en nuestro presente, exige reconocer que, en términos cuantitativos, dichas prácticas han sido una constante desde la recuperación democrática, aún bajo gobiernos progresistas. Esa persistencia, ha sido interpretada como resabio de viejas prácticas del Terrorismo de Estado. Sin desestimar esta lectura, creemos que es preciso atender a la especificidad de nuestro momento actual, trascendiendo una lectura meramente cuantitativa, y atendiendo en particular al desembarco de una racionalidad de nuevo tipo en materia de seguridad de la mano de esta oleada de neoliberalismo orquestado “desde arriba”. Nos referimos puntualmente al llamado Paradigma de la “Seguridad humana” y las formas de su recepción a nivel nacional a partir, entre otros, de la creación del Gabinete de Seguridad Humana por decreto presidencial nro. 228 en enero de 2016. Al estudio de este nuevo paradigma nos abocaremos en un tercer momento.

En síntesis, consideramos que hablar hoy de violencia institucional sin más, constituye un obstáculo epistemológico que nos muestra el árbol, cuánto mide, cómo crece y se ramifica, mientras nos impide ver el bosque. No es posible pensar a la violencia institucional/represión estatal desacoplada de una interrogación por el neoliberalismo y la cuestión de la inseguridad. El trabajo es un esfuerzo en este sentido, desde una interrogación por lo actual de nuestro presente.

.....

* Ana Laura Pinto

Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas - CONICET. Rosario, Argentina

*** Florencia Agustina Brizuela**

Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas - CONICET. Rosario, Argentina

*** Lucía Vinuesa**

Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas - CONICET. Rosario, Argentina

Resumen de ponencia

NI LA GUERRILLA IMPONE, NI LA COMUNIDAD OBEDECE: UNA MIRADA A LA RELACIÓN ENTRE LAS FARC Y HABITANTES CAMPESINOS EN EL SUR DE COLOMBIA

*Lorena Carrillo Gonzalez

El acuerdo de paz firmado entre la guerrilla de las FARC-EP y el gobierno de Juan Manuel Santos centró la transición que este suponía para el país en el modelo de justicia a implementar en el periodo del, ahora llamado, postacuerdo. El sistema integral de verdad, justicia, reparación y garantías de no repetición es uno de los puntos centrales del acuerdo, que ahora enfrenta dificultades en el congreso para establecer su procedimiento. Abordado como parte del punto cinco de la agenda (Víctimas), fue uno de los temas más debatidos por sectores de opinión. También el más álgido y al que se le invirtió más tiempo durante las negociaciones, pues tomó cerca de tres años lograr la firma de su borrador. Sus objetivos responden a una noción de justicia transicional del periodo post segunda guerra mundial, tal como lo señalase Teitel, la cual enmarca la transicionalidad al cumplimiento de la efectiva reparación a las víctimas; la búsqueda de la verdad; la construcción de memoria; y el diseño de una serie de reformas institucionales que permitan la implementación de los acuerdos y garanticen la no repetición de la guerra, en el marco del estado de derecho. El carácter de este modelo y su énfasis en buscar un balance entre justicia y paz ha ubicado a los procesos locales de transición social y comunitaria en un segundo término, restándole importancia a la complejidad que ha tenido la dimensión territorial de la guerra y sus prácticas cotidianas.

Para mostrar cómo la cotidianidad de la guerra en Colombia ha trascendido al fuego y a las hostilidades, y precisar que en ella también se han desarrollado una serie de prácticas y relaciones entre insurgencia, estado y comunidades campesinas (que han derivado a su vez en la configuración de regiones y de regulaciones sociales), presento en esta ponencia los resultados de mi investigación de maestría sobre la región de El Pato, ubicada en el municipio de San Vicente del Caguán, al sur occidente de Colombia. En esta región habita una comunidad campesina cuyo proceso de conformación y de resistencia ha estado marcado por el conflicto armado, por la constante estigmatización y por unas formas de organización que incluyeron ejercicios regulares de concertación con la insurgencia.

Uno de esos ejercicios ha sido la construcción conjunta de unas normas de convivencia comunitaria, entre miembros de la columna Teófilo Forero de las FARC y habitantes de El Pato. Una construcción que fue posible gracias al proceso mismo de conformación de ese territorio. Para comprender cómo lograron construir dichas normas y poder caracterizar el “tipo” de orden que ha venido funcionando en esta región, realicé un análisis desde la convergencia entre el fortalecimiento organizativo comunitario, las directrices políticas al interior de la insurgencia, las condiciones de seguridad, la

agudización o no de la confrontación armada y la apropiación de mecanismos del sistema normativo estatal.

Con ello espero aportar a los estudios sobre la guerra en Colombia y rebatir los lugares comunes en los cuales el orden en las regiones donde la guerrilla había presencia era un orden impuesto, sin posibilidad de participación de las comunidades. Estos análisis también dejan de lado la agencia de las comunidades y las limita a ser analizadas como sujetos víctimas de la violencia.

Por ende, es necesario evitar limitar el análisis de las transiciones que miembros de las FARC-EP iniciaron, así como la sociedad en general, a la perspectiva de la justicia y la reparación. Se trata también de reconocer y escuchar las experiencias de territorios en los que insurgencia y comunidades campesinas han construido un tejido social, mediado en mayor o menor medida por los aspectos cotidianos de la formación del estado y por las dinámicas de la confrontación armada. En el actual periodo de transición que estamos viviendo, dicho tejido se está transformando, tanto como los referentes de seguridad de sus habitantes. Varios habitantes de las zonas rurales han estado especialmente preocupados porque ya no saben quién les podrá garantizar su seguridad, el aumento de los asesinatos de liderazgos sociales desde el momento de las negociaciones muestra que no estaban equivocados, al punto de llegar a extrañar a la guerrilla.

Desconocer estas construcciones sociales y estas relaciones, pero también el lugar que ha ocupado la guerrilla en la regulación y en los órdenes locales ha traído dificultades en la efectiva implementación territorial del Acuerdo de paz. Los planes y programas que se están llevando a cabo, así como las agendas de las agencias de cooperación internacional, no han tomado con la suficiente seriedad el hecho de que en Colombia la guerra no se ha limitado a la violencia.

No se trata ahora de aterrizar en territorios vacíos para llevar “¡por fin!” la institucionalidad del estado. Tampoco aterrizan en tierra de nadie, donde hay que construir desde cero sobre tierra arrasada. La experiencia histórica de El Pato puede ser útil para comprender y visibilizar que, pese a las hostilidades y las confrontaciones, en más de cincuenta años las comunidades rurales también han aprendido a vivir y han hecho de la organización comunitaria una respuesta social de autonomía y resistencia a los embates de la guerra.

No se trata entonces de que, desde las distintas instituciones estatales, y las distintas agencias de cooperación se generen programas y proyectos para crear organización comunitaria, sino para fortalecerla y potencializar sus experiencias a partir de sus procesos

históricos. Para el caso específico que analicé respecto a la resolución de conflictos, sostengo que es necesario potencializar la experiencia de la construcción de las normas de convivencia como un mecanismo de justicia comunitaria válido y pertinente para la regulación social de la cotidianidad.

Un antiguo dirigente campesino me señaló durante una conversación que de omitirse estas características de su cotidianidad en el diseño de lo que se viene se puede correr el riesgo de repetir la experiencia del 2002 durante la retoma tras el fin del despeje: “cuando el ejército bombardeó puentes y carreteras supuestamente porque los había

construido la guerrilla, pese a que todos transitábamos por ahí y todos los hicimos. Las carreteras nos servían a todos; lo mismo que las normas”. Dadas las distancias entre instituciones y territorios es posible que este mecanismo, como otros surgidos en medio de la guerra, sea mal visto por miembros de instituciones del estado, dado el enfoque utilitarista e impositivo que ha primado en el análisis de las relaciones entre insurgencia y comunidades campesinas.

Tras más de un año de implementación del Acuerdo, el reto de las diferentes instituciones, estatales y no estatales, con aquel enfoque territorial es precisamente reconocer estas experiencias y ponerlas a dialogar con los contenidos del Acuerdo, resaltando que las comunidades rurales han sido parte activa de la construcción de sus territorios, tanto como que las y los guerrilleros también han vivido en ellos.

.....

* Lorena Carrillo Gonzalez

Universidad Nacional de Colombia. Facultad de Ciencias Humanas. Departamento de Sociología UN. bogota, Colombia

Resumen de ponencia

NOTAS PARA UNA SOCIOLOGÍA DEL POLICÍA: OBSERVACIONES DE LAS PRÁCTICAS POLICIALES EN LAS HINCHADAS DE FÚTBOL PROFESIONAL ENTRE 2016-2017

*Natalia Silva

El presente trabajo se enmarca en los resultados del informe final para optar al grado de Magíster en Relaciones Internacionales, Seguridad y Defensa de la Academia Nacional de Estudios Políticos y Estratégicos (ANEPE) titulado: “Estandarización de los procedimientos y dispositivos de control de la seguridad pública en los espectáculos de fútbol profesional”. Este trabajo consistió en la observación participante del actuar policial de la Comisaría de Fuerzas Especiales (FFE.EE) de Carabineros de Chile, en el contexto de los operativos de seguridad y orden para los eventos de fútbol profesional, entre los años 2016 y 2017 en la Región Metropolitana.

En las sociedades democráticas, existen dos grandes dimensiones que caracterizan el trabajo de las policías: el mantenimiento del orden público y la prevención de la seguridad de las personas. En particular, el mantenimiento del orden público es la especialidad que consagra a la “Zona de control orden público e intervención” dependiente de la Dirección Nacional de Orden y Seguridad de Carabineros de Chile (DIOSCAR). Cabe mencionar que, las prácticas de esta función son completamente diferentes a la función de seguridad preventiva. Por ejemplo, el control del orden público poco tiene que ver con el Plan Cuadrante, aún cuando ambas pueden desembocar en situaciones de abuso policial.

Dicho lo anterior, durante el último año calendario, tras estallar el denominado caso “Pacogate” en Carabineros de Chile, la policía se convirtió en una de las instituciones que registraron la mayor crisis de confianza -junto con la Iglesia Católica- luego de ser objeto de fuertes cuestionamientos producto del millonario fraude que llegó a implicar a Generales del Alto Mando. A esto, se le sumó otra de las crisis que ha debido enfrentar la institución policial: el montaje de la Dirección de Inteligencia Policial (DIPOLCAR) a comuneros Mapuche en la Región de la Araucanía.

En este contexto, parece más necesario que nunca la existencia de una sociología para indagar en la actividad policial, antes de las sentencias políticas que se puedan realizar a ella. Se trata de una sociología que busca comprender las lógicas y tensiones de la acción policial, al mismo tiempo que esa acción se contextualiza en los procesos de democratización reciente en América Latina (Fassin, 2013). Lo anterior tiene una gran barrera de entrada: para la investigación en ciencias sociales, resulta sumamente difícil e incómodo entrar en la investigación de campo sobre la policía, aún cuando con soltura acuñamos el concepto de “cultura policial”.

Este trabajo básicamente es una propuesta para abordar las representaciones de la policía sobre su propia situación, es decir, sobre los modos en que concibe la seguridad y el orden público. ¿Es posible separar la trayectoria profesional de los policías con el contexto político? ¿cuáles son las imágenes sobre la pobreza y marginalidad que acompañan la actuación policial?. En particular, dichas preguntas se sitúan en el marco de las interacciones observadas de los funcionarios pertenecientes a Fuerzas Especiales (FF.EE) con hinchas y barristas del fútbol profesional en la Región Metropolitana. Estas interacciones “definen la relación de ciertos estratos de la población con el Estado, y en un sentido más amplio, con lo político” (Fassin, 2013).

Describir cómo intervienen las fuerzas de orden en momentos de reacción masiva en las galerías, cómo intervienen en los ingresos a los estadios en momentos de pasividad, en un contexto en el cual la ley le otorga un papel de supervigilancia de los dispositivos de seguridad privada, no es si no, el ejercicio de describir la relación de la violencia con el derecho y la justicia parafraseando a Benjamín. En otras palabras, estas notas de observación social registradas durante el 2016 y 2017 -producto de una intervención institucional y académica como contexto metodológico de producción social- intentan abordar desde cómo pequeños incidentes generan el frenesí en las patrullas de Carabineros, generando en ocasiones intervenciones desproporcionadas en las tribunas; y, cómo estas dan cuenta de una dimensión moral, social y cultural de la función policial en el Chile democrático.

.....

*** Natalia Silva**

Fundación Fútbol y Sociedad FFS. Santiago, Chile

Resumen de ponencia

O CAMPO DA SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL NUM CONTEXTO PÓS-DEMOCRÁTICO: ESTAGNAÇÃO OU MODULAÇÕES?

*Rodolfo Arruda Leite De Barros

A pesquisa busca elaborar um quadro compreensivo das políticas públicas de segurança pública no Brasil, na época recente, tendo em vista a verificação da hipótese de um possível esgotamento das diretrizes democráticas no funcionamento da justiça criminal no país. A análise desta tendência na segurança pública no Brasil se faz a partir de uma contextualização do cenário social, político e institucional de pós-democracia (termo desenvolvido por Rubens Casara). A noção de pós-democrático traz a ideia de que, apesar da permanência de estruturas jurídico-políticas de viés democrático e da manutenção de retóricas institucionais por parte dos gestores públicos que se propõem como um Estado Democrático de Direito, ao contrário disto, no plano do funcionamento cotidiano da administração da justiça e segurança, promove-se uma multiplicação de mecanismos de exceção, baseados no uso arbitrário da violência e de outras estratégias políticas que operam a gestão dos indesejáveis. Esta problematização busca entender, a partir de evidências do campo (produções legislativas, relatórios governamentais, pesquisas acadêmicas e ocorrências na área) a configuração de um perfil repressivo, autoritário e militarizado das práticas cotidianas de agências de justiça criminal na segurança pública, o qual suplantou expectativas democratizantes e modernizantes propostas nas duas décadas anteriores. (1990 - 2000). Para sustentar essa análise, a pesquisa procura articular as noções de dispositivo carcerário, dispositivo policial militarizado, dispositivo de guerra às drogas, nos quais formas de controle social, aplicação seletiva da lei, gestão da vida e dos ilegalismos são constantemente negociados e possuem como horizonte a noção de Biopolítica tematizada por Michel Foucault. Evidências empíricas tais como o encarceramento em massa (dos mais de 720 mil internos, aproximadamente 60 % de presos sem condenação no sistema prisional ao lado da alta seletividade da lei penal), as altas taxas de letalidade policial, altas taxas de homicídio (mais de 60 mil mortes por ano, com destaque ao genocídio de jovens negros e pobres), uma política pública repressiva e proibicionista de guerra às drogas, mortes no sistema prisional, dentre outras dinâmicas dramáticas. Tais desdobramentos exigem um referencial conceitual-analítico que vá além de uma perspectiva tradicional de funcionamento da segurança pública (inscrita em sua própria institucionalidade e legitimada em princípios em desconexão profunda com a dinâmica cotidiana), para uma investigação mais crítica e aberta que seja capaz de captar a complexidade do campo da gestão dos conflitos, refletindo sobretudo acerca de funções não declaradas (ou implícitas) de instituições tais como o sistema prisional, as corporações policiais e órgãos encarregados de distribuir justiça e garantir direitos. Neste horizonte é importante qualificar o entendimento prévio relacionado ao termo mecanismos de exceção. Entende-se que

esse termo se relaciona com práticas operadas por agentes públicos as quais, ainda que não possuam legitimidade e resguardo legal-constitucional, tornam-se frequentes, naturalizadas na experiência de parcelas da população, às vezes "legitimadas" pelo apoio popular e setores dos meios de comunicação. Apesar de ilegais, arbitrárias, discriminatórias e violentas, a intensificação destes mecanismos de exceção na época recente tem influenciado o resultado das políticas públicas na área de segurança pública, assim como contaminado o debate público com posturas autoritárias, discriminatórias e discursos de ódio. Quando a 'exceção' se torna a 'regra' os princípios jurídicos se esvaziam e o horizonte de uma biopolítica passa a ganhar relevância como paradigma político que ajuda a compreender os complexos desdobramentos recentes. Enquanto uma tática política que se coloca ao lado da vida, investindo em 'corpos dignos', 'desejáveis', 'normatizados', para que estas vidas possam existir e serem protegidas, deve-se 'conter, controlar, reprimir e eliminar' vidas indignas, indesejáveis e redundantes, pois não são mais vistas como passíveis de serem reinseridas (ressocializadas, reabilitadas, como consumidores ativos) e portanto colocam em 'risco' a paz social e a ordem econômica.

.....

*** Rodolfo Arruda Leite De Barros**

Fundação Universidade Federal da Grande Dourados. Faculdade de Ciências Humanas. Universidade Federal da Grande Dourados - FCH/UFGD. Dourados-MS, Brasil

Resumen de ponencia

O CONTROLE INTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL NO NORDESTE: UMA ANÁLISE DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DOS CORREGEDORES E DOS POLICIAIS QUE TRABALHAM EM CORREGEDORIAS SOBRE SEU PRÓPRIO TRABALHO

*Edi Alves De Oliveira Neto

A relação entre a polícia e a sociedade, em termos gerais, é uma das principais questões da Segurança Pública atualmente, e também tem muito destaque nos meios de comunicação. Dentro deste sistema de segurança, a polícia é o ator que possui relação mais íntima com a sociedade civil, com presença mais próxima na rotina dos indivíduos e, principalmente, a maior responsável pela formação das representações sociais destes indivíduos sobre questões relacionadas à violência urbana. Cabe ressaltar que a violência no Brasil se encontra em elevado grau de institucionalização (Souza & Borges, 2009), tanto pela omissão (ou apoio) do Estado, quanto pela ocorrência dessa violência através de agentes públicos, principalmente por parte dos policiais.

A polícia que atua hoje nas ruas brasileiras, com todas as controvérsias que envolvem seu trabalho e o efeito social deste, é um híbrido com características antigas, tradicionais, e com características adquiridas a partir de mudanças que ocorreram durante sua história. O atual modelo de polícia utilizado na maioria dos países se formou na virada do século XIX para o século XX e, segundo Bittner (2003), se consolidou como um modelo misto do modelo burocrático-militar com o modelo de aplicação das leis. De acordo com Poncionni (2005) o grande problema deste modelo policial seria o desenvolvimento de uma natureza reativa do trabalho policial, menos capaz de atuar no âmbito preventivo, e que privilegia ações reativas e repressivas. Com o desenvolvimento do estado democrático de direito e com o deslocamento do policiamento da esfera privada para a esfera pública a polícia se consolidou como o braço armado do Estado, detentora legítima do uso da força. Esta consolidação foi acompanhada de processos de profissionalização e especialização que adequaram as instituições policiais à nova realidade. O modelo democrático implica necessariamente em sujeitos com maior liberdade social, amparada pelas regulamentações jurídicas do Estado, ou seja, em uma sociedade “livre” que, segundo Goldstein (2003) exige um policiamento com elevado nível de profissionalização.

Os principais indicadores desta profissionalização do trabalho policial, para Bayley (2002), são os processos de seleção, recrutamento e treinamento, qualificação, remuneração, controle e supervisão. Dentro destes pontos destacados pelo autor, os processos de recrutamento, treinamento e formação dos policiais tiveram maior destaque tanto na mídia quanto nos estudos sobre a atividade policial, naquilo que diz respeito aos efeitos do trabalho policial, dado que grande parcela da sociedade civil

entende que são estes os principais elementos responsáveis pelas más práticas policiais (Muniz, 2001), principalmente no que se diz respeito à violência, corrupção e ineficiência.

É importante ressaltar que o estudo das instituições policiais é recente no Brasil, tendo iniciado na década de 1970, ainda sob a ditadura militar. Segundo Souza & Borges (2009) um dos principais motivos para a incipiente produção acadêmica sobre polícia neste período seria o fato de as atenções dos pesquisadores da época estarem voltados para as instituições de manutenção da ordem ditatorial, como exército, marinha e aeronáutica, enquanto, ao mesmo tempo, as unidades especializadas de polícia militar da época estavam completamente fechadas para o público externo. Após a redemocratização do Brasil e a saída das instituições militares do poder político, a polícia passou a ter papel central nas questões de segurança pública e, em muitos casos, nas interações entre Estado e sociedade civil. Com isso, e também pelo novo cenário político, estudiosos e acadêmicos de diversas áreas conseguiram acesso às instituições policiais com objetivo de estudá-las, entendê-las e, principalmente, buscar a compreensão dos fenômenos que as envolvem.

Da década de 1980 em diante, aumentam os estudos sobre as organizações policiais (Costa & Porto, 2011), dentre os quais alguns que buscavam compreender as percepções e representações dos policiais acerca de diversos elementos de sua profissão. Muitos destes estudos sublinharam a necessidade de o Estado se atentar para a importância dos dados neles produzidos para a gestão da segurança pública, abrindo uma nova fase da produção acadêmica na área. É nesta perspectiva que este artigo foi produzido.

Os dados utilizados aqui como a base dos questionamentos e formulações propostas foram produzidos durante um trabalho de consultoria contratado pelo Ministério da Justiça, dentro da extinta política pública chamada “Pacto Nacional pela redução de homicídios”. A proposta da consultoria foi apresentar um diagnóstico estrutural das corregedorias de polícia militar e civil dos estados da região Nordeste, bem como diretrizes para uma melhora na eficiência da atividade correcional e POPs (procedimentos operacionais padrão) desta mesma atividade.

Neste artigo buscamos compreender quais são as representações sociais que os corregedores e policiais possuem sobre seu trabalho no controle interno da atividade policial. Tais representações foram apreendidas da análise do discurso dos corregedores que participaram de entrevistas e dos grupos focais desenvolvidos com policiais que trabalham nas corregedorias, no âmbito da consultoria já mencionada.

.....

*** Edi Alves De Oliveira Neto**

Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Departamento de Sociologia da UnB. Universidade de Brasília - PGSOL/UnB. Brasília/ DF, Brasil

Resumen de ponencia

O GOVERNO DO MEDO - UM ESTUDO SOBRE VIOLÊNCIA E SEGURANÇA PÚBLICA NA DEMOCRACIA BRASILEIRA

*Laura Gonçalves De Lima

Em 1988 era promulgada, no Brasil, a Constituição Cidadã. O documento entrou para a história brasileira como símbolo de um novo projeto de sociedade que prometia romper com a extensa tradição de graves violações de direitos humanos da política brasileira. Assim como se deu na transição do Império para a República, quando foi-se ordenado a queima de todos os arquivos referentes ao histórico escravizador das elites brasileiras, o esquecimento foi o instrumento escolhido para viabilizar a democratização. Torturadores, integrantes de grupos de extermínio; literalmente, burocratas assassinos, foram anistiados como parte das exigências dos militares brasileiros para que o poder voltasse a ser exercido por representantes da sociedade civil. Passados quase 30 anos da promulgação da Constituição Cidadã, o cenário é desesperador. Entre 1988 e 2016, cerca de 1.293.702 pessoas foram assassinadas no Brasil. A Chacina do Acari (1990), de Matupá (1991), o Massacre do Carandiru (1992), Candelária e Vigário Geral (1993), do Alto da Bondade (1994), as de Nova Brasília (1993 e 1995), Corumbiara (1995), Eldorado do Carajás (1996), São Gonçalo (1997), Alhandra e Maracanã (1998), Cavalaria e da Vila Prudente (1999), Jacareí (2000), Caraguatatuba (2001), Jardim Presidente Dutra e Urso Branco (2002), Amarelinho, Via Show e Borel (2003), Caju, Praça da Sé e Felisburgo (2004), Chacina da Baixada Fluminense (2005), os Crimes de Maio (2006), a invasão do Complexo do Alemão (2007), do Morro da Providência (2008), Canabrava (2009), Chacina de Vitória da Conquista e Crimes de Abril da Baixada Santista (2010), Chacina da Praia Grande (2011), Chacina de Capivari (2012), Jardim Rosana, Osasco e Carapicuíba (2013), Crimes de Belém (2014), Crimes de Osasco, Costa Barros e Cabula (2015), Londrina (2016) e das Penitenciárias de Compaj, Alcaçuz e Monte Cristo (2017) - são alguns dentre muitos exemplos que renderam à democracia brasileira o apelido de Democracia das Chacinas.

Os padrões da violência homicida, no Brasil, evidenciam uma crescente seletividade racial. Segundo o Mapa da Violência (WAISELFISZ, 2014), em 2012, dos 56.337 mortos no Brasil, 30.697 eram jovens entre 15 e 29 anos. Destes, 93,3% eram homens e 77% eram negros. A comparação entre dados de 2002 e 2012 mostra que, em uma década, a taxa de homicídios entre a população branca caiu 24,8% enquanto a taxa de homicídio entre a população negra cresceu 38,7%. Entre a população jovem, a taxa de homicídios entre os jovens brancos caiu 32,3% e a taxa de homicídios entre os jovens negros cresceu 38,7% (WAISELFISZ, 2014). O mesmo é verdade para os dados relativos à população feminina - entre os anos de 2003 e 2013, a taxa de homicídio de mulheres brancas caiu 10%, a taxa de homicídio de mulheres negras cresceu 54% (WAISELFISZ, 2015).

Outro dado interessante diz respeito às taxas de encarceramento. Dados do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (INFOPEN, 2014) afirmavam

que a população carcerária do Brasil era de 607.731 pessoas que ocupavam um sistema carcerário capaz de ofertar apenas 376.669 vagas. Ou seja, existe um quadro insustentável de superlotação dos presídios brasileiros, por sua vez, isto implica na constante violação de Direitos Humanos no que diz respeito à população carcerária. Aproximadamente 70% da população carcerária respondeu os questionários responsáveis por delinear o perfil dos presos e presas. A pesquisa demonstra que brancos compõem 31% da população carcerária enquanto negros compõem 67%. Segundo dados do IBGE (2010), a composição da população brasileira é de 51% negra e 48% branca. O INFOPEN Mulheres (2014) indica que dentre os encarcerados, 542.407 eram homens e 37.380 eram mulheres. Dados recentes do Depen2 (2017) afirmam o crescimento de 698% da população carcerária feminina; em 2000 eram 5.601 mulheres privadas de liberdade; em 2016, eram 44.721 mulheres. Das mulheres presas, 68% são negras, 50% tem entre 18 e 29 anos (INFOPEN Mulheres, 2014) e 80% são mães e responsáveis principais ou únicas pelos cuidados de filhas e filhos (DEPEN, 2017). Também é interessante notar os dados referentes ao tipo penal dos crimes pelos quais as pessoas privadas de liberdade foram julgadas ou aguardam julgamento (INFOPEN, 2014) - a pesquisa alcançou apenas os casos de 188.866 pessoas privadas de liberdade³. Destas, 27% estão presas por crimes relacionados ao tráfico de drogas, 21% crimes contra o patrimônio e 14% crimes contra a vida. Dados da Anistia Internacional apontam que, no Brasil, apenas 8% dos homicídios são levados à Justiça (ANISTIA INTERNACIONAL, 2014). Em resumo, podemos aferir dos dados apresentados uma relação complexa entre os corpos negros e a impunidade no Brasil. Ao mesmo tempo em que são alvos preferenciais da violência homicida, em sua grande maioria impune, são a parcela da população mais penalizada pelas políticas de encarceramento do Estado brasileiro.

O assassinato da vereadora carioca Marielle Franco trouxe à tona o problema da violência e do modelo de segurança pública em voga na democracia brasileira. Marielle Franco era a terceira vereadora mais bem votada da cidade do Rio de Janeiro, lócus particular em que os dramas sociais relacionados à violência no Brasil se desenrolam de maneira mais visível. Além de vereadora, Marielle Franco era mulher, preta, nascida na Maré (favela do Rio de Janeiro), lésbica e ativista dos Direitos Humanos. Quase um mês após sua execução, o país segue sem saber quem matou e, mais importante, quem mandou matar Marielle. No contexto da democracia brasileira, o caso é paradigmático e chama atenção para o que há muito entidades da sociedade civil denunciam: a vulnerabilidade da vida de defensores e defensoras de Direitos Humanos no Brasil.

A pesquisa, não concluída, busca apreender, mediante entrevistas, como a linha de frente das lutas por uma agenda de direitos humanos, no Brasil, percebem o papel do medo e da violência. Duas hipóteses me guiam nesta tarefa. Primeiro, objetivo apreender se o encarceramento massivo e a impunidade da violência homicida se constituem em ações táticas que promovem a racialização das representações sociais da violência. Por representações sociais da violência (PORTO, 2001), entendo todo o conjunto de discursos, normas e valores que constituem o que é socialmente apresentado como violência; a racialização deste processo consiste em, grosso modo, produzir associações naturalizadas entre raça e violência. Conforme apontam as estatísticas, a grande maioria dos corpos privados de liberdade e impunemente assassinados no país são negros. Desta forma, me pergunto como se produz e o que se

produz pela associação sistemática entre corpos racializados e a violência? A segunda hipótese com a qual trabalho é a de que a política de encarceramento massiva e a impunidade sistêmica dos assassinatos são, no Brasil, ações terroristas. Por terrorismo, entendo “certas ações violentas que visam aterrorizar e diminuir a resistência do adversário para abrir caminho à decisão estratégica que conduza à realização do objetivo político” (SAINT-PIERRE, 2014, p. 24). Nesse sentido, ações terroristas não possuem a violência como finalidade em si mesma. Pelo contrário, a violência é instrumento tático para a elaboração social do medo e da ansiedade, que, por sua vez, são ferramentas extremamente eficazes na produção e na destruição de controle social. No caso da democracia brasileira, acredito que a impunidade dos assassinatos e a política de encarceramento massivo são táticas terroristas que, modeladas pela seletividade racial, servem à reprodução de uma estratégia, a racialização sistemática das representações sociais da violência (PORTO, 2001) que, por sua vez, assegura o objetivo político - a manutenção das desigualdades raciais.

A título de conclusões preliminares, pode-se afirmar que a sociedade brasileira, consciente e inconscientemente, modela e é modelada pelo mito que estabeleceu, por todo o dito “Novo Mundo”, o patriarcado da supremacia branca - o mito da civilização. Mito é entendido, aqui, como os discursos que uma sociedade enuncia sobre si mesma. No caso do mito da civilização, é possível observar um *modus operandi* que possibilitou a racionalização e a positivação da experiência colonial em narrativas que, invertendo a ordem do real, transformaram a violência extrema do colonialismo em algo palatável: a civilização. Nas palavras de Taussig, “com a conquista e a colonização europeia, esses espaços da morte se misturam em um fundo comum de significantes essenciais, ligando a cultura transformadora do conquistador à do conquistado. No entanto, os significantes estão estrategicamente deslocados em relação àquilo que eles significam” (TAUSSIG, 1993, p.27). De certa forma, a regulação da cidadania, no Brasil, se fundou no estabelecimento de credenciais maniqueístas associadas a características raciais imaginadas como justificativa para a escravização e para a colonização; isto permitiu que rituais de dominação escravocratas operassem contextualizados pela dicotomia cidadão / criminoso. Porque em profundo desacordo com as leis constitucionais da nova democracia brasileira, que normatizam a igualdade entre todos os cidadãos, a complexa e antiga relação entre corpos negros, a justiça e a polícia, no Brasil, revela que tais instituições operam à margem dos estatutos e normativas legais. Ou seja, existe algo que nos predispõem a aceitar a violação de determinados corpos, ainda que esta violação incorra na violação de nossas leis e nos condene à miserabilidade da vida pautada pelo medo e pela insegurança.

.....

* Laura Gonçalves De Lima

Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Departamento de Sociologia da UnB. Universidade de Brasília - PGSOL/UnB. Brasília/ DF, Brasil

Resumen de ponencia

OS EXCLUÍDOS NOSSOS DE CADA DIA

*Rosemeyre Moraes De Oliveira

A pesquisa está inserida na área de Linguística Aplicada (doravante, LA), tendo como foco o estudo da linguagem do movimento queer no contexto sócio histórico e cultural brasileiro. Entendendo a linguagem como uma arena de conflitos que encarnam as identidades

dos vários segmentos da sociedade e principalmente por compreendemos que a sexualidade é

uma questão discursiva que surge das formações linguísticas de diferentes grupos, nos colocamos como objetivo discutir a (des)construção discursiva do sujeito pertencente a uma

comunidade não hegemônica que sofre no dia a dia a negação da sua identidade por meio de

uma lógica perversa de pertencimento apagado.

A LA, como um campo interdisciplinar de

forte ancoragem nas questões sociais, mostra-se como um suporte que desvela as posições dos

envolvidos nos embates do mundo contemporâneo. O suporte teórico articula dois eixos

principais: (a) a perspectiva dialógica da linguagem segundo BAKHTIN (2003) e BAKHTIN/VOLOCHINOV (2006), e ainda, nesse eixo, as contribuições sobre verbo-visualidade de BAKHTIN (2015) e (b) a teoria queer conforme discutida por ADAMS et al (2014),

TUHKANEN (2005), LOURO (2001), e MOITA LOPES (2013, 2008), que colocará em foco o

atravessamento de fronteiras e o lugar identitário e social dos sujeitos que pertencem sem

pertencer, ou seja, que vivem nas fronteiras.

Na 19ª edição da Parada Gay na cidade de São Paulo a imagem de uma travesti crucificada levantou polêmica quanto ao uso de um símbolo religioso (Cristo que morreu para salvar a humanidade) mas a intenção da protagonista, segundo seus relatos nas redes sociais, foi o de sensibilizar para o fato de que homossexuais são mortos todos os dias no Brasil por questão de intolerância de ordem social, política, religiosa e sexual.

O corpus de análise é constituído por uma notícia sobre a passeata LGBTs que ocorreu em São Paulo-BR e que apresenta a imagem de uma transexual crucificada e todas as manifestações que provocou em um website da mídia jornalística.

O estudo do conjunto verbo-visual dos dados revela aspectos identitários tanto individuais como

coletivos trazendo à tona a dimensão sagrada do embate entre o crucificado que sofre como e

pelos excluídos e os membros da cultura dominante. A transexual declara que representou a dor sentida pelos LGBTs que, diariamente sofrem ataques físicos oriundos da hegemonia hétero, da intolerância e da opressão religiosa evangélica. Para a participante, a violência é o alto custo pago por si e por seus pares por serem "diferentes" do socialmente esperado pelo homem, pela mulher e seus papéis sociais socialmente determinados.

Noção de “defeito” para Vygotsky (1989):

Pode ser compreendida como aqueles que não se enquadram nos parâmetros da normalidade.

Dessa forma, a homossexualidade não é vista como normal numa sociedade em que o esperado socialmente para um homem é que constitua família na qual seja o chefe diante de esposa e filhos e para a mulher que seja mãe e dona casa fiel e dedicada às prendas do lar.

Na contramão do que esperado socialmente para homens e mulheres, aos LGBTT resta estar expostos diariamente às “consequências sociais e sua realização sócio-psicológica” (VIGOTSKI, 1989, p. 30).

Uma das consequências sociais vivida pelo público referido é a “a dor que surge da situação social de ser tratado como inferior, inútil, sem valor. Que revela a negação da possibilidade da maioria de apropriar-se da produção material, cultural e social de sua época. O sofrimento ético-político é considerado importante para analisar a dialética exclusão/inclusão social”. Xingamentos, agressões e assassinatos com requintes de crueldade mostram a consequência social de ser “diferente”.

A análise, sob uma perspectiva transgressiva que desafia as relações sociais e o território político e religioso tira o véu da tensão entre o reconhecimento da igualdade e o reconhecimento da diferença, conforme diz

BOAVENTURA SANTOS (2013, 2014).

Palavras-Chave: Teoria Queer; Perspectiva Dialógica; Verbo-visualidade. Eixos

Temáticos:

Linguagem e Identidade/Linguagem e Discurso

.....

* Rosemeyre Moraes De Oliveira

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo PUC-SP. São Paulo, Brasil

Resumen de ponencia

OS GOVERNOS BRASILEIROS E O EXERCÍCIO DE NÃO OLHAR PARA TRÁS NA ÁREA DA SEGURANÇA PÚBLICA

*Maria Glaucíria Mota Brasil

No Brasil, o recrudescimento da criminalidade tem como cenário histórico as crises sucessivas vivenciadas pelo sistema de justiça criminal (polícias, justiça e sistema penitenciário) e que se inicia no período de pós-redemocratização do País, como se pode constatar em pesquisas e estudos nacionais realizados nas últimas de três décadas. E como já afirmamos em outros estudos (2000, 2004, 2015), a redemocratização do Brasil não vai significar, principalmente, no caso das polícias, mudanças nas suas estruturas de poder, embora a política de segurança tenha assumido um novo paradigma a partir da Constituição cidadã de 1988. E isso deve-se ao fato dos governos, que se revezaram no poder pós-regime civil-militar, terem mantido intocada a autonomia de funcionamento das estruturas de poder dos aparelhos policiais, como se eles fossem estruturas neutras, prontas a servir à democracia. O processo de redemocratização que culmina com a Constituição de 1988 acabou por subestimar o legado autoritário desses dispositivos de poder e nos legar uma “democracia inacabada.” O trabalho aborda as crises vivenciadas pela área da segurança pública, mais especificamente no Ceará, onde nos últimos 10 anos, o crescimento dos índices de homicídios tornou-se um contínuo. Aqui chama nossa atenção o processo de nordestinação dos elevados índices de violência letal e intencional e como os governos e gestores têm tratado a questão. Ou ainda, as políticas implementadas com o objetivo de enfrentar o crescimento desses índices que colocaram o Ceará, a partir de 2017, entre os quatro estados da Região Nordeste com altos números de assassinatos (Ceará, Alagoas, Pernambuco e Rio Grande do Norte). Não, por acaso, as polícias brasileiras têm sido denunciadas por entidades nacionais e internacionais na Comissão de Direitos Humanos da ONU como na Corte Interamericana de Direitos Humanos da OEA por graves violações de direitos humanos em decorrência do uso desmedido da força e de práticas continuadas de abusos e, principalmente, violências letais, sobretudo, em suas abordagens seletivas que geralmente têm como alvo as populações mais pobres, negras e moradoras das periferias das cidades. E assim, são consideradas polícias com grande poder de letalidade. Por outro lado, a realidade vivenciada pela maioria da população no Brasil tem sido marcada pelo aumento das mortes violentas intencionais que corresponde a 61.619 vítimas de homicídios, em 2016, e tem como arena a política de guerra às drogas adotada pelo governos. E essa política vai fazer uso das polícias no enfrentamento aos grupos e organizações do tráfico de drogas, assim como envolve os conflitos armados entre as facções pelo mercado (nacional e internacional) de drogas e armas, ainda os conflitos interpessoais. E a maior parte desses conflitos, são conflitos armados entre grupos jovens e a polícia e entre eles em decorrência do acesso fácil às armas e, sobretudo, pela vulnerabilidade de suas vidas e dos territórios em que moram

e, ocorre hoje na maioria dos estados brasileiros. Ao tratarmos dessa problemática, não podemos ignorar que houve uma reconfiguração do narcotráfico na América Latina e no Brasil com o deslocamento do tráfico de drogas do Sul/Sudeste para o Centro Oeste/Norte/Nordeste, nos últimos anos, sendo esse movimento o principal fator potencializador do crescimento das mortes violentas intencionais como exemplificam os conflitos recentes envolvendo grupos e facções criminosas no sistema prisional no Rio Grande do Norte, Ceará e Amazonas. Uma situação agravada pelo fato de a União não ter hoje uma política nacional de segurança pública que norteie os estados frente às graves crises na área da segurança pública em consequência das rebeliões/motins que tem explodido de norte a sul do País. Assim, os estados acabam pautando suas ações em decorrência das crises locais que envolvem seus sistemas criminais de justiça e segurança. Em 2017, ocorreram rebeliões em 20 estados brasileiros, como podemos constatar nas mídias em geral. Assim, ao fazer opção pela política do encarceramento em massa, os governos acabaram caindo numa grande armadilha; uma vez, que possibilitaram a organização e proliferação de facções criminosas, no interior de cadeias e prisões; assim como a migração destas facções para os estados que ainda não conviviam com os problemas das disputas entre estas por territórios para garantir o mercado e rotas nacional e internacional do tráfico de droga e armas, que estamos chamando de a nordestinação da criminalidade e da violência letal. Nesse contexto, o estado brasileiro tem uma responsabilidade histórica ao também negligenciar as políticas públicas de assistência social, saúde, habitação, educação, cultura, esporte e lazer e, de geração de emprego para as populações vulneráveis (principalmente os jovens que são recrutados pelas organizações criminosas) das periferias das grandes cidades; submetendo estas aos favores e agenciamentos desses grupos criminosos. Essas populações passaram a conviver com mortes e execuções brutais como convivem com a falta de saneamento básico, limpeza e iluminação pública, postos de saúde, escolas, creches e outras obrigações da gestão pública que lhes possam garantir condições mínimas de dignidade humana e cidadania.

.....

*** Maria Glaucíria Mota Brasil**

Programa de Pós-Graduação em Sociologia - PPGS. Programa de Pós-Graduação Políticas Públicas. Universidade Estadual de Ceará - PPGS. Fortaleza, Brasil

Resumen de ponencia

PARALELISMO ENTRE EL MODELO POLICIAL DE LA DICTADURA Y EL ACTUAL.

*Adriana Gentile

El modelo policial actual tiene su genealogía en el modelo de Estado policial de la última dictadura cívico militar (1976/1983), heredado y aprendido de la Escuela Militar Francesa.

Cuando hablamos de la relación entre la policía (como el monopolio del uso de la fuerza dentro del Estado) con los sujetos que habitan el Estado estamos hablando de la relación entre el poder y la vida, por ello me parece relevante partir de una figura del derecho romano rescatada por el filósofo italiano Giorgio Agamben: el homo sacer, se trata de un individuo que ha sido condenado por el pueblo por determinados delitos, por ejemplo, parricidio. La condena consiste en que si alguien lo mata no comete homicidio; por otro lado, su vida no puede ser ofrecida en sacrificio a los dioses.

Usando un concepto moderno, esta vida fuera de la ley es la situación en un estado de excepción, no sólo apátrida, tampoco los dioses lo protegen. Y esto es muy importante en la interpretación de Agamben porque es la vida que nunca puede tener el estatus de bios, lo que llama vida desnuda (nuda vida). Ahora bien, ¿Por qué se llama hombre sagrado? Uno de los significados de sagrado es separado, segregado, y Agamben sostiene que hay política cuando alguien puede tratar a otro como un homo sacer, cuando existe un poder soberano que puede disponer de una vida sin estar sometido ni a las leyes de los hombres ni a las leyes de los dioses, cuando puedo suprimir vidas sin cometer homicidios y sin necesidad de cometer sacrificios. Es el antecedente del estado de excepción, el estado de sitio, la suspensión de las leyes; es ese espacio sin ley donde el poder se enfrenta con la vida biológica para hacer con ella lo que quiera. La nuda vida es una vida disponible, eliminable.

En los campos clandestinos de detención de la última dictadura eran espacios sin ley donde el poder se enfrentaba a la vida para hacer de ella lo que quisiera, ya que los prisioneros/secuestrados no gozaban del estatuto de prisioneros de guerra según la Convención de Ginebra ni la de imputados por un delito; había un reglamento, el RC19, que encuadraba a los oponentes denominándolos elementos subversivos. Aquí podemos trazar un paralelismo con la actual “doctrina Chocobar” donde el Estado le da la presunción de inocencia al policía que mata a un delincuente o a un sospechoso de cometer delito, de tal manera se afirma: policía que mata en esas circunstancias no comete homicidio.

Tengamos presente que el modelo de la dictadura militar, heredado de la Escuela Militar Francesa, desarrolla la concepción de enemigo interno, esto es que el enemigo no es un soldado de un ejército extranjero sino que se encuentra entre “nosotros” o sea dentro de la población, mezclado con ésta, cualquiera podía ser un subversivo. En la actualidad esta concepción de enemigo interno se ha desplazado hacia los jóvenes de sectores populares, cualquiera de ellos puede ser un delincuente, de esta manera

una cuestión social (desempleo, pobreza) se desplaza hacia una cuestión de seguridad (delincuencia juvenil).

Otra concepción heredada es la de la división del territorio en cuadrantes, la Junta Militar dividió al país en comandos de zonas (Córdoba era la Zona III dividida a la vez en subzonas). En la actualidad la ciudad de Córdoba está dividida en cuadrantes según características sociales, delictuales, urbanas, demográficas y geográficas, pero principalmente son clasificados según un criterio de vulnerabilidad, consistente en el resultado del cruce de variables educativas y laborales, y en razón de ello se establecen cuadrantes rojos, de alta vulnerabilidad; amarillos, de mediana; y verdes, de baja. Y el Estado mediante su poder punitivo apunta esencialmente hacia las áreas de alta vulnerabilidad que son las más segregadas y carenciadas de la sociedad.

Otros puntos de conexión, entre el Estado policial de la dictadura y el actual, los podemos remarcar en el uso de una retórica bélica, como por ejemplo decir: “guerra contra la delincuencia”, “lucha contra el narcotráfico”, lo que vuelve a remarcar que hay un enemigo. Este léxico legitima las representaciones que tiene la policía sobre la situación a la que se enfrenta y las modalidades con las que interviene para mantener el orden; lo que la lleva en numerosas oportunidades a actuar como un ejército de ocupación, entrando en las barriadas populares derribando las puertas de las viviendas, exhibiendo armamento, aterrorizando a los niños y haciendo un despliegue espectacular de la fuerza justificando prácticas de excepción que conducen a excesos que no sólo afecta a los delincuentes sino a la población del lugar en general.

Sumemos a lo anterior, las prácticas de control de identidad de modo discrecional, que tienen por objetivo disciplinar a los jóvenes considerados peligrosos, y provocar lo que Bourdieu llama el *habitus* del humillado (1989:19). Y aquí cabe aclarar, que generalmente cuando se habla de violencia policial nos referimos al uso injustificado y desproporcionado de la fuerza física que se manifiesta como acción sobre el cuerpo y tiene consecuencias de fácil identificación como heridas o la muerte; pero existe también una violencia ignorada porque no deja marcas corporales, al no ser nombrada este tipo de violencia no es vista por la sociedad y no es reconocida por la justicia, son violencias invisibles que resultan legitimadas, y son las más sufridas por los jóvenes que se naturalizan en escenas cotidianas de humillación y crueldad.

Por otro lado, la policía rara vez tiene conflictos morales en relación con estos temas, más bien se sienten víctimas de la incomprensión social debido a que existen atenuantes de su responsabilidad que son construcciones discursivas que dan motivos a la policía para actuar, como la negación de la víctima, la negación del daño y la condena a quien los condena.

Como resultante de lo manifestado podemos afirmar que en algunos espacios de nuestras ciudades se hace de la excepción la regla; que el trato desfavorable a algunos sujetos no es por lo que hacen sino por lo que representan. (Un joven de barrio popular no solo es sospechoso a *prima facie* sino también maltratable porque “algo habrán hecho”); y la policía como fuerza del orden marca el territorio donde cada uno debe estar, en definitiva reproduce la dominación de unos sectores sobre otros.

.....

*** Adriana Gentile**

Fundación Servicio por los Derechos Humanos María Elva Martínez FUNMEM. Córdoba, Argentina

Resumen de ponencia

PLANEJANDO E EXECUTANDO SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL E NO CHILE: ANÁLISE DOS AVANÇOS E DESAFIOS À SEGURANÇA CIDADÃ PÓS-REDEMOCRATIZAÇÃO

*Carlos Roberto Guimarães Rodrigues

*Marlene Inês Spaniol

*Martim Moraes Cabeleira Jr

A segurança pública se mostra cada vez mais uma preocupação constante, tanto em nível nacional quanto internacional. A América Latina possui traços históricos que apontam para uma crescente e atual participação popular na gestão da segurança pública, como se pode perceber nos Conselhos Comunitários de Segurança, bem como em outras entidades semelhantes, tanto no Brasil como no Chile. Percebem-se algumas mudanças na maneira de gerir a questão da criminalidade, sobretudo nas políticas públicas de segurança implantadas a partir dos anos 1990.

O trabalho tem por objetivo expor ao debate democrático e acadêmico, não só as transformações que ocorreram no Brasil e no Chile (bem como em toda América Latina) quando estes países se encaminharam historicamente para um período posterior às ditaduras pelas quais passaram em direção ao período de redemocratização, por assim dizer. Durante as décadas posteriores aos anos 1980 do século XX países como o Brasil e o Chile tomaram medidas no que se refere ao planejamento da Segurança Pública. Não só em relação ao planejamento, mas também na execução das medidas que eles adotaram para que as ações das instituições de segurança pública, quer isoladamente, quer no contexto institucional e estatal ou mesmo no contexto social geral para se adequarem ao Estado Democrático de Direito e aos paradigmas nascentes de uma noção de segurança cidadã. Para reduzir as incidências de violência e criminalidade, mas também para manterem-se mais próximas à sociedade civil organizada. No Brasil, algumas modificações avançaram bastante a partir da Constituição Federal de 1988, porém, passados 30 anos, pouco se avançou concretamente na adoção de políticas municipais de prevenção à violência e de ações de segurança pública nesta esfera decisória mais próxima aos cidadãos, bem como houve alguns retrocessos no que se refere ao Programa Nacional de Segurança Cidadã, mais conhecido como PRONASCI, começado efetivamente em 2007, mas logo abandonado por dificuldades financeiras de manutenção do plano. O Brasil também manteve a estrutura militarizada e dicotômica das polícias estaduais onde nenhuma detêm o ciclo completo das ações. No Chile, por outro lado, as estruturas de segurança foram estruturadas de maneira mais democrática, permanecendo duas polícias nacionais com ciclo completo de polícia. As informações de lastro central da população sobre segurança pública são produzidas por pesquisas de vitimização, enquanto no Brasil são lastreadas por dados quantitativos de frequência de delitos, principalmente homicídios. O presente trabalho resulta de recorte de uma tese de doutorado já defendida e de uma tese de doutorado e dissertação de mestrado em construção

pelos autores, junto à PUCRS e UFRGS, respectivamente. Também foram usadas as experiências dos autores como profissionais de segurança pública por mais de 30 anos no Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. O método utilizado foi baseado em técnicas de análise documental e análise textual discursiva. As fontes dos dados foram bancos oficiais de legislação dos países estudados, bibliografia sobre violência e criminalidade, bem como bancos de dados quantitativos sobre criminalidade e segurança cidadã. O objetivo também foi analisar se as reformulações propostas e se os resultados esperados se concretizaram, bem como a análise de dados quantitativos de violência e criminalidade deste período aos dias atuais. A análise foi feita com base nos textos formais, sendo considerados os contextos em as mudanças e os planos de segurança propostos estavam inseridos, bem como as legislações correlatas que operacionalizaram algumas ideias contidas no planejamento. O método utilizado foi o de análise documental, levantando-se hipóteses sobre os avanços e retrocessos na área da segurança pública. As principais conclusões estão alinhadas com a noção de não haver continuidade na implantação de políticas de segurança pública no Brasil e, em consequência, não se conseguir prevenir a criminalidade, cujos números sobem a cada ano. Também se percebe que a população em geral não participa (e nem é estimulada a participar) da construção dos planos/projetos/programas e ações estudadas. Finalmente a grande crítica é a de que o planejamento é centralizado e imposto, não havendo participação popular e nem dos profissionais de segurança pública. O período considerado foi de 1980 aos dias atuais, incluindo análise do período de intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro, Brasil. Trata-se de um estudo introdutório ao tema que tem suscitado muitas discussões no Brasil em face dos altos índices de violência e criminalidade e cujas tentativas de enfrentamento passam necessariamente pela elaboração, implantação e avaliação dos planos e programas de segurança pública antigos ou que estejam em curso. Foram analisados todos os Planos e Programas Nacionais de Segurança Pública, lançados após o advento da Constituição Federal de 1988, ou seja, os Planos de 1991, de 2000, de 2003, o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania de 2007, mais conhecido como PRONASCI, o programa de reestruturação da Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (ENAFRON) em 2011, o plano elaborado em 2016 e lançado em 2017, bem como a análise dos relatórios e planos referentes à intervenção federal no Rio de Janeiro em 2018. Depois de passar por um período de grandes restrições aos direitos e garantias individuais, chegando a ocorrer até mesmo vários relatos de tortura sistemática e desaparecimento de pessoas, o Brasil alcançou a tão esperada redemocratização tendo a Constituição Federal de 1988 como marco simbólico e desencadeador deste período, refletindo nos planos e ações em estudo. Inicia-se uma breve análise do planejamento da segurança pública no século XXI, com o objetivo de fazer a análise destas reformulações propostas e ver se os resultados esperados para cada plano se concretizaram, bem como pesquisar os dados quantitativos de violência e criminalidade deste período aos dias atuais. O grande marco do retorno à democracia no Brasil foi a promulgação da Constituição Federal de 1988. Porém, não se pode perder de vista que a Carta Magna é apenas uma das referências, sendo necessário que se considere tudo que foi feito (ou desfeito) em seu nome e depois dela. Pensar, discutir e planejar a segurança pública foram alguns desses acontecimentos pós-marco constitucional. O modelo de segurança pública adotado pelo Brasil e descrito no art. 144 da Constituição Federal foi especialmente analisado.

O cenário onde o Estado brasileiro constrói e aplica medidas tentando prevenir, e reprimir a criminalidade se mostra contraditório, fragmentado e ineficaz. Parte deste cenário se compõe de informações distorcidas e divulgadas de maneira sensacionalista por vários segmentos da mídia. Tal fator ainda acrescido de uma onda de moralidade superficialmente construída em torno das noções de pessoas boas e ruins. As sensações comandam o espetáculo da “sociedade excitada” segundo (Türcke, 2010; e Debord, 1978). Monjardet (2003) teoriza sobre o que chama de “uma sociologia da força pública”, percorrendo os caminhos weberianos sobre o monopólio do uso da força e da difícil tarefa de estruturar o trabalho policial enquanto ofício. O que reflete também o modelo de estratégia de segurança pública preconizado. Goldstein (2003) também trata do ofício de polícia, percorrendo temas como: a função da polícia; seus principais problemas; relações da polícia com outros organismos sociais e as perspectivas de mudanças. Gabaldón e Birkbeck (2003), renomados pesquisadores sobre polícia e segurança pública, apresentam uma coletânea de artigos sobre polícia e força física, englobando ações policiais e pesquisas no Canadá, Brasil, Reino Unido, Caribe e Venezuela. Demonstra tanto a possibilidade de traços em comum entre realidades diferentes, quanto a ligação entre planejamento e execução de políticas públicas de segurança. Elbert (2002) traz um panorama das principais concepções criminológicas dos atores sociais na América-latina. Soares (2006) que trata de uma “legalidade libertária”, onde as polícias passam a fazer parte de um contexto que esteja muito atento para as demandas sociais gerais, e não somente aos governos. Tavares dos Santos (2009) que traz as questões referentes aos novos paradigmas da violência e das conflitualidades. Fandiño Marino (1999) que trata dos ciclos de violência na Colômbia. Domingues (2009) discorre sobre a “América - Latina e a Modernidade Contemporânea”, trazendo conceitos próprios, como os “giros modernizadores” e “subjetividade coletiva” no contexto da colocação da América - latina como uma cultura histórica e Tavares dos Santos e Barreira (2016) tratam dos paradoxos da segurança cidadã com vários desafios e com a descrição de experiências exitosas na América Latina acerca do tema.

.....

*** Carlos Roberto Guimarães Rodrigues**

Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre - RS, Brasil

*** Marlene Inês Spaniol**

Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre - RS, Brasil

*** Martim Moraes Cabeleira Jr**

Centro Universitário Cenecista de Osório - UNICNEC. Porto Alegre - RS, Brasil

Resumen de ponencia

POLICIAMENTO ESPECIALIZADO COM CÃES NO CORPO DE BOMBEIROS E NA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL: TRABALHO POLICIAL E RECONHECIMENTO

*Edi Alves De Oliveira Neto

O policiamento se apresenta hoje como uma das questões centrais da Segurança Pública, em seus mais variados âmbitos. Tanto pela efetividade prática quanto pela relação direta com os indivíduos policiados, o policiamento se destaca enquanto objeto de estudo em potencial para a sociologia e para o campo da Segurança Pública. Ainda que tendo sido bastante estudado nas últimas duas décadas, principalmente, os problemas atualmente vigentes no empreendimento da atividade policial revelam que ainda há muito que se estudar e compreender sobre este fenômeno social.

As unidades de policiamento especializado com cães possuem campo de ação bem delimitado, funções específicas e, normalmente, trabalham sob demanda. Para atender estas especificidades estas unidades possuem cursos de formação específicos para seus quadros de pessoal e organização e logística de trabalho também específicos. Em relação às suas funções, as principais são a detecção de substâncias (principalmente narcóticos e explosivos), o auxílio em rondas ostensivas e a busca e captura de indivíduos em áreas de risco ou de difícil acesso, na polícia militar, e de busca por pessoas vivas ou mortas em locais inacessíveis fisicamente, no corpo de bombeiros.. Além disso, frequentemente estas unidades policiais se fazem presentes em eventos sociais como apresentações públicas, exposições e feiras de animais, como estratégia para aproximar a sociedade civil do trabalho policial.

Segundo Muniz & Paes-Machado, pela natureza política do policiamento seu estudo permite melhor compreensão sobre os dispositivos e meios de coerção social e seus efeitos (MUNIZ & PAES-MACHADO, 2010). Assim, permite também uma análise mais ampla em relação à realidade da segurança pública no Brasil, tornando-o objeto com potencial para estudo sociológico.

Práticas policiais não podem substituir modelos e políticas de segurança pública em sua totalidade (SOARES, 2007), mas seu estudo pode contribuir para a compreensão de elementos como prioridades estabelecidas, demandas sociais e formas de controle social que sejam típicas da sociedade em questão. O estudo de formas de policiamento permite observar também a relação entre a polícia e o restante da sociedade, que recebe seus serviços, pois o debate acerca do policiamento remete aos contatos que a polícia estabelece com a sociedade (BAYLEY, 2002), sendo o principal meio de relação e contato direto entre os dois, impactando diretamente então na formação da opinião pública e das representações sociais dos indivíduos em geral sobre a polícia e seu trabalho.

Amparado pelas produções da sociologia da violência, da conflitualidade e da segurança pública, e dando prosseguimento a pesquisa iniciada durante o mestrado, este trabalho busca contribuir para a compreensão da atividade policial enquanto

fenômeno social plural e multifacetado, a partir da análise comparativa deste tipo de policiamento em duas unidades policial: O canil do Corpo de Bombeiros e o canil da Polícia Militar do Distrito Federal.

O Batalhão de Policiamento com Cães da Polícia Militar do Distrito Federal (BPCães), inicialmente Pelotão de Policiamento com Cães (CPCães), foi criado em 10 de março de 1971 como unidade da Companhia de Operações Especiais (COE), oficializando um trabalho que já ocorria dentro da PMDF desde 1968. Em 1999, o Pelotão de Policiamento com Cães se tornou Companhia de Policiamento com Cães e posteriormente, em junho de 2011, a partir do Decreto do Governo do Distrito Federal nº 31.7935, se torna Batalhão de Policiamento com Cães. Assim se tornou o primeiro Batalhão de policiamento com cães dentro das polícias militares de todo o Brasil.

O canil do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal faz parte da equipe terrestre do Grupamento de Busca e Salvamento. Atualmente conta com 12 bombeiros e 11 cães, e realiza o trabalho de busca de pessoas vivas ou mortas em áreas de desastre e acidentes. Além disso, os bombeiros participam de missões internacionais em situações de grande desastre natural.

Os dados foram colhidos em entrevistas e grupos focais com policiais e bombeiros destas unidades mencionadas acima, em visitas aos canis e no acompanhamento de treinamentos e instruções sobre o policiamento com cães que foram ministradas no ano de 2018, e analisados a partir das noções de segurança cidadã e de reconhecimento.

Bibliografia

BAYLEY, D. H. Padrões de Policiamento: uma análise comparativa internacional. São Paulo: EdUSP, 2002.

MUNIZ, J. & PAES-MACHADO, E. Polícia para quem precisa de polícia: contribuições aos estudos sobre policiamento. Caderno CRH, Salvador, v.23, n. 60, 2010.

SOARES, L. E. A política nacional de segurança pública; histórico, dilemas, e perspectivas. Revista preleção, v. 1, p. 47-74, 2007.

.....

* Edi Alves De Oliveira Neto

Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Departamento de Sociologia da UnB. Universidade de Brasília - PGSOL/UnB. Brasília/ DF, Brasil

Resumen de ponencia

POLÍTICA PENITENCIÁRIA FEMININA NO RIO GRANDE DO SUL (BRASIL): UM ESTUDO SOBRE A REPERCUSSÃO DA POLÍTICA NACIONAL ANTIDROGAS, UMA DÉCADA DA LEI 11.343/06

*Vinícius Gil Braga

O escrutínio das taxas de encarceramento na América do Sul assinala uma tendência compartilhada entre os países (a despeito de variações e idiosincrasias dos contextos nacionais): nas últimas duas décadas verificou-se um extraordinário crescimento do número de presos, que permite inscrever a região em um contexto mais abrangente, caracterizado por altas taxas de encarceramento, pelo enfraquecimento do discurso de ressocialização e por severas condições de cumprimento das penas (SOZZO, 2016, p. 8). Em publicação do Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO), intitulada *Postneoliberalismo y penalidad en América del Sur*, compilada por Máximo Sozzo, verifica-se que esse giro punitivo na região remonta à ascensão do neoliberalismo como projeto político transnacional desde meados da década de setenta, produzido em diferentes momentos nos distintos contextos nacionais, tanto no marco de regimes políticos autoritários, como democráticos, com variações em sua força e efeitos (SOZZO, 2016, p. 13). A obra expõe como parâmetro reflexivo e comparativo o período contemporâneo, marcado por processos de decisivas mudanças políticas na América do Sul, ligadas à ascensão de alianças e programas políticos construídos em torno às tradições locais da esquerda, com diferentes níveis de radicalidade e importantes diferenças entre si, vinculadas, também, à precedente situação política, peculiar a cada cenário. Contudo, em todos os casos, as identidades das referidas alianças e programas políticos construíram-se em torno a um forte antagonismo com a precedente difusão do neoliberalismo na região. Nesse sentido, mínimo e restrito, é que essas mudanças políticas deram espaço a um novo movimento político intitulado “pós-neoliberal”, tomado, pelo autor, como parâmetro reflexivo e crítico às tendências político criminais na América do Sul (SOZZO, 2016, p. 14).

O exame dos dados referentes à execução penal feminina no Brasil aponta a significância da matéria em estudo: em quinze anos, o número de mulheres no sistema penitenciário brasileiro teve crescimento maior que a população carcerária masculina e passou a apresentar o quinto maior contingente prisional feminino no mundo. Segundo a última edição do Institute for Criminal Policy Research, da Universidade de Londres, entre 2000 e 2014, o número de mulheres presas aumentou em 50% ao redor do mundo, passando de 466 mil para 700 mil. No Brasil, no mesmo período, conforme o “Levantamento nacional de informações penitenciárias - Infopen Mulheres - jun./2014”, a população penitenciária feminina passou de 5.601 para 37.380, o que

representa um aumento de 567%; e a relação de mulheres encarceradas entre a população feminina em geral é de 36,4 para cada 100 mil. Considerável parte desse aumento é explicada pelo enquadramento abrangente nos tipos penais da Lei de Drogas (11.343/2006), que prevê um amplíssimo rol de condutas equiparadas à prática de tráfico de entorpecentes, e não permite maior diferenciação e conhecimento sobre o real comprometimento que as mulheres possuem com o tráfico de drogas (COLARES, 2011, p. 199). Nesse particular, o relatório aponta que a maioria das mulheres no sistema carcerário brasileiro foi presa pelos crimes de tráfico de drogas (68%) e com penas de prisão de até oito anos (63%).

Tomando por base o relatório geral do Infopen, de 2014, foi possível constatar a existência de 1.070 unidades masculinas no país (configurando o percentual de 75% da população prisional); 238 estabelecimentos mistos (perfazendo 17%) e 103 estabelecimentos femininos (perfazendo 7%). Portanto, a partir dessa informação, tomou-se a exata dimensão de que a maior parte das mulheres encontra-se em instituições prisionais de natureza mista. Ou, na oportuna definição de Colares e Chies (2010), “presídios masculinamente mistos”, tendo em vista que, muitas vezes de forma improvisada, encarcera-se objetivamente ambos os sexos em um mesmo conjunto arquitetônico (logo, são mistos), mas sobrepõe ao feminino uma orientação androcêntrica nas práticas e nas dinâmicas carcerárias. Além disso, conforme expõe o texto de apresentação do Infopen Mulheres (BRASIL, 2015, p. 5), o perfil geral das mulheres em situação de cárcere indica que são na sua maioria jovens, têm filhos, figuram muitas vezes como responsáveis pela provisão do sustento familiar, possuem baixa escolaridade, são oriundas de extratos sociais desfavorecidos economicamente e exerciam atividades de trabalho informal em período anterior ao aprisionamento; em torno de 68% dessas mulheres foram enquadradas no âmbito típico da lei de drogas, no entanto, não possuem vinculação direta com a organização das redes de organizações criminosas do tráfico de drogas (a maioria dessas mulheres ocupa uma posição de coadjuvante no crime, realizando serviços de transporte de drogas e pequeno comércio; muitas são usuárias, sendo poucas as que exercem atividades de gerência no tráfico).

Em suma, o estado da arte da matéria aponta, a partir da publicação dos relatórios do Infopen (Geral e Mulheres), da publicação das Regras de Bangkok em língua portuguesa pelo CNJ (Brasil, 2016), e de pesquisas que estão sendo desenvolvidas, que o período contemporâneo é marcado pela publicidade de informações, apresentação e organização de dados. Há carência, por sua vez, de políticas públicas consistentes, bem como de maior aderência dessas informações às práticas das instituições jurisdicionais e de administração prisional.

Nosso projeto de pesquisa parte do pressuposto de que o campo das políticas públicas inclui tanto temas de governo como de Estado; e considera como parte do rol das políticas de Estado aquelas que envolvem o conjunto dos seus poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) em seu projeto e execução (DIAS; MATOS, 2012, p. 13). Nesse quadro, objetivamos analisar a política penitenciária voltada às mulheres que cumprem pena privativa de liberdade no Rio Grande do Sul, e qual a repercussão nesta política da implementação da Lei 11.343/06, a chamada Lei de Drogas. Para tanto,

delimitaremos nossa pesquisa à abrangência do 1º Juizado da 2ª Vara de Execução Penal de Porto Alegre-RS, conhecida como “VEC Feminina”, responsável pela fiscalização e acompanhamento de penas em quatro unidades da capital e da região metropolitana: Penitenciária Estadual Feminina de Guaíba, Penitenciária Feminina Madre Pelletier, Anexo Feminino da Penitenciária Modulada de Montenegro e Instituto Penal Feminino de Porto Alegre. Busca-se compreender o entrecruzamento de interações e representações sobre o tema em estudo a partir da perspectiva dos atores e instituições envolvidos - Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, Secretaria de Justiça e Segurança, Susepe, mulheres presas - na construção do processo político que envolve a questão penitenciária.

Em caráter preliminar à elaboração do Projeto, visitamos, em duas oportunidades, a Penitenciária Estadual Feminina de Guaíba Julieta Balestro. Essa instituição prisional foi inaugurada no mês de abril de 2011 e possui, hoje, capacidade para receber 432 presas. Apesar do discurso oficial, presente no site da SUSEPE, de que a unidade prisional teria um perfil voltado à reinserção social das detentas, contando com berçário, unidade para atendimento médico, área para trabalho prisional e salas de aula, a realidade tem se mostrado diversa: trata-se de uma instituição com arquitetura modular, de alta segurança (análoga à Penitenciária de Alta Segurança de Charqueadas - PASC), com circulação limitada das presas (com permanência de 20 horas na cela e 4 horas de sol em pequenos pátios) e movimentação acompanhada por agentes penitenciários em submissão total à disciplina, uso de uniforme e algemas. Ademais, a unidade de berçário foi desativada e as oportunidades de trabalho e projetos sociais são limitadas, com reduzido estímulo à autonomia. De acordo com os dados referidos acima, a instituição não convive com o problema da superlotação, todavia, o modelo praticado de gestão prisional limita-se à punição: como se depreende do relato da assistente social da instituição, “não temos superlotação, seria possível fazer um trabalho diferenciado de atenção à presa, mas a instituição está direcionada a enfatizar o caráter punitivo da pena”; ou, ainda, na afirmação taxativa da psicóloga, “Essa é uma penitenciária masculina, digo, pensada para receber homens, não mulheres”.

Por conseguinte, na presente pesquisa de doutorado, objetivamos compreender como é desenvolvida a política penitenciária voltada às mulheres que cumprem pena privativa de liberdade no Rio Grande do Sul, e qual a repercussão nessa política da implementação da Lei 11.343/06, a chamada Lei de Drogas. Complementarmente, interessa-nos entender como a emergência de facções em instituições penitenciárias femininas tem repercutido na dinâmica prisional. Nesse particular, move-nos as seguintes questões de pesquisa: Como se caracteriza a política penitenciária direcionada às mulheres no RS? Quais as repercussões da Lei de Drogas sobre o desenvolvimento dessa política? Como se desenvolve o cumprimento de pena das mulheres incursas na Lei de Drogas? Quais as diferenças em relação às prisões por outros delitos? E, por fim, uma questão adicional: como a presença de presas ligadas a facções criminosas interferem nas dinâmicas das instituições penitenciárias femininas do RS?

Acreditamos na pertinência de inserir a temática na literatura sobre políticas públicas, que até hoje está ausente. Qual seja, pensar as políticas penitenciárias à luz da

bibliografia sobre a análise de políticas públicas. A reflexão e publicidade dessas questões apresenta relevância científica e social, permitindo melhor conhecer e avaliar as políticas públicas penitenciárias vigentes no RS.

.....

* Vinícius Gil Braga

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (PPGPP/UFRGS) PPGPP/UFRGS. Porto Alegre, Brasil

Resumen de ponencia

POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA E A EFETIVAÇÃO DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO NO BRASIL

*Marcos Victor Costa Silva

Trabalhando com as idéias de Nóbrega Junior (2005), observamos que o Estado Democrático de Direito conquistado com a Constituição de 1988 é um grande avanço para a democracia no Brasil, mas é pertinente ressaltar que estamos distantes de uma democracia real, que contemple em sua plenitude todos os cidadãos brasileiros. Democracia essa, que não é somente garantida nas urnas em períodos eleitorais, com eleições limpas, competitivas, periódicas e pluripartidárias, mas que também é garantida na efetivação de direitos fundamentais como, saúde, esporte, lazer, educação, acesso à justiça e direito à vida e à segurança e ao efetivo controle das instituições por atores eleitos pelo povo.

Políticas públicas são estratégias traçadas por um governante que tenta atingir determinados objetivos, e busca, por meio dessa política de governo, alcançar metas para sua gestão. Mas, entendemos que a omissão também caracteriza uma forma de fazer política pública. Dye (1984) e Laswel (1936) definem políticas públicas de forma simples, mas satisfatória.

Dye (1984) afirma que política pública é o que o governo escolhe fazer ou não fazer.

Laswell (1936) diz que decisões e análises sobre políticas públicas implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por que e que diferença faz.

Pode-se, então, resumir políticas públicas como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente).

A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real. (SOUZA, 2006, p. 26)

O Estado brasileiro, mesmo após sua transformação em Estado Democrático de Direito, não planejou políticas públicas nacionais nem estaduais direcionadas para a segurança pública. Isso culminou com as dificuldades dos poderes executivos em lidar com as situações e demandas que surgiram e se acumularam, causadas pelo aumento da criminalidade.

É notório que as demandas na segurança pública aumentam a cada dia, junto com o crescimento populacional e a modernização das cidades, no entanto, as políticas de segurança pública não foram priorizadas e conseqüentemente não acompanham o crescimento da cidade, como explica Ballesteros:

Tradicionalmente, as implicações da estrutura federalista para a caracterização das políticas públicas nacionais foram analisadas apenas para as políticas sociais e fiscais. Em raras oportunidades as análises desta natureza foram estendidas às políticas de

segurança pública. (BALLESTEROS, 2014, P. 8).

Ballesteros utiliza de ideias de Sento-Sé (2011) e Adorno (1999) para elencar motivos pelos quais o governo federal se voltou para a segurança pública, quais sejam: em primeiro lugar, os estados federativos após a redemocratização brasileira foram repentinamente obrigados a lidar com o tema da segurança pública, tema este que anteriormente não era de incumbência estadual. Em segundo lugar, houve a falta de iniciativa dos estados em concretizar esta incumbência e fazer seus próprios planos de segurança pública.

A consequência disso foi o fracasso dos estados em reenquadrar às forças policiais de sua subordinação ao controle civil e, por conseguinte, de não conseguir produzir políticas de segurança pública que fossem além do uso da repressão. Diante desse quadro de crise nos estados, houve um crescimento da criminalidade e da violência que ganhou visibilidade na agenda nacional, fazendo com que o governo federal observasse que ações para conter a violência nos estados eram necessárias.

Nesse panorama, entre as principais políticas de segurança pública planejadas pós-Constituição de 1988, foi manifesta a busca por políticas nacionais que valorizassem a organicidade e a articulação entre os entes federativos no segundo mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso. À época, foi feito o Plano Nacional de Segurança Pública (2000), que enfatizava o caráter social e destacava o governo federal como protagonista desse tipo de política (ADORNO, 2003; SOARES, 2007; SENTO-SÉ, 2011 apud BALLESTEROS, 2014).

Posteriormente, no ano de 2004, por meio do Decreto nº 5.289, o presidente Lula criou a Força Nacional de Segurança Pública - FNSP, uma força policial que atua como auxiliar e temporária das polícias estaduais e federais nos estados que vivem grande crise na segurança pública. A criação da Força Nacional caracteriza a necessidade de auxílio às unidades federativas e é a ratificação, por parte do governo federal, que as polícias estaduais não são suficientes para as demandas da segurança pública local. No segundo mandato do presidente Lula, a estratégia de governo mudou quanto às políticas de segurança. Através de medida provisória, foi criado o Programa Nacional de Segurança com Cidadania (PRONASCI), em que o governo federal tentaria promover um novo paradigma na segurança pública, tentando incluir os municípios e a sociedade civil como atores fundamentais nas políticas de prevenção destacadas no programa. Após a tentativa de execução do PRONASCI, o governo federal propôs discutir a reforma do sistema de segurança integral, mas não obteve êxito.

As reflexões propostas nesta pesquisa se assentam na contextualização da política de segurança pública brasileira, compreendendo o difícil papel das polícias no Brasil, em especial as forças estaduais, e que o sucesso do trabalho dessas instituições quando usam a constituição de 1988, em especial os direitos civis como paradigma de atuação, é um passo importante para o Estado Democrático de Direito.

A não priorização de agendas voltadas para políticas de segurança pública por parte dos gestores do Estado Brasileiro culminou na falência das polícias estaduais e que teve como corolário a não efetivação de muitos direitos civis, notadamente, o direito a vida e a liberdade, interferindo na consolidação do Estado Democrático de Direito. Desta forma traçamos como objetivo geral compreender a relação entre as políticas federais e estaduais de segurança pública e a dificuldade dos paradigmas do Estado Democrático de Direito de se consolidarem, impedindo de acontecer de forma plena a

garantia aos direitos civis, especificamente, a vida e a liberdade associando sempre aos objetivos das forças de segurança pública disposto na Constituição Federal Brasileira 1988, aos Planos de Segurança Públicos formulados a partir de 1999 e aos princípios relacionados à Política de Segurança Pública nos Planos Nacionais de Direitos Humanos.

Será utilizada como metodologia a revisão bibliográfica sobre o tema, levantamentos e análise documental e entrevistas semi-estruturadas.

.....

*** Marcos Victor Costa Silva**

Universidade Estadual do Piauí UESPI. TERESINA, Brasil

Resumen de ponencia

POLÍTICAS PÚBLICAS Y SISTEMAS DE INFORMACIÓN EN SEGURIDAD PÚBLICA EN LA CIUDAD AUTÓNOMA DE BUENOS AIRES

*Fernanda R. Page-Poma

*Laura Glanc

Contar con datos oficiales sobre criminalidad y violencia es fundamental para visibilizar los problemas y para poder tomar decisiones y diseñar políticas públicas basadas en la evidencia. ¿Qué datos sobre seguridad pública existen y cuáles se registran? ¿Qué actores y agencias los registran? ¿Qué compone y qué no el universo de la evidencia? El objetivo de este artículo es trabajar sobre estos interrogantes y brindar una sistematización sobre la producción de datos sobre seguridad pública en la Ciudad Autónoma de Buenos Aires contemporánea. El circuito de recolección, documentación, análisis, procesamiento y publicación de datos es un proceso complejo e involucra una multiplicidad de actores y miradas. Así, comprender cómo se confeccionan y qué significan los datos sobre seguridad pública, es crítico para entender y mejorar la realidad que nos rodea.

Desde la sociología y la ciencia política se han analizado datos estadísticos sobre criminalidad utilizando como variables el miedo, el aumento de la violencia criminal (real o percibido), la desconfianza policial y corrupción policial, entre otros (Dammert y Malone, 2002; Dammert, 2001; Smulovitz, 2003; Kessler, 2009, entre otros). El principal problema con estos datos "duros", y como señala Smulovitz (2003), es que no todos los delitos son denunciados, con lo cual la dimensión del problema tiende a estar sub-representada; a su vez, al ser la mayoría de las estadísticas recolectadas por la policía, hay muy poco control en el proceso de recolección (p. 127) (IPPDH, 2009). De este modo, en el presente artículo analizaremos el proceso de producción y publicación de datos sobre seguridad en CABA entre 2011 y 2016. Sostenemos que los actores que participan y tienen conocimiento del proceso de producción y publicación de los datos en seguridad ocupan -o al menos tienen el potencial de ocupar- un lugar clave en el control político de la seguridad.

Es importante destacar que en este trabajo la seguridad pública es entendida en términos de políticas públicas de seguridad llevadas a cabo por las fuerzas de seguridad en el espacio público (ello se puede ver por ejemplo en el lenguaje utilizado por Sofía Tiscornia, 2013). Por otro lado, así como existe un consenso generalizado en cuanto a la relevancia de la seguridad, existen diferencias respecto a cómo se define la seguridad. Es habitual leer que seguridad pública y seguridad ciudadana se utilizan en forma indistinta. No obstante, la noción de seguridad ciudadana a la que adscribimos abarca también a la ciudadanía y los derechos ciudadanos como integrantes de la seguridad. Así entendida, la seguridad no se trata solo del mantenimiento del orden

público sino de garantizar los derechos y garantías de los ciudadanos.

Teniendo en cuenta estas consideraciones, en el presente trabajo se analizaron las fuentes existentes, abiertas y disponibles al público -en su mayoría online- sobre información criminal y policial en CABA. Entre los que se destacan se puede mencionar los siguientes organismos gubernamentales:

A nivel local (CABA) está: 1) el Ministerio Público Fiscal; 2) el Ministerio de Justicia y Seguridad del Gobierno de la Ciudad de Buenos Aires, 3) La Dirección General de Estadística y Censos (Ministerio de Hacienda) y 4) la Comisión de Seguridad de la Legislatura de la CABA. A nivel nacional recopilan y publican datos sobre seguridad 1) el Ministerio de Justicia y Derechos Humanos, 2) el Ministerio de Seguridad de la Nación, 3) el Instituto de Investigaciones del Poder Judicial de la Nación, 4) la Corte Suprema de Justicia y 5) el Ministerio Público Fiscal. Por otro lado, existen organismos no gubernamentales a nivel local, nacional e internacional que publican información sobre temas de seguridad.

Durante el período analizado en este trabajo, pudimos observar que los datos y estadísticas sobre violencia y criminalidad que recopilan los organismos del gobierno en general no son de fácil acceso. En ocasiones, algunos de los datos resultan poco inteligibles y por consiguiente muy difícil poder utilizarlos como insumos para otras investigaciones, análisis o elaboración de políticas públicas. Por otra parte, muchos de los datos no están actualizados y se repiten investigaciones. A estas deficiencias también debemos agregar que hay datos que no están disponibles. No se encontraron datos sobre la cantidad, los recursos, la distribución y otras actividades de las fuerzas policiales en la Ciudad.

Para finalizar, el circuito de producción y recolección de la información no está disponible. Es decir, no es posible rastrear con facilidad qué institución o agencia brindó la información, cómo se recolectó, cómo se clasifica la información. Esto es fundamental para poder informar investigaciones y políticas públicas pero también para poder realizar comparaciones en tiempo y entre jurisdicciones.

.....

*** Fernanda R. Page-Poma**

Universidad Nacional de San Martín. Escuela de Política y Gobierno - EPyG/UNSAM. Ciudad de Buenos Aires, Argentina

*** Laura Glanc**

Instituto Universitario de la Gendarmería Nacional - IUGNA. Ciudad de Buenos Aires, Argentina

Resumen de ponencia

PRÁTICAS RESTAURATIVAS COMO RESPOSTA AOS ATOS DE VIOLÊNCIA E AFIRMAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS JUVENIS NO ESPAÇO ESCOLAR.

*Cezar Bueno De Lima

Os conflitos juvenis e estratégias não punitivas de mediação e prevenção de conflitos, no âmbito das escolas públicas do ensino médio, constituem o objeto da pesquisa. Os desafios teórico-empírico acerca do objeto de estudo proposto demandam a construção dialogada e relacional entre direitos humanos, democracia deliberativa e práticas restaurativas. A opção pela abordagem teórica sobre os temas em questão, acompanhada de estudo de caso e pesquisa-ação, decorre da necessidade de problematizar as representações coletivas que tendem reduzir o entendimento e alcance dos direitos humanos à esfera político-penal, restringir o sentido e alcance da democracia à sua versão representativa e utilizar estratégias político-pedagógicas verticalizadas e retributivas na gestão dos conflitos juvenis no espaço escolar. O núcleo argumentativo do artigo questiona valores sociais e práticas institucionais inclinadas a atribuir e incluir no rol de violência, para fins retributivos, uma gama de situações-problema que poderia ser resolvida de outra maneira. A persistência de saberes e práticas sociais sedimentadas na cultura punitiva costuma associar uma pluralidade de atos e comportamentos indesejados, atribuindo-lhes a qualidade de crimes e submetendo seus autores à pedagogia da punição. No caso das instituições educacionais, por exemplo, a distância entre os propósitos oficiais e verticalizadores de gestão dos conflitos dirigidos aos jovens estudantes, e as expectativas que estes extraem e formulam no cotidiano, em relação ao teor e à forma de encaminhamento dos conflitos pode resultar, ao menos em parte, da ausência e/ou pouca permeabilidade das instituições escolares (diretores, professores, estudantes, quadro administrativo e comunidade local) em disponibilizar, às margens do paradigma da punição que resulta em práticas de etiquetamento individual e coletivo, espaços e mecanismos de participação, diálogo, deliberação e responsabilização. A promoção de dialógicos deliberativos no espaço escolar pode oferecer, por meio das práticas restaurativas, respostas mais eficazes e legítimas na solução e prevenção dos conflitos que ocorrem no espaço escolar. Principalmente, com relação aos seguimentos juvenis residentes nos espaços sociais marcados por situação de pobreza e vulnerabilidade social, torna-se, ainda, mais urgente uma vez que muitos dos conflitos juvenis existentes no espaço/entorno da escola podem converter-se na prática de atos infracionais e aprofundar os processos de exclusão social. A tabela abaixo mostra a situação escolar dos adolescentes que executaram medida socioeducativa em meio aberto junto à FAS em 2016.

TABELA IV: DISTRIBUIÇÃO DOS ADOLESCENTES DE ACORDO COM A FAIXA ETÁRIA E SITUAÇÃO DE ESCOLARIDADE (2016).

Adolescentes acompanhados no período Situação escolar 12 a 14 anos 15 a 17 anos 18

anos ou mais %

Faixa etária Sexo

M F Total Frequenta escola municipal 4 44 20 5%

12 a 14 anos 48 15 63

15 a 17 anos 743 100 843 Frequenta escola estadual 44 410 183 42%

18 anos ou mais 504 89 593 Frequenta escola particular 2 14 21 2%

Total 1295 204 1499 Matriculado e não frequenta 4 60 38 7%

Não matriculado

7

288 303 40%

Não informado 2 27 28 4%

Total 63 843 593 100%

Fonte: Fundação de Ação Social do Município de Curitiba/PR/SINASE - janeiro a dezembro de 2016.

Quanto à metodologia da pesquisa propõe-se, num primeiro momento, compreender e explicar, à luz da atual conjuntura econômica, política e sociocultural, as visões de mundo que embasam a construção de projetos de vida dos adolescentes e jovens estudantes do ensino médio, em especial, entre aqueles que habitam bairros com histórico de violência e frequentam escolas públicas que apresentam baixos Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Num segundo momento, a realização da pesquisa de campo busca aferir os impactos das políticas públicas educacionais em relação à construção dos projetos de vida de adolescentes e jovens, matriculados nas escolas públicas do ensino médio, e dimensionar possibilidades de envolvimento direto dos adolescentes e jovens, incluindo a participação de professores/as, funcionários administrativos, direção da escola e comunidade familiar externa, com o propósito de instituir práticas restaurativas de mediação dos conflitos e melhorar a qualidade do ensino-aprendizagem na escola.

.....

* Cezar Bueno De Lima

Pontifícia Universidade Católica do Paraná PUCPR. Curitiba, Brasil

Resumen de ponencia

PROCESO DE PAZ ENTRE MILICIAS DE MEDELLÍN Y ESTADO COLOMBIANO 1994

*Victor Villacinda Madrid

Esta ponencia busca presentar avances parciales de la investigación sobre las formas de tratar el conflicto y en específico la forma cómo se tramitó el conflicto armado entre las milicias urbanas de la ciudad de Medellín y el Estado colombiano a partir de los diálogos en 1994 en Santa Elena. En la ponencia se presentarán los resultados parciales sobre la investigación, principalmente en la descripción y análisis del proceso de paz para dar lugar a otro tipo de estudios sobre los conflictos armados y la profundización en una de las formas de tramitarlo, puesto que es importante estudiar las diferentes formas de finalizar el conflicto y más en un contexto como el colombiano; permeado por múltiples actores con diferentes construcciones de orden, de estado y con pretensión de conseguirlos.

Es importante recalcar la comprensión de los procesos de mediación, tramitación y solución del conflicto, en esta producción académica pretende contribuir a ello, particularmente al estudio y análisis de la forma como se tramitó el conflicto entre las organizaciones armadas autodenominadas milicias urbanas en la ciudad de Medellín y el Estado Colombiano. Lo anterior enfocado en las disputas atadas a los intereses particulares que puede llegar a surgir en medio de los diferentes momentos del suceso. Específicamente se intentará responder la pregunta acerca de cómo se tramitó dicho conflicto, puesto que es necesario evitar la concepción plana y tradicional de los procesos de paz. Por el contrario, las formas como se tramitan los conflictos tienen idas y venidas, reveses, cambios y modificaciones conforme a la transformación de los actores, el contexto y las relaciones de poder. De ahí que se entienda que la tramitación de conflictos no es un proceso lineal, simple y que se da perfectamente, por ello es necesario abordarlos bajo una mirada analítica, crítica y politológica; desentrañando los detalles que se encuentran inmersos en las disputas entre los actores y su lucha por la consecución de sus intereses.

Este trabajo parte del supuesto que no todos los fenómenos violentos se manejan de la misma forma. Sin embargo, si existe la hipótesis que los conflictos armados son mediados de forma política en mayor o menor cantidad, es necesario plantear algunas preguntas frente al fenómeno miliciano y su reincorporación a la legalidad: ¿es posible establecer qué ocurre en dicho proceso? ¿Existen relaciones de poder, choque de intereses o un actuar imperceptible a primera vista pero inherente a dicho proceso? Según Arcos, (2005), el fenómeno miliciano surge en Medellín a finales de la década de los ochenta debido a la problemática situación en la que se encontraba la ciudad: en guerra declarada oficialmente contra el narcotráfico y en específico contra el cartel de Medellín. Es en esta ciudad donde se constituyen una serie de grupos armados con fines comunitarios, concretamente en las zonas nororiental y noroccidental de la

ciudad debido a que sus habitantes carecían de recursos económicos y se les dificultaba contratar empresas de seguridad privada y, por el contrario, en los barrios donde abundaban los recursos económicos se contrataron diversas agencias de seguridad las cuales suministraban la pretendida “tranquilidad” Arcos, (2005). Con la creación de diferentes grupos armados con el fin de suministrar “tranquilidad” a cada una de sus comunidades fue perdiendo credibilidad la seguridad brindada por parte de las instituciones estatales y dio paso a la legitimidad miliciana fundada entre otras cosas por el accionar violento de organizaciones ilegales como narcotraficantes y bandas criminales y legales como el Estado. Tanto Estado como grupos al margen de la ley inmersos en el discurso y praxis de la “guerra” cometían actos violentos que afectaban indiscriminadamente a la población y por lo tanto algunos de sus individuos se armaron.

Estos ciudadanos deciden enfrentar a un enemigo interno y vecino, que no es el Estado ni la sociedad en abstracto: es la banda, el sicario, el ladrón, el violador y todos ellos constituidos en sociedad criminal enfrentada a la sociedad ciudadana, en un contexto social turbulento (Arcos, 2005, pág. 32).

En la búsqueda por consolidarse como “proveedores” de seguridad y tranquilidad, las milicias urbanas comenzaron a tomar funciones más complejas como el ejercicio de la ley y la justicia (Tellez, 1995), logrando instaurar un modelo particular de moral, normas y castigos no legales pero sí legítimos bajo el ideal y justificación del bien comunitario.

El fenómeno miliciano no fue homogéneo y tampoco se conformó por un grupo único de milicias, lo cual puede verse en las distintas agrupaciones milicianas que aparecieron a finales de la década de los ochenta en las zonas mencionadas anteriormente. Puesto que en este trabajo se profundizará en el trámite del conflicto y el proceso de negociación, sólo se estudiarán las milicias partícipes de él: Milicias Populares del Pueblo y para el Pueblo (MPPP), Milicias Populares Independientes del Valle de Aburrá (MPVA) y Milicias Metropolitanas de Medellín (MMM).

El proceso de negociación Milicias-Estado (1994) tiene lugar en la vereda Media Luna del corregimiento de Santa Elena, siendo mediado por la iglesia católica y por reinsertados del EPL con el fin de concertar un acuerdo entre los tres grupos de milicias mencionados anteriormente y el Estado (Giraldo & Mesa, 2013) El pacto tuvo ciertas particularidades (Paz & Valencia, 2015) como su duración de tan sólo 102 días en el proceso como tal, sin contar la fase de acercamiento, sin embargo, se le considera como un proceso que abarca múltiples esferas sociales relacionadas con: la justicia, la economía, la política y de intervención social a las comunidades; mejoras en la infraestructura, en educación y salud etc. Lo que este trabajo presupone es que en medio de los diálogos se presentaron una serie de acontecimientos, actores y relaciones de poder que son los que se pretenden analizar; es decir, se busca comprender quiénes fueron los actores que intervinieron, con qué recursos e intereses, y las relaciones de poder que se formaron en un contexto y territorio preciso.

El tema elegido tiene relevancia para las Ciencias Sociales puesto que pretende comprender el proceso o tramitación del conflicto armado entre el Estado y las Milicias de Medellín, es decir, hondar en las relaciones de poder que existen en dicho proceso y lo determinante que puede llegar a ser la tensión para establecer cómo se resuelve el conflicto a partir de las particularidades del fenómeno. Es el estudio del conflicto lo

que permite entender qué factores son determinantes para que se produzca un salto a las vías de hecho armadas y que estas se consideren según la postura del investigador como formas legítimas o no. La elección de estudiar el proceso de negociación se da debido a que es uno de los caminos para tramitar el conflicto y muchos de los avances en dicha materia son planos, sin detalle y sólo han pretendido ser recetarios, normas o formas prescriptivas en vez de profundizar en la particularidad y la descripción de la tramitación en sí (Nasi & Rettberg, 2005), basado en ello, se puede considerar este trabajo un gran aporte y necesario para explicar la complejidad del asunto y no centrarse en sólo lo prescriptivo.

.....

*** Victor Villacinda Madrid**

Instituto de Estudios Políticos. Universidad de Antioquia - IEP/UdeA. Medellín, Colombia

Resumen de ponencia

PULSEIRAS E BOTÕES: O UNIVERSO DOS CONTROLE ELETRÔNICOS DE LIBERDADE NA ARGENTINA

*Cristina Zackseski

Neste texto apresentarei os principais resultados de pesquisa realizada na Argentina no início do ano de 2018 sobre a implantação dos controles eletrônicos de liberdade naquele país. A pesquisa quali-quantitativa, consistiu em levantamento bibliográfico, consulta a documentos, acompanhamento de notícias da mídia impressa e televisiva, coleta de dados estatísticos sobre as prisões e população prisional, assim como das séries históricas disponíveis para os casos de monitoração, além de entrevistas com atores dos poderes Executivo e Judiciário Federais, da Cidade e da Província de Buenos Aires.

O projeto de pesquisa trazia em seu título a pergunta: O preço da liberdade é a eterna vigilância? E sua continuação definia o escopo da investigação: critérios de utilização e produção de sentidos sobre a monitoração eletrônica de pessoas submetidas ao controle penal na Argentina. A frase que colocamos como pergunta é de autoria controversa, muitas vezes atribuída a Thomas Jefferson, chama atenção para uma espécie de consenso que se formou em torno das funções de controle social, pois parte-se, em geral, do pressuposto de que as pessoas agirão de acordo com o esperado - também chamado de “agir corretamente” - nas seguintes hipóteses: se forem obrigadas/coagidas a agir desta forma, se tiverem reduzidas suas possibilidades de ação distinta daquilo que é desejado pelo controle, ou se for vantajoso para elas. Tais ideias generalizaram-se no final do Século XX também no campo da ação coletiva, como nos mostra a literatura sobre capital social, por exemplo (Putnam, 1993). Além disso é muito comum no âmbito da segurança pública que os cidadãos, quando ouvidos sobre suas principais preocupações, mais especificamente sobre suas condições de segurança, reclamem uma maior presença da polícia (ISER, 1996, p. 49). A segurança estaria garantida pela vigilância exercida de uns sobre os outros, especialmente daqueles que tem profissionalmente a função de controlar, sobre os demais, os controlados. Porém, algumas políticas de segurança trazem esta mensagem, até mesmo quando se trata de algo mais próximo do que poderiam ser alternativas dentro dos sistemas formais de controle, como é o caso de iniciativas como a da vigilância de bairro, especialmente desenvolvida em contexto anglo-saxão (Cesaria, 1993; Rosembaum, 1987), mas que foi também incorporada formalmente, em alguma medida, em países latino-americanos .

O controle panóptico proposto por Jeremy Bentham (1791), cuja análise foi desenvolvida por autores como Michel Foucault (1975) e Zygmunt Bauman (1994), cada um a seu tempo, deu à vigilância o sentido de que ela poderia ser auto-imposta - controles disciplinares morais/educacionais -, sendo mais barato um controle que funcionasse automaticamente, sem nunca precisar intervir, podendo haver uma intervenção pontual, corretiva, eventualmente. No entanto, a diferença entre Foucault

e Bauman reside no objetivo da vigilância. Para Foucault a vigilância sugere que se alcancem objetivos relacionados à produtividade - ele se refere ao que era visto como necessário no Século XVIII. Bauman não descarta esta possibilidade, mas a contextualiza para a modernidade líquida. Neste sentido ele acrescenta a este tipo de controle outra função, que é o imobilismo, pois entende que na modernidade líquida o que importa não é mais a produtividade que advém do controle dos corpos, da força dos trabalhadores, e sim aquela que resulta do emprego da tecnologia, que dispensa esta força e cria uma massa de pessoas desnecessárias ao sistema produtivo. São estas pessoas que serão administradas pelos velhos e novos controles, não exclusivamente, mas os sinais de exclusão estarão inscritos nos corpos de alguns, não de todos, como nos adverte Didier Fassin quando fala das vidas descartáveis (2018, passim).

Hoje verificamos, portanto, e entre outras coisas, que os controles se modificaram, assumindo uma forma mais dinâmica e ainda muito rentável para quem detém a propriedade e o know how da tecnologia que a viabiliza, o que não significa um custo menor para quem paga. Os controlados estão sujeitos a erros do sistema, no entanto, e não raro, o controlador precisa intervir para corrigir posturas ou problemas técnicos, ou até mesmo capturar e recolher aqueles que infringirem as restrições que acompanham a tecnologia (perímetros, horários, aproximações indevidas de outras pessoas etc.).

É a partir desta observação e destas reflexões teóricas que me lancei ao estudo das tornozeleiras eletrônicas, conhecidas como pulseiras na Argentina. Ao chegar no campo da pesquisa me deparei com um uso mais restrito e mais recente do que eu tinha notícia pelos textos e documentos disponíveis, e também me deparei com um controle bastante utilizado, que são os botões antipânico, em geral fornecidos para casos de violência intrafamiliar. Assim, o universo dos controles eletrônicos de liberdade foi se configurando como um universo feminino, tanto do ponto de vista das autoridades, quanto do ponto de vista das beneficiárias desta tecnologia.

Contudo, não deixo de perceber uma série de problemas na incorporação desta tecnologia. Alguns destes problemas são percebidos pelos atores que identifiquei, outros são por eles naturalizados.

.....

* Cristina Zackseski

Faculdade de Direito da Universidade de Brasília FD/UnB. Brasília, Brasil

Resumen de ponencia

RECEPCIÓN DE NOTICIAS SOBRE DELITO, VIOLENCIA E INSEGURIDAD

*Brenda Focás

*Gabriel Kessler

Los avances que se presentan en esta ponencia se desprenden de un proyecto colectivo, formado por el PIO CONICET-Defensoría del Público y el PICT “De la propiedad a la recepción. Estudio integral del circuito productivo de las noticias sobre delito e inseguridad en los noticieros televisivos de mayor audiencia de la Argentina”. Una de las dimensiones del estudio del circuito productivo de las noticias está centrada en la recepción de las noticias sobre delito, violencia e inseguridad. Para abordar esta dimensión, se trabajó con grupos focales conformados por 10 personas que fueron distribuidas según edad, clase social y lugar de residencia. Por tal motivo, los criterios de delimitación de clase eran tanto por nivel socioeconómico como por lugar de residencia dentro del área metropolitana. La estrategia de análisis en curso adopta una perspectiva comparativa a partir de las variables señaladas. Se seleccionaron noticias de delito, violencia e inseguridad, entendiendo que este proyecto estudia tanto los delitos de distinto tipo como aquello que es integrado dentro de la noción de inseguridad, aunque no implique necesariamente un conflicto con la ley. Durante los focus se presentaron tres noticias. La primera, emitida por el noticiero de *Telefé Noticias*, narra un robo en un supermercado con propietarios de origen chino donde un policía, que custodiaba el lugar, mató al presunto ladrón. Lo particular de esa noticia es que aparecía el cuerpo del asesinado. La segunda, emitida por *Telenoche*, versa sobre un caso de corrupción (caso Lázaro Báez). La última, emitida por canal 10 de Córdoba, aborda un caso de femicidio (Carina Drigani). Se procuró que hubiera diversidad de temas vinculados con el delito y la inseguridad y de canales de televisión, para analizar si alguna de esas variables incidiría en los modos de interpretación de las noticias.

En principio, se planteó como objetivo indagar en las distintas formas de recepción de las noticias sobre delito, violencia e inseguridad, comparando las diversas coberturas y su relación con variables ligadas al público, tales como localización geográfica, clase social, franjas etarias, sexo e ideología política. Al mismo tiempo, el diseño de la guía de pautas procura poner a prueba distintas hipótesis y hallazgos internacionales sobre recepción de noticias. La hipótesis principal planteada en el proyecto es que los distintos tipos de recepción que surgen de una misma noticia están condicionados por una serie de variables. En primer lugar, por la evaluación que el público hace del medio en cuestión, a partir de distintos grados de confianza previos (hallazgo propio de los estudios locales, no presente en los procedentes de los países centrales). En segundo lugar, por una serie de variables ligadas a los propios individuos, en particular, la experiencia de victimización y la percepción de cercanía o lejanía geográfica y/o social

con el caso noticiable, y otras como el género, la ideología socio-política y la edad, específicamente. Las tres noticias que funcionaron como disparadores fueron seleccionadas desde distintos canales (11 y 13 de Buenos Aires y 10 de Córdoba) con el fin de evaluar si la orientación ideológica-política del medio en cuestión funcionaba o no como una mediación significativa en las noticias de delito, violencia e inseguridad. La hipótesis surgió de estudios locales, que, a diferencia de la mirada de los trabajos realizados en los países centrales, mostraban que había, por parte de la audiencia, una tipificación previa a toda evaluación de los contenidos, del posicionamiento del medio productor y emisor.

Algunas de las dimensiones de análisis que se expondrán son: el consumo de información (modos, y tiempos), la credibilidad de la noticia de inseguridad, los roles de víctimas y victimarios en estas noticias, la espectacularización y el morbo. El análisis de estas dimensiones mostró que existen variadas interpretaciones de las noticias, vinculadas con algunas mediaciones de los receptores, pero también con el modo en que se enmarca y construye discursivamente la noticia.

.....

*** Brenda Focás**

Universidad Nacional de La Plata-Instituto de Investigaciones en Humanidades y Ciencias Sociales-UNLP/IdHICS Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas-CONICET. CABA, Argentina

*** Gabriel Kessler**

Universidad Nacional de La Plata-Instituto de Investigaciones en Humanidades y Ciencias Sociales-UNLP/IdHICS Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas-CONICET. CABA, Argentina

Resumen de ponencia

REPRESIÓN, CRIMINALIZACIÓN Y PROTESTA. LOS ESTUDIANTES COMO OBJETO DE PERSECUCIÓN EN MÉXICO.

*Daniel Hernández Rosete

Jóvenes y violencia de Estado.

Con este trabajo me propongo describir las vivencias de jóvenes universitarios que han resistido la violencia de Estado, haciendo especial énfasis en su condición de ciudadanos que reclaman el legítimo derecho a la protesta social. También planteo algunas de las problemáticas implícitas en la forma de vivir en la ciudad siendo joven y estudiante universitario, siempre en el marco de un contexto histórico marcado por la alternancia política que, de manera formal, ha sido aplaudida internacionalmente como una expresión de democracia y madurez institucional en México, pero que a la luz de las vivencias juveniles aparece como uno de los episodios más autoritarios y paradójicos del México contemporáneo. Es importante destacar el carácter contradictorio del contexto urbano en el que ocurren estos relatos, pues no obstante que la Ciudad de México es gobernada bajo una administración presuntamente de izquierda ligada al Partido de la Revolución Democrática (PRD), se trata de una de las gestiones urbanas más represivas en la historia contemporánea de la capital. Únicamente superada por las regencias ejercidas primero por el despótico Ernesto P. Urruchurtu y después por el delirante militar Alfonso Corona del Rosal, quien además aparece entre los responsables de la matanza de Tlatelolco, el 2 de Octubre de 1968.

Método, universo y trabajo de campo.

Estudio cualitativo de tipo fenomenológico con el que se exploraron los universos de sentido y significado (Berger y Luckmann, 2000) a través de entrevistas semiestructuradas con doce estudiantes universitarios tres de ellos experimentaron detenciones. Las entrevistas son narrativas que no sólo dan cuenta de las subjetividades de los individuos que las relatan, ya que permiten entender el impacto de los contextos políticos y sociales en la producción de la historia de la persona. (Anderson, 1965) Aunque son testimonios personales que sitúan el análisis en la oralidad, las historias ayudaron a comprender la respuesta agenciada del actor frente a los procesos de violencia de Estado. Por tanto, en este artículo las entrevistas no se incorporaron sólo como una técnica, sino como un recurso antropológico porque permitieron entender el lugar en que la sociedad coloca a los individuos y la manera en que pueden responder éstos. Básicamente, permitieron entender algunos aspectos de la violencia de Estado que los informantes experimentaron en México. Por violencia de Estado entendemos el proceso de agresión a derechos humanos de población civil. Describimos dos procesos carcelarios distintos, en primer lugar mostramos dos casos de represión de protesta juvenil en el contexto de la sucesión presidencial de 2012 y de las protestas por la matanza de Ayotzinapa. En segundo

lugar analizamos un caso de privación ilegal de la libertad cometido por policías judiciales de la Ciudad de México, documentando las faltas al debido proceso en la detención de un estudiante a lo largo de las primeras 72 horas de su encarcelamiento y liberación.

En apego al código ético de la investigación cualitativa, las narrativas fueron recabadas omitiendo nombres, religiosidades y rasgos étnicos. Se trata de entrevistas que respetan el derecho de los informantes a la confidencialidad y el anonimato. Todas contaron con la participación voluntaria de los estudiantes y fueron obtenidas entre noviembre y diciembre de 2015. Algunos relatos fueron narrados en los juzgados penales del Reclusorio Norte en la Ciudad de México.

La gran tradición histórica. Autoritarismo, persecuciones y matanzas de jóvenes en el México postrevolucionario.

Aunque el movimiento estudiantil de 1968 es un hito en la historia de la protesta social en México, debo reconocer que no le veo como el cisma que marca el inicio de la conciencia histórica. Por tanto no me parece adecuado tenerle como el único y definitivo despertar de la sociedad civil en México, sobre todo porque el movimiento está precedido por movilizaciones que merecen ser vistas, junto con la lucha estudiantil, como un conjunto de eventos históricamente conectables. La represión de ferrocarrileros en 1958 y después a médicos en 1964, reflejan el perfil de un Estado despótico al que le resultaban inaceptables la disidencia sindical y la discrepancia política (Ramírez, 1991). Disidente era todo aquel que se desalineaba del sentido autocrático de la relación del Estado con el Partido Revolucionario Institucional (PRI) y su corporativismo sindical. No era legible proclamar la democracia sindical al margen de lo que la Confederación de Trabajadores de México (CTM) pudiese dictar.

Pero además había otro orden de autoritarismo poco estudiado, el de la vida familiar. Era un ámbito de costumbrismo basado en la religiosidad católica que reflejaban nítidamente las contradicciones inherentes a la jerarquización de una sociedad conservadora, en donde el fanatismo religioso se hilvanaba muy bien con la violencia estructural que el Estado ejercía. No obstante que había notables excepciones, la clase media y algunos sectores de la clase obrera empezaban a mostrar que la inexpugnable barda de los dogmas religiosos en que descansaba algo de la estructura del control social, podían fisurarse: la sexualidad hegemónica empezaba a ser cuestionada.

El ejército, el clero y la industria televisiva, instituciones clave para el sostén del autoritarismo, empezarían a ser puestas en duda. Era absolutamente impensable la posibilidad de disentir ante las creencias que regían la castidad como vía de acceso al matrimonio, anegado, por cierto, de violencia patriarcal (tan sólo pensar en la epístola de Melchor Ocampo). No era sólo el Estado, sino la tradición doméstica cifrada en la sexualidad católica lo que marcaba un orden de represión en el que se naturalizaba la forma de jerarquizar los roles sexuales y legitimar la estructura misma de poder que regía la vida pública. Lo público y lo privado estaban intrínsecamente ligados a través de un orden autoritario que permeaba prácticamente todos los ámbitos de la vida social: no había cómo aludir a la sexualidad como un derecho, tampoco era factible asumir que los embarazos pudieran ser suspendidos. El autoritarismo era, por decir lo menos, una forma de vida socialmente institucionalizada a través del Estado pero también por medio de la vida familiar, intrínsecamente unida a una visión del mundo absolutamente autoritaria.

La democratización de la vida familiar en contextos de terrorismo de Estado.

En su trabajo sobre familia y cultura, Elizabeth Roudinesco (2004) reconoce que los cambios sociales más importantes en la vida social de Occidente ocurrieron en los márgenes de la vida sexual de las mujeres. Se trata de modificaciones en la estructura económica, que se advierten a través de cambios en dos variables demográficas que son centrales en el proceso de transformación de identidades de género: el descenso de la fecundidad y la incorporación de la mujer al mundo del trabajo extra doméstico, cuyos efectos además precipitaron el cambio en el modelo hegemónico de jefatura familiar masculina. Hacia los años setenta se empiezan a documentar los primeros hogares auto denominados con jefaturas femeninas, pero en algunos países eran aún indetectables pues en los diseños de encuesta no se concebía esta posibilidad. En México, este fenómeno ha sido descrito como un proceso de transformación económica propio de los ámbitos urbanos, que despunta en los años ochenta del siglo XX y que está muy relacionado con los cambios en la vida íntima (García y de Oliveira, 1994). Aunque no se trata sólo de la aparición de hogares con jefatura femenina, sino de la emergencia de un nuevo orden identitario en donde los roles de género muestran cambios en torno a la crianza y el trabajo doméstico.

Estos hallazgos se pueden constatar demográficamente en México (INEGI, 2005) pues en nuestro país la democratización más importante no tiene que ver con las formas de gobierno, sino con los cambios operados en ámbitos de vida privada. La vida familiar por ejemplo, ha dejado de ser regida por la lógica de la sexualidad reproductiva, monogámica y heterosexual. La familia con jefatura masculina ha dejado de ser el único referente (Tuirán, 1994) y esto en buena parte tiene que ver con el hecho de que hemos empezado a cambiar patrones estructurales de cortejo, nupcialidad, fecundidad y vida conyugal (Welti, 2000). La evidencia más concreta de estos cambios está en la recomposición de los mercados de trabajo (Salles y Tuirán, 1996) y en las estructuras de vida familiar. La incorporación de las mujeres a la vida económica extradoméstica, ha sido explicada como una consecuencia del atraso en la edad de las mujeres para ver nacer a su primer hijo, lo que está irremediablemente asociado al incremento de la escolaridad (Welti, 1997), pero también a la necesidad económica de robustecer el ingreso familiar (Salles y Tuirán, 1997).

El contexto actual. Democracia formal, desigualdad y violencia de Estado.

La democracia en México parece ser vista sólo a partir de la reforma del Estado, de sus modificaciones institucionales que más bien expresan un cambio en la manera de legitimar al Estado. Estos cambios ocurridos como parte de la reforma del Estado coexisten con una singular polarización de la riqueza: nunca antes había sido tan contundente un crecimiento económico acompañado de índices tan elevados de pobreza. Un modelo económico paradójico, porque presenta a México como un país de rango medio, con casi el sesenta por ciento de su población viviendo en condiciones de hambre y exclusión en salud, educación, transporte público y vivienda digna. Pero aunque el fracaso de la democracia en México puede ser aludido a través del empobrecimiento masivo de la población, el reclamo más importante en este momento tiene que ver con violación de derechos humanos.

.....

*** Daniel Hernández Rosete**

*Departamento de Investigaciones Educativas. Centro de Investigación. Instituto Politécnico Nacional - DIE-Cinvestav.
Ciudad de México, D.F., México*

Resumen de ponencia

RUPTURAS E CONTINUIDADES DA VIOLÊNCIA E REPRESSÃO DE ESTADO NO BRASIL

*Brena Costa De Almeida

O presente trabalho apresenta uma análise acerca dos elementos de continuidade e ruptura que compõem os processos de violência e repressão de Estado no Brasil. Falar sobre violência de Estado e repressão em um país cuja sociedade foi fortemente marcada por três séculos de colonização, quase quatro séculos de escravidão e um longo regime empresarial militar, apresenta-se como um grande desafio, seja diante das dificuldades e complexidades de nossa democratização inacabada, seja frente às contradições e paradoxos que permeiam as especificidades das relações entre Estado e sociedade no curso de nossa história.

Para pensar com acuidade o problema da violência no Brasil entendemos que é relevante compreender alguns traços inscritos em nossa história política, não para fazer eco ou perpetuar origens, mas para perceber como se alinhavam os meandros desse tema tão complexo nas análises sobre nosso país. Em nosso sentir, não é possível compreender esse problema sem penetrar fundo em suas raízes, o fenômeno da violência não paira no ar e não existe por si só, está inscrito em nossa cultura política e como tal precisa ser observado de dentro dessa história, compreendendo como ela constitui uma “acumulação social da violência” que marca as nossas relações, tal qual as reflexões de Misse (2008).

Nesse sentido, toma-se como base, de um lado, um resgate do debate teórico sobre violência de Estado no Brasil, em especial no período das profundas transformações econômicas, políticas e sociais da redemocratização brasileira e, de outro lado, uma análise da experiência de mães e familiares de vítimas de violência e repressão de Estado na atualidade da democracia formalmente estabelecida. Busca-se problematizar as relações entre violência e política, luto e reconhecimento da vida, em conformidade com Butler (2017), questionando as condições que tornam possível que algumas vidas sejam dignas de luto, enquanto outras não o são.

Desse modo, cabe realizar um diálogo entre pressupostos teóricos do contexto histórico-político que atravessou as discussões sobre violência no período da redemocratização no Brasil e uma pesquisa empírica que compreende as estratégias empreendidas para reagir à violência de Estado e tornar visíveis mortes consideradas supérfluas e sem importância.

Tal análise encontra-se marcada pelos atravessamentos da história política do país e desenvolve os sentidos da violência de Estado em meio às nossas ambiguidades e dilemas sócio históricos, podendo oferecer contribuições gerais para compreensão do tema na América Latina.

Dessa forma, a pesquisa compreende como se constitui a lógica do discurso de guerra que pauta as políticas de segurança da agenda pública nacional. Em especial no contexto latino-americano, verifica-se que o discurso moral de uma “guerra contra o

mal” justifica a implementação de projetos políticos específicos e ações repressivas contra um “inimigo interno”, ora o “terrorista” ou o “subversivo” da ditadura empresarial militar, ora o “criminoso” ou o “traficante” da “guerra às drogas” da atualidade.

Verifica-se que o mito de uma guerra permanente contra um inimigo interno persiste enquanto sustentação ideológica que fundamentou a organização das polícias militares no Brasil. Mesmo após a redemocratização, quando muitos acreditaram que a militarização das polícias poderia deixar de ser “a alternativa”, ocorre a continuidade em nossa Constituição Democrática de 1988, entre o enfrentamento à “subversão da ordem” e o enfrentamento ao crime e ao tráfico. Esse “Outro”, cuja vida pode ser retirada, tal qual pronunciou o Homo Sacer de Agamben (2002), justifica hoje a ideologia da segurança nacional que fundamenta as políticas de repressão policial e de militarização dos territórios urbanos.

Faz-se relevante compreender como se compõem os enunciados e práticas discursivas que justificam, sobretudo moralmente, a violência de Estado sendo utilizada como uma tecnologia para governar, direcionada contra os sujeitos que são categorizados como “inimigos” em uma “guerra justa”. Nesse sentido, espera-se trazer elementos para contribuir com a construção de uma agenda de pesquisa sobre os discursos e os processos de violência de Estado no Brasil.

.....

* Brena Costa De Almeida

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro PUC-RIO. Rio de Janeiro, Brasil

Resumen de ponencia

SEGURANÇA PÚBLICA BASEADA EM EVIDÊNCIAS: EVIDÊNCIAS BRASILEIRAS SOBRE O QUE FUNCIONA PARA REDUZIR A VIOLÊNCIA

*Alberto Kopittke

Nas últimas quatro décadas o Brasil convive com índices epidêmicos de violência sem conseguir implementar políticas que tenham sucesso na reversão dessa situação, apesar do aumento do gasto público na área. Um dos motivos que tem sido apontados para esse insucesso é a não utilização de evidências científicas como referencial orientador dos processos de tomada de decisão na área (Beato, 2002; Rolim, 2006; Lima, 2008).

O presente trabalho buscará contribuir para superar essa lacuna sistematizando o conjunto de avaliações de impacto já realizadas no Brasil sobre projetos de prevenção à violência e seus fatores de risco, comparando esse conhecimento com as evidências já produzidas em nível internacional e por fim propondo diretrizes de evidências e sugestões para o fomento e a institucionalização do paradigma da Segurança Pública Baseada em Evidências no país, utilizando como referência os EUA e a Inglaterra, onde ela se encontra mais avançada.

As avaliações de impacto são um tipo de avaliação de resultado das políticas públicas, voltada a mensurar a eficácia de um programa, isto é o quanto aquela ação específica produziu de resultado na alteração de determinada condição social que se objetivou modificar. (RAMOS e SCHABBACH, 2012)

O movimento de Prevenção ao Crime Baseada em Evidências ou Segurança Pública Baseada em Evidências (SPBE), teve origem nos EUA e na Inglaterra nos anos 1970, inspirado no movimento de saúde baseada em evidências. O movimento defende que os governos e os órgãos públicos, como as polícias, devem financiar e executar apenas estratégias e programas que sejam baseados nas melhores evidências científicas disponíveis sobre o que funciona e o que não funciona para reduzir a violência (Sherman, 1985).

Seguindo os avanços da área da saúde baseada em evidências, essa concepção utiliza como referência os resultados de estudos experimentais e quase-experimentais, os quais já produziram desde os estudos pioneiros nos anos 1970, um importante acúmulo de conhecimento e um aumento relevante da eficácia, da eficiência e da legitimidade tanto das ações de repressão, quanto de prevenção à violência (Sherman, 2013 & Lum, 2009).

As revisões sistemáticas, as metanálises e as diretrizes de evidências têm sido três importantes ferramentas das políticas públicas baseadas em evidências voltadas a sistematizar e difundir conhecimento atualizado para a sociedade em geral, para os tomadores de decisão e para os servidores do nível de rua. Esses instrumentos sistematizam com rigor metodológico o conhecimento produzido pelos diversos estudos primários, produzindo evidências com maior índice de precisão, produzindo

recomendações práticas de qualidade ou então apontando as lacunas onde mais estudos devem ser realizados.

Dessa forma, o presente trabalho pretende contribuir para que a concepção de Segurança Pública Baseada em Evidências se difunda no país, fortalecendo a cultura da avaliação e da utilização dos resultados dessas avaliações nos processos de tomada de decisão, para que as políticas públicas de prevenção à violência venham a ter maior eficácia, eficiência, legitimidade e transparência, e assim passem a ter maior sucesso na tentativa de reverter a onda de violência que assola o país.

O anagrama PICOS da Revisão é o seguinte: 1) a população pesquisada abrangerá qualquer população brasileira; 2) o tipo de intervenção será deixado em aberto, para abranger qualquer tipo de intervenção realizada; 3) os controles também não serão restringidos; 4) os outcomes serão de crimes violentos, como homicídios, estupros, roubos e reincidência e não abrangerão indicadores que mensurem impacto em fatores de risco; 5) Os tipos de pesquisa que serão buscados são qualquer tipo de avaliação de impacto, sejam eles experimentais, observacionais, com ou sem grupo de controle, desde que tenham algum tipo de mensuração de impacto antes e depois.

A pesquisa empreenderá um grande esforço de busca ativa, buscando contatar diretamente um número relevante de Centros de Pesquisa, Organizações Não Governamentais, Órgãos de Governo e Organismos Internacionais, listas de emails e contato direto com pesquisadores renomados, que atuam nas áreas de segurança pública, saúde, educação e políticas públicas, em busca de estudos já realizados.

.....

*** Alberto Kopittke**

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul IFCH/UFRGS. Porto Alegre, Brasil

Resumen de ponencia

SEGURIDAD CIUDADANA Y COHESIÓN SOCIAL. UN APOORTE DESDE LAS COMPETENCIAS FUTBOLÍSTICAS

*Martin Angel Aniceto

RESUMEN

El presente material de estudio tiene por objeto el aportar, a través del deporte futbol -específicamente aquellos nucleados en la Liga Cordobesa de Futbol (LCF)² - al fortalecimiento del tejido social de la Ciudad de Córdoba, a través de la articulación política, institucional y comunitaria, mediante la coordinación de esfuerzos y el desarrollo de capacidades por parte de los actores sociales vinculados a las competencias deportivas futbolísticas, proyectando estrategias de intervención preventivas, de cohesión social y de seguridad ciudadana.

El proyecto asume a la Cohesión Social, por lo conceptualizado por CEPAL-UN para América Latina, como el grado de intensidad de las interacciones entre los diferentes miembros de una comunidad o grupo social (en este caso actores sociales relacionadas al futbol), implicando, sentido de comunidad, similares oportunidades, respeto por la diversidad, sentido de pertenencia y confianza interpersonal e institucional³.

El deporte ha sido considerado tradicionalmente un medio apropiado para conseguir valores de desarrollo personal y social; afán de superación, integración, respeto a la persona, tolerancia, aceptación de reglas, perseverancia, trabajo en equipo, superación de los límites, autodisciplina, responsabilidad, cooperación, honestidad, lealtad, etc., siendo éstas cualidades deseables por una comunidad y que se proponen a través del deporte.

Durante el año 2015, la L.C.F. ha desarrollado 486 espectáculos futbolísticos en la ciudad de Córdoba a través de sus torneos de primera división "A y B", participando jóvenes en un promedio de 18 a 25 años de edad, de los cuales 126 partidos se desarrollaron (por decisión de la Policía y anuencia de la L.C.F.) sin público visitante, y otros 24 cambiaron de localia, desarrollándose en un estadio y/o cancha neutral; representando ello un total de 33% de los eventos deportivos sin público visitante. Medidas que se fundan o justifican en partidos de alto o mediano riesgo en lo que respecta a la violencia (en la mayoría de los casos argumentados por sus antecedentes), decisiones que proponen o esgrimen reducir a corto plazo la violencia de los eventos deportivos. Pero ello, indudablemente, a mediano y largo plazo, conspira contra el mejoramiento de la cohesión social, generando aún más rivalidad, distancia, desprecio, enemistades, entre otros efectos; indudablemente mientras no propongamos alternativamente acciones que tiendan a interrelacionar, articular, consolidar y respetar a los actores involucrados, el temor y los hechos de violencia seguramente continuarán o seguirán incrementándose.

Es difícil considerar, que las acciones provenientes de modelo de seguridad comunitaria, el cual considera al ciudadano un actor determinante en mejorar su

calidad de vida, provengan de un modelo de intervención policialista (esforzándome en hacer foco exclusivamente en los espectáculos futbolísticos) como el actual; es por ello, que esta propuesta de intervención social requiere nuevos actores que se integren, involucren y responsabilicen a los actores sociales que de alguna manera participan, inciden (o que debiesen incidir) en posicionar a los clubes de fútbol barriales como valores públicos, como constructores de lazos y valores sociales, y que en la actualidad tienden a desaparecer o en el mejor de los casos a generar más descomposición.

Finalmente, anticipo que el presente estudio formó parte de un proyecto académico que desarrolle en la CAF - Banco de Desarrollo de América Latina, a través del Instituto Federal de Gobierno, de la Facultad de Ciencias Políticas de la Universidad Católica de Córdoba, durante el año 2017 y será presentado a consideración del Co.Se.De.Pro. (Consejo de Seguridad Deportivo de la Provincia de Córdoba), como propuesta de inclusión política para la gestión 2018/19, en el marco del Plan Integral de Seguridad Pública que lleva a cabo el Ministerio de Gobierno de la Provincia de Córdoba.

Referencias

1 Licenciado en Seguridad, egresado de la UNVM - Procurador, egresado de la Universidad Siglo 21 - Diplomado en Políticas Públicas para el bien común, ACEP - Diplomando en el curso de Programa de Gobernabilidad, Gerencia Política y Gestión Pública de la CAF - IFG - UCC.

2 La LCF es una liga regional de fútbol de Argentina, en la que participan clubes de la ciudad de Córdoba y de localidades aledañas. A nivel nacional, el campeonato se ubica por debajo de la 5ª categoría para los clubes indirectamente afiliados a la AFA, más específicamente debajo del Torneo Federal "C". Participan 36 equipos entre las dos divisiones que la conforman, y cada final de campeonato, se otorgan 3 plazas para la participación en el mencionado Torneo Federal.

3 <http://www.cepal.org/es/publicaciones/2812-cohesion-social-inclusion-sentido-pertenencia-america-latinacaribe>

.....

*** Martín Angel Aniceto**

Universidad Nacional de Villa María UNVM. Córdoba, Argentina

Resumen de ponencia

SEGURIDAD CIUDADANA, DERECHOS HUMANOS Y VIOLENCIA DE ESTADO EN MÉXICO.

*Jorge Ceja

El buen funcionamiento del modelo de acumulación capitalista en México conlleva el desconocimiento de los derechos de ciudadanía, la sistemática violación de los derechos humanos, la corrupción y, entre otros fenómenos, la impunidad. Como ha sido ampliamente documentado por organismos nacionales e internacionales, en el país perduran prácticas violatorias de los derechos humanos. La subsistencia de dichas prácticas no es un simple legado de un pasado autoritario, sino un dispositivo al que los actores autoritarios de hoy acuden con el propósito de salvaguardar y reproducir el orden excluyente. La creciente crisis e inestabilidad del sistema va aparejado con el aumento de las violaciones de los derechos humanos, como también de la acentuación del carácter policial del Estado.

El modelo neoliberal instrumentado en el país a partir de 1983 -pero profundizado sin interrupción alguna desde entonces a la fecha, ha demolido la mayoría de los derechos de ciudadanía conquistados por los excluidos durante las primeras tres cuartas partes del siglo pasado. Pero también ha arrasado con buena parte de los bienes comunes nacionales. Hoy, en México se paga el salario mínimo más bajo de la región -incluyendo a Haití-. Las comunidades rurales enfrentan diversas amenazas y formas concretas de despojo. Múltiples intereses de actores empresariales (legales, ilegales, nacionales y extranjeros) protegidos -por acción u omisión- por agentes gubernamentales y disposiciones normativas aquejan a cientos de miles de campesinos. Dentro de este marco de naturalización del pillaje, el territorio se ha convertido en botín y sus residentes en poblaciones sobrantes. Se estima que en poco más de una década, el Estado le ha concesionado a las compañías mineras, muchas de ellas extranjeras, entre el 25 y el 30% del territorio nacional. Sin embargo, el territorio en disputa es mucho mayor. A la par del interés por apropiarse de los minerales metálicos, no metálicos y los hidrocarburos, está el de asegurarse las zonas con potencial turístico (incluyendo bosques, selvas y costas), las fuentes de agua dulce, y, entre otros, la explotación de recursos bióticos. Sobre el territorio también ejercen presión y control los cárteles de la droga, como otros grupos delincuenciales que se disputan amplias zonas del país. Dentro de este contexto, las comunidades rurales enfrentan a poderosos adversarios. Sus luchas suelen ser silenciadas y criminalizadas y, en no pocas ocasiones, han padecido violaciones a sus derechos humanos, cometidas tanto por agentes estatales, como por grupos paramilitares. En diversas regiones y localidades se ha documentado que los empresarios actúan en connivencia con grupos delincuenciales -y con actores gubernamentales- con el fin de apaciguar las resistencias de los pobladores en contra de los proyectos extractivos, incluso haciendo uso de estrategias de terror para obligar al desplazamiento forzado. En este clima de violencia, la impunidad reinante funciona como dispositivo para

asegurar la reproducción de prácticas de acumulación por desposesión. El miedo se esparce y la autoridad parece incompetente para salvaguardar la seguridad ciudadana, garantizar el estado de derecho y el acceso a la justicia. Así, simplemente, se archivan los más de 200 mil casos de asesinatos ocurridos en el país durante los últimos doce años; se ignoran los más de 30 mil casos de desaparición de personas (no pocas de ellas, forzadas), el asesinato y desaparición de más de un centenar de periodistas, y el hostigamiento y homicidio de activistas sociales; se permanece omiso ante los feminicidios; se niega el uso de la tortura como práctica generalizada de las autoridades judiciales en contra de los detenidos; se permanece indiferente ante los secuestros y las extorsiones; no se indagan los múltiples casos de corrupción gubernamental y de enriquecimiento ilícito; tampoco la trata de personas; la violación de los derechos laborales; etcétera. Diversos organismos han advertido que en México el índice de impunidad supera el 95%. En materia de corrupción, el país ocupa unos de los primeros lugares a escala global.

Cuando parecía que con el caso Ayotzinapa (Iguala, Guerrero, septiembre 2014) se tocaba fondo [no sólo por la atrocidad cometida en contra de las víctimas, la clara muestra de la connivencia existente entre gobernantes, fuerzas de seguridad e integrantes de crimen organizado, la movilización de la sociedad civil nacional e internacional, como la demanda de numerosos organismos que exigieron justicia y aparición con vida de los 43 jóvenes víctimas de desaparición forzada], lamentablemente pronto se evidenció que el pacto de impunidad creado en torno a estos hechos anunciaría futuras violaciones.

El trabajo, en primer término, se propone explicar la relación que existe entre la violencia de Estado y las diversas formas de despojo instrumentadas en el país durante las pasadas administraciones neoliberales panistas y priistas. En segundo lugar y considerando el proceso electoral federal que culminará con la elección del próximo presidente de la república (2018-2024) y, entre otros cargos, la renovación de los congresos legislativos federales, se indaga el posicionamiento de diversos actores políticos (partidos políticos y candidatos a puestos de elección popular) y sociales (organizaciones civiles pro derechos humanos) en torno a la promulgación de Ley de Seguridad Interior -en este momento a revisión en la Suprema Corte de Justicia de la Nación- y que fue impugnada al considerar que busca normalizar la presencia de las fuerzas castrenses en la vía pública para contener a los movimientos sociales antisistémicos.

.....

* Jorge Ceja

Centro Universitario de Ciencias Sociales y Humanidades. Universidad de Guadalajara - CUCSH/UDG. Guadalajara, México

Resumen de ponencia

SER JOVEM NA PERIFERIA: A ABORDAGEM POLICIAL E O CORPO INCIRCUNSCRITO

*Deinair Ferreira De Oliveira

O presente trabalho é fruto da dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Sociedade da Universidade Estadual do Ceará, Brasil. Na ocasião, pesquisei como jovens moradores da periferia de Fortaleza-Ceará, atendidos por um Programa social do governo do Estado, estruturavam suas vidas frente ao cotidiano de violência e de exposição ao tráfico de drogas, homicídios e a ação violenta da polícia. A pesquisa, de cunho qualitativo, foi realizada com jovens de 12 a 18 anos, com a utilização de recursos metodológicos como entrevistas e grupos focais.

Durante todo o período de inserção no campo e no decorrer do processo de análise dos dados e escrita da dissertação, me deparei com muitas questões referentes às vivências dos jovens. Sem querer cair nas armadilhas dos discursos prontos sobre a relação juventude pobre e violência, percebi que vivenciar a juventude em uma realidade de periferia é estar exposto a uma complexidade de fatos que interferem diretamente na vida destes.

Refletindo sobre as muitas vivências que os jovens sujeitos da pesquisa experimentavam, e que me relatavam nos grupos focais, minha atenção se voltou em especial para a questão da abordagem policial, fato exhaustivamente comentado pelos jovens ao se referirem à ideia da rua como espaço violento. Assim, neste artigo objetivo discutir a prática da abordagem policial em jovens de bairros da periferia, tomando como categoria de análise a compreensão de “corpo incircunscrito” de Teresa Caldeira.

Quando se trata do tema violência os jovens ganham muita visibilidade, sobretudo em bairros da periferia da cidade, onde há a suspeita cotidiana de que eles sejam autores de crimes. Nesse sentido, é comum nos diversos bairros o policiamento ser realizado com foco na abordagem de pessoas que apresentam características consideradas socialmente como de prováveis criminosos, mediante estereótipos relacionados ao modo de se vestir e usar o cabelo, trejeitos etc. Isto é cotidianamente observado nas descrições de noticiários de crimes que envolvem jovens, e também nas narrativas dos sujeitos da pesquisa: “Os policiais vão pra campo [...] aí tem aquela ruma de gente com aqueles cabelos, aquelas kenner, aquelas roupas, o policial já fica suspeitando” (Jovem 1 - Grupo Focal).

Além das características citadas pelo jovem na fala acima, outro fator relevante para a suspeita do policial é a cor da pele. Se algumas juventudes experimentam situações de estigmatização, Guimarães (2011) explica que as expressões juvenis negras e moradoras da periferia são comumente criminalizadas, sofrendo a restrição da liberdade e dos espaços de circulação, a dominação dos corpos, dentre outras questões que fazem da violência o elemento mais presente na vida dessas populações.

Na rotina das abordagens, um fato que me chamou a atenção na fala dos jovens foi a forma como o corpo é tratado:

D: Como é essa abordagem, qual o tipo de abordagem que a polícia faz?

J2: E quando eles pegam maldade assim com o cara, eles ficam logo com o cara, quer dar lapada, aí manda ir pra parede e abrir a perna, aí quando eles não gosta do jeito que nós estamos, dá chute na perna, aperta a mão, entorta a pessoa toda, fala bem altão bem pertinho, faz nós passar vergonha no meio da rua...

(Jovem 2 - Grupo Focal)

Como observado na fala acima, o corpo do jovem no momento da abordagem, encontra-se totalmente vulnerável a ação do policial que, em um ato arbitrário no uso de sua autoridade e desrespeito aos direitos, submete aos abordados a imposição da força, ressaltando a sua característica de dominado, mesmo que aquele jovem não apresente provas de envolvimento em crimes.

Caldeira (2000) explica que no Brasil o corpo “é concebido como um lócus de punição, justiça e exemplo” (p. 370). Nesse sentido, muitas pessoas acreditam ser o lugar conveniente para o exercício da autoridade praticada através da promoção da dor. De acordo com a autora:

Nos corpos dos dominados - aqueles em posição de autoridade marcam seu poder procurando, por meio da inflição da dor, purificar as almas de suas vítimas, corrigir seu caráter, melhorar seu comportamento e produzir submissão. Para entender como essas concepções e suas consequências podem ser aceitas como naturais na vida cotidiana, não é suficiente simplesmente desvendar as associações de dor e verdade, dor e desenvolvimento moral ou mesmo dor e um certo tipo de autoridade. Essas concepções de punição e castigo estão associadas a outras noções que legitimaram intervenções no corpo e a falta de respeito aos direitos humanos (CALDEIRA, 2000, p. 370).

Nessa perspectiva, as práticas violentas realizadas nos corpos dos jovens são realizadas naturalmente e algumas vezes até compreendidas na sociedade como ação com vistas à correção e ao disciplinamento e, por isso, justificada: “Aí eles simplesmente pegam os meninos, né, os rapazes e... Se eles quiserem pegar qualquer um... Se eles quiserem bater, eles batem” (Jovem 3 - Grupo Focal).

Para Teresa Caldeira (2000) a forma naturalizada pela qual os brasileiros conferem a submissão da dor a outrem com o objetivo de promover ações corretivas, coaduna com outras percepções elaboradas sobre o corpo no imaginário social. A utilização da violência como instrumento de manutenção da ordem remete ao período colonial e “esse forte resquício da sociedade escravocrata desnuda a natureza ideológica da classe dominante brasileira” (GUIMARÃES, 2011, p. 313).

Nessa compreensão, de acordo com Caldeira (2000), as intervenções e manipulações efetuadas, seja no corpo de outras pessoas ou no próprio corpo, que podem ser violentas ou não, são avaliadas em uma perspectiva natural e, em alguns casos, são inclusive desejáveis na cultura estabelecida. Tais intervenções revelam o corpo enquanto elemento incircunscrito:

Por um lado, o corpo incircunscrito não tem barreiras claras de separação ou evitação; é um corpo permeável, aberto à intervenção, no qual as manipulações de outros não são consideradas problemáticas. Por outro lado, o corpo incircunscrito é desprotegido por direitos individuais e, na verdade, resulta historicamente da sua ausência. No Brasil, onde o sistema judiciário é publicamente desacreditado, o corpo (e a pessoa) em geral são desprotegidos por um conjunto de direitos que o circunscreveriam, no sentido de estabelecer barreiras e limites à interferência ou abuso de outros (CALDEIRA, 2000, p. 370).

Essa intervenção exercida nos corpos geralmente não é questionada por alguns setores da sociedade, e, tendo em vista o aumento da violência, por vezes é até legitimada como método de disciplinamento e controle da criminalidade. Assim, o corpo dos jovens da periferia, na condição de incircunscrito, é privado de direitos individuais, pois o conjunto de direitos que funcionariam como barreiras de circunscrição ao corpo no sentido de impermeabilizá-lo contra os abusos e interferências realizadas sobre ele, não são efetivamente viabilizados. Nesse sentido, o corpo incircunscrito é o corpo desprotegido, como o dos jovens pesquisados, que mesmo não estando exercendo nenhuma prática delituosa tem o seu corpo exposto a interferências externas, sobretudo da polícia, que diante da sociedade tem legitimada a sua autoridade como mantenedora da ordem, sendo a manipulação dos corpos observada como prática legítima de controle, especialmente quando diz respeito aos jovens pobre, pardos e negros, moradores de bairros da periferia da cidade, restando-lhes lidar com a violência policial e a discriminação de ser jovem na periferia.

REFERÊNCIAS

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidades de Muro: Crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Ed. 34; Edusp. 2000.

GUIMARÃES, Ângela. Dilemas da vivência da juventude negra no Brasil. In: PAPA, Fernanda de Carvalho. Freitas, Maria Virgínia de. (org.). *Juventude em Pauta: Políticas públicas no Brasil*. São Paulo: Peirópolis, 2011. p.307-319.

.....

* Deinair Ferreira De Oliveira

Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Rio Grande do Sul - PPS/UFRGS. Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil

Resumen de ponencia

SER NEGRA/O E ESTAR POLICIAL MILITAR DO DISTRITO FEDERAL

*Andresa Pereira De Sena

Este artigo tem como campo a Polícia Militar do Distrito Federal. Localizado no Brasil, o Distrito Federal é uma das 27 unidades federativas do Brasil, onde está localizada a capital do Brasil, Brasília sede do Governo Federal. No Distrito Federal, foram feitas entrevistas com policiais de diversos Batalhões localizados nessas regiões administrativas.

Nas últimas décadas estudos e debates sobre a Polícia Militar brasileira têm sido feitos a fim de compreender não somente a violência policial no país, bem como políticas de segurança pública destinadas a resolução de problemas com a segurança no Brasil. Pesquisas com foco na relação entre polícia e sociedade, polícia e Estado, trabalho policial, aumento da violência no Brasil e o seu papel da diminuição do crime são alguns exemplos.

Algumas pesquisas apontam para o racismo institucional na Polícia Militar brasileira, tendo como base e justificativa o índice de violência policial nas comunidades e periferias do país, levando em conta os altos índices de morte da juventude negra e encarceramento da mesma. Outros estudos apontam que a suspeição policial tem cor, idade até mesmo forma de andar e de se vestir. Silva (2009) aponta que o perfil de suspeição policial está vinculado a figura do jovem, homem negro e pobre.

O conceito de estigma de Goffman (1982) pode explicar muito bem essa estereotipação dos sujeitos negros enquanto os suspeitados da polícia. O estigma, segundo o autor, aponta para a relação entre atributos e estereótipos que têm sua origem na construção social dos significados por meio da interação social. Esse constructo leva a formação de identidades sociais fruto da criação de categorias sobre tal indivíduo pela sociedade externa a ele. Essas categorias são geralmente padrões criados entre aquilo que é considerado certo e/ou normal. O indivíduo que foge da “normalidade” prevista por essa construção social do certo e/ou normal, é taxado enquanto uma identidade negativa para a sociedade.

A negritude tem um longo histórico de preconceitos atribuídos a cor de sua pele. Neuza de Souza Santos (1983) pontua que por muito tempo a categoria negro esteve associada a sujeira, pobreza, feiura e todos adjetivos negativos de subalternidade. Ou seja, a identidade da pessoa negra deteriorada pela carga do racismo ainda presente na sociedade.

Sendo assim, não é de se estranhar que esses estereótipos façam parte do imaginário policial e/ou de suas práticas rotineiras de abordagens dos jovens negros. Mas, o que as várias pesquisas sobre o perfil policial dizem é que mais da metade da Polícia Militar brasileira é negra. Os dados da SENASP (2009) apontam que numa estimativa nacional 58,1% das/os policiais militares praça são negras/os e, oficiais são cerca de 47%. Um contingente alto de negras/os na Polícia Militar. Isso significa que ocupar posição na

Polícia Militar, não exclui a possibilidade de que essas e esses policiais contribuam para a repercussão do racismo por meio do trabalho policial. (Davis, 2009)

A/o policial negra/o transita entre esses dois espaços, o de negro sem a farda - como o suspeito - e o de policial, aquele que identifica o suspeito. Ou seja, a/o policial negra/o transita entre a posição de suspeito e a posição de quem aborda o suspeito. Por isso, se questiona: de onde vieram essas/es policiais negra/os? Qual sua trajetória de vida antes e depois de se tornarem policiais? Existem vivências em comum entre jovens negros suspeitados e policiais negra/os? Essas perguntas foram importantes para constatar não somente a trajetória de vida das/os policiais, mas para compreensão de seu imaginário acerca do jovem negro da periferia.

Portanto, a partir dessa relação entre suspeito e policial negra/o pretendeu-se discutir a trajetória de vida de policiais autodeclaradas/os negras/os do Distrito Federal, a fim de identificar o caminho trilhado por elas/es até o momento de encontro com a profissão policial. Ou seja, quais seriam as implicações de ser negra/o e ser policial; os processos que o levaram a entrar para a polícia e qual seu lugar de origem. Entre os entrevistados estão presentes 5 policiais masculinos e uma policial feminina da Polícia Militar do Distrito Federal. Por meio de entrevistas semiestruturadas foi possível observar que a maioria das/os policiais entrevistados vieram de regiões periféricas do Distrito Federal; além de que entrar na polícia foi um meio de ascensão social para as/os mesmas/os; e mais, a sua convivência com a comunidade onde vivem mudou bastante em decorrência da nova profissão em que assumem hoje, a de policial. Ou seja, observou-se que existem implicações entre ser negro e estar policial militar no Distrito Federal.

A partir desses resultados é possível perceber que as histórias de vida de policiais negra/o(s) se cruzam com a dos jovens negros suspeitados, desde sua origem até experiências vivenciadas por eles como por exemplo a abordagem policial (conhecido como baculejo). Compreendeu-se também, que a escolha pela profissão aconteceu por falta de oportunidade ou escolha, não por vocação a profissão policial. E por fim, observou-se que apesar da profissão policial carregar status e poder, ela não inibiu da vida dessa/e(s) policiais a relação com o racismo.

Referência bibliográficas

DAVIS, Angela Y. A democracia da abolição: para além do império, das prisões e da tortura. Rio de Janeiro: DIFEL, 2009.

GOFFMAN, E. Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

SENASP. Pesquisa Perfil das Instituições de Segurança Pública 2013 (ano base- 2012). 2014.

SENASP. Relatório Descritivo. Perfil das organizações de Segurança Pública. Perfil das Organizações Estaduais e Municipais de Segurança Pública. 2006.

SILVA, Gilvan Gomes. A lógica da Polícia Militar do Distrito Federal na Construção do Suspeito. Dissertação de Mestrado em Sociologia, UnB, 2009.

SOUZA, Neusa Santos. Tornar-se negro ou As Vicissitudes da Identidade do Negro Brasileiro em Ascensão Social. Rio de Janeiro. Edições Graal, 1983.

.....

*** Andresa Pereira De Sena**

Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Departamento de Sociologia da UnB. Universidade de Brasília - PGSOL/UnB. Brasília/ DF, Brasil

Resumen de ponencia

SHOCK Y RESISTENCIA: LA BIO-LANZA UN ACTO DE LA IMAGINACIÓN MORAL

*Luís Felipe Castrillon

En nuestro presente existe una desconexión en el principio heterotopológico comunicacional de la generación en el presente colombiano; las razones no solo tienen que ver con ámbitos de agenciación educativa, económica; sino también por agenciación político-militar que bajo la construcción de escenarios hostiles se practicaron los más dantescos actos del terror, y cuyas dinámicas se tornaron en dispositivos del olvido, del silencio, de la cautivación .

Estos dispositivos en su acometida de posesión territorial no lograron eliminar, desaparecer pensamientos de lucha y resistencia , me refiero a acciones de dinámica comunitaria, de koinonia, de Común-Unidad que hoy son contradiscurso y salida a las dinámicas del capitalismo esquizofrénico y que desde el aparato institucional se trató de invisibilizarlos, ocultarlos o en caso extremo de biologizarlos como adversidad que daña el cuerpo social donde la única acción posible de superarla sería una higienización que lo eliminara.

De allí la importancia de la comprensión histórica de las dinámicas del “SHOCK Y RESISTENCIA EN COLOMBIA” , a partir de la cual se generan las acciones hacia la construcción de la paz desde la Imaginación Moral como un acto de Bio - Lanza desde la EducAcción en instituciones educativas de Básica y Media; dado que es allí donde es posible la generación de nuevas dinámicas de la ciudadanía del Posacuerdo en Colombia.

Tal propuesta opta por una metodología basada en procesos reflexivos de análisis historiográficos y documentales extraídos de revistas y archivos judiciales. Fueron vinculados entre sí después de haber realizado lecturas profundas, acerca del conflicto colombiano que datan desde los años 50s hasta la actualidad; estructuradas en un discurso sobre el fenómeno del paramilitarismo en relación con la estructura económica neoliberal. Para tales fines, se asumió como lógica analítica, las reflexiones de investigaciones anteriores del semillero de investigación Cotidianidad, Violencia, Memoria y Reparación (COVIMERE) del Departamento de Historia y Geografía de la Universidad de Caldas; es así como nos situamos en la historia social de la memoria que expone Peter Burke en su texto “Formas de Historia Cultural”, en donde sostiene que este tipo de historia social de la memoria, “intenta responder a tres grandes preguntas: ¿cuáles son las formas de transmisión de los recuerdos públicos y como han cambiado en el tiempo? ¿Cuáles son los usos de esos recuerdos, del pasado, y como han cambiado? Y, a la inversa, ¿Cuáles son los usos del olvido?”

Parafraseando al autor, tales recuerdos son afectados por la organización social de la transmisión, y los cuales son agenciados por unos medios, a saber: (A) tradición oral como aspecto simbólico de narración y la disminución de llegar a establecer hechos

objetivos. (B) El mismo ámbito tradicional del historiador, los recuerdos y los registros escritos que moldean memoria. (C) Las imágenes, las pinturas y la fotografía, así mismo monumentos públicos; todos los cuales configuran la memoria nacional. (D) Las acciones que transmiten recuerdos y habilidades desde ritualizaciones y actos conmemorativos. (E) El espacio que nos permita ubicar teatros del recuerdo.

En todos ellos existirá una concurrencia, un “Esquema” , como asociación a representación, muchos de ellos desde ámbitos míticos que asignan significado simbólico a personajes con proporciones heroicas. Es uno de los mecanismos de difusión oral de la memoria por ejemplo, desde donde se nivela, intensifica, condensa y desplaza la representación para su cristalización ahora en presente.

Cabe por demás, explicitar que dentro de tales ordenes de organización social, también emergen organizaciones del olvido desde un control social que normativiza la exclusión desde la supresión y represión; así mismo la amnesia en el marco institucional de las amnistías como un olvido en beneficio de la cohesión social, una censura oficial, un olvido organizado, y que a su vez dinamiza la amnesia vergonzosa del colectivo.

¿Qué papel cumple allí entonces la Ciudadanía Memorial?, ¿Cómo posibilitarla en Colombia?.

.....

*** Luís Felipe Castrillon**

Facultad de Ciencias Jurídicas y Sociales. Universidad de Caldas - JURIDICASYSOC/UCALDAS. Manizales-Caldas, Colombia

Resumen de ponencia

SIMULACIONES DE TERRORISMO INDÍGENA LA INDUSTRIA DE SEGURIDAD PRIVADA EN LOS PRIMEROS TIEMPOS DE MILITARIZACIÓN DE LA ARAUCANÍA

*María Cristina Cariola Eriksson

Esta ponencia indaga sobre el papel de la industria de seguridad privada (ISP) en lo que hoy se conoce como el proceso de militarización de la región de la Araucanía en Chile. Dado que este proceso ha sido mayoritariamente protagonizado por fuerzas públicas, otros actores de violencia han recibido poca atención y su función ha quedado invisibilizada. Sin embargo, durante los primeros años del nuevo ciclo del conflicto territorial entre el estado chileno, la industria forestal y las comunidades Mapuches en resistencia, varias empresas de seguridad privada (ESP), contratadas por empresas forestales, asumieron un rol importante en conflictos locales.

En el año 2000, un joven de 21 años se suicidó en casa de sus padres en Santiago de Chile, dejando atrás lo que será más que una carta de despedida. La carta contenía el testimonio de una serie de acciones en las que participó durante su empleo de guardia de la forestal MININCO, subcontratado a través de la empresa de seguridad privada OSEPAR, en la zona de la Araucanía. El ex-guardia relataba su participación en una serie de auto-atentados contra fundos y predios de MININCO que luego serían presentados por la misma empresa como "atentados Mapuches". Uno de ellos, la quema del Fundo Rucañanco en agosto 1999 llegaría a ser el argumento principal del Gobierno Regional de la Araucanía para la aplicación de la Ley de Seguridad Interior del Estado en agosto 1999.

En esos años, el imaginario público del "terrorismo comunista", el "enemigo interno" de la Doctrina de Seguridad Nacional se encontraba en un proceso de mutación en Chile; la idea de "terrorismo étnico" o "terrorismo mapuche" se consolidaba, convirtiéndose en el factor decisivo para la aplicación de la ley antiterrorista al principio de los 2000s. El caso OSEPAR-MININCO nos invita a indagar sobre el papel que han jugado fuerzas de seguridad privada en los primeros momentos del proceso de militarización de la Araucanía y la emergencia de la noción de "terrorismo mapuche". En esta ponencia trato entonces de responder la siguiente pregunta: ¿Cuál ha sido la participación de OSEPAR, empresa de seguridad privada contratada por MININCO, en la estigmatización del movimiento mapuche como amenaza de seguridad, en el contexto de militarización que actualmente dan respuesta a las demandas territoriales.

La ISP ha crecido explosivamente durante las últimas décadas a nivel latinoamericano y mundial (véase Abrahamsen & Williams 2010). En Europa y Estados Unidos, varios autores han apuntado al aumento drástico de la ISP en operaciones tradicionalmente asociadas al estado (control fronterizo, administración de migrantes ilegalizados dentro de los estados-naciones, etc. (Véase Andersson 2014, Lemberg 2011). En este sentido, la ISP participa en la producción performativa de la idea de "ilegalidad" a

traves de la aplicación de la ley en términos de espectáculo (De Genova 2012). Otros autores como James Ferguson (2005, 2006) han destacado que la profunda reconfiguración del concepto de soberanía de estados africanos permite la contratación de ISPs por parte de proyectos extractivistas en países como Sierra Leone y Angolia. Este enfoque propone conceptualizar la territorialización contemporánea fomentada por el capitalismo extractivista transnacional en términos de 'enclavización', pues la intervención de la seguridad privada en tales predios vulnera la soberanía de los estados e introduce sus propios monopolios del empleo de la fuerza legítima.

No obstante, tal observación sobre el papel de las ESP en la degradación de la soberanía nacional no se traduce fácilmente al caso de los forestales chilenos a finales de los 90s. Como se verá en mi argumentación, la participación de la ISP no constituye en ese caso una desarticulación del monopolio del ejercicio legítimo de la fuerza según la formulación weberiana clásica. Por el contrario, los autoatentados de OSEPAR funcionaron como un requerimiento a que el estado impusiese el orden público. Analizando el caso de los autoatentados de OSEPAR como parte de una declaración de seguridad performativa (Goldstein 2010, pero véase también Buzan et al. 1993), propondré que se puede entender el papel de la seguridad privada como parte de una articulación discursiva que contribuye a designar al movimiento mapuche como 'amenaza de seguridad'. Ello no solamente respecto a las micro-cadenas productivas de la industria forestal, sino que frente al estado chileno mismo y su comunidad imaginaria. Esta consolidación discursiva no puede separarse del subsiguiente proceso de militarización estatal de las zonas del sur de Chile.

Literatura

- Abrahamsen, Rita & Micheal Williams. 2010. *Security beyond the state: Private Security in International Politics*. Cambridge: Cambridge University Press
- Andersson, Ruben. 2014. *Illegality, Inc. Clandestine Migration and the Business of Bordering Europe*. University of California Press.
- Lemberg-Pedersen, M 2011, *Private Security Companies and the European Borderscapes*. En: T .Gammeltoft-Hansen & N. Nyberg Sørensen (eds), *The Migration Industry and the Commercialization of International Migration*. Routledge, Global Institutions Series, vol. 69, pp. 152-172.
- De Genova, Nicholas. 2012. *Migrant 'Illegality' and Deportability in Everyday Life*. *Annual Review of Anthropology* 31:419-447.
- Goldstein, Daniel. 2010. *Toward a Critical Anthropology of Security*. *Current Anthropology* 51(4):487-517
- Barry Buzan, Barry, M. Kelstrup, P. Lemaitre y Ole Wæver. 1993. *Identity, migration and the new security order in Europe*. London: Pinter.

.....

* María Cristina Cariola Eriksson

Departamento de Antropología, Universidad de Copenhagen (Dinamarca) UC. Copenhagen, Dinamarca, _Otros

Resumen de ponencia

TRANSITANDO DESDE LO PRIVADO A LO PÚBLICO UNA REFLEXIÓN SOBRE CÓMO INCORPORAR LA VIF EN LA AGENDA PÚBLICA DE SEGURIDAD

*Katherine Paez

*Patricia Varela

La presente ponencia tiene como objetivo principal establecer las razones de por qué la violencia intrafamiliar (VIF), enfocándose especialmente en la VIF hacia la mujer, debe considerarse un tema de seguridad pública en Chile.

En la actualidad, pese a presentar mayor incidencia que otros delitos, la VIF no es considerada en la agenda de seguridad pública nacional ni tampoco en las agendas locales.

Según datos de la Subsecretaría de Prevención del Delito, en Chile en el año 2016, los casos de VIF fueron 8 veces más que las lesiones graves, 4 veces más que los robos de vehículos y 2 veces más que los robos con violencia o intimidación, sin embargo, tanto los robos con violencia como los robos de vehículos generan mayor impacto social, tienen mayor cobertura en los medios de comunicación, y son incorporados, por ejemplo, en los planes de seguridad barriales, situaciones que no ocurren con la VIF, la cual sigue siendo abordada principalmente desde el Ministerio de la Mujer y la Equidad de Género a través de campañas de prevención, y no desde el Ministerio del Interior y Seguridad Pública. Esta situación da cuenta de que la VIF sigue siendo abordada, desde la política pública, como un problema "de las mujeres" circunscrito al ámbito privado, lo que tiene consecuencias en los recursos con los que se cuenta para su prevención y abordaje, la efectividad de las políticas implementadas, etc.

Para fundamentar la pertinencia y necesidad de considerar los delitos de VIF en las agendas de seguridad pública, se realiza en un primer momento una revisión teórica de los conceptos de seguridad pública y de seguridad humana, identificando los elementos claves que permiten entender VIF como un componente de estos.

A partir de esta base teórica se realiza el estudio que establece las razones de por qué la VIF debe considerarse un tema de seguridad pública, a partir del análisis de tres etapas.

La primera etapa dice relación con cómo se entiende la VIF desde el Estado y desde actores claves expertos/as en temáticas de seguridad pública. Para esto primero se realiza un análisis de las leyes, especialmente la Ley N° 20.066, y de las políticas públicas existentes en la materia, para identificar elementos clave posibles de relacionar con la definición de seguridad pública y humana y también elementos obstaculizadores y ausentes. En el caso de los actores claves, se realizarán entrevistas para indagar acerca de cómo actualmente se están posicionando los temas dentro de la agenda de seguridad pública, bajo qué criterios, su percepción sobre la VIF, las razones de por qué esta no se ha incorporado aún dentro de las agendas de seguridad pública y si es para ellos/as lo suficientemente relevante para incluirla.

La segunda etapa busca entregar una base cuantitativa que evidencia la magnitud de este tipo de delitos y la evolución de estos en los últimos cinco años en distintos niveles territoriales, incluyendo tasas de incidencia, perfiles de víctimas y victimarios, porcentaje de denuncias y detenidos, entre otros indicadores relevantes. El anterior análisis se complementa con la comparación de los mismos indicadores para los delitos considerados de mayor connotación social. Esta comparación permite establecer la relevancia de la VIF dentro de la sociedad chilena, su aumento progresivo y sus mayores tasas de incidencia respecto a otros delitos que son considerados de mayor connotación dentro de la agenda de seguridad pública.

En la tercera etapa, a partir de un análisis triangulado y entregando fundamentos teóricos y prácticos, se pone en evidencia la magnitud de la VIF en Chile, y la importancia de relevarla e instalarla dentro de las agendas de seguridad pública.

Y finalmente, dado que también se realizó un análisis de las políticas públicas existentes en el tema se entrega una serie de recomendaciones para el rediseño y mejora de las políticas existentes y también establecer necesidades de nuevas políticas que se refieran a la prevención y abordaje de los casos de VIF.

.....

*** Katherine Paez**

Isónoma Consultorías Sociales - Isónoma. Santiago, Chile

*** Patricia Varela**

Isónoma Consultorías Sociales - Isónoma. Santiago, Chile

Resumen de ponencia

VIDEOMONITORAMENTO E SEGURANÇA CIDADÃ: NOTAS SOBRE OS DISCURSOS EM TORNO DA IMPLEMENTAÇÃO DOS SISTEMAS DE VIDEOMONITORAMENTO NO ESTADO DO CEARÁ.

*Marcelo Da Silva Ribeiro

Segundo alguns autores da área da sociologia das conflitualidades, a América Latina encontra-se imersa em um paradoxo social: um período de crescente inclusão social - de diversificados setores sociais anteriormente desfavorecidos - que foi acompanhado de um expoente ideário social marcadamente punitivista (Santos e Barreira, 2016). Essa consciência punitiva acaba por fomentar a estruturação configuracional de Estado Controle Social não apenas repressivo, mas, notadamente, fiscalizador e monitorador das ações coletivas e/ou individuais. Ainda segundo esses especialistas, a América Latina está diante de novas formas de controle social, formas contemporâneas e um tanto mais complexas, segundo Santos e Barreira (2016), caracterizadas por um polícia repressiva, um sistema judiciário penalizante e uma evidente expansão de um “complexo industrial-policial”, que, a seu turno, está imbricado com o desenvolvimento e aplicação de novas tecnologias de combate à criminalidade. É nesse interstício do campo de estudos da sociologia das conflitualidades, especificamente na área dos trabalhos sobre Segurança Pública, que esta investigação se encontra inserida.

O presente trabalho pretende apresentar uma reflexão crítica sobre a implementação de centrais de videomonitoramento no estado do Ceará, particularmente na cidade de Fortaleza e em outras cinco cidades de sua região metropolitana, no último decênio. O estudo intenta mapear e compreender as categorias mais pertinentes que se encontram nos discursos oficiais do governo do estado e dos meios de comunicação a respeito desses empreendimentos. Especificamente, procuro também lançar luzes sobre os significados sociais mobilizados por categorias como “prevenção”, “eficiência”, “agilidade” e sua articulação com o apelo de combate à criminalidade do estado.

Para realizar essa investigação empírica lançarei mão da coleta de dados secundários, obtidos por meio de análises de matérias jornalísticas e vídeos com declarações públicas de autoridades ligadas à área da segurança pública. O campo empírico irá se concentrar majoritariamente em jornais impressos e portais eletrônicos do próprio governo do estado do Ceará, da Secretária de Segurança Pública e Defesa Social do estado e dos meios da mídia local.

Metodologicamente este trabalho se divide em três partes complementares: a primeira, de caráter mais teórico e especulativo, procura refletir sobre as possíveis reverberações entre a associação de tecnologia/segurança pública; a segunda parte diz respeito a um levantamento de bibliográfico sobre os trabalhos realizados no Brasil

sobre os sistemas de videomonitoramento; por fim, a terceira parte apresentará as notas conclusivas da investigação empírica proposta.

É importante demarcar que, o uso de sistemas de videomonitoramento no Brasil, para vigilância dos espaços públicos e/ou privados, tem seu início na década de 80, passando por uma real intensificação a partir da década de 90. De acordo com especialistas, foi ao decorrer dos anos 2000 que o uso dessas “tecnologias de vigilância” foi sendo vinculado a ideia de combate a violência urbana, e, aos poucos, ganhou cada vez mais espaço dentro das políticas de segurança pública. Um exemplo pontual dessa relação entre políticas de segurança pública e videomonitoramento dos grandes centros urbanos, como apontam alguns autores, advém do fato que parte das verbas do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI), lançado em 2007 pelo Ministério da Justiça, destinadas a combater a criminalidade foram utilizadas em diversos estados para a instalação de câmeras de vigilância. Esse fenômeno foi evidenciado pelos discursos midiáticos e das instituições representantes do Estado, como lembra Bruno (2009). No entanto, mesmo que os argumentos políticos dos representantes dos governos, e reforçado pela mídia, para a implementação de tecnologias de videomonitoramento seja alicerçado sobre a ideia de combate à criminalidade, e encontre respaldo no crescente sentimento de (in)segurança da população gerado por seu convívio com o que pesquisadores atualmente chamam de violência difusa (Cf. BARREIRA, 2015; MISSE, 2006, TAVARES DOS SANTOS, 2004) presente nas grandes cidades, e tendo como perspectivas o controle e ordem do tecido social. A presença dessas tecnologias de vigilância nas grandes cidades brasileiras, em especial nos espaços com grande fluxo de circulação, suscitou a abertura de inúmeras possibilidades interpretativas vindas de áreas como as das sociologias da tecnologia, violência e urbana, antropologia urbana, geografia, urbanismo e psicologia social. Em comum, segundo Kanashiro (2009), grande parte desses estudos abordam temas como usos e “contra-usos” do espaço urbano, (in)segurança pública, criminalidade e controle social.

Para finalizar, aponto que esta investigação é um dos primeiros frutos dos esforços que venho empreendendo durante meu doutorado, iniciado neste presente ano na Universidade Federal do Ceará. Mesmo possuindo um caráter bastante preliminar, acredito que ele se insere em um campo de discursão que vem ganhando bastante atenção nos últimos anos, mas ainda se encontra em desenvolvimento modesto, à saber, o campo dos estudos sociológicos sobre tecnologia e segurança cidadã. Dito isto, sinalizo que este trabalho visa fomentar o debate em torno desse assunto, pois, distante de almejar traçar algum tipo de diagnósticos, este trabalho busca suscitar reflexões e questionamentos.

.....

* Marcelo Da Silva Ribeiro

Laboratório de Estudos da Violência. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Departamento de Ciências Sociais. Ctr. de Humanidades.. Universidade Federal do Ceará - LEV/UFC. Fortaleza, Brasil

Resumen de ponencia

VIOLENCIA E MEDIAÇÃO DE CONFLITOS SOCIAIS, HERANÇAS AUTORITÁRIAS E EXCLUSÃO MORAL

*Dulcinea Duarte De Medeiros

A doutrina dos direitos humanos foram seletivamente incorporada por parcelas da sociedade civil e, em seguida, por alguns setores do Estado no período subsequente a abertura democrática, transcorrida durante a década de 1980. Essa incorporação, ainda que seletiva, tencionou a tradição autoritária existente no campo da segurança pública, tradição essa que nunca reconheceu a maioria da população do país, os pobres e negros, como sujeitos de direito.

A abertura democrática ocorre em um contexto de aumento da criminalidade, da violência urbana e do tráfico de armas e entorpecentes. O uso e abuso da violência física e simbólica, por parte das forças de segurança do Estado, encontrou nesse contexto o alibi necessário para se renovar e perdurar durante a construção da nova ordem democrática, mantendo viva e latente o paradigma da exceção dentro do direito.

Ao mesmo tempo, a Lei de Anistia, que organizou e determinou as formas e limites da abertura democrática e da justiça de transição, encontrou resistência em uma parcela da sociedade civil que se organizou em torno da demanda por memória, verdade e justiça, pedindo punição aos agentes estatais responsáveis pelos crimes perpetrados durante o regime civil-militar. Segundo dados da Comissão Nacional da Verdade de Brasil cerca de 40 mil pessoas foram torturadas e os mortos e desaparecidos ultrapassam o número de 300 pessoas. A Lei de Anistia de 1979 concedeu indulto a todos aqueles que cometeram crimes durante os anos de 1964 até 1985, isso significou por um lado a volta dos exilados ao país, a soltura daqueles que cumpriam penas por oposição ao regime, a reincorporação daqueles que foram demitidos do serviço público por razões políticas, mas ao mesmo tempo significou a impunidade para todos os agentes estatais que cometeram os crimes de prisão arbitrária, sequestro, tortura e desaparecimento forçado de pessoas. Ou seja, crimes de lesa humanidade que segundo o direito internacional não tem prescrição. É com essa marca de origem que nasce o novo Estado de Direito de Brasil.

As políticas de segurança pública, principalmente durante a construção de uma nova ordem política democrática, são um campo de análise privilegiado para pensar e observar os tensionamentos entre tradição autoritária e as novas formas democráticas de gestão dos conflitos sociais. Nosso marco analítico está composto por autores da sociologia, da filosofia, da psicologia social e da história. Da sociologia recuperamos as ideias de modernização conservadora e de revolução passiva nos termos pensados por Florestan Fernandes e Luiz Werneck Vianna respectivamente. Essas duas chaves interpretativas nos permitem pensar a atualização do pensamento e do comportamento autoritário em condições democráticas. Do campo da filosofia político as contribuições de Giorgio Agamben sobre as novas configurações do Estado de

Exceção dentro do Estado de Direito nos permite uma leitura mais perspicaz das relações entre direitos, democracia e exceção. Do campo da psicologia social a noção de exclusão moral nos possibilita pensar nos diferentes mecanismos que operam, a partir da politização da vida e da morte, a hierarquização e classificação dos indivíduos entre aqueles que realmente se inscrevem na condição de cidadãos. Por último, a análise de Maria Silvia de Carvalho Franco sobre a violência como mediadora dos conflitos sociais e a interpretação de Angelina Peralva segundo a qual a ausência de mecanismos de regulação apropriados na nova ordem democrática explicaria a expansão dos fenômenos de violência cada vez mais maciços e mais espetaculares. Hoje, passados mais de 30 anos desde a abertura democrática, Brasil tem uma média de 60 mil homicídio por ano, dos quais mais de 70% são cometidos por armas de fogo. Entre os anos de 2005 e 2015 a taxa de mortes violentas cresceu entre a população negra, sobretudo, entre os jovens negros onde o aumento foi de 18,2% e dentre as mulheres negras de 22%. Entre os jovens e mulheres não negros as taxas de homicídio registraram uma queda de 12,2% e 7,4%. Ou seja, a violência no Brasil tem grandes proporções mas não segue uma lógica distributiva, segue vitimando aos grupos mais vulneráveis da população. O mesmo ocorre com as vítimas de violência policial. Isso nos coloca diante de duas perguntas incômodas: a segurança pública continua sendo a instância privilegiada de solução de conflitos sociais? O tensionamento provocado pela conjuntura de abertura política, da construção da nova ordem democrática e da incorporação da doutrina dos direitos humanos foi insuficiente para desestruturar os mecanismos de exclusão moral e para romper com os enclaves autoritários? Essas são as perguntas que responderemos nesse trabalho

.....

* Dulcinea Duarte De Medeiros

*Instituto de Cultura, Sociedad y Estado. Universidad Nacional de Tierra del Fuego, Antártida e Islas del Atlántico Sur - ICSE.
Ushuaia, Argentina*

Resumen de ponencia

VIOLENCIA EMPRESARIAL Y DESPLAZAMIENTO FORZADO EN TERRITORIOS INDÍGENAS Y CAMPESINOS DEL ESTADO DE GUERRERO

*Inés Giménez Delgado

Guerrero es el segundo estado de México, después de Tamaulipas, con mayor incidencia de desplazamiento forzado interno, hecho que, según apunta la Comisión Mexicana de Defensa y Promoción por los Derechos Humanos (CMPDH), afectó a 310,527 personas en México que tuvieron que abandonar sus hogares y sus tierras de manera forzada entre enero de 2009 y enero de 2017.

A pesar de la gravedad de la situación, este es un fenómeno prácticamente invisibilizado en las políticas públicas del país y en el imaginario social de la violencia. Cuando los desplazamientos forzados son cubiertos por los medios de comunicación, a menudo se vinculan con la violencia infringida por grupos del narcotráfico, interpretación que, si bien puede ser parcialmente cierta, desconoce otros elementos de violencia estructural implícita en el modelo económico del neoliberalismo: acumulación por desposesión (Harvey, 2004) que se manifiesta en la expansión e incrustación territorial de actividades extractivas como la minería a cielo abierto, la extracción de agregados pétreos, las represas hidroeléctricas, las macro-infraestructuras viarias y los monocultivos, incluido el forestal, entre otros, en detrimento de economías locales y de la supervivencia de modos de vida indígenas y campesinos en los que el tejido socio-comunitario es esencial.

En el estado de Guerrero encontramos la presencia de todas estas actividades empresariales extractivas, que es resistida por colectivos locales de diferente orden, pero apoyada por el aparato institucional y de seguridad del Estado; un Estado que podría calificarse de estado neoliberal cautivo, sobre todo tras las reformas salinistas de la década de los 90 (reforma del artículo 27 constitucional y dismantelamiento parcial de la protección jurídica de ejidos y bienes comunales, así como incentivos a la no producción agraria auspiciados por el Banco Mundial) y el reciente ciclo de privatizaciones: la reforma a la Ley Minera en el año 2014, la reforma la ley de Agua en el año 2014 y la nueva Ley de Hidrocarburos de 2014 que permite a las entidades concesionarias “obtener la expropiación, ocupación temporal o constitución de servidumbre de los terrenos indispensables para llevar a cabo las obras y trabajos de exploración, explotación y beneficio” (3.14) en contradicción y detrimento no solo de la institucionalidad agraria, sino también de derechos constitucionales y del derecho internacional, como el Convenio 169 de la OIT, la Declaración de las NNUU sobre los pueblos indígenas (2007) y los principios rectores sobre empresas y derechos humanos (2011).

Cuando aproximamos la mirada, observamos que para que este estado neoliberal pueda incrustarse en territorios guerrerenses habitados por poblaciones que buscan poner límites a la expansión de las lógicas de acumulación flexible y que incluso han creado sus propias estructuras de control socio-jurídico y comunitario del territorio (como la Coordinadora Regional de Autoridades Comunitarias - CRAC), los actores empresariales extractivistas han buscado opacar su trazabilidad financiera a través de una densa red de prestanombres, y articularse con cacicazgos locales y operadores políticos propios de regímenes caudillistas represivos y con fuerte presencia histórica en la región, como son los clanes priistas de los Figueroa y los Aguirre Rivero.

En este contexto, nuestra investigación considera que allí donde los agentes macro-empresariales y políticos no logran cooptar la voluntad de municipalidades, opositores políticos, núcleos agrarios y colectivos sociales, se despliegan mecanismos de terror, en los que intervienen tanto fuerzas armadas regulares como irregulares y otros poderes fácticos. Estos mecanismos de terror pasan por la violencia directa (en forma de asesinato, tortura, amenaza y desaparición forzada) y por dispositivos de violencia indirecta y control biopolítico, como son la construcción de enemigo público, la cultura política de la sospecha, la criminalización de defensores de derechos humanos, la teatralización mediática de la violencia y el blindaje jurídico que garantiza la impunidad de los perpetradores y la falta de acceso a la justicia de las víctimas. En última instancia, estas prácticas acarrearán duelos no suturados (por familiares muertos o desaparecidos sobre los que no hay información ni justicia), miedo y parálisis social, re-victimización, desplazamiento forzado y abandono de los espacios socio-productivos, ya sea por el temor de acceder a los mismos (toques de queda o inhibición), o por la necesidad vital de enfocarse en reivindicaciones básicas de derecho a la vida. En última instancia, transforma abruptamente los modos de vida indígenas y campesinos e hipoteca su transmisión generacional, una transmisión en la que las mujeres rurales son un eslabón fundamental.

En este marco, nuestra ponencia busca demostrar que el uso desmedido de la fuerza político-militar, la normalización del estado de excepción con el pretexto retórico de la guerra a las drogas y el incremento de los índices de violencia en México son consustanciales y funcionales a la intensificación del ritmo de explotación capitalista. Asimismo, buscamos mostrar, a través de testimonios y resultados del trabajo etnográfico que, por su impacto en las esferas socio-económicas y psico-afectivas del territorio, el desplazamiento forzado interno, como una estrategia y consecuencia de la violencia estructural del capitalismo en su *modus operandi* actual, necesita ser abordado más integralmente.

.....

* Inés Giménez Delgado

Facultad de Ciencias Políticas y Sociales. Universidad Nacional Autónoma de México - FCPyS/UNAM. México D.F., México

Resumen de ponencia

VIOLÊNCIA SIMBÓLICA E DESIGUALDADE DE GÊNERO NO PÚBLICO E PRIVADO EM BRASIL

*Letícia Maria Schabbach

A violência simbólica é um fenômeno difícil de ser apreendido nas relações sociais, uma vez que, além de ser ocultado por manifestações violentas mais visíveis, ele não é produto de um ato individual deliberado e consciente, assim como não é, em geral, percebido como violência. Violência simbólica está relacionada com a imposição de categorias, signos e símbolos culturais dominantes, muitas vezes depreciativos de outros grupos sociais, elementos que são incorporados pelos dominados como se fossem naturais, ao invés de produzidos historicamente e socialmente. Este é o caso, por exemplo, de discursos que reforçam as desigualdades entre mulheres e homens, que é o tema do presente trabalho.

As representações sociais - em sua forma falada, escrita, desenhada ou simbolizada visualmente -, referem-se à concepção de um indivíduo ou grupo sobre algum assunto, sendo ao mesmo tempo individual e coletiva e se refletindo sobre as condutas cotidianas e os valores sociais.

Para dar conta das representações de mulheres e homens sobre questões atinentes às relações de gênero nas esferas privada e pública, lançamos mão neste trabalho de informações desagregadas provenientes da pesquisa “Mulheres Brasileiras e Gênero nos Espaços Público e Privado” (FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO; SESC, 2010), realizada em agosto de 2010 pela Fundação Perseu Abramo e pelo Serviço Social do Comércio (SESC). Esta edição atualizou o levantamento de 2001, além de ter incorporado a percepção masculina acerca dos temas investigados e foi desenvolvida por meio da aplicação de questionários a 2.365 mulheres e 1.188 homens com mais de 15 anos de idade, residentes em 25 estados brasileiros.

O nosso objetivo foi perceber a difusão geral de percepções relacionadas com este tipo de violência, bem como comparar as respostas de mulheres e de homens que apresentaram diferenças estatisticamente significativas quanto aos quesitos selecionados, dentro de uma perspectiva relacional. Para tanto, acessamos os microdados da referida pesquisa (em:), organizando-os e os processando em base de dados no software Statistical Package for the Social Sciences (SPSS®). A análise dos dados envolveu distribuição de frequência, cruzamento das variáveis com o sexo dos respondentes, e teste do qui quadrado para verificar a associação ou independência entre as mesmas.

A amostra de respondentes possuía as seguintes características: 69% mulheres e 31% homens; 79% tinham entre 18 e 59 anos; 81% tinham filhos; 64% passaram a maior parte de sua vida na cidade e 33% no campo; 47% detinham renda familiar até dois salários mínimos e 35% mais de dois até cinco salários mínimos; 53% exerciam atividade remunerada, 18% eram donas de casa e 12% aposentados; dos trabalhadores, 40% possuíam carteira assinada, 21% trabalhavam por própria

temporário, 14% eram funcionários públicos e 13% assalariados sem carteira assinada.

5.1 Âmbito privado

No tocante ao espaço privado, as categorias mais frequentes (até 22% de respondentes) diziam respeito à concordância total em termos das seguintes assertivas: a) com filhos pequenos, é melhor que o homem trabalhe fora e a mulher fique em casa (51%, sem diferença entre os sexos); b) a mulher é quem deve decidir como será o trabalho doméstico, não importa quem faça (42%, predomínio das mulheres em 45%); c) É principalmente o homem que deve sustentar a família (33%, predomínio dos homens em 37%); d) os homens, mesmo que queiram, não sabem fazer o trabalho de casa (22%, predomínio das mulheres em 24%). E, ainda, a discordância total em relação à assertiva de que a mulher deveria ter o direito de decidir por interromper a gravidez (45%, predomínio dos homens, em 49%). Quanto às categorias menos frequentes referiram-se aos seguintes quesitos em que houve concordância total: a) Nas decisões importantes é justo que o homem tenha a última palavra (15%, predomínio dos homens em 20,6%); b) Em um casal, é importante que o homem tenha mais experiência sexual (14%); c) A mulher casada deve satisfazer o marido sexualmente mesmo quando não tem vontade (8%); d) Se a mulher trair o homem é justo que ele bata nela (2%). Outra categoria a destacar é quanto à discordância total em relação à divisão igualitária do trabalho doméstico entre homens e mulheres (5%, mais homens discordaram, em 7,5%).

Ainda com relação ao espaço privado, embora as categorias de resposta não estejam dispostas em tabela específica, percebeu-se que, com maior frequência relativamente às mulheres, os homens tenderam a não se posicionar (nem concordaram e nem discordaram) quanto às seguintes questões: a) em um casal é importante que o homem tenha mais experiência sexual que a mulher; b) a mulher casada deve satisfazer o marido sexualmente mesmo quando não tem vontade; c) nas decisões importantes é justo que na casa o homem tenha a última palavra; d) homens e mulheres devem dividir por igual o trabalho doméstico; e) a mulher deveria ter o direito de decidir se continua uma gravidez ou se faz um aborto, em todas as situações; f) a mulher é quem deve decidir como será o trabalho doméstico, não importa quem faça; g) os homens, mesmo que eles queiram, não sabem fazer o trabalho de casa.

5.1 Âmbito público

Com relação às questões relacionadas com o espaço público, percebeu-se uma maior homogeneidade das percepções entre homens e mulheres, com exceção de duas categorias em que houve, comparativamente às das mulheres, maior concentração de respostas masculinas: a) discordância total em que a política seria melhor se houvesse mais mulheres em postos importantes (12% no geral e 14% entre os homens); b) As mulheres não estão preparadas para governar estados (11% no geral e 15% entre os homens).

Por outro lado, as maiores frequências das categorias, sem diferença significativa entre sexos, referiram-se às percepções de que dificilmente ou nunca votariam em candidatos que são: a) a favor da legalização do aborto (74%); b) a favor da união homoafetiva (46%); c) homossexual (34%). Esta última, assim como o item “b”, denota um preconceito altamente expressivo e difuso com relação a grupos LGBT e à conquista de direitos civis por seus protagonistas.

Outras questões, assim como as duas primeiras apontadas nesta seção, alcançaram

menores frequências, elas se referem às representações sobre: a) a política não é importante (17%), b) as mulheres não estão preparadas para governarem país e cidades (respectivamente 11% e 10%) e, c) dificilmente votaria em mulher (6%). Embora sejam categorias com menor concentração de respostas, elas demonstram, assim como a percepção de que as mulheres não estão preparadas para governar estados (acima referida, em que há predominância das respostas masculinas), uma desconfiança expressiva sobre a capacidade político-administrativa daquelas. De acordo com Bourdieu (1999), a feminilidade é construída social e relacionalmente como antípoda da virilidade. Neste processo, as mulheres são sistematicamente excluídas de todos os lugares públicos onde acontecem os jogos mais valorizados da existência humana. Em contrapartida, embora tenham conquistado direitos e liberdades formais, e tenham sido abolidas as proibições à sua participação política, as mulheres continuam a rejeitar e a se auto-excluir dos lugares públicos. Atualmente, constata-se que esta situação permanece mesmo com o estabelecimento de incentivos à maior participação feminina na esfera pública, a exemplo das cotas partidárias estabelecidas em lei (BRASIL, 1997), que no artigo 10, parágrafo 3º, prevê que, no mínimo, 30% das vagas de cada partido ou coligação devam ser preenchidas por candidaturas de cada sexo. Todavia, o percentual mínimo (30%) de candidatas mulheres é raramente alcançado, por exemplo, quanto às candidaturas de mulheres a cargos do Poder executivo nas três esferas governamentais, nas duas eleições próximas à data de realização da pesquisa em análise (2010). Percebe-se que há maior representatividade feminina nas candidaturas para presidente da república, já para governador e prefeito o percentual de candidatas mulheres em relação ao total aproximou-se de 10%, embora se perceba um aumento da representação feminina nas eleições para prefeito em 2008 relativamente a 2004 (de 7% para 11%), enquanto decresceu em 2010 o número de candidatas para governos estaduais, comparativamente à 2006 (de 13% para 10%).

Por último, apresentamos outras percepções e práticas que dividem homens e mulheres. A primeira questão, com maior frequência de respostas, diz respeito à aceitação da utilização de agressões físicas (tapas ou surras) como necessárias à educação dos filhos, cuja concordância atingiu 74% enquanto percepção e 77% enquanto práticas deste tipo, mesmo entre os entrevistados com filhos. Além do elevado percentual de concordâncias, verifica-se uma diferença a mais para mulheres (79% na primeira resposta e 84% na segunda).

Estas representações remetem as seguintes situações vivenciadas por mulheres: a) elas passam mais tempo com os filhos, como já vimos, sendo as principais responsáveis pela educação cotidiana das crianças; b) elas são autoras frequentes de maus-tratos contra crianças. Neste sentido, não apenas o homem, mas também a mulher está sujeita à “síndrome do pequeno poder”, sendo as crianças os sujeitos mais dominados e explorados dentro da hierarquia familiar. (SAFFIOTI, 1989).

Por fim, um pequeno percentual de respostas, 3%, refere-se a não existência de machismo no Brasil, mais admitida pelos homens, em 5%.

Finalizando-se este trabalho, concluiu-se a partir dos dados empíricos que, apesar dos avanços sociais e econômicos das mulheres, muitas representações e percepções defendidas tanto por elas quanto pelos homens, continuam a reproduzir a desigualdade de gênero e a dominação masculina. Tratam-se, em suma, de manifestações de violência simbólica não percebidas enquanto tal.

.....

*** Letícia Maria Schabbach**

Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Rio Grande do Sul - PPS/UFRGS. Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil

Resumen de ponencia

VIOLENCIAS COMO FORMAS DE TERRITORIALIZACIÓN DEL PODER EN ARGENTINA, COLOMBIA, MÉXICO Y BOLIVIA

*Antonia Muñoz

*Karina Kloster

*Myriam Fracchia

América Latina constituye un complejo escenario marcado históricamente por la tensión entre rasgos heterogéneos y procesos comunes. Su temprana integración mundial marcó el devenir histórico en el que se ha destacado frecuentemente su alta conflictividad e inestabilidad sociopolítica, así como la diversidad y heterogeneidad de los sujetos sociales presentes en sus luchas¹.

Tomando en cuenta que la región constituye un amplio escenario de pueblos y tradiciones, enmarcados en una división territorial definida por las guerras de independencia y las posteriores guerras por la constitución de los Estados-nación más o menos similares, puede pensarse que estos ciclos de violencia podrían estar asociados a los mecanismos de acumulación de capital y las crisis cíclicas por las que atraviesan los distintos sistemas productivos en cada uno de los países analizados. Consideramos que las formas de solucionar las crisis de acumulación de capital son las que producen olas de violencia, por lo que el Estado, siempre en constante lucha y reestructuración, reorganiza sus fuerzas productivas y su territorio de dominación. Independientemente de los diferentes rumbos que los países de América Latina han seguido, los conflictos sociales, económicos y políticos aparecen como una constante durante la construcción de alternativas de organización social y política, sobre todo, la capacidad siempre presente de utilizar la violencia para organizar la dominación territorial y en la construcción hegemónica de nuevos sentidos.

Partimos de la idea que la producción de lo social se realiza a partir de un constante conflicto y reestructuración de las formas de violencia, ya que las formas organizativas existentes en la actualidad se generan al subordinar el poder material y subjetivo de los cuerpos, construyendo así diferentes territorios de dominación. Conflicto y violencia suponen, entonces, que el orden social se articule con los procesos de expropiación de la «energía» de los cuerpos y de sus condiciones materiales de existencia a partir de la producción de bajas humanas, lo cual tiene dos efectos: a) la construcción de una dominación objetiva sobre los cuerpos a partir de la muerte y la amenaza de muerte; y b) una construcción subjetiva de la propia existencia de quien ha sido derrotado. La baja humana en el sentido amplio de construcción de cuerpos derrotados -material y subjetivamente- es, entonces, el hecho a partir del cual se produce la ruptura de las relaciones sociales y se impone la realización de otras a partir de la muerte o la amenaza

de muerte. La muerte, al igual que la prisión para Foucault, contiene la paradoja de no servir a quienes se les ha privado de la vida, sino que es un instrumento de dominación para aquellos que aún siguen con vida.² En este sentido aparece la idea de construcción de una territorialidad social.

De igual manera, para Žižek existe una violencia «sistémica», producto del funcionamiento de los regímenes políticos y económicos, que causa consecuencias catastróficas sobre las relaciones cotidianas, sin que éstas sean del todo visibles, pero que son el antecedente lógico de la violencia «visible»: «La violencia objetiva es precisamente la violencia inherente a este estado de cosas normal. La violencia objetiva es invisible puesto que sostiene la normalidad de nivel cero frente a lo que percibimos como subjetivamente violento».³ Al igual que Žižek, el surgimiento de la violencia como dimensión de análisis se ha renovado últimamente debido a que algunos países han pasado o están pasando por oleadas de profunda desintegración o reestructuración territorial con altos costos humanos. Llama la atención que a los tradicionales tipos de violencia sobre los cuerpos humanos parece haberse sobrepuesto otras nuevas formas, que visibilizarían nuevas expresiones del poder adquirido por nuevas fuerzas sociales también sobrepuestas a las tradicionales. Por ello es necesario hacer inteligible cuáles son los conflictos que se encuentran en la base de las formas actuales de violencia.

El objetivo del presente artículo es desentrañar los modos de territorialización de poder en la nueva etapa de globalización y transnacionalización del capital, cuya crisis da pie a nuevas formas de instalación de violencia. Es por eso que se busca reflexionar con base en las siguientes preguntas: ¿cómo se expresa la actual etapa de acumulación de capital en cada uno de los territorios elegidos? En este sentido, ¿cuáles son las formas que adquieren las bajas humanas y de qué modo son efecto de la conflictividad y violencias en cada uno de los países analizados?

Pensamos que en la actual etapa de globalización y transnacionalización del capital, lo que está ocurriendo en el territorio escogido para el análisis es una violencia subjetiva que expresa las condiciones de desenvolvimiento de una violencia objetiva a través de la reconfiguración de las relaciones sociales y ambientales que el capital financiero transnacional genera con la salida a la crisis de acumulación. Llamamos a esto la

reconfiguración territorial y es la base objetiva sobre la cual se asienta las nuevas formas de expresión de lo que vulgarmente se ha llamado “violencia”.

Para alcanzar este objetivo, se analizaron las bajas humanas producidas en cuatro países latinoamericanos con diferentes regímenes políticos: los casos de Colombia y México son paradigmáticos como regímenes de continuidad neoliberal; y los de Argentina y Bolivia, donde la historia de la violencia política ha estado presente de forma constante ya que sufrieron varias interrupciones del régimen democrático con fuertes y sistemáticas represiones por parte del Estado sobre la población y las respuestas organizadas y sostenidas de grupos armados contrainsurgentes, pero actualmente transitan por un proceso de reconciliación y redistribución del ingreso,

convirtiéndolos en casos paradigmáticos de la transición hacia modelos progresistas en el cono sur.

.....

*** Antonia Muñoz**

conicet. Mar del Plata, Argentina

*** Karina Kloster**

UACM. Cuernavaca, México

*** Myriam Fracchia**

UACM. Cuernavaca, México

Resumen de ponencia

VIOLENT INTERACTIONS AMONG NEIGHBOURING JUVENILE GANGS

*Maria Del Pilar Castillo Valencia

In 2014 Colombia recorded 12,636 homicides, with an average of 26.49 per 100,000 inhabitants. More than half the cases (7,613) occurred in the group age 20 to 39 (INMLCF, 2014; 2015). In Cali, the third largest city in Colombia, there were 1,605 homicides, this being 12.7% of all violent deaths in the country, at the rate of 68.45% per 100,000 (Seguridad, Paz and Justicia, 2015). The rate went down to 64.27 homicides per 100,000 in 2015. Nonetheless, it remained above the national rate, thus continuing to be one of the most murderous cities in Colombia. Which factor or combination of factors has been causing this exaggerated homicide rate? It is difficult to come to a specific conclusion as inherent complexity of this phenomenon makes it tricky to clearly identify factors causing this violence. The point of departure of this paper on juvenile gangs is essentially about geographic location and proximity as a factor in gang conflict while taking into account the importance of the gangs' interactions with other organizing criminal groups in the context of inequality and poverty on a daily basis.

Starting with the geographic location of juvenile gangs in Aguablanca Comunas 13, 14, 15, 21, understood to be places of high gang concentration, we have tried to find out if there is a correlation between the physical location of their neighbourhood and the homicides occurring in that place, in 2014. Empirical analysis leads to a corroboration of hypothesis a higher density of gangs generates greater violence and, thus, a greater number of homicides not only at the places where they are located but also at the neighbouring areas.

Although Aguablanca is the most ganged-up sector of the city, the distribution of the homicides is not even and uniform. Within the district, one can observe zones or barrios with greater levels of homicides which are not the most gang-infested parts but, rather, the immediately neighbouring parts.

Despite the population density factor not having been exhaustively examined, it is a key element in studying urban violence. In reality, many of the security measures implementing by the local authorities are informed by the importance of symbiotic relation between "place" and "violence".

The spatial proximity of the groups is a fundamental element in generating violence because of the points of hostility that spring out of the application of territorial control (Papachristos, Hureau & Braga (2013)).

In Cali's case, not only can we identify a proximity between juvenile gangs but, also, a heavy concentration in certain areas of the city. Therefore, one of the aims of this paper is to be able to research the question as to whether the concentration of these groups has been causing higher homicide rates, not only among the gang youths but, also third party non-gang involved people in the gangs' barrios but also in

neighbouring districts.

This geographical perspective on gangs and homicides might concur with and complement the analysis of other variables, fully documented, that influence the city's growth in homicidal violence. Much of this is tightly connected to the socio-economic stress and poverty that greatly increase the vulnerability of youth who live with impecunity, unemployment, low levels of education, unequal pay (Case & Katz, 1991; Freeman, 1991; 1999). However, these factors do not provide a total explanation. Not all the residents of the marginalized barrios are violent. What might be argued is that certain structural conditions can give rise to criminal sub-cultures and alternative normative systems, in which homicidal violence is often the first tool employed when confronting a problem. Either the presence of criminal gangs or of organized crime, as another additional factor, that empowers and "tools up" the Street gang members (Castillo, 2015) in furtherance of their criminal activities.

For these reasons, this work will be centred on the special analysis of homicidal criminality as an additional element that must be taken into account in order to contribute to the explanation, in the form of a case study, indicating that with greater gang conflict, there is not only a greater incidence of homicide in the home barrio but, also, in the neighbouring ones

With the use of geographic information systems (SIG), a concrete exercise in analysis and characterization of geo-spacial homicide data will be undertaken. Also, there will be the placement and location of eighty gangs in four "comunas" in the Aguablanca district in 2014. By use of ArcGis software and its tools, such as the Thiessen polygons, it will be possible to envisage the gangs' operating ambit; and, the Moran index, which calculates the spatial correlation between the homicides and the geographical location of the gangs.

.....

*** Maria Del Pilar Castillo Valencia**

Centro de Investigaciones y Documentación Socioeconómica. Facultad de Ciencias Sociales y Económicas. Universidad del Valle - CIDSE/UNIVALLE. Cali, Colombia

Resumen de ponencia

¿LA POLICIALIZACIÓN DE LA SEGURIDAD PÚBLICA EN COLOMBIA?. UN REPASO POR EL MODELO POLICIAL COLOMBIANO DURANTE LOS GOBIERNOS DE ALVARO URIBE VÉLEZ. 2002-2010

*Marcela Parada Gamboa

A diferencia del resto de América Latina, en Colombia las Fuerzas Militares están integradas en varios frentes. Por un lado, están las fuerzas Armadas conformadas por el Ejército, la Armada y la Fuerza Aérea. Por otro, se encuentra la Policía Nacional. Desde 1953 la Policía pertenece a las Fuerzas Armadas colombianas siendo atravesada por un sin número de rigores y prácticas propias del Ejército Nacional, justificadas “por razones del conflicto armado interno”. Desde los años 90’s y cada uno de los gobiernos posteriores Gaviria (1990-1994), Samper(1994-1998), Pastrana(1998-2002), Uribe (2002-2010) consolidaron sus políticas y prácticas policiales a partir de la rendición de las Fuerzas irregulares como las FARC y el ELN. La policía ocupó siempre un lugar importante en el manejo, consolidación y ejecución de cada uno de los proyectos gubernamentales. De esta manera, el fortalecimiento de las Fuerzas Armadas colombianas, particularmente la Policía, permitieron adelantar el proyecto gubernamental denominado la Seguridad democrática en cabeza del exmandatario Uribe Vélez.

En medio de una crisis institucional del Estado colombiano, el gobierno de Álvaro Uribe (2002) -gracias a la ayuda del Plan Colombia- comenzó “una transformación” para “recuperar el país”. Si bien es cierto, que se inauguró un discurso denominado Seguridad Democrática, este, respondió no sólo a la dinámica del contexto local, sino también a los requerimientos de Estados Unidos y a las transformaciones de la cuestión criminal en el resto del mundo. En Colombia se consolidó el discurso de la Seguridad Democrática: una seguridad pública (2002-2006), acompañada de una seguridad ciudadana (2007-2010) que asumió una lucha “frontal contra el terrorismo”. En ese sentido, las Fuerzas Armadas fueron el principal motor de esa política de Estado mediante reformas que prometían dar otra cara a la fuerza pública.(IEIRPRI, 2014) La Seguridad Democrática durante el primer gobierno de Uribe, fue la columna vertebral de la ejecución de la política pública, en tanto que “sin seguridad no habría inversión social”. Este objetivo estuvo encaminado en la “recuperación de la seguridad” para salvaguardar la viabilidad de la democracia y afianzar la legitimidad del Estado. La estrategia desarrollada fue una “estrategia comprensiva” que partió del fortalecimiento de la Fuerza Pública para recuperar el control territorial y la infraestructura nacional (DNP, 2003, P 17) En este apartado, lo que se proyectaba era un modelo desde el Estado para retomar el control en zonas con fuerte influencia de grupos armados ilegales. “Se trata de un esfuerzo integral conjunto y coordinado de recuperación, presencia y consolidación interinstitucional. “Mediante la acción de las

Fuerzas Militares se persigue una recuperación gradual de las zonas afectadas por la violencia, además de la presencia de la Policía Nacional en municipios donde no la hubiese para alcanzar la consolidación de estas áreas” (DNP, 2003, P 31) De esta forma las Fuerzas Armadas serían las encargadas de “reestablecer el orden” y la seguridad en todo el territorio colombiano.

La Policía Nacional se ocuparía -así lo estableció la PSD- del restablecimiento del orden de manera conjunta con el Ejército en cada una de las zonas “recuperadas por el Estado” Fortaleciéndose a nivel de seguridad urbana los vínculos con cada uno de los mandatarios locales (municipios y ciudades pequeñas) para la prevención, disuasión y el control de la violencia, el delito y la contravención. La reconversión del Estado y la ejecución de esta política se llevarían a cabo por parte de las Fuerzas Armadas tanto del Ejército como de la Policía Nacional. De esta forma, existe un vacío académico, en tanto no se conocen las funciones, las estrategias, y el modelo policial que se creó para ejecutar con éxito la Política de Seguridad Democrática en los dos gobiernos llevados a cabo por Álvaro Uribe Vélez. Esta ponencia pretende reconstruir el papel asignado a la Policía en la configuración de una política estatal denominada Seguridad Democrática y las funciones otorgadas a la institución policial “por razones del conflicto armado”. Esta investigación es de carácter cualitativo con un importante viraje a la reconstrucción empírica de textos y documentos oficiales durante el período 2002-2010. El método utilizado será el método biográfico con una técnica de producción de datos de carácter mixta; tanto el análisis de contenido como el análisis de documentos permitirán el análisis de las fuentes primarias y secundarias obtenidas.

.....

*** Marcela Parada Gamboa**

Facultad de Ciencias Jurídicas y Sociales . Universidad Nacional del Litoral - FCJS/UNL. Santa Fe Capital, Argentina

Resumen de ponencia

¿UNA VIOLENCIA SIN SUJETO?: APROPIACIÓN SUBJETIVA DE LA VIOLENCIA DE LOS MINEROS DE ESMERALDAS DEL OCCIDENTE DE BOYACÁ.

*Erasmus Daniel Ospina Ramirez

“Songo le dio a Borondongo. Borondongo le dio a Bernabé. Bernabé le pego a Muchilanga le echó a Burundanda les hinchán los pies” cantaba Celia Cruz y la Sonora Matancera en 1953. Con esta letra podríamos asimilar la Violencia ejercida en el Occidente de Boyacá, Colombia desde la década de 1960: una secuencia de varios tiempos de asesinatos selectivos, atentados plurales y tres guerras que ha dejado un monto de más de 3600 víctimas. Por otra parte, la canción también asimila los primeros registros de la violencia en esta región, en cuanto eran escritos principalmente descriptivos que mantenían niveles de abstracción relativamente bajos, mostrando quien había asesinado a quien, quien había mandado a matar a quien, y que Borondongo había sido que Bernabé.

La canción continúa y se pregunta finalmente “¿Por qué fue que Sorondongo le dio a Borondongo?” Y tautológicamente responde porque Borondongo le dio a Bernabé. Más que la respuesta, los estudios científicos de la ciencia social empezaron con la pregunta, y desde múltiples campos se indaga en ¿por qué los mineros ejecutaron prácticas de violencia en la región? Muchos, empezaron a formular respuestas clásicas como conflictividad natural entre mineros, la imposibilidad legislativa de explotación de la esmeralda, la presencia “criminal” en el área primero de bandoleros y luego de narcotraficantes, los ordenes clásicos de los autoritarismos subnacionales, y la respuesta que al parecer dio paz a la mayoría de violentólogos de las minas: la Ausencia del Estado.

Ahora, si se mira la mayoría de intentos explicatorios de la Violencia en las minas de esmeralda implican un sujeto explicatorio -entendido en un primer momento como el que perpetua la acción- diferente a los sujetos que realmente lucharon en las tres guerras de la esmeralda: al minero. Si miráramos realmente la pregunta de Celia Cruz, ella no pregunta por la Violencia, sino el porque una persona concreta (Sorondongo) le pegó a otra (Borondongo). En este sentido, la mayoría de violentólogos de las minas han malinterpretado la pregunta mirando al fenómeno general, y no a los sujetos que las permean, o mejor, al porque de esos sujetos.

Algunos autores, como María Victoria Uribe o Carlos Guillermo Paramo han llevado investigaciones en donde han reducido sus niveles de abstracción a los sujetos que han luchado. Aunque ninguno de los dos hayan negado la Ausencia del Estado (por ejemplo) han entrado a mirar como ha habido estructuras culturales (expresadas en valores, en formas de relacionamiento, en formas de ver la vida y el mundo) que permiten y justifican la práctica violenta dentro del sujeto. Valores como el honor, la lealtad al patrón y la venganza, o formas de ver el mundo como el destino de la Guaca o la cultura del Corrido y la música mexicana han generado estructuras mentales que

se relacionan y permiten la violencia entre los sujetos de la mina.

Ahora, el por qué de Celia se ha expresado en todo un debate académico por poder explicar la Violencia como fenómeno en algunos, y las causas (culturales, políticas, o económicas) de la violencia en otros. Pero dejando hasta aquí las explicaciones estructurales de la violencia, estas explicaciones han funcionado como teorizaciones mismas del problema de la violencia en la minas del occidente de Boyacá. Ahora, me gustaría empezar a problematizar estas explicaciones bajo una serie de principios más que teóricos, epistemológicos. Las causas explicativas de la violencia, se podrían asemejar -en su forma y no desvalorando su contenido- a lo que Habermas entendía por ciencias nomológica en cuanto se dirige principalmente hacia un interés en el control técnico o dominio técnico de un conjunto de relaciones causales. Este control técnico de las relaciones causales, no implicaría controlar la realidad, pero sí efectivamente alterarla, en cuanto se podría generar una naturalización, legitimación y reificación de las estructuras que cada caso estudiara.

Esto me parece especialmente problemático en cuanto se le podría generar cierta rigidez a dicha estructura cultural, volviéndola primero que todo homogénea, y segundo que todo estable en el tiempo. Estos dos posibles resultados, terminan por olvidar que una estructura (asi sea cultural) tiene según el debate propuesto por las Teorías de la Agencia una apropiación diferenciada despendiendo del sujeto. Por ejemplo ¿existe la misma recepción de la cultura esmeraldera que permite la violencia por parte de un patrón que de un gUAQUERO (minero raso y tradicional sujeto de la violencia)?

Aquí siento valido cambiar la noción cerrada de estructura cultural/mental como causa de la violencia, por la de apropiación, interpretación, o mediación subjetiva de la cultura por parte del sujeto -otra propuesta de las teorías de la Agencia- en cuanto nos puede deshomogeneizar y desestabilizar aquella noción rígida de estructura cultural. Esta apuesta, traída al caso, nos podría abrir toda una serie de preguntas frente a la apropiación subjetiva sobre la violencia de diferentes sujetos sociales en la mina. Es decir, sobre las múltiples significaciones que un o unos sujetos podrían tener de la práctica de la violencia.

En este sentido, la ponencia que quiero proponer a la mesa de Violencia y Derechos Humanos es una apuesta de pronto no tradicional, en cuanto sería la pregunta sobre la pregunta del por qué de Celia, sería la re-interpretación de las causas explicatorias del conflicto pero no desde estructuras propiamente, sino desde las apropiaciones subjetivas de los sujetos que vivieron la Violencia en las minas. Para esto, me he estado refiriendo a una serie de entrevistas semiestructuradas que he estado desarrollando en al región, en donde si bien considero difícil generar una estructura o explicación de alto nivel de abstracción, quiero referirme a las causas personales que permitieron que los mismos soldados que lucharon las guerras perpetuaran la práctica de la violencia. En este sentido, espero llegar a un punto medio entre la somera descripción de quien le pego a quien, y la causa final que no tiene sujeto. Con esto, finalmente, buscar al sujeto en la violencia.

.....

*** Erasmo Daniel Ospina Ramirez**

Facultad de Ciencias Humanas y Económicas. Universidad Nacional de Colombia - FCHE/UNAL. Medellín, Colombia

Resumen de ponencia

“MANO DURA” A LA URUGUAYA. ALGUNAS PISTAS PARA PENSAR LA POLÍTICA DE SEGURIDAD DE LOS ÚLTIMOS AÑOS

*Macarena Gómez

En este trabajo se buscará señalar algunos aspectos sobre la política de seguridad desarrollada en los últimos años en Uruguay, a partir de un sucinto análisis de medidas implementadas, datos y discursos, difundidos en noticias, documentos oficiales e investigaciones.

En Uruguay, en el 2005 llega al gobierno por primera vez la principal fuerza política de izquierda (Frente Amplio), que actualmente gobierna en su tercer período consecutivo, hasta el 2019 inclusive.

Aquí se abordarán algunos aspectos de la política de seguridad implementada en los dos últimos períodos de gobierno, aunque algunas de las medidas comenzaron en el primer período. El análisis dará cuenta, entre otras cuestiones, como, si bien se han intentado implementar políticas de seguridad de corte preventivo, se han tomado también medidas represivas y estigmatizantes hacia los sectores de la población más vulnerables.

Entre los aspectos que se destacan, se encuentra la Estrategia por la Vida y la Convivencia presentada por el gobierno en 2012, la cual se proponía combinar “la convivencia social y la seguridad ciudadana”, con un fuerte componente de “prevención”, pero al mismo tiempo advertía: “no dudamos en aplicar en todo momento medidas disuasivas o represivas, dentro del marco de la Constitución y la ley cuando ello sea necesario para garantizar el derecho a la seguridad ciudadana” (Presidencia, 2012: 5-7). De hecho, se habían comenzado a instrumentar en el 2011 “megaoperativos de saturación” en barrios marcados como peligrosos, “zonas rojas”, que apuntaban según declaraciones oficiales, a evitar que algunos barrios de la capital se convirtieran en favelas como las de Brasil. Estas medidas, que también incluyeron una tendencia a la militarización - uno de los problemas que atenta contra los intentos de reformas policiales como menciona Antillano (2014: 89) -, fueron denunciadas como “razzias” por la oposición, sectores de izquierda no pertenecientes al partido de gobierno y organizaciones de DDHH, y se continuaron planificando e implementando por parte del Ministerio del Interior en los años posteriores, aunque con diversos nombres.

En cuanto a las policías, en el período analizado se percibe que se habría intentado, como dice Antillano (2014: 87), “reconfigurar el lugar social que ocupa(n)”, redefiniendo su vínculo con el conjunto de la sociedad. Pero, simultáneamente ocurre que estas reformas se enfrentan con algunas amenazas que en parte son contradicciones.

Dichos aspectos, entre otros que se analizarán, como las explicaciones oficiales brindadas acerca del aumento de delitos en ciertos períodos de tiempo, muestran que

se han intentado implementar políticas de seguridad de corte preventivo, con una mirada de la seguridad que abarca otros aspectos además de los vinculados a la criminalidad; con policías más cercanas a las personas, y con cambios en un proceso penal que pretenderían incluso incidir en las condiciones carcelarias para que estas sean “más humanas”. Pero al mismo tiempo, se han tomado medidas de corte reactivo y represivo, enfocadas en zonas y poblaciones vulneradas y por tanto, estigmatizadas; el encarcelamiento no ha dejado de aumentar; la selectividad del sistema penal ha continuado vigente y hasta quizás haya sido reforzado.

Se considera que dichos elementos pueden al menos alertar sobre el hecho de que aunque hayan existido esfuerzos en otra dirección, no ha dejado de haber en Uruguay, durante los últimos años, una política de lo que en América Latina se ha identificado como de “mano dura”, sintetizada por Antillano y Ávila, como “un espectro difuso de legislaciones, políticas, prácticas estatales y discursos que coinciden en atribuir causas morales al delito (...), y definen a los infractores -y a determinados grupos sociales estigmatizados- como enemigos merecedores de un tratamiento duro e implacable, mientras se refuerzan, expanden e intensifican las respuestas punitivas y la violencia institucional como solución” (2017: 83).

Lo duro, y valga la redundancia, de este tipo de “mano dura”, es que sea parte, como señala Anitúa, de “procesos políticos y sociales en clara oposición, al menos retórica, con [las] modalidades de globalización neo-liberal” (2015: 1).

Siendo o no conscientes de dicho análisis de la relación entre el sistema/política penal y la criminalidad, quienes han desarrollado la política de seguridad desde un gobierno de izquierda en Uruguay han preferido alimentar la parte liberal individualista de la seguridad, aquella que se ha centrado en defender “el derecho a la seguridad de grupos socialmente fuertes con respecto de riesgos provenientes de grupos carentes del disfrute de derechos fundamentales”, cuando deberíamos ocuparnos por defender “la seguridad de los derechos de todos”, tal como afirmaba Baratta (2004: 211).

Bibliografía y fuentes citadas:

Anitua, G. I. (2015) Diez años después. Prólogo a la nueva edición de “Historias de los pensamientos criminológicos”, Buenos Aires, Didot.

Antillano, A. (2014) “La reforma policial en la Venezuela bolivariana”. En Zabaleta, JA (Coord.) El laberinto de la inseguridad ciudadana. Clacso, México, pp: 63-92.

Antillano, A., Ávila, K (2017) “¿La mano dura disminuye los homicidios? El caso de Venezuela” En Cano, I., Rojido, E. Reducción de los homicidios y la violencia armada: una mirada a América Latina, Revista CIDOB d'Afers Internacionals, N°116, pp. 77-100.

Baratta, A. (2014) “Seguridad”. En Criminología e sistema penal. Buenos Aires: Editorial B de F, 2014, pp. 199-220.

Presidencia de la República Oriental del Uruguay (2012). Estrategia por la Vida y la Convivencia. Recuperado de:

https://medios.presidencia.gub.uy/jm_portal/2012/noticias/NO_E582/Estrategia.pdf (2/02/2018)

.....

*** Macarena Gómez**

Facultad de Información y Comunicación - Universidad de la República FIC-UDELAR. Solymar-Canelones, Uruguay

Resumen de ponencia

“SALIR A LOS GOLPES”: INSEGURIDAD, PRECARIEDAD Y VIOLENCIA EN LOS MÁRGENES DEL ESTADO. APROXIMACIÓN ETNOGRÁFICA AL USO DE LA FUERZA FRENTE A LA INSEGURIDAD, DESDE LA MERCED EN LA CIUDAD DE MÉXICO

*Vicente Moctezuma Mendoza

En los últimos años las ciudades latinoamericanas han vivido una reconfiguración y proliferación de las violencias que moldean su experiencia cotidiana. Los procesos de neoliberalización no sólo han supuesto, a través de la persistencia de la pobreza y la profundización de patrones de exclusión y desigualdad, la sedimentación y ampliación de la violencia estructural que ha caracterizado históricamente la región. En la actualidad, otras dos formas de violencia se extienden en los territorios urbanos: por una parte, aunque no sin contestación y resistencias, violencias simbólicas que legitiman las estructuras sociales de desigualdad y la reproducción de jerarquías y exclusiones; y, por otra parte, la difusión y crecimiento de violencias cotidianas, entre ellas distintas formas de violencia criminal.

Pese al desplazamiento neoliberal en las políticas estatales, que ha colocado uno de sus acentos en la seguridad civil (en detrimento de la seguridad social, para utilizar las categorías de Castel), desplegando distintas medidas y estrategias para “combatir” al crimen (se trata, principalmente, de medidas punitivas, con un incremento de la capacidad de coerción y ejercicio de la violencia estatal, así como sus capacidades de vigilancia y control sobre la población), estas respuestas han resultado insuficientes para menguar los sentimientos de inseguridad y la violencia criminal contemporánea. En este escenario, nos encontramos con una multiplicación de respuestas que desde el Mercado y/o lo social, y con distintas formas de relación con el estado, producen diferentes condiciones de protección.

Distintos analistas han destacado el crecimiento del mercado de sistemas de vigilancia y seguridad privada, y la producción de una espacialidad defensiva y excluyente, como la que expresan las gated communities, los muros, cercas, vidrios blindados, entre otros. Si bien estrategias de retracción y evitamiento pueden encontrarse en la arquitectura y la espacialidad popular, estos paisajes urbanos, con sus componentes mercantilizados, son particularmente característicos de los espacios de las clases medias y altas. Entre la ineficiencia de las instituciones de seguridad pública y la escasez de recursos para acceder al mercado de seguridad privada, ¿qué hacen los sectores populares frente a la violencia urbana que los vulnera de muy diversas maneras? Lo hacen de formas muy diversas, tanto demandando al Estado el cumplimiento de sus funciones, como también a través de distintas respuestas

sociales: prácticas, mecanismos físicos y simbólicos, redes sociales, acciones colectivas y, entre otros medios, también, a través de la violencia. En esta ponencia, me aproximo a esta última forma de respuesta.

Respecto a la forma en que a través de la violencia los sectores populares latinoamericanos lidian y quedan protegidos de agresiones criminales, en la literatura dominan dos aproximaciones. Por una parte, se ha analizado cómo los sectores populares quedan protegidos al vincularse o quedar vinculados a grupos violentos (bandas y pandillas), que extienden ciertas condiciones de “seguridad” al vecindario en el que están arraigados. Por otra parte, se ha analizado también cómo, en el contexto de exacerbación de violencias criminales, su perpetuación en impunidad y la lacerante corrupción oficial, se han incrementado los casos de “linchamiento”. En mi investigación etnográfica en la Merced, un barrio popular de la Ciudad de México, encontré otra forma en la que se responde con violencia a distintas agresiones criminales o a su amenaza, que es diferente a las dos aproximaciones mencionadas.

En esta ponencia me interesa analizar el uso de violencia activa o directa (golpes, trancazos y amenazas) por habitantes de la Merced, con la que por momentos se hace frente a la criminalidad. El argumento que sostengo es que la principal característica de esta violencia, es que su movilización, ya sea de forma física (puesta en acto) o simbólica (como amenaza), (re)establece micro-ordenes de las relaciones e interacciones sociales en el lugar. Cuando las expresiones de violencia logran trascender el instante de su movilización, garantizando un poder y produciendo de manera frágil ciertas condiciones sociales de protección frente a la inseguridad se crea, lo que he llamado, un “resguardo violento”. Sin embargo, dicho resguardo es difuso, se conforma en tramas de relaciones fragmentadas y limitadas; depende de cualidades individuales, como de vínculos y redes socio-espaciales diferentes y desiguales; y su eficacia concreta se encuentra sujeta a condiciones altamente coyunturales.

Así mismo, la exploración del “resguardo violento” en la que esta exposición se adentra tiene objetivos más amplios que presentar una más de las respuestas sociales a la criminalidad, pues permite realizar algunos planteamientos que se engarzan con discusiones teóricas de más alcance. En primer lugar, me interesa poner en cuestión cierta representación de los sectores populares, presente en discursos públicos, como en algunos trabajos académicos. Se trata de representaciones que subsumen a la violencia defensiva popular dentro de una imagen espectral del linchamiento; la violencia popular aparece como una respuesta mecánica y visceral al hastío de la violencia criminal, como una expresión homogénea de furia expiatoria irracional. Concordando con la forma de E.P. Thompson de acercarse a la acción popular, en esta ponencia muestro cómo la violencia defensiva se configura histórica y culturalmente; junto a la ira y las emociones encontramos también la moral y la razón. Es decir, se trata de una discusión que repara en las formas de conceptualizar a los sujetos sociales y su agencia.

Por otra parte, para comprender este uso de violencia, es necesario levantar la vista. El recurso de la violencia no se moviliza de forma extraordinaria frente a la criminalidad. En las trayectorias biográficas y las experiencias cotidianas la violencia aparece como

un elemento en los repertorios de acción con los que se resuelven problemas. Pero aún más, los habitantes de la Merced se suelen encontrar en un espacio social signado por la precariedad y la exclusión, en un ámbito de marginalidad urbana, pero también, donde se producen los márgenes del Estado (siguiendo los planteamientos de las antropólogas Veena Das y Deborah Poole). En esta espacialidad liminal, se aprende de primera mano la función de la violencia en la fundación y conservación del “derecho” (Benjamin); y en estas disputas por la constitución del orden, está en juego el poder, pero también las condiciones de reproducción social.

.....

*** Vicente Moctezuma Mendoza**

Facultad de Ciencias Políticas y Sociales. Universidad Nacional Autónoma de México - FCPyS/UNAM. México D.F., México

Resumen de ponencia

“TODO CASSETETE É UM CHICOTE PARA UM TRONCO”: DEBATES SOBRE A ABORDAGEM POLICIAL E AS RELAÇÕES RACIAIS

*Luiza Corrêa De Magalhães Dutra

*Rodrigo Ghiringhelli De Azevedo

A partir de um olhar atento em relação às questões de Segurança Pública no Brasil, denota-se um crescimento da criminalidade e da violência, principalmente nos grandes centros urbanos a partir da década de 70. As tradicionais instituições voltadas no combate ao crime, em especial a polícia brasileira, têm se mostrado ineficientes no enfrentamento dessas questões, trazendo, para a pauta atual das discussões políticas e sociais, o tema das práticas de policiamento, bem como da necessidade de reformas na formação dos policiais. Essa discussão ganha novo foco quando da entrada do século XXI, onde a redefinição do espaço urbano traz, consigo, a necessidade de gestão de segurança pública, visando a manutenção da própria segurança e ordem das cidades.

Em relação às condutas policiais de enfrentamento do crime no dia-a-dia, ressalta-se que a abordagem policial, em especial nos casos das polícias militares, toma importância quanto dos métodos utilizados para a manutenção da ordem e enfrentamento do crime, além das escolhas dos indivíduos que deverão ser abordados de forma mais frequente na sociedade. As eleições de como se lidar com os problemas sociais que envolvem as dinâmicas criminais podem mostrar as permanências das estruturas históricas da criação da Polícia Militar no Brasil, bem como das formações de praças e oficiais que atuarão nas tramas dessas dinâmicas.

Compreender os procedimentos do fazer-policial não se mostra como uma tarefa fácil em um país onde as taxas de mortalidade de civis e policiais chegam a porcentagens altíssimas, sendo o perfil principal o do jovem, homem, negro. Percebemos a existência de uma realidade das instituições policiais que se mostra conturbada e marcada por mecanismos de funcionamento enraizados em um passado violento e autoritário, que acaba por levantar a hipótese da existência de mecanismos de perpetuação de um racismo estrutural que possui como pilares a desigualdade e as diferenças identitárias. Desse modo, se apresenta de suma importância conhecer os critérios e instrumentos de construção do suspeito por parte dos policiais militares, responsáveis pelo policiamento ostensivo, buscando verificar a possível influência de filtros sociais e raciais na definição dos “elementos suspeitos”, ou “criminoso nato”. Como forma de melhor debatermos e pensarmos sobre o assunto em questão, a pesquisa a seguir busca trazer à tona as discussões acerca da formação da instituição policial no Brasil, bem como a educação destinada aos policiais militares nas Academias de Polícia, procurando repensar o ensino acerca da abordagem policial na Academia e no dia-a-dia policial, dando enfoque para o caso do Rio Grande do Sul. Em aproximação com o debate sobre as relações raciais, buscaremos apresentar dados

qualitativos de onze entrevistas realizadas com Policiais Militares de Porto Alegre, além de dados trazidos a partir da realização de dois grupos focais produzidos com jovens de um bairro periférico da cidade, examinando suas aproximações e divergências em relação as percepções sobre a existência, ou não, da racialização da abordagem policial, entrelaçando-os com as literaturas acerca do fim da escravidão no Brasil, e com a chegada da Criminologia Positivista em solo nacional.

Desse modo, objetiva-se analisar a possível existência de mecanismos de filtragem racial nas abordagens policiais, relacionando-os com o campo de Segurança Pública, discutindo a formação da instituição policial no Brasil, e suas mudanças ao longo dos anos, bem como a contextualização histórica do local da pessoa negra na sociedade brasileira, entrelaçando esses campos de estudos.

A formação da suspeição enseja debates mais densos que perpassam pela percepção dos cidadãos em relação à própria Polícia Militar, bem como os cruzamentos entre a percepção dos policiais que realizam uma filtragem no momento da abordagem, com a ideia de quem está sendo abordado, trazendo experiências e percepções diversas acerca do tema. Questionar-se acerca da raça e o racismo, no Brasil, e estancar esse “tabu da cor” e outras problematizações que perpassam por essa seara, permitiria a visualização de alguns meios para a democratização da Polícia Militar e a construção de diálogos com a população.

.....

*** Luiza Corrêa De Magalhães Dutra**

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - PUCRS. Porto Alegre, Brasil

*** Rodrigo Ghiringhelli De Azevedo**

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - PUCRS. Porto Alegre, Brasil

